



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ADRIANA GIAROLA FERRAZ FIGUEIREDO

OS DOMÍNIOS DA INTIMIDADE:
O PRIVADO E O PÚBLICO NAS CRÔNICAS DE RACHEL DE
QUEIROZ

Londrina
2013

ADRIANA GIAROLA FERRAZ FIGUEIREDO

OS DOMÍNIOS DA INTIMIDADE:
O PRIVADO E O PÚBLICO NAS CRÔNICAS DE RACHEL DE
QUEIROZ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F475d	<p>Figueiredo, Adriana Giarola Ferraz. Os domínios da intimidade: o privado e o público nas crônicas de Rachel de Queiroz / Adriana Giarola Ferraz Figueiredo. – Londrina, 2013. 298 f.</p> <p>Orientador: Luiz Carlos Santos Simon. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2013. Inclui bibliografia</p> <p>1. Queiroz, Rachel de – 1910-2003 – Crítica e interpretação – Teses. 2. Crônicas brasileiras – História e crítica – Teses. 3. Intimidade (Psicologia) – Teses. I. Simon, Luiz Carlos Santos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.</p> <p>CDU 869.0(81)-4.09</p>
-------	--

ADRIANA GIAROLA FERRAZ FIGUEIREDO

OS DOMÍNIOS DA INTIMIDADE:
O PRIVADO E O PÚBLICO NAS CRÔNICAS DE RACHEL DE
QUEIROZ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon
UEL – Londrina – PR

Profa. Dra. Rosa Maria de Carvalho Gens
UFRJ – Rio de Janeiro – RJ

Profa. Dra. Silvana Oliveira
UEPG – Ponta Grossa – PR

Prof. Dr. Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello
UEL – Londrina – PR

Profa. Dra. Vanderléia da Silva Oliveira
UEL – Londrina – PR

Londrina, 19 de setembro de 2013.

Aos meus amores: meu companheiro de todas as horas, Marcos, minha família e meus verdadeiros amigos, meus eternos incentivadores.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser Ele o autor, o consumidor da vida e o meu alicerce.

Ao meu esposo, Marcos, pela ajuda, pela dedicação, pelo companheirismo e pelo amor incondicional.

Aos meus pais, Néelson e Clóris, e aos meus irmãos, Hugo Vinícius e Márcio José, por todo apoio, pela compreensão e pela fé depositada em mim, aspectos fundamentais para o meu crescimento e para a minha determinação ao longo de toda a minha vida.

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon, pelo desafio inicial, por dividir comigo um pouco de sua caminhada no estudo da crônica e da intimidade, pela orientação atenta e segura e pela amizade cultivada durante todo o meu percurso acadêmico.

À Profa. Dra. Regina Célia dos Santos Alves e ao Prof. Dr. Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello, pelas valiosas e imprescindíveis contribuições na minha Banca de Qualificação.

À Banca de Defesa, pelos apontamentos certos que deram o contorno final deste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina, por indicarem caminhos, pelos preciosos ensinamentos, pela participação em minha formação de pesquisadora e por despertarem em mim a paixão pela Literatura.

Aos colegas do Doutorado, companheiros das disciplinas e das viagens, pelas trocas, pelos bons momentos passados juntos, pelo apoio e pela amizade.

Aos amigos, pela parceria, pelas orações e pelo carinho irrestrito.

Aos funcionários do Programa de Pós Graduação em Letras, especialmente, Rosely, Rosemeri e Ricardo, pela dedicação e pela atenção dispensada durante essa longa caminhada.

Aos funcionários da Biblioteca Setorial do CCH, pela paciência e pelo bom atendimento.

A todos, que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização e a finalização deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos. Muito obrigada!

Sobretudo o cronista [...] Não pode ser um reflexo indiferente, um arranjador de notícias que mesmo quando relatam catástrofes têm sempre alguma coisa de impessoal e distante. Há de afirmar-se em cada palavra que escreve, de tal maneira que à terceira linha se acabaram os segredos e o leitor não tem mais remédio que uma destas duas atitudes: ou senta o cronista à sua mesa, como faz aos amigos ou fecha-lhe a porta na cara, como aos importunos [...] (José Saramago).

Será talvez a crônica o gênero literário mais confessional do mundo. Pois o cronista, quase invariavelmente, tira o tema dos comentários que faz do seu próprio cotidiano, ou assunto do dia no país, na cidade, no seu bairro. Até da sua casa, da sua estante de livros. Quando vêm me importunar com a exigência (que eu detesto) de escrever minhas memórias, a resposta que dou é sempre a mesma: quem quiser saber a biografia, leia as minhas crônicas. Pela data e local de cada uma, já há uma informação. E tudo que comento, que exploro, foi tirado do meu dia-a-dia (Rachel de Queiroz).

FIGUEIREDO, Adriana Giarola Ferraz. *Os domínios da intimidade: o privado e o público nas crônicas de Rachel de Queiroz*. 2013. 298 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo verificar a representação da intimidade, partindo do conceito e da constituição do privado e do público nas crônicas de Rachel de Queiroz. Sendo o texto cronístico um relato dos acontecimentos cotidianos, o próprio desenho de certos tipos humanos e uma possibilidade de interação com o efêmero, mas significativo, cabe, nesse contexto, uma análise precisa e intimista, considerando a figura do *eu* e as ligações desse *eu* com o outro e com os fatos que o cercam. Assim, a fundamentação teórica deste trabalho dar-se-á, considerando os campos do saber que abordam as questões da intimidade: a Filosofia, a Psicologia e a Sociologia, com o intuito de encontrar subsídios para compreender o lugar e a representação das relações afetivas na literatura, bem como a sua configuração nos espaços públicos e nos espaços privados, partindo da análise de textos cronísticos de alguns autores brasileiros, com a finalidade de exemplificar a teoria levantada e, especialmente, de Rachel de Queiroz, privilegiando duas questões: a intimidade do enunciatador, estabelecida com o público leitor, com a família e com o sertão nordestino; e a intimidade apresentada pela autora, no que diz respeito aos relacionamentos pessoais e a exposição dessas situações íntimas que se dão no espaço privado e/ou no espaço público, ora estabelecendo vínculos entre os sujeitos, ora ocasionando acontecimentos um tanto quanto complexos no âmbito dos relacionamentos humanos. De uma forma ou de outra, sempre conduzindo à noção de que o texto literário é, em sua essência, uma possibilidade de representação das atividades sociais em que o homem está inserido, até mesmo aquelas de cunho mais íntimo e pessoal.

Palavras-chave: Crônica. Intimidade. Privado. Público. Rachel de Queiroz.

FIGUEIREDO, Adriana Giarola Ferraz. *The dominance of intimacy: the private and the public in the chronicles of Rachel de Queiroz*. 2013. 298 p. Thesis (Doctoral in Arts and Humanities) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

This research has the objective of verifying the representation of intimacy, beginning from the concept and constitution of the private and public found in the chronicles from Rachel de Queiroz. Being the chronicle context an account of everyday situations, the design of certain human kinds and the possibility of interaction with the ephemeral, but meaningful, it is possible, in this context, an intimist and precise analysis, considering the poetic *persona* and the connections from this *persona* with the others and what surrounds them. This way, the theoretical foundation will be, considering the know area which approaches the intimacy question: the Philosophy, the Psychology and the Sociology, with the intention of finding support to comprehend the place and the affective relationships in literature, as well as its structure in public and private spaces, starting with the analysis chronicle texts of some Brazilian authors, with the aim of exemplifying the raised theory, mainly, from Rachel de Queiroz, emphasizing two questions: the enunciator's intimacy established with the reader, with the family and Brazilian's Northeast, and the intimacy of the author in relation to personal relationships and the exposure of those situations in their public or private contexts, sometimes establishing bonds with the individuals, sometimes causing little complex events in these human relationships. Either way, always conducting to the concept that the literary text is, in its essence, a possibility of representation of social activities that the man is embedded, even those that are closer and personal.

Key-words: Chronicle. Intimacy. Public. Private. Rachel de Queiroz.

FIGUEIREDO, Adriana Giarola Ferraz. *Les domaines de l'intimité: le privé et le public dans les chroniques de Rachel de Queiroz*. 2013. 298 p. Thèse (Doctorat en Lettres) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette recherche est de vérifier la représentation de l'intimité à partir du concept et de la constitution du privé et du public dans les chroniques de Rachel de Queiroz. Étant la chronique un rapport d'événements quotidiens, le propre dessin de quelques types humains et une possibilité d'interaction avec l'éphémère – et pourtant significatif –, il est approprié, dans ce contexte, une analyse précise et intimiste qui considère le cas du "moi" et les liens de celui-ci avec l'autrui et avec les faits qui l'entourent. De cette manière, l'approche théorique de ce travail se fera, tenant compte des domaines du savoir qui s'occupent des questions de l'intimité tels que la Philosophie, la Psychologie et la Sociologie, dans l'intention de comprendre le lieu et la représentation des relations affectives dans la littérature, ainsi que sa configuration dans les espaces publics et dans les espaces privés. Cela sera fait à partir de l'analyse des chroniques de certains auteurs brésiliens ayant comme but démontrer la théorie utilisée, surtout à partir des chroniques de Rachel de Queiroz en privilégiant deux points: l'intimité de l'énonciateur établie avec les lecteurs, avec la famille et avec le "sertão" (zone semi-aride) du Nord-Est brésilien; et l'intimité présentée par l'écrivain en ce qui concerne ses relations personnelles et l'exposition de ces situations intimes, qui se donnent dans l'espace privé et/ou dans l'espace public, établissant parfois des liens entre les sujets ou d'autres fois occasionnant des événements complexes dans le cadre des relations humaines. De toutes façons, cela mène toujours à la notion du texte littéraire, en son essence, comme possibilité de représentation des activités sociales dans lesquelles l'homme est inséré, même celles du domaine plus intime et personnelle.

Mots-clés: Chronique. Intimité. Privé. Public. Rachel de Queiroz.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A INTIMIDADE	20
1.1 UMA QUESTÃO, MUITAS PERSPECTIVAS.....	20
1.2 A TRANSFORMAÇÃO DA INTIMIDADE	22
1.3 A NOVA ESTRUTURA FAMILIAR	27
1.4 A FRAGILIDADE DOS VÍNCULOS HUMANOS.....	32
1.5 O AMOR: COMPLEXIDADE E COMPLETUDE NOS LAÇOS PESSOAIS.....	40
1.6 SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA E A SUA CONSTITUIÇÃO	48
1.7 A EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE: O ESPETÁCULO DA EXISTÊNCIA	56
2 ENTRE O PRIVADO E O PÚBLICO: ASSIM A INTIMIDADE ACONTECE	66
2.1 RELAÇÕES E FRONTEIRAS.....	66
2.2 A VIDA PRIVADA.....	70
2.2.1 A História da Vida Privada	71
2.2.2 A História da Vida Privada no Brasil	81
2.3 A VIDA PÚBLICA	91
2.3.1 A vida Humana no Domínio Público: o Lugar do Comum.....	91
2.3.2 A Vida Pública e as “Tirantias da Intimidade”	101
3 LITERATURA, CRÔNICA E INTIMIDADE	106
3.1 OS CAMINHOS DA INTIMIDADE NA LITERATURA	106
3.2 CRÔNICA E INTIMIDADE	113
3.2.1 Estabelecendo Intimidade com a Crônica: um Pouco de História.....	113
3.2.2 Passeando pela Intimidade na Crônica: muito mais que História	120
4 A CRÔNICA DE RACHEL DE QUEIROZ E A INTIMIDADE PRESSUPOSTA	133
4.1 COM O LEITOR: INTIMIDADE E PROXIMIDADE QUASE PRESENCIAL.....	133
4.1.1 “Bilhete ao Meu Leitor de Domingo” (Setembro de 1945).....	135
4.1.2 “O Nosso Humilde Ofício de Escrever” (Maio de 1995)	142

4.2	COM A FAMÍLIA: NATURALIDADE E PROFUNDIDADE NOS RELACIONAMENTOS	151
4.2.1	“A Arte de ser Avó” (agosto de 1958)	153
4.2.2	“Irmão” (março de 1965)	161
4.3	COM O SERTÃO: LIGAÇÃO ÍNTIMA E INCONDICIONAL COM AS RAÍZES	169
4.3.1	“Verão” (julho de 1971)	171
4.3.2	“Terra no sangue” (janeiro de 1989)	179
5	A CRÔNICA DE RACHEL DE QUEIROZ E A INTIMIDADE	
	PROJETADA	186
5.1	NOS RELACIONAMENTOS PESSOAIS: A COMPLEXA ARTE DO CONVÍVIO	186
5.1.1	“O Enfêrmo” (s.d.)	188
5.1.2	“Aventuras de Mãe e Filha” (s.d.)	199
5.2	NA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE: QUANDO A PRIVACIDADE SE TORNA PÚBLICA	208
5.2.1	“Tragédia Carioca” (Julho de 1961)	209
5.2.2	“As palavras Pecadoras” (Setembro de 1995)	217
5.3	NO ESPAÇO PRIVADO E NO ESPAÇO PÚBLICO: A INSTAURAÇÃO DA INTIMIDADE	225
5.3.1	“Amor & Casamento” (Março de 1997)	227
5.3.2	“A Môça” (Novembro de 1960)	234
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
	REFERÊNCIAS	248
	ANEXOS	258
	ANEXO A – Crônicas de Alguns Autores Brasileiros	260
	ANEXO B – Crônicas de Rachel de Queiroz	277

INTRODUÇÃO

A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor [...] (Antonio Candido)

Ao avaliar o que afirmou Antonio Candido (1985) sobre a literatura, considerando-a como uma forma de expressão da sociedade, é possível concluir que, por meio do ficcional, há uma representação da existência humana e de todas as circunstâncias que envolvem essa condição.

Sob esse ponto de vista, toda atividade literária encontra-se relacionada aos elementos responsáveis pela formação da realidade dos indivíduos: privados ou públicos, restritos ou amplos, os acontecimentos evidenciam os contextos humanos, permitindo que os sujeitos sejam captados em meio aos seus desejos, as suas emoções e, ainda, diante das suas formas de pensar, de agir e de se expressar.

Ao colocar em foco as possibilidades de abordagem dos indivíduos, é a representação da realidade que passa a figurar nas páginas literárias, apresentando toda forma de realização e toda concretização das atividades de subsistência, desde aquelas consideradas tradicionais até as ações mais modernas, revelando a capacidade dos sujeitos de se autoafirmarem, quer seja como consequência de suas decisões, de suas ações ou de seus relacionamentos.

Diante dessas constatações, é possível pensar em textos literários que se prestam à exposição e à reflexão acerca dos vínculos humanos e, mais precisamente, que abordam questões pertinentes à intimidade nessas ligações. Isso porque, ao estabelecer uma rede de relações, as pessoas tornam-se suscetíveis a sua própria gênese, podendo até enfrentar complicações (e vivenciar frustrações), quando diante de suas escolhas ou, mesmo, perante a constatação da eminente fragilidade das relações existenciais nas sociedades reconfiguradas na contemporaneidade.

Esses “sistemas abstratos” que são os relacionamentos humanos, conforme salientou Anthony Giddens (1991), tendem a provocar reações adversas, porque a autenticidade do “eu” se firma quando há confiança entre aqueles que se relacionam. Mas, ao longo da realização das atividades sociais e do

desenvolvimento da sociedade, de uma forma geral, muitas transformações aconteceram, valores foram invertidos ou alterados e a vida cotidiana acabou modificando a noção de privado e de público, num contexto em que as fronteiras entre essas esferas ora se viam ameaçadas, ora suprimidas, promovendo mudanças no sentido e no estabelecimento da intimidade entre os indivíduos.

Assim, surge a necessidade de uma busca dessa representação dentro dos textos literários. Sendo a literatura uma forma de “expressão da sociedade”, cabe empreender, em seu conjunto, investigações sobre as questões concernentes à privacidade, tanto no domínio privado, quanto no âmbito público.

No entanto, vale ressaltar que, nesse percurso, o objetivo não será traçar um ensaio filosófico, psicológico ou sociológico a respeito desse tema, cujas reflexões abarcam todos esses campos do saber. Trata-se de uma incursão no cenário literário brasileiro, com o desígnio de verificar como a escritora Rachel de Queiroz contempla esse assunto em seus textos, ou seja, como representa, literariamente, as relações afetivas que se instauram entre os seres humanos no contexto literário, uma das possibilidades de realização das atividades sociais.

A criação literária é *rara*; aparece em junções improváveis, usa linhas de fratura, institui seus locais de enunciação em encruzilhadas estratégicas. Supõe uma *distância*, aquela através da qual se separa das atividades “profanas”, mas também uma *dependência*, que a torna um campo entre outros da atividade social. A obra nasce nessa tensão, através de sua maneira de administrar sua inscrição impossível na sociedade, conjurando e reforçando a paratopia que lhe permite surgir (MAINGUENEAU, 2001, p. 189-190).

Frente a essa perspectiva da representatividade humana está a crônica, gênero que assume seu caráter literário, permitindo-se buscar, no cotidiano, a matéria para as suas incursões. Podendo ser considerada um caminho possível de abordagem daquilo que diz respeito à esfera pública e à esfera privada, ressalta, em sua conjuntura, questões ligadas ao dia a dia dos sujeitos, às atividades corriqueiras e aos vínculos estabelecidos ou atenuados, sempre por meio de cenas que se mostram essenciais na contemplação e na análise dos laços humanos.

Perante essa constatação, é preciso considerar que os pequenos recortes, aqueles capazes de golpear a grandiloquência, são caminhos aceitáveis para se expor a natureza efêmera das relações íntimas contemporâneas. Qualquer que seja o assunto, este será miniaturizado na crônica. Ao falar de amor, por

exemplo, o cronista diminui o impacto que essa temática geralmente tem, para aproveitá-la e explorá-la em sua essência.

Assim, tratar da intimidade (considerando-a além do relacionamento a dois) e das ligações que advêm dessas relações, por meio das pequenas cenas, dá ao escritor de crônicas a possibilidade de uma amplitude nas suas produções, já que este fará do que é “pequeno”, o espaço preciso para as suas articulações: o cronista cria recortes que o levam à brevidade necessária nas palavras. Isso porque:

[...] a crônica pode dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do ziguezague de uma aparente conversa fiada. Mas igualmente sérias são as descrições da vida, o relato caprichoso dos fatos, o desenho de certos tipos humanos, o mero registro daquele inesperado que surge de repente [...] Tudo é vida, tudo é motivo de experiência e reflexão, ou simplesmente de divertimento, de esquecimento momentâneo de nós mesmos a troco do sonho ou da piada que nos transporta ao mundo da imaginação (CANDIDO, 1992, p. 20).

Conforme Anthony Giddens, a “intimidade implica uma total democratização do domínio interpessoal, de uma maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública” (GIDDENS, 1993, p. 11). Desse modo, é possível considerar a transformação da intimidade como uma consequência das circunstâncias que envolvem os relacionamentos.

Na crônica “Amor & casamento”, do livro *Falso mar, falso mundo* (2002), por exemplo, Rachel de Queiroz apresenta aos seus leitores uma senhora perto dos seus setenta anos, casada com um rapaz 28 anos mais novo que ela, prestes a se divorciar. Timidamente, a mulher chega a um cartório, onde precisa expor os motivos que a levaram até ali em busca do divórcio. Em um espaço público e desconhecido, a protagonista se vê diante de uma situação em que a democratização daquilo que lhe é particular se faz necessária.

De acordo Richard Sennett (1998), o privado, que sempre fora uma condição própria da humanidade, pois esta necessita se resguardar em algumas situações, perde seu espaço e se ajusta diante do público, uma criação humana instituída para democratizar aquilo que, em presença de certas convenções, era visto como algo meramente pessoal. Particular e público caminham lado a lado, ora distantes, ora próximos: é o universo íntimo se expondo em um mundo cada vez mais compartilhado e mais carente do conhecimento do outro.

Em vistas dessas observações e dessas reflexões, mostrou-se necessário, neste trabalho, buscar um aporte teórico que atendesse às necessidades do *corpus ficcional* levantado. Para isso, os estudos, as reflexões e as análises de Anthony Giddens e Richard Sennett, sobre a intimidade, Jürgen Habermas e Hannah Arendt, sobre o público e o privado, além de outros como Zygmunt Bauman, Marlise Matos, Mirian Goldenberg, Giorgio Agamben, Paula Sibilia, Julia Kristeva e, ainda, teóricos acerca da crônica, como Eduardo Portella, Davi Arrigucci Jr., Afrânio Coutinho, Antonio Candido, entre outros, foram considerados.

Todos os capítulos teóricos serão permeados por análises de crônicas de alguns autores brasileiros, com o intuito de ilustrar os conceitos definidos ao longo deste trabalho. Na tentativa de tornar, esta, uma leitura mais dinâmica e fundamentada, essas análises servirão de exemplos concretos para se compreender os princípios, aqui, determinados.

O primeiro capítulo deste trabalho, que levantará aspectos do domínio da intimidade, será dividido em sete partes. As reflexões teóricas buscarão elucidar questões pertinentes à forma de abordagem da intimidade na literatura, tendo como base alguns campos do saber, como a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia.

Na primeira parte do capítulo inicial, considerando as várias perspectivas que norteiam a intimidade, todos os campos do saber que se debruçam sobre esse assunto serão consultados, a fim de que seja delineada a movimentação desse comportamento que, certamente, é um dos grandes impulsionadores dos laços humanos, cuja expectativa se centra na privatização dos sentimentos e nas transformações sofridas, ao longo dos tempos, no cerne das relações íntimas. Complementando o que afirmou o sociólogo Anthony Giddens (1993), ao assegurar que as alterações ocorridas dizem respeito ao amor, ao erotismo e à sexualidade, nota-se que essas mudanças atingiram toda forma de vínculo humano, desde as relações entre casais até a convivência entre pais e filhos, entre amigos, entre conhecidos, etc.

Isso conduz a pesquisa à nova estrutura familiar. Esta que, consoante Jürgen Habermas (1984), é a autêntica instituição da privacidade, tem sido o palco central das transformações no tocante à intimidade: dentro do ambiente doméstico, os indivíduos têm sobressaído ao grupo, desnordeando as atribuições

particulares e, do mesmo modo, as condições formais que mantinham alicerçadas essa entidade.

Zigmunt Bauman (2001) entende essa fragilidade dos vínculos humanos como uma consequência da “liquidez” da modernidade, do amor e da vida. Esse princípio orienta-se por meio da instabilidade nas relações, que têm se tornado cada vez mais inconstantes e curtas. Os laços estão frouxos e as amarras muito mais difíceis de serem realizadas. Toda essa fluidez torna-se motivo de análise, também, nesta pesquisa.

Onde há intimidade, há de haver amor. E não se trata, apenas, do amor carnal, aquele vivido entre os casais. Toda forma de amor deve ser considerada, pois esse sentimento conduz os sujeitos a ligações afetivas repletas de subjetividades, de envolvimento e de complicações. Desta feita, considerando as proposições de Julia Kristeva (1988), de Stendhal (2011) e de Bauman (2004), pode-se inferir que a natureza complexa desse sentimento atinge a todas as pessoas, com maior ou menor nível de intensidade. No entanto, sempre proporcionando relacionamentos, capazes (ou não) de subsistir em meio às novas configurações das convivências sociais.

Se o amor é um traço marcante das relações afetivas, o que dizer, então, da sexualidade?

Outro momento importante do primeiro capítulo está voltado à questão da sexualidade, sua constituição e as revoluções em torno dessa atividade humana. Anthony Giddens (1993), Michel Foucault (1988) e Sigmund Freud (1996) foram as bases teóricas para compor os fundamentos desse componente dos relacionamentos pessoais. Normas e padrões acerca da sexualidade vão surgindo e sendo transformados num processo tão acelerado quanto a própria condição humana que, segundo Hannah Arendt (2010), se faz numa sequência de buscas e de afirmações. Novos discursos sobre o sexo são construídos e legitimados, conforme as sociedades vão se formando e se reformulando dia após dia.

Para finalizar a primeira parte desta tese, considerando o rumo que as questões pertinentes à privacidade humana têm tomado, a exposição da intimidade mostra-se um fator relevante a ser abordado, visto que, mesmo sendo concebida como um aspecto particular da experiência pessoal, muito se tem buscado a esse respeito. Numa era globalizada, em que a velocidade dos contatos tem sido acelerada, segundo Bauman (2004), as questões íntimas passam a chamar

a atenção, tornando-se alvo da sociedade. Para Paula Sibilia (2008), o “*show do eu*” compreende uma fatalidade, algo inevitável frente à era da informação e do espetáculo existencial que se estabelece ao redor do indivíduo.

Em tempos de desestabilização das fronteiras entre o privado e o público, o segundo capítulo deste trabalho visa conceituar e entender essas esferas, com o intuito de compreender os motivos dessa nova formatação, na qual os limites entre os espaços acabam se confundindo e, às vezes, sendo eliminados. Analisando a intimidade além da relação a dois, o público e o privado serão considerados, para, de acordo com Jürgen Habermas (1984), possibilitar a compreensão da esfera literária como uma ação pública, estabelecida para as artes, a fim de facilitar a concepção da mudança estrutural da própria esfera pública e, conseqüentemente, da esfera privada.

Dois momentos distintos serão identificados, por meio de uma pesquisa histórica e conceitual. Primeiro, a vida privada, buscando percorrer a história da sua constituição no mundo, bem como no Brasil, tendo como pilar duas coleções expressivas, a saber, *História da vida privada*, obra composta de cinco volumes, dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, que propõe uma organização da vida privada desde o Império Romano até o século XX. Segundo, a história da vida privada no Brasil, considerando as observações da coleção *História da vida privada no Brasil*, editada em quatro volumes, dirigida por Fernando A. Novais, compreendendo as condições da vida privada desde o Brasil colônia até o contraste da intimidade contemporânea. Nesse segundo momento, as ponderações da historiadora Mary Del Priore (2011) serão imprescindíveis para elucidar as formalizações da intimidade no Brasil.

A conclusão do segundo capítulo dar-se-á mediante a identificação dos componentes da vida pública: seus domínios, suas condições e os sujeitos nesse contexto. Jürgen Habermas (1984), com as suas ideias a respeito da *Mudança estrutural da esfera pública*, será substancial para o entendimento da vida humana nesse espaço comum, considerado por Hannah Arendt (2010), como “o local adequado para a excelência humana”. Por outro lado, conforme algumas proposições de Richard Sennett (1998), trata-se do espaço definitivo das “tirânicas da intimidade”, onde o ritmo existencial definirá o conceito dessa relação, nessas esferas, como positivo ou como negativo, tendo em vista as afinidades sociais, as suas ambições e os seus intentos.

A etapa subsequente desta tese, o capítulo intitulado “Literatura, crônica e intimidade”, cumpre o papel de analisar como os textos literários, particularmente, a crônica, enfrentam a questão da intimidade por meio de sua especificidade artística, isto é, como são compostas, literariamente, as relações afetivas, uma das principais formas de representação das atividades sociais. Isso acontecerá, a partir de uma pesquisa conceitual e metodológica.

Para tanto, inicialmente, serão verificados os caminhos percorridos pela intimidade dentro da literatura de uma forma mais abrangente. O íntimo e o social serão contemplados para verificar a incidência desses valores nas obras literárias ao longo da formação de uma literatura voltada para a representação da sociedade.

Sendo a crônica o objeto de análise desta pesquisa, dois momentos serão observados sobre o gênero literário em questão: a história de sua formação e o tema da intimidade em sua constituição. Teóricos sobre a crônica, como Afrânio Coutinho (1986), Davi Arrigucci Jr. (2001), Margarida de Souza Neves (1995), Antonio Candido (1992), entre outros, bem como os historiadores já citados nesta introdução serão consultados para confirmar a pretensão estabelecida no início desta pesquisa: a intimidade está para a literatura e a crônica, assim como a crônica e a literatura estão para a intimidade. Os textos literários, mais especificamente as crônicas, comportam tal perspectiva, visto que os aspectos da realidade estão todos (ou quase todos), fundamentando-se a partir de questões pessoais, íntimas. E, sendo a crônica um espaço propício para as histórias da humanidade, cabe aos cronistas embrenharem-se pelos caminhos (conflituosos ou não) que apresentam a essência da formação do homem.

Ao considerar o percurso da cronista Rachel de Queiroz, enquanto voz do universo literário feminino, o *corpus ficcional* selecionado priorizará duas perspectivas, com base em uma pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo.

A primeira dar-se-á no âmbito da intimidade do enunciador, o *eu* pressuposto, instância responsável pela criação dos elementos do texto, que é estabelecida com o enunciatário, criando uma proximidade quase que presencial, em que serão verificados os processos que estabelecem essas ligações, como na crônica “Bilhete ao meu leitor de domingo”, do livro *A donzela e a moura torta* (1948), onde o *eu* do cronista fala, diretamente, com seu leitor dominical, para se justificar perante o fato de não estar em condições de escrever uma crônica naquele

determinado domingo, em função de uma gripe forte, e acaba expondo certas situações pessoais para abonar a falta do pretendido texto.

Ainda sob essa perspectiva, a privatização de determinados acontecimentos será verificada, para se considerar a família como segundo ponto a ser observado. Essa parte da análise será concluída com a verificação da ligação incondicional do enunciador com o sertão, momento em que a região Nordeste do Brasil receberá destaque, diante do estudo de algumas crônicas de Rachel de Queiroz em que há a representação da ligação desse enunciador com a terra, seus sabores e dissabores.

Nesse capítulo de análise da intimidade do enunciador racheliano, ideias como a de Anthony Giddens (1993), sobre a democratização da vida pessoal, projeto do qual as mulheres, com maior dificuldade, conseguiram participar, serão consideradas, para trazer à tona as implicações de certas situações privadas que, na esfera pública, acabam sendo abertas a todos.

O segundo momento da análise do *corpus* selecionado acontecerá diante da perspectiva da intimidade exposta por Rachel de Queiroz, em suas crônicas, em que serão analisados três aspectos: 1) a intimidade nos relacionamentos pessoais, considerando a complexidade dos vínculos humanos; 2) a exposição da intimidade, com o olhar sobre os fatos pessoais que se tornam públicos; 3) a instauração da intimidade, que vai do privado ao público e do público ao privado, reforçando a ideia de Giddens (1993) de que a vida íntima e a vida pública estão mais próximas do que se pensa, ao considerar os vínculos existentes e estabelecidos entre ambas, como é apresentado na crônica “Namorados”, do livro *O brasileiro perplexo* (1963), em que o narrador revela as faces do namoro na cidade do Rio de Janeiro: uma situação que deveria ser íntima, mas que acontece nos espaços públicos, debaixo da atenção e dos cuidados das “autoridades”, “a fim de proteger a família” (QUEIROZ, 1963, p. 178).

Rachel de Queiroz, segundo Heloisa Buarque de Hollanda, encontrou na crônica o espaço onde melhor registrou suas lembranças, suas opiniões, seus afetos e até suas inquietações. Portanto, foi nesse espaço em que conseguiu registrar (e estabelecer) a sua intimidade, de forma a apresentar ao seu público leitor as ligações que a rodeavam. Ao falar de sua terra natal, de sua família, de suas descobertas, de suas indignações, enfim, de suas vivências, a cronista criou um elo entre seu público e si mesma, estabelecendo, no gênero em questão, a

máxima que pregou em muitos de seus escritos: “O homem vive só um dia, mas nesse dia vive como se fosse para sempre.”.

Na cotidianidade, por mais breves que se configurem os relacionamentos e as ligações, há de haver intimidade, mesmo que essa seja invadida, exposta ou articulada. De tal modo, por meio de uma linguagem que se aproxima da oralidade, diante do que essa linguagem apresenta de mais original, espontâneo e expressivo, Rachel de Queiroz estabelece um clima de intimidade com o leitor e com o seu objeto, o que torna possível a realização da pesquisa proposta.

Finalmente, com essa parte conclusiva de análise do trabalho, espera-se confirmar o propósito desta pesquisa de salientar a importância das crônicas literárias como uma forma de representação, de exposição e de reflexão sobre os vínculos existenciais e as questões pertinentes à intimidade nesse contexto. Num mundo em que as relações afetivas não dependem, apenas, das necessidades e das vontades do homem, mas sim de todo um encadeamento de ações individuais e coletivas, é preciso considerar o entorno dessas realizações e não esquecer a delicadeza e a vulnerabilidade que têm acometido os vínculos pessoais.

No caso da cronista Rachel de Queiroz, espera-se comprovar que essa exposição do íntimo vai muito além de uma questão de sedução e de sexualidade. E que, diante de toda a fragilidade e a liquidez dos vínculos afetivos, há uma tentativa de preservação dos relacionamentos pessoais, por mais que as circunstâncias e os contextos não estejam, a todo momento, em consonância com essas realizações.

Trata-se de uma incorporação, por parte da cronista, de conceitos essenciais e particulares, que objetivam acrescentar parte fundamental da substância humana aos seus escritos, trazendo à tona questões privadas totalmente capazes de apresentar e de representar os indivíduos em suas investidas sociais, tanto nas esferas privadas, quanto nos domínios públicos.

Independente do espaço em que se dá, quando a intimidade é exposta e considerada nos textos cronísticos rachelianos, há a emergência, talvez, da grande forma de expressão dos sujeitos nas sociedades modernas.

Completando a parte formal desta tese, após a análise das crônicas selecionadas e as considerações finais, seguirão os anexos, contendo, na íntegra, todas as crônicas analisadas durante este trabalho.

1 A INTIMIDADE

1.1 UMA QUESTÃO, MUITAS PERSPECTIVAS

A intimidade é um terreno de visão e uma expectativa de relações humanas. É a localização da experiência humana, de tal modo que aquilo que está próximo às circunstâncias imediatas da vida se torna dominante (SENNETT, 1998, p. 412).

Ao eleger a intimidade como objeto central de análise dentro dos estudos literários, é preciso levar em conta que se trata de uma questão inerente a diversos campos do saber, como a Filosofia, a Psicologia e a Sociologia. Assim, verificar a representação da intimidade, em um determinado conjunto de produções literárias, requer certa reflexão acerca das várias perspectivas teóricas que se debruçam sobre essa questão.

Mesmo considerando o fato de que essas reflexões não devem impor um modelo de análise, diminuindo ou desmerecendo o caráter aberto e artístico das produções literárias, há que se considerar a necessidade da busca de um entendimento a respeito dessas instâncias para que o estudo se dê por completo e de forma consistente.

Entendendo que o propósito desta pesquisa é possibilitar um novo enfoque, diante de algumas crônicas produzidas no século XX e início do século XXI, partindo de um diálogo possível com determinados conceitos filosóficos, psicanalíticos e, também, sociológicos, para que a representação literária da condição humana seja examinada em sua proporção mais íntima, cabe, aqui, uma verificação daquilo que permeia as novas sociedades: homens e mulheres num processo de conhecimento, de reconhecimento e de desmistificação das relações que compõem a sua própria vida, diante de certas ações e, ainda, das reações que advêm dessas ações. Pois, com efeito:

Os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe completamente o que está fazendo, que sempre vem a ser “culpado” de consequências que jamais pretendeu ou previu; que, por mais desastrosas e imprevistas que sejam as consequências do seu ato, jamais poderá desfazê-lo; que o processo por ele iniciado jamais se consuma inequivocamente em um único evento, e que seu verdadeiro significado jamais se desvela [...] (ARENDDT, 2010, p. 291).

Ao estabelecer uma teia de relações humanas, os indivíduos tornam-se vulneráveis a sua própria criação. E, diante dos enredos que se formam em seu entorno, aqueles que, antes, eram considerados autores e agentes dos próprios atos, confundem-se no caminho traçado, podendo até se tornarem vítimas e, ainda, totalmente passivos perante a própria existência.

Muitos são os que se dedicam às questões ligadas à intimidade. Nomes como os de Anthony Giddens, Giorgio Agamben, Julia Kristeva, Jürgen Habermas, Mary Del Priore, Michel Foucault, Mirian Goldenberg, Platão, Richard Sennett, Sigmund Freud, Theodor Adorno, Zygmunt Bauman, são alguns dos que já voltaram suas pesquisas e sua escrita ao levantamento de questões a respeito da vida íntima, estabelecendo a possibilidade da verificação dessa área diante de diferentes perspectivas teóricas.

Cabe salientar que as experiências íntimas não mais dizem respeito apenas ao domínio do erotismo e da sexualidade. É preciso estender essa questão a todos os comportamentos humanos e, do mesmo modo, aos movimentos das mulheres e dos homens nas mais diversas relações sociais que, mesmo as mais íntimas, têm sido expostas ao público e apresentadas nas produções literárias, especialmente na crônica, gênero este, próprio do cotidiano, em que os pequenos recortes, aqueles capazes de golpear a grandiloquência, são caminhos seguros para se expor a natureza efêmera das relações íntimas na contemporaneidade.

Assim, diante de todas as expectativas e das possibilidades das relações humanas, encontra-se, então, a intimidade, como parte integrante daquilo que possibilita ao indivíduo envolver-se e ir ao encontro de certas circunstâncias imediatas da vida que, por vezes, tornam-se parte dominante e propiciadora das ligações entre os seres. Ligações essas, que se explicam e se fazem entender a partir de perspectivas variadas, com o intuito de que o homem seja captado em sua essência e toda a sua complexidade.

1.2 A TRANSFORMAÇÃO DA INTIMIDADE

No momento, abriu-se um abismo emocional entre os sexos, e não se pode dizer com qualquer certeza quanto tempo ele levará a ser transposto (GIDDENS, 1993, p. 11).

O sociólogo Anthony Giddens, em seu livro *A transformação da intimidade* (1993), aborda o assunto das relações íntimas com o intuito de revelar as transformações que o amor, o erotismo e a sexualidade vêm sofrendo na sociedade contemporânea. Para Giddens, essas mudanças são reais, interferem na vida íntima dos indivíduos e podem ser analisadas sob dois pontos de vista: a intimidade pode ser tirânica, se encarada como uma exigência dos relacionamentos, ou pode ser libertadora, quando constituída diante de uma possível negociação nos vínculos pessoais.

Segundo o autor, os laços entre a vida íntima e a vida pública estão cada vez mais fortes, consolidando a possibilidade da troca da exigência pela instauração da negociação: “Intimidade significa a revelação de emoções e ações improváveis de serem expostas pelo indivíduo para um olhar público mais amplo” (GIDDENS, 1993, p. 153-154). Improváveis, talvez sim. Mas, no contexto social atual, impossíveis, não! Por isso, estabelecem a criação de vínculos entre o privado e o público. É a “democratização do domínio interpessoal”, que surge como uma consequência das circunstâncias que envolvem os relacionamentos.

Na crônica “Acontece que Deus é grande”, de Rubem Braga, inserida no livro *Um cartão de Paris* (1998), o cronista inicia seu texto com a seguinte afirmação:

Recebo a carta de uma senhora evidentemente culta; uma carta de quem não deseja precisamente nada, a não ser contar sua insatisfação na vida. Quem escreve em jornal ou revista está habituado a esse tipo de correspondência; protegida pelo anonimato, uma pessoa que se sente solitária e triste vem entreabrir sua alminha para o cronista, numa vaga ânsia de compreensão e apoio (BRAGA, 1998a, p. 111).

A senhora apresentada por Rubem Braga, escreve ao autor expondo certas questões íntimas, na ânsia de receber dele determinado apoio. Diante de sua condição, escrever a um “estranho”, contando situações particulares, proporciona à remetente um mínimo de esperança. O próprio cronista segue falando que essas

cartas são escritas por mulheres infelizes, que tiveram experiências amorosas ruins, que geralmente vivem no tédio ou na solidão e que encontram, nesse feito, uma forma de não ficarem à margem: certo tom confessional toma conta da situação e permite, à locutora, expressar-se e, talvez, amenizar a sua situação, diante da possibilidade de “falar” e de ser “ouvida”.

Por meio dessa aproximação, a formação de laços pessoais torna-se inevitável e, ao mesmo tempo, responsável pelo estabelecimento de um relacionamento. No livro *As consequências da modernidade* (1991), Giddens trata dessa questão, com o intuito de explicar que os indivíduos estabelecem essas ligações guiados pela mutualidade e pela autorrevelação. Os seres se abrem uns aos outros, apropriando-se das circunstâncias advindas da vida cotidiana para que haja um estreitamento das distâncias que os unem. Com isso, correm riscos e até enfrentam perigos, permitindo-se vivenciar situações que os levam ao estabelecimento de ligações subjetivas, com aqueles que o cercam, buscando a prática do autoconhecimento e, também, do conhecimento do outro.

Mesmo expondo questões consideradas íntimas, que segundo determinadas normas e certas convenções deveriam ser preservadas, a senhora escreve e fala sobre a sua vida para uma pessoa com a qual não tem um relacionamento tão próximo, para um escritor das massas, alguém que, na melhor das suposições, lerá o escrito e comentará sobre o mesmo em uma crônica ou em uma coluna, como algo comum e de uma forma impessoal, como o próprio autor declara:

O pior é que o resultado dessa “ousadia” é sempre o mesmo: nenhum. Que diabo poderá fazer o cronista, que não é padre nem analista, mas apenas um homem comum, de vida comumente também atrapalhada e triste, para ajudar alguém? Na melhor hipótese apenas algumas vagas palavras boas do gênero mais banal (BRAGA, 1998a, p. 112).

A mulher escreve para o autor, falando sobre suas intimidades, sem se importar em exteriorizar aquilo que lhe é particular. Diante de uma sociedade modificada, sua vida íntima também necessita de transformações: talvez, compartilhar algo particular, mesmo sob a tutela do anonimato, represente a ação libertadora apontada por Giddens, a partir do momento em que as questões íntimas

deixam de ser uma exigência e tornam-se uma possibilidade de troca e de negociação nos vínculos pessoais.

Ainda sob essa perspectiva, de acordo com Michel Foucault (1988), o ato de falar a respeito das questões íntimas, especialmente sobre o sexo, não é regulado pelas proibições, mas sim pelos discursos que se criam. E, dessa forma, a leitora de Rubem Braga encontra consolo no fato de poder expor seus anseios e também partilhá-los, deixando de lado a hipocrisia contida em certas formas de silêncio e de repressão, criando seu próprio discurso e, conseqüentemente, instaurando a sua libertação pessoal.

O cronista não consegue atender aos anseios da senhora e não resolve os problemas dela. Mas, aproveita a situação e acaba estabelecendo uma ligação mais íntima com a mesma, revelando, também, suas particularidades. Sendo assim, reforça a ideia de que há, mesmo, um domínio da democratização da intimidade na esfera pública:

Aconselho minhas desconhecidas amigas a escrever para Rachel de Queiroz, que é mulher e altamente inteligente e sensível; talvez ela lhes possa dizer alguma palavra realmente útil ou, pelo menos, consoladora. [...] Eu de mulheres não entendo nada e de mim mesmo, pouco. Não tenho sequer uma filosofia de vida [...] (BRAGA, 1998a, p. 113).

Nesse caso, a “desconhecida amiga” e Rubem Braga podem ser analisados sob a ótica da antropóloga Mirian Goldenberg (2010) que, atenta observadora da vida cotidiana, chega à conclusão de que a intimidade é estabelecida de formas diferentes para as mulheres e para os homens. No caso da personagem, o fato de o cronista ler a carta, de certa forma ouvi-la e de compartilhar com ela determinadas circunstâncias, cria entre eles uma “intimidade emocional”, aquela necessária para que a interlocutora se sinta menos oprimida e menos solitária. Para o autor, que mal domina as suas próprias agruras, estabelece-se certo nível de intimidade, em que ele, após um julgamento da situação, sente-se à vontade para “repartir” suas próprias divagações.

Conforme Goldenberg, de uma forma geral, os “homens têm uma visão prática da intimidade. É uma intimidade objetiva. Já as mulheres têm uma percepção reflexiva da intimidade. É uma intimidade subjetiva” (GOLDENBERG, 2010, p. 15). Ambos estão inseridos no processo das relações pessoais, mas

acolhem essa proximidade de formas diferentes, ora aceitando que determinado nível de aproximação se estabeleça, ora refutando qualquer tipo de contato mais próximo, que possa vir a propiciar uma situação íntima.

O autor do livro *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (1998), Richard Sennett, também estabelece, nessa obra, uma aproximação entre os termos “intimidade” e “tirania”, analisando como a valorização exagerada da intimidade interfere no andamento das relações pessoais. Segundo o autor, a relevância que se tem dado à intimidade, na vida contemporânea, é a responsável pela decadência da vida pública.

A intimidade é uma tirania, na vida diária [...] Não é a criação forçada, mas o aparecimento de uma crença num padrão de verdade para se medir as complexidades da realidade social. É a maneira de se enfrentar a sociedade em termos psicológicos. E na medida em que essa tirania sedutora for bem-sucedida, a própria sociedade será deformada (SENNETT, 1998, p. 412).

Sennett atribui essa característica à intimidade, à medida que percebe o surgimento de um novo padrão de verdade, quando diante dos caminhos tomados na inovada realidade social. Mais uma vez, a vida íntima aparece em confronto com a vida pública, criando certas frustrações, estabelecendo conflitos e proporcionando um jogo de interesses nas relações humanas. A cidade aparece, nesse contexto, como um “instrumento da vida pessoal”: é nesse espaço que as desigualdades, as complicações, os interesses e os anseios mostram-se claramente e tornam-se norteadores das experiências sociais que, na visão do sociólogo, adquirem certo caráter negativo.

No entanto, o autor se faz valer de uma contradição para amenizar a sua observação: “a própria tirania pode ser algo de mais sutil” (SENNETT, 1998, p. 411), pois, quanto mais próximas as relações, mais entusiasmados são os encontros pessoais que, na maioria das vezes, assumem importante papel no estabelecimento das ligações humanas. Dessa forma, o caráter tirânico da intimidade e a negatividade assinalada por Richard Sennett perdem forças e dão lugar à expectativa diante dessa situação, uma vez que a probabilidade da destruição das barreiras individuais torna-se mais palpável e, por consequência, totalmente possível.

Diante dessas constatações, ainda que exista, mesmo, certo caráter tirânico no âmbito da intimidade, em consonância com as ideias de Richard Sennett, encontra-se a fala de Fedro, em *O banquete*, de Platão (2012), de que as ligações íntimas, especialmente no tocante ao amor, levam a um cuidado nas próprias ações pessoais e sociais.

Sendo assim, há a possibilidade da existência de um espaço público melhorado em consequência de certas atitudes privadas, como na crônica “Acontece que Deus é grande”, em que Rubem Braga não se sente capaz de solucionar os problemas de sua leitora, tampouco de orientá-la, pois ele mesmo se considera desorientado. Mas, não a deixa sem uma palavra de conforto e a aconselha, para que, de certa maneira, a senhora se sinta menos angustiada e encontre uma nova possibilidade de estabelecer um desabafo, que seja confessional, mas também, regenerador:

De tudo concluiremos uma coisa velha: que a vida é triste. O que, por mim, faço é – vá lá! – posso aconselhar às minhas missivistas é aceitar essas tristezas sem fazer nada para agravá-las; lutar sempre, e bravamente, por um pouco de beleza, de bondade, de alegria. E, mesmo sem acreditar em outro mundo, ou talvez por isso, repetir com convicção, com fé, que Deus é grande (BRAGA, 1998a, p. 114).

Se a intimidade, em sua constituição, vem sofrendo transformações constantes, colocando os indivíduos frente a inúmeras e adversas situações, cabe, diante dessa constatação, uma reavaliação do comportamento humano para que se compreenda o papel e a configuração do homem em qualquer espaço onde o mesmo esteja ou se faça sentir presente.

Assim, com a emergência da modernidade, os laços emocionais pessoais adquirem *status* de inerência à própria vida, tornando-se capazes de estabelecer uma forma de comunicação, de cooperação e até de compromisso perante o outro, mesmo que isso represente a sua autodesconstrução, no desejo de tentar construir o que se mostra essencial para o convívio com o outro.

1.3 A NOVA ESTRUTURA FAMILIAR

Família! Família!
 Papai, mamãe, titia
 Família! Família!
 Almoça junto todo dia
 Nunca perde essa mania...

Mas quando a filha
 Quer fugir de casa
 Precisa descolar um ganha-pão
 Filha de família se não casa
 Papai, mamãe
 Não dão nem um tostão...
 (TITÃS, Família. In: *Cabeça dinossauro*, WEA: 1987).

As reflexões de Jürgen Habermas (1984), acerca da família como a instituição original das questões da privacidade e, ao mesmo tempo, o palco central das transformações dessa questão ao longo dos tempos, também constituem importante contribuição para esta pesquisa, visto que trazem à tona ponderações sobre a formação de uma privacidade ligada ao público, uma privacidade cada vez mais exposta e partilhada.

As mudanças ocorridas na estrutura familiar, partindo da reestruturação dos espaços, onde os ambientes comuns das famílias cederam lugar aos particulares, criaram determinado isolamento: se por um lado, com o aumento dos espaços privados, a casa tornou-se mais habitável para o indivíduo, por outro, tornou-se mais estreita e, conseqüentemente, mais pobre no que diz respeito ao convívio da família. Com isso, conforme Habermas, as “festas familiares tornam-se noitadas em sociedade, a sala da família torna-se sala de recepção, em que as pessoas privadas se reúnem num público” (HABERMAS, 1984, p. 62). E se isso começou a acontecer com as famílias burguesas, em épocas remotas, não é muito diferente do que se vê nas sociedades contemporâneas, em que novos arranjos familiares vão se estabelecendo, à medida que a intimidade adquire novas faces e inusitadas formas de representação.

Na crônica “Os namorados da filha”, de Moacyr Scliar, publicada, originalmente, em 26 de abril de 1998, na revista *Zero Hora* e, posteriormente, no livro *Boa companhia: Crônicas* (2005), da Companhia das Letras, o cronista apresenta, aos seus leitores, a seguinte situação: filha adolescente anuncia ao pai que irá “dormir” com o namorado.

Quando a filha adolescente anunciou que ia dormir com o namorado, o pai não disse nada. Não a reprimou, não lembrou os rígidos padrões morais de sua juventude. Homem avançado, esperava que aquilo acontecesse um dia. Só não esperava que acontecesse tão cedo (SCLIAR, 2005, p. 205).

Em uma sociedade renovada, o pai se mostra totalmente antenado aos novos padrões morais. Deixa de lado todo o discurso moralista de sua época e acaba aceitando a situação, como se fosse algo perfeitamente normal. E o autor ainda afirma que o mesmo já esperava por essa situação, algo até comum nas sociedades atuais. Talvez, não tão cedo assim, mas já esperava por tal acontecimento. Sua única imposição era a de que os dois dormissem na casa da moça. Condição que foi, prontamente, aceita, em função da comodidade de se ter uma “vida amorosa em domicílio”. O que poderia ser melhor do que isso?

O namorado também aceita a proposta, afinal, a partir de então, passaria a desfrutar das regalias familiares da pretendente, além de ter um lugar seguro e confortável para as suas relações íntimas. Dessa forma, o sexo entre o casal, uma questão essencialmente privada, que poderia ser considerada como uma irrelevância pública, ganha uma nova versão e passa a ser compartilhado, porque:

A família é um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e pelo poder, delimitando a livre competição através de fronteiras entre membros e não membros; substituindo o comércio livre e o combate perpétuo por direitos e obrigações. Como tal, a família é uma instituição social, a mais antiga e mais disseminada de todas (THERBORN, 2011, p. 11-12).

O pai aceita o pedido da adolescente, negocia certas condições e passa a fazer parte da vida íntima do casal, pois a convivência, agora, acontece na casa da família, um espaço, antes, comum, mas que se rende a questões particulares: “É um mundo de negociação sexual, de ‘relacionamentos’, em que as novas terminologias de ‘compromisso’ e ‘intimidade’ vieram à tona” (GIDDENS, 1993, p. 17). A casa deixa de ser um ambiente de convivência estritamente familiar para atender às necessidades particulares da filha adolescente.

Dentro da família passa a existir o indivíduo, aquele que exige certa privatização de determinadas circunstâncias:

Nossa sociedade se encaminha para famílias “informais”. Mas foi também dentro da família que os indivíduos conquistaram o direito de ter uma vida privada autônoma. De certa forma, a vida privada se desdobra: no interior da vida privada familiar surge agora uma vida privada individual (PROST, 2009, p. 53).

Essa vida privada individual nasce carregada de miudezas que podem entrar em confronto com o todo do grupo familiar, que apresenta suas próprias atribuições, que não precisam ser pensadas, necessariamente, a partir da individualidade de cada membro componente do conjunto.

Surgem, então, as negociações. E, frente a essas combinações e à nova constituição familiar, um dia, o namorado da filha some! A partir daí, muitos outros vêm:

Breve, o homem descobriria que constância não era uma característica fundamental de sua filha. Os namorados começaram a se suceder em ritmo acelerado. Cada manhã de domingo, era uma nova surpresa: este é o Rodrigo, este é o James, este é o Tato, este é o Cabeça. Lá pelas tantas, ele desistiu de memorizar nomes ou mesmo fisionomias. Se estava na mesa do café-da-manhã, era namorado (SCLIAR, 2005, p. 206).

A casa da família torna-se um espaço destinado aos encontros íntimos da filha adolescente que, sem nenhum receio, faz valer todas as prerrogativas dessa condição: sem ressalvas ou constrangimentos, leva seus múltiplos namorados ao convívio doméstico, não se importando em transformar o ambiente familiar em um espaço privado, demonstrando o novo estágio em que a intimidade se vê chegar: o que se passa, agora, no universo doméstico pertence, em primeira instância, à vida privada individual.

Assim, a privacidade familiar, que sempre estivera vinculada a certo domínio social, por meio de direitos e de obrigações que foram prescritos, institucionalizados e proscritos por organizações políticas e religiosas, tem sua fundamentação desestruturada:

Os vínculos [...] podem ser distantes e/ou tênues, perdidos nos labirintos das estruturas de poder das famílias individuais ou, então, modificados pelos costumes locais ou provincianos. Uma visão global da família terá de aprender algo da diversidade na qual existem esses poderosos cânones da autoridade (THERBORN, 2011, p. 13).

Tal fato leva o pai da moça a extremos no tocante à presença de tantos rapazes. Tudo se torna muito natural. Até mesmo em suas idas ao banheiro, madrugada afora, ao se deparar com um dos galãs, por mais que o encontro fosse inesperado, os cumprimentos eram, sempre, simpáticos. Até culminar em mais um esbarrão com um desconhecido namorado que, na manhã seguinte, vem a saber que não se trata de mais um “Don Juan”, mas sim de um ladrão, tratado como íntimo da família e convidado por ele próprio a “ficar à vontade”, pois “a casa também era dele”.

Perante toda essa confusão no ambiente familiar, ao pai resta apenas lamentar o ocorrido. Mas, mais do que isso, consolar-se diante do fato: “aquele, pelo menos, não fizera estrago no café-da-manhã” (SCLIAR, 2005, p. 206).

De certa forma, em presença desse novo arranjo estrutural da família, o provedor se sente aliviado, pois o espaço da mesa do café, até então utilizado para a exibição da intimidade da adolescente, agora voltaria a ser, mesmo que por um curto tempo, o espaço da família. Esse ambiente doméstico, que servira de cenário para a exibição dos relacionamentos da moça, teria, novamente, uma atmosfera familiar.

A respeito dessa nova condição familiar, conforme Marlise Matos, em *Reinvenções do vínculo amoroso* (2000), essa instituição perdeu muito para tornar legítimos os comportamentos afetivos e sexuais de seus filhos e de suas filhas. A partir da necessidade de uma adaptação aos novos conceitos sociais, meios, critérios e estratégias foram criados para que a continuidade dos relacionamentos não fosse, apenas, uma questão utópica, mas sim, uma realidade possível de ser vivida.

Diante dessa constatação e das transformações sociais, no que diz respeito ao sujeito, à família e às comunidades, Marlise Matos (2000) estabelece “cinco grandes fatores”, que se articulam e que permitem, aos indivíduos, chegar ao conhecimento da sua atual condição: 1) a transformação do sistema capitalista, que trouxe à tona certas mudanças no mercado de trabalho assalariado, em que todos passaram a fazer parte, inclusive as mulheres; 2) a luta pelos direitos civis e em prol das minorias, buscando a segurança, independentemente da raça, do credo ou da cor; 3) a individualização das mulheres, que passaram a exercer um papel diferente na sociedade; 4) o controle tecnológico sobre a reprodução humana, que permitiu desvencilhar a questão da reprodução da sexualidade; 5) a visibilidade mais

expressiva das questões pertinentes ao gênero, especialmente no que diz respeito aos movimentos *gays*, de lésbicas, de bissexuais ou de transexuais.

Todos os aspectos levantados conduzem os sujeitos ao encontro do que a modernidade tem apresentado e proporcionado à instituição familiar, particularmente, no que diz respeito à intimidade na “modernidade tardia”, aquela que se constitui marcada pelas reinvenções do vínculo afetivo, amoroso e sexual. E, consoante Marlise Matos: “Se já não é fácil inventar, vocês imaginem reinventar.” (2000, p. 17).

O pai apresentado por Scliar pode, certamente, ser entendido por meio das observações de Marlise Matos, pois o mesmo passa por um processo de descoberta de uma nova construção familiar, negocia com a filha perante uma situação inusitada, perde a noção de sua condição de patriarca e se vê diante de uma relação “reinventada” com sua herdeira e desta com os seus ascendentes. Fragmentação e multiplicação dos vínculos tornam-se o norte da vida privada da família que, de uma forma complexa e insólita, reestrutura-se e conduz a vida à então referida “modernidade tardia na sociedade brasileira” (MATOS, 2000, p. 20).

O que ocorre com a família da crônica de Moacyr Scliar não é apenas um arrefecimento da vida particular. Mais que isso, conforme Giddens (1991), é uma diminuição da vida pessoal em função de preceitos impessoalmente organizados, em função de objetivos particulares, que deixam à mostra a interdependência entre o público e o privado: “A vida pessoal e os laços sociais que ela envolve estão profundamente entrelaçados com os sistemas mais abstratos de mais longo alcance” (GIDDENS, 1993, p. 123).

Segundo o sociólogo sueco, Göran Therborn (2011), essa desestruturação da família e a “secularização da sexualidade” aconteceram num contexto conturbado, mas propício à libertação (mesmo que ilusória, em alguns pontos) de certas normas religiosas e de algumas regras que consideravam pecaminosa toda forma de relação sexual exercida fora do casamento ou por puro prazer, sem a intenção da procriação.

Sendo o sexo a mais particular de todas as práticas íntimas e um dos pontos desse aspecto que se desprendeu das convenções nessa nova composição da vida privada, mais do qualquer coisa, essa “revolução” no convívio familiar chocou em determinado momento. Mas, acabou se tornando parte das

estatísticas, que alegam ser essa a nova forma de relacionamento e de representação das famílias e dos vínculos pessoais modernizados.

Quando a intimidade acontece dentro das relações familiares e, diferentemente de outras épocas, mostra-se alicerçada na efemeridade, o que se percebe é certa fragilidade e uma propensa incerteza no que diz respeito às relações humanas, que acabam se firmando em presença das inconstâncias e dos desencontros. E essas características, às vezes, criam determinada apatia, certo desprendimento do outro, indefinição de valores, cinismos e até uma tendência ao estabelecimento dos vínculos íntimos, dentro das famílias, de uma forma totalmente desestruturada e, conseqüentemente, desestabilizadora.

1.4 A FRAGILIDADE DOS VÍNCULOS HUMANOS

O que nos salva da solidão é a solidão de cada um dos outros. Às vezes, quando duas pessoas estão juntas, apesar de falarem, o que elas comunicam silenciosamente uma à outra é o sentimento de solidão (LISPECTOR, 2010a, p. 53).

Há, na modernidade, o constante contato com o risco: os indivíduos colocam-se em situações em que, geralmente, são reduzidos e caracterizados sob o aspecto do descartável. Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (2001), nessa sociedade mutante, todos os aspectos da vida humana são afetados pelas constantes transformações. E o advento da “liquidez”, orientado pela instabilidade, gera realizações individuais em que, de forma marcante, os relacionamentos não mais se solidificam e, praticamente, não sobrevivem por muito tempo.

No que diz respeito à fragilidade dos vínculos humanos, Bauman diz que, mediante o sentimento de insegurança que se instalou entre os homens, o surgimento de desejos contraditórios, o estabelecimento de laços ora apertados, ora frouxos, tornou-se algo natural e constante. Num mundo ligado ao individualismo, mesmo dentro dos relacionamentos, “sonho e pesadelo” surgem lado a lado, constituindo uniões capazes de interligar um ao outro, levando, também, à transformação de um no outro.

“Relacionamento” é o assunto mais quente do momento, aparentemente o único jogo que vale a pena, apesar de seus óbvios riscos. [...] é possível buscar “relacionamentos de bolso”, do tipo de que se “pode dispor quando necessário” e depois tornar a guardar. Ou [...] os relacionamentos são como a vitamina C: em altas doses, provocam náuseas e podem prejudicar a saúde (BAUMAN, 2004, p. 10-11).

Existem relacionamentos que se constroem em cima de uma base extremamente sólida, alicerçados nas mais firmes convicções. No entanto, há aqueles que mal se constroem e já são desfeitos ou, ainda, aqueles que, de raízes tão superficiais, acabam se desprendendo do seu alicerce. Mas, há, também, os relacionamentos que nascem desestruturados, totalmente fora de um embasamento, mas que são inclinados mesmo a isso, no sentido de acompanhar a contínua e constante qualidade de mutação da nova configuração da vida íntima. Assim, as ansiedades e os riscos da convivência, quer aconteçam nos vínculos amorosos, familiares, sociais ou casuais, são colocados diante dos seres humanos que, de uma forma ou de outra, vivenciam e estabelecem os arranjos das novas ligações pessoais.

Na crônica “Leasing de amor”, de Martha Medeiros, publicada no livro *Non Stop: crônicas do cotidiano* (2001), a autora apresenta aos seus leitores a sua própria definição de amor e de casamento nos ditos tempos modernos, uma revelação, segundo a cronista, das possibilidades de relacionamentos no novo mundo:

O mundo acompanha os avanços da ciência e da tecnologia e eu me pergunto: só o casamento não evolui? Sendo o matrimônio um sacramento, desconsidera-se qualquer ajuste, e assim continuamos a ver homens e mulheres presos, literalmente, num acordo que nem sempre corresponde às expectativas do casal (MEDEIROS, 2001, p. 251).

A cronista coloca em pauta uma possível falta de evolução do casamento. Para ela, homens e mulheres vivem presos a esse sacramento, sem nem ao menos poderem questionar essa instituição que, conforme os apontamentos da escritora, está em desuso. Ela segue falando que, hoje, é necessário haver uma conscientização de que o “para sempre” não mais existe. Dessa forma, pode-se fazer uma alusão aos preceitos de Zygmunt Bauman (2009) que, em seu livro *Vida Líquida*, comenta sobre a falta de uma direção única no tocante ao ser social,

quando diante de relacionamentos íntimos: se antes os casamentos eram realizados com o intuito de se chegar ao “até que a morte os separe”, nas sociedades atuais, esse “para sempre” “sempre acaba”.

No fundo, a gente sabe que o “para sempre” fica longe demais da realidade, mas ainda nos apegamos a esta ilusão de infinitude. Somos românticos o suficiente para achar que um grande amor não se esgota, e cultivamos esta crença porque, do contrário, passaríamos por cínicos: te amo hoje, amanhã não sei (MEDEIROS, 2001, p. 251).

Diante da fragilidade dos laços humanos, Bauman (2004) comenta sobre o fato de os seres se apaixonarem e se desapaixonarem, com uma certa facilidade, ato até então incompreendido e inaceitável. Para o autor, não se aprende a amar, pois o amor, como a morte, aparece do nada e mais de uma vez. Mas, por outro lado, trata-se de um sentimento que ocupa um *status* diferenciado dos demais, visto que todos estão propensos ao amor e ao desamor. Segundo o escritor, os seres humanos são vulneráveis e suscetíveis a esse sentimento.

Diante de uma “sociedade líquido-moderna”, as realizações acabam não se solidificando, porque tudo se desfaz facilmente: num momento, têm-se em mente certas intenções que, posteriormente, podem ser substituídas. As estratégias e as condições que são estabelecidas para a realização das ações podem, facilmente, serem trocadas por outras que se apresentem mais propícias à ocasião. Está cada vez mais difícil instituir metas em longo prazo. O que há, nessa nova ordem social, é o que se pode chamar de uma sucessão de reinícios, em que os indivíduos se veem em tempos de busca de novas prioridades.

No tocante à vida íntima, nesse caso, em relação ao amor, os sucessivos finais acabam sendo, de certa forma, explicados:

Há bases bastante sólidas para se ver o amor, e em particular a condição de “apaixonado”, como – quase que por sua própria natureza – uma condição recorrente, passível de repetição, que inclusive nos convida a seguidas tentativas. [...] Pode-se supor (mas será uma suposição fundamentada) que em nossa época cresce rapidamente o número de pessoas que tendem a chamar de amor mais de uma de suas experiências de vida, que não garantiriam que o amor que atualmente vivenciam é o último e que têm a expectativa de viver outras experiências como essa no futuro. [...] a definição romântica de amor como “até que a morte nos separe” está decididamente fora de moda, tendo deixado para trás seu tempo de vida útil em função da radical alteração das estruturas de parentesco às quais costumava servir e de onde extraía seu vigor e sua valorização (BAUMAN, 2004, p. 19).

Martha Medeiros (2001), na crônica “Leasing de amor”, deixa bem evidente essa nova condição dos relacionamentos íntimos. A autora, conforme o próprio título demonstra, fala de relacionamentos que, hoje, são passíveis de mudanças: não que haja um contrato, determinando prazo de validade, mas, “a idéia é entrar na relação sabendo onde fica a porta de saída” (p. 252), porque, em consonância com Zygmunt Bauman, a cronista compartilha da tese de que é da natureza do amor e da intimidade viver num constante enigma quando em presença do outro, porque amar e se envolver denota certo desprendimento, trata-se de aproveitar o bônus que se recebe com esse sentimento, mas também, encarar o ônus que advém dessa ligação.

Segundo a autora, o caminho é mesmo este: muitos relacionamentos íntimos e mais de um casamento, estabelecendo uma nova estrutura familiar, que deixará de ser a exceção para configurar-se como regra no contexto social contemporâneo, em que o “final feliz” cederá lugar a vários finais, predispostos a múltiplos recomeços, quer sejam eles felizes ou não.

E Martha Medeiros encerra sua crônica, questionando essa atual configuração do amor em tempos de transformação da intimidade:

Muitas perguntas ficam no ar. Se não estaremos perdendo o romantismo, se não estaremos sendo egoístas, se é possível evitar as dores da rejeição. Não tenho respostas. Só sei que há um número enorme de pessoas que se sentem traídas porque acreditaram numa idéia de amor que já não se sustenta. A Igreja nos prepara para o fim da vida terrestre, mas não nos prepara para o fim de um amor. Cabe a nós romper com o conceito de amor definitivo e abrir os braços para os amores provisórios (MEDEIROS, 2001, p. 252).

Com essa constatação, expõe-se, aqui, a configuração de uma “relação de bolso”, ligação assim nomeada, no livro *Amor líquido* (2004), de Zygmunt Bauman, pelo fato de compreender uma afinidade em que a curta duração é característica notória. Nesse tipo de relacionamento, não existe espaço para o “felizes para sempre”, pois há a instituição da instantaneidade e da disponibilidade, elementos que geram certa satisfação, em função de serem próprios de uma ligação sem muitos confrontos e, tampouco, reivindicações, pois é o indivíduo (e tão somente ele) que decide por quanto tempo permanecerá em cada relação: “você as guarda no bolso de modo a poder lançar mão delas quando for preciso” (BAUMAN, 2004, p. 36).

Os sujeitos concebem os relacionamentos de várias formas, em qualquer lugar e a qualquer momento, não importando a idade, a cor ou qualquer condição externa. O que se faz valer, nessa situação, diante da fragilidade dos laços humanos, independe dos aborrecimentos gerados pela liberdade que sobrevém dos sentimentos que se firmam. O fato é que, como parte de uma vida líquida, que parece se esvaír por entre os dedos, e que se encontra em constante transformação, a instabilidade se consolida e cria novos códigos sentimentais, que nortearão os relacionamentos íntimos na atualidade, assim como acontece na crônica “Leasing de amor”, de Martha Medeiros.

E, diante dessa realidade, coloca-se em foco a cristalização dos relacionamentos, que podem (ou não) acontecer de formas muito variadas e inconstantes, por exemplo, partindo do encontro entre pessoas que são, potencialmente, desconhecidas. Daí a possibilidade de se considerar e constatar a instituição das ligações humanas mediante encontros casuais e incertos. Apesar de a intimidade se estabelecer, geralmente, entre pessoas comuns, que convivem em ambientes também comuns, os encontros casuais são possíveis, as relações instantâneas podem acontecer e, delas, resultarem situações que levem a ligações íntimas e extremamente pessoais, num contexto estranho e completamente impessoal, que acaba reforçando a fragilidade dos laços existenciais.

Na crônica “Encontro de rua”, de Ignácio de Loyola Brandão, publicada, primeiramente, no Jornal *O Estado de São Paulo*, em 26 de novembro de 1995, reeditada no livro *Coleção melhores crônicas*, organizado por Cecília Almeida Salles, na seção “Ficção ou quase”, o cronista apresenta ao seu público dominical

uma situação tão inusitada quanto, tendenciosamente, pessoal, quando revela uma conversa com um aparente leitor de suas obras:

O gordo de óculos pulou à minha frente, diante do Conjunto Nacional. Abriu um dos braços, o outro estava ocupado com jornais e uma sacola de perfumaria:

— Brandão!

Levei um susto pelo grito e me surpreendi com o Brandão. Ninguém me chama pelo sobrenome, nem mesmo em Araraquara. Lá Brandão era meu pai, os pais é que contavam, os filhos eram chamados pelo diminutivo, Brandãozinho, ou apenas se referia a nós jovens como o filho do (BRANDÃO, 2004, p. 315).

Durante o inesperado encontro do escritor com o seu possível leitor fica claro, já de início, que o cronista não o conhece. Assim que Ignácio de Loyola se vê diante de certa intimidade por parte do homem, estampada na forma como este o cumprimenta, a casualidade do encontro se perde entremeio à incerteza do primeiro contato. E o escritor demonstra, diante da surpresa pela forma como o senhor o cumprimenta, que deveria ser algum conhecido, não um estranho.

Nesse sentido, surge entre os interlocutores uma “confiança impessoalizada”, em que ambos buscam conceber uma forma de aproximação: o leitor, para justificar tamanha intimidade; o escritor, para decifrar a suposta ligação que parece existir entre os dois, mas que lhe é obscura. Conforme Anthony Giddens (1991), esse tipo de confiança não apresenta as características de qualquer confiança básica. O que se passa, a partir desse instante, é a procura de condições que permitam o estabelecimento e a instituição de uma ação fiduciária, o que nem sempre acontece nas sociedades atuais.

E o encontro entre os dois se sucede em meio a um total desencontro: enquanto o afinado leitor segue apontando questões particulares a respeito do escritor e de suas obras, este, por sua vez, insiste consigo mesmo em entender a veracidade das afirmações feitas pelo homem: Seria mesmo ele o escritor a que o indivíduo estaria se referindo? Sobre qual obra estaria ele proferindo tais declarações?

Assim, em meio a vagas explicações, que a criatura fazia parecer plenas, vem a apresentação formal, momento em que o tipo acaba deixando tudo ainda mais indefinido: “— Sou... (disse o nome)... primo do (um publicitário famoso)...

Já nos encontramos uma vez, mas eu era magro, bem magro, não usava óculos, tinha cabelos lisos” (BRANDÃO, 2004, p. 316).

E, diante dos “esclarecimentos” apresentados, justificando a intimidade do diálogo e do momento, o cronista insiste para que o “crítico” siga com seus comentários a respeito do livro sabatinado: “– Fale mais do livro. Os personagens. Alguns o agradaram? Qual o pior? De que livro você fala?” (BRANDÃO, 2004, p. 316).

Mas, o que se sucede são respostas inconstantes e escorregadiças, que mais parecem propícias, simplesmente, a não estragar a hipotética intimidade estabelecida no encontro, do que esclarecer qualquer dúvida instaurada durante a interação entre os dois, o que leva Ignácio de Loyola Brandão a confundir-se e a questionar-se, conforme o diálogo vai acontecendo e as declarações do homem vão se sobrepondo uma a outra, trazendo à tona temas, títulos e situações de produção, que servem apenas para inquietar ainda mais o confuso escritor: Seria mesmo o homem um conhecido, alguém próximo, um ávido leitor, a ponto de ter tantas informações sobre ele, outros escritores e inúmeras obras? E ele, o que sabia sobre seus pares na literatura? Sobre si mesmo? Sobre sua escritura?

O que se percebe, a partir da leitura da crônica “Encontro de rua”, é que um “desencontro” se estabelece entre os interlocutores. Por mais que as palavras e as ações do possível leitor conduzam o instante para a constatação de uma proximidade entre os dois, o que se configura, nesse contexto, é um encontro entre estranhos, que saem desse momento casual de maneira tão inesperada como quando entraram nele. E, conforme Richard Sennett (1998), a cidade é mesmo um lugar propício para esse tipo de encontro: aqueles que flanam, sempre estão predispostos a encontros e desencontros.

Zygmunt Bauman, no livro *Modernidade Líquida* (2001), afirma o seguinte a esse respeito, questionando certas relações humanas, em que há a tentativa do estabelecimento de vínculos pessoais, por parte daqueles que são estranhos, muitas vezes, até para si mesmos:

Os estranhos se encontram numa maneira adequada a estranhos; um encontro de estranhos é diferente de encontro de parentes, amigos ou conhecidos – parece, por comparação, um “*desencontro*”. No encontro de estranhos não há retomada a partir do ponto em que o último encontro acabou, nem troca de informações sobre as tentativas, atribuições ou alegrias desse intervalo, nem lembranças compartilhadas: nada em que se apoiar ou que sirva de guia para o presente encontro. O encontro de estranhos é *um evento sem passado*. Frequentemente é também *um evento sem futuro* (o esperado é não ter futuro), uma história para “não ser continuada”, uma oportunidade única a ser consumada enquanto dure o ato [...] (BAUMAN, 2001, p. 111).

Nesse momento, a única saída que os “afinados” estranhos têm é tentar manter as aparências, por meio de palavras e de gestos que dissimulem firmeza, mesmo em face de uma circunstância insólita e insustentável. Assim, Ignácio de Loyola sai do encontro, tão confuso e atormentado quanto no início desse momento, tentando estabelecer uma mínima condição para que ambos terminem a conversa de forma civilizada e sem maiores constrangimentos.

– Então, Brandão, me telefona! Telefone mesmo! Vou cobrar esse telefonema. E me liga. Vai fazer algum lançamento?

– Não.

– Pena! Mas quando pretende voltar ao mercado?

Não esperou a resposta, mesmo porque resposta eu não tinha a dar. Foi embora levando o mistério: que livro leu, se é que leu? E será que sou o Brandão que ele pensava ou seria o Ambrósio Fernandes Brandão? Mas, se é esse, porque ele não gostou do *Diálogo das grandezas do Brasil*, um livro de 1618? Ou imagina que o *Diálogo* foi escrito pelo Brandão, o falecido técnico do Corinthians? Estou com o telefone na mão. Disco para o gordo? (BRANDÃO, 2004, p. 317).

É certo que os vínculos humanos têm se configurado abaixo de perspectivas um tanto quanto incomuns e, ainda, inconstantes, já que os indivíduos vivem, na atualidade, em momentos “sombrios”, de acordo com Hannah Arendt (2010), que seriam a própria personificação da realidade que assola os seres, em meio a uma sociedade que muda continuamente, não permitindo que haja a consolidação dos hábitos, das rotinas e, conseqüentemente, dos relacionamentos, que se tornam mais frágeis dia após dia.

Mais do que isso, numa sociedade estruturalmente modificada, quanto mais as ligações afetivas se estabelecem, mais é possível criar expectativas de que a condição humana seja reverenciada e, do mesmo modo, questionada, visto que a “luz” que deveria dissipar essa “escuridão”, não consegue se manter por muito

tempo, em meio aos arroubos que se constituem ao redor do homem, que é líquido, é fluido, é frágil e instável.

1.5 O AMOR: COMPLEXIDADE E COMPLETUDE NOS LAÇOS PESSOAIS

[...] o discurso amoroso é hoje de extrema solidão. Tal discurso talvez seja falado por milhares de sujeitos (quem pode saber?), mas não é sustentado por ninguém [...] Quando um discurso é assim lançado por sua própria força na deriva do inatural, deportado para fora de toda agregabilidade, nada mais lhe resta além de ser o lugar, por exíguo que seja, de uma afirmação (BARTHES, 2003, p. XVI).

E sobre o amor, o que se pode dizer a respeito desse sentimento? Que tipo de amor há em cada forma de relacionamento? Como essa ligação afetiva se concretiza dentro dos grupos sociais?

Dentre suas verificações acerca do amor, Julia Kristeva, no livro *Histórias de amor* (1988), alega ser esse sentimento algo tão sublime quanto complexo e paradoxal. Para a psicanalista, envolver-se nesse sentimento constitui uma pretensão grandiosa, que vai além do entendimento do próprio homem. O amor é, em suma, um mal. Mal que envolve e que complementa, porque tem lá os seus encantos, mas que provoca e que desestabiliza, porque sabe ser incoerente e imprevisível. Conforme a autora, o amor leva o sujeito para “além ou para além do prazer”, para um universo ampliado e prolixo, onde é possível inventar e reinventar maneiras de se chegar a esse sentimento.

O amor é o tempo e o espaço onde “eu” se dá o direito de ser extraordinário. Soberano sem querer ser indivíduo. Divisível, perdido, aniquilado; mas também, e pela fusão imaginária com o amado, igual aos espaços infinitos de um psiquismo sobre-humano. Paranóico? Eu estou, em amor, no ponto mais alto da subjetividade (KRISTEVA, 1988, p. 25).

Essa concepção de Julia Kristeva, de que o amor constitui um fenômeno magnífico, porém contraditório, é apresentada aos seus leitores por meio de uma sequência lógica e cronológica, assinalando os caminhos percorridos por esse sentimento, no que diz respeito aos campos filosóficos, religiosos e literários, com o intuito de levar os homens a uma reflexão e, posteriormente, à verificação dos códigos que compõem esse fenômeno nos períodos modernos. Segundo a autora,

após passar por tempos de ausência na sua enunciação, tornar-se alvo de injúrias e motivo de vergonha, o amor deixou de ser apenas um sentimento para se configurar como um dos sintomas de inúmeros problemas que, hoje, buscam a sua solução nos consultórios médicos e nos divãs dos psicanalistas, onde um ambiente de intimidade se estabelece para que, por meio da fala, certas ações sejam compreendidas.

Estando diante de uma condição que denota subjetividade, é possível associar o indivíduo que ama a uma estrutura instável e passível de amarrações que o levam a atitudes inconstantes e, por vezes, insólitas perante aqueles que rodeiam o ser que se encontra envolvido com esse sentimento e com as adversidades que dele provêm. Assim, o amor tem se configurado e se apresentado das mais variadas formas, constituindo, portanto, um modo de representação das relações contemporâneas no tocante ao estabelecimento da intimidade.

A história do amor começa a se formar por volta de 1750 anos antes de Cristo, quando os apaixonados deixavam as suas declarações registradas em tábuas de argila. Pouco mais de mil anos depois, na Bíblia, o livro *Cântico dos cânticos* reporta questões ligadas ao amor e ao erotismo: um livro “profano”, no campo do “sagrado”, diriam alguns, que traz à tona os sentimentos afetivos que compõem o ser humano. Mas, é na Idade Média que algumas mudanças nos relacionamentos entre homens e mulheres começam a traçar um novo perfil em relação a esse sentimento: surge o amor cortês, que era cantado pelos trovadores, e esse é o momento em que o homem começa a buscar o merecimento pelo amor da mulher apreciada.

Com o advento da Idade Moderna, o convívio afetivo ganhou novas formas, visto que se consolidaram dois tipos de amor: um no casamento e outro fora dele. Naquela época, o Estado começou a interferir na vida privada dos indivíduos, dando maior autoridade aos maridos, que passaram a exercer determinada supremacia em relação às esposas. Esse foi, além disso, um período de reformas religiosas, que garantiram uma vigilância maior sobre a moral dos fiéis da época.

Em *O banquete*, de Platão (2012), primeira obra da literatura universal a abordar o tema amor, várias personalidades contemporâneas do filósofo tecem suas acepções acerca do assunto, a fim de expor a tese de cada um a esse respeito.

Pensadores como Pausânias, que apresenta inclinação ao *Eros Celeste*, ou seja, ao amor em sua superioridade espiritual; Erixímaco, que assinala dicotomias, como o amor moderado e benigno e o imoderado e trágico; Aristófanes, que retoma a ideia de que o amor apresenta um quê de lirismo em sua busca; Sócrates, que acaba retomando os conceitos já apresentados durante o diálogo, aprimorando-os, relacionando essa condição ao fato de ser esse um sentimento ligado à questão do belo, um amor que aspira à imortalidade, fazem de *O banquete*, um clássico na busca da definição para esse sentimento, que acompanha as sociedades ao longo de toda a sua existência.

Outro estudioso do amor é Marie-Henri Beyle, conhecido como Stendhal, que após sofrer uma desilusão amorosa, em seu livro, *Do amor* (2011), além de criar uma “filosofia da paixão”, estabelece, em meio a um clima confessional, quatro termos para distinguir os amores: o amor-paixão ou *Agape*, que se aproxima do sentimento religioso das freiras para com Cristo e com Deus; o amor-gosto, que define aquela emoção planejada e sensata, quando o casamento era por interesse, por exemplo, e ambos, marido e mulher, deviam conviver harmoniosamente; o amor-físico, que ele afirma começar lá pelos dezesseis anos, ou seja, o desejo sexual em si; e o amor de vaidade, que ocorre quando um homem deseja uma determinada mulher, normalmente com uma beleza física que a distingue das demais, a fim de engrandecer o seu próprio ego e a sua própria vaidade.

Há, ainda, nesse contexto de elucidações sobre o amor, a ideia da existência de um amor paixão, de um amor romântico e de um amor confluyente, defendida por Anthony Giddens (1993), quando o autor assim denomina essas facetas, considerando-as um resultado da emancipação e da revolução desse sentimento, que se tornou primordial nas ligações pessoais.

O termo amor paixão, ou *amour-passion*, não mais apresenta a conotação religiosa apresentada por Stendhal. Para Giddens, trata-se do amor-físico, que é aquele amor considerado uma loucura, uma sensação que desregula o cotidiano e que desestabiliza o emocional:

O amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar. O envolvimento emocional com o outro é invasivo – tão forte que pode levar o indivíduo, ou ambos os indivíduos, a ignorar as suas obrigações habituais. [...] O amor apaixonado é especificamente perturbador das relações pessoais, em um sentido semelhante ao do carisma; arranca o indivíduo das atividades mundanas e gera uma propensão às opções radicais e aos sacrifícios (GIDDENS, 1993, p. 48).

Já o amor romântico tem sua presença marcada a partir do século XVIII, quando o gênero romance começa a exercer influência na vida social, apresentando a constituição de um amor sublime, em que o sentimento transcende a sexualidade, para focar as ações nas qualidades de caráter, em que se estabelece a existência de uma pessoa especial. Há, nessa categoria desse sentimento, a idealização do ser amado, que não é, ainda, o amor ideal, mas, sim, o amor idealizado, que suscita questões pertinentes à intimidade. É uma categoria do amor mais ligada às mulheres, que ainda estão debaixo de forte influência e do domínio dos homens. Segundo o sociólogo, este é o amor que “rompe com a sexualidade, embora a abarque; a ‘virtude’ começa a assumir um novo sentido para ambos os sexos, não mais significando apenas inocência, mas qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como ‘especial’” (GIDDENS, 1993, p. 51).

No amor confluyente, aquele que traz consigo a ideia de igualdade, tem-se a implicação de um amor mais ativo, contingente, que não carrega mais a obrigatoriedade do “para sempre”. Há uma igualdade na doação e no recebimento, em que a reciprocidade se torna um elemento-chave. São os benefícios que devem justificar a continuidade dos relacionamentos. Tem-se, nesse tipo de amor, a presença de um homem menos machista, mais emotivo e, por consequência, mais aberto no trato com a pessoa que está ao seu lado. É uma ligação que:

[...] presume um modelo de relacionamento puro em que é fundamental o conhecimento das peculiaridades do outro. É uma versão de amor em que a sexualidade de uma pessoa é um fator que tem de ser negociado como parte de um relacionamento (GIDDENS, 1993, p. 76).

Essas configurações do amor demonstram que, independentemente da época, quando se aplica uma comparação, nada corresponde à liberalidade que se faz presente nos laços íntimos estabelecidos na atualidade. Ainda que as antigas

famílias e os casais do passado demonstrassem mais afinidade e mais sintonia, havia certa instabilidade emocional em relação ao amor e ao sentimentalismo de uma forma geral. Frequentemente, essa instabilidade se encontrava disfarçada na “segurança” apresentada nos contextos relacionais e sociais.

E, para completar a trajetória do amor ao longo dos tempos, chega o momento em que a literatura se debruça, também, sobre esse tema, colocando os sujeitos frente a frente com as questões inerentes a esse sentimento, à paixão e aos laços afetivos de uma forma mais abrangente e reveladora.

Mas, é a partir do século XX que os comportamentos são marcados por transformações constantes e avassaladoras: muda-se o corpo, a alma, a família, os padrões, os relacionamentos, a sexualidade e, por fim, mudam os homens e as mulheres, que assumem uma nova postura e instituem um novo rumo aos relacionamentos afetivos e, conseqüentemente, aos caminhos tomados pelo amor.

Em seu livro *A vida por viver* (1997), Affonso Romano de Sant’Anna, na crônica “Estátua aos namorados de outrora”, faz uma reflexão a respeito do amor e dos relacionamentos íntimos nos dias atuais e antigamente:

Vocês que têm 15 ou 20 anos e que estão namorando e que se pegam e se beijam e se abraçam e fazem carinhos um no outro publicamente, cumprindo o ritual de acasalamento, deveriam parar um instante, organizar-se politicamente e propor que se erigisse uma estátua a seus pais e avós, como mártires na longa história da liberação erótica e amorosa. Vocês não têm idéia de como esse negócio de namoro já foi uma coisa complicada (SANT’ANNA, 1997, p. 11).

Conforme o autor, estar em um namoro nos dias de hoje é muito mais fácil do que em épocas anteriores, tendo em vista os pais e os avós das presentes gerações terem enfrentado momentos de total repressão amorosa e, principalmente, sexual. A história afetuosa da nossa sociedade atravessou períodos de completa proibição, partindo dos relacionamentos arranjados, até chegar às revoluções em que o homem passou a ter direito ao prazer. Na visão do cronista, os namorados de hoje deveriam erguer uma estátua aos seus antepassados, pois esses sim tiveram de enfrentar situações adversas nos convívios mais íntimos.

E o cronista segue comentando que, certamente, alguém dirá que dantes tudo “era bem mais romântico”. Mas, sob a ótica do autor, esse “romantismo” vinha acompanhado de muitas confusões, neuroses e desequilíbrios. Se por um lado

havia o amor romântico, aquele instalado nas canções dos trovadores medievais, em que os parceiros projetavam em seus pares a idealização de um amor verdadeiro; por outro, havia a necessidade de um amor mais confluyente, em que uma abertura maior de um em relação ao outro era necessária para que o prazer fosse recíproco. Mas, qualquer uma dessas formas de amor encontrou empecilhos para que acontecessem nos tempos de outrora.

Por mais que, hoje, a liberalidade afetuosa e sexual tenha sido alcançada, e que jovens como os citados no texto de Affonso Romano de Sant'Anna estejam vivendo uma fase mais condescendente, há que se considerar que os avós e que os pais das novas gerações tinham um quê de "heróis", pois conseguiram se manter em relacionamentos que geraram frutos, mesmo sob a tutela de certos preceitos que norteavam a família e a sociedade num âmbito global.

Como o casamento era uma instituição considerada indissolúvel, assim determinada pela Igreja Católica, aos enamorados era proibido qualquer possibilidade de se chegar ao amor-paixão, aquele apontado por Anthony Giddens (1993), ou mesmo próximo de outro sentimento semelhante antes da concretização do enlace. O matrimônio era uma edificação que deveria durar para sempre, portanto, os namoros eram continuamente regradados e condicionados aos interesses familiares, sociais e, até, econômicos.

Além disso, nas organizações familiares havia uma hierarquia que tinha de ser respeitada: filhos deviam obediência aos pais, o moralismo era muito forte e presente, a pureza feminina era estimulada e cobrada, entre outras questões pudicas que permeavam os lares. "Primeiro, aquele era um mundo em que os filhos se dirigiam aos pais chamando-os de 'senhor' e 'senhora'. Palavrão em casa, nem pensar. E as gírias eram comedidas, reguladas. [...] a virgindade era uma norma [...]" (SANT'ANNA, 1997, p. 12).

Todas as questões apontadas pelo cronista, no que diz respeito aos sentimentos que envolvem duas pessoas, são situações que deixaram suas marcas em todas as gerações passadas. Não somente naquelas que viveram em épocas muito distantes, no fim do século decorrido ou nos séculos mais remotos, mas também, que se fizeram valer há quarenta, trinta anos ou menos. Como Affonso Romano de Sant'Anna diz: "Estou falando de ontem. Daquilo que seus pais viveram" (1997, p. 13). Portanto, de condições que, conforme apontam as circunstâncias e os

fatos, por mais que se fale em liberação afetiva e sexual nos últimos tempos, foram vivenciadas e impostas a alguns que, ainda hoje, podem confirmar tais situações.

Se a história do amor e dos relacionamentos surge debaixo de normas, de convenções e de imposições, nem sempre respeitadas ou cumpridas, sendo mascaradas e, por vezes, burladas, hoje, prega-se uma reconfiguração dos vínculos amorosos, que se firmam diante de situações inconstantes e diversas, que acabam por compor as sociedades ditas modernas.

Hoje é diferente. O jovem de 15 anos chega em casa e traz a namorada para dormir com ele. Entra pela sala, cumprimenta os pais e a família, troca uma ou outra palavra e acabam se enfiando no quarto onde conversam, vêem televisão e passam a noite juntos. [...] No máximo, o pai ou a mãe, às vezes os dois juntos, indaga-se se os pombinhos praticam o uso da camisinha ou da pílula. [...] Há uns trinta anos isso era impensável. Tudo era um drama e às vezes uma tragédia (SANT'ANNA, 1997, p. 12-13).

Dessa forma, diante de fatos comprovados ao longo da história sentimental das sociedades, a ideia do cronista se firma e pode ser convalidada ante aos discursos que se estabeleceram ao longo das pesquisas, dos relatos e das discussões acerca dos sentimentos que envolvem os seres humanos. Cortejar, namorar, envolver-se e amar nunca foram elementos fáceis de difundir nas comunidades sociais. Há uma grande diferença entre o discurso sobre o amor e a realidade da vida dos amantes ao longo da constituição da humanidade.

No entanto, não se pode negar a importância da instauração dos sentimentos na vida das mulheres e dos homens. É preciso que a banalização da vida sentimental não ocasione a perda de vista da relevância do amor, enquanto sentimento sutil, mas essencial, que precisa continuar a projetar sonhos, quer sejam eles possíveis ou não de serem realizados.

Conforme Affonso Romano de Sant'Anna, pode ser algo digno de homenagens e de prêmios, pois, se hoje há uma "liberalidade sentimental", que ainda assim nem sempre atende aos anseios da modernidade, antigamente, tudo era mais contido, difícil e, do mesmo modo, compensador:

E se querem saber mais, porque numa crônica só não cabe e cada um tem histórias únicas e engraçadíssimas, façam o seguinte, meus jovens amigos e amantes: antes de ir para o quarto com sua gata ou gato, dêem uma parada na sala e perguntem aos coroas como era namorar no tempo deles. Perguntem. Garanto que vão todos se divertir muito. Claro, é muito engraçado hoje, à distância. E, depois de ouvir, não se esqueçam: mobilizem as ONGs e o prefeito da sua cidade e ergam aquela estátua. Porque nós, os namorados de antigamente, a merecemos (SANT'ANNA, 1997, p. 13).

Sendo assim, toda forma de amor torna-se importante e ganha proporções inquietantes a partir do momento que atinge a alma dos amantes. Antes de Cristo, na Idade Média ou na Era Moderna, os caminhos percorridos por esse sentimento foram e são os mesmos, considerando que se trata de uma emoção puramente paradoxal. A natureza complexa desse sentimento e a sua imprecisão levam os indivíduos à percepção de que, às vezes, até mesmo as mentiras, as contradições e os devaneios são necessários, quando o que está em jogo é o amor.

Zygmunt Bauman, em seu livro *Amor Líquido* (2004), alerta para um fator significativo sobre os relacionamentos que pressupõem, no mínimo, duas pessoas: “Onde há dois não há certeza. [...] Ser duplo significa consentir em indeterminar o futuro” (p. 35). E acrescenta que:

Enquanto vive, o amor paira à beira do malogro. Dissolve seu passado à medida que prossegue. Não deixa trincheiras onde possa buscar abrigo em caso de emergência. E não sabe o que está pela frente e o que o futuro pode trazer. Nunca terá confiança suficiente para dispensar as nuvens e abafar a ansiedade. O amor é uma hipoteca baseada num futuro incerto e inescrutável (BAUMAN, 2004, p. 23).

Desse modo, parece ser peculiar ao amor a sua complexidade. E não surpreende nada encontrar pessoas comuns, especialistas e os mais variados tipos de texto negando a sua compreensão. Trata-se de uma paixão que atinge a todos, que atormenta o corpo e a mente, em menor ou maior grau de extensão, dependendo de quem e do quanto haverá de envolvimento. Conforme Bronislaw Malinowski, esse é um sentimento que “conduz muitos a um impasse, um escândalo ou uma tragédia; mais raramente, ilumina a vida e faz com que o coração se expanda e transborde de alegria” (In: GIDDENS, 1993, p. 47). Portanto, um fenômeno universal, capaz de unir, de acalmar, de inquietar e, às vezes, separar mulheres e homens.

1.6 SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA E A SUA CONSTITUIÇÃO

Sexualidade: tema que poderia parecer uma irrelevância pública – questão absorvente, mas essencialmente privada. Poderia ser também considerada um fator permanente, pois se trata de um componente biológico e como tal necessária à continuidade das espécies. Mas, na verdade, o sexo hoje em dia aparece continuamente no domínio público e, além disso, fala a linguagem da revolução (GIDDENS, 1993, p. 9).

A sexualidade, longe de ser considerada apenas um ato físico, é um fenômeno biológico que faz parte da constituição do homem e, como ele, sofreu transformações ao longo da composição da história. Trata-se de um evento de valor simbólico bastante complexo, que abarca, hoje, a sua própria estrutura cultural e social e que está inserido dentro de um sistema de poder, apresentando importância e influência em quase todas as dimensões da vida humana.

A partir da premissa de que, nas últimas décadas, vem acontecendo uma “revolução sexual”, certas reflexões a respeito da sexualidade têm instigado muitos pensadores, que veem essa possibilidade surgir diante do potencial libertador que acreditam se configurar na presença dessa questão, não permitindo a limitação dessas reflexões que, em alguns casos, é imposta pelos códigos estabelecidos nas coletividades.

Ao longo dos últimos séculos, muitas foram as mudanças ocorridas no âmbito da sexualidade. E o comportamento sexual, que pode ser compreendido como um processo que apresenta códigos e valores muito peculiares, certamente teve suas transformações vinculadas às mudanças econômicas, sociais e políticas das sociedades. Se de um lado, encara-se a sexualidade como um elemento biológico, próprio da libido, dos desejos e dos prazeres contidos na intimidade, por outro, há a questão da reprodução, em que o crescimento da população, fator que atinge as comunidades sociais como regulador da sua economia e da sua política, está fortemente ligado ao contexto sexual.

E, quando as questões sexuais são dispostas e articuladas em sua dimensão social, é aí que elas adquirem seu caráter de mais alto impacto, pois se vinculam a valores morais e determinam comportamentos, em função de envolverem mais de uma pessoa: as relações sexuais são, por consequência de sua constituição, relações sociais, que são erigidas de acordo com os rumos tomados

pela história, sempre debaixo de estruturas, de modelos e de valores que dizem respeito a determinados interesses, que se organizam em épocas e em contextos diferentes.

A cultura sexual foi formada ao longo dos tempos. Desde os mais remotos períodos e a pré-história, aparecem registros simbólicos que faziam alusão ao corpo feminino, ao falo ou à condição da ereção. A existência de dois sexos parecia impressionar os antepassados, que costumavam realizar rituais eróticos com o intuito de reverenciar a união da fêmea com o macho, ou da mulher com o homem. Tratava-se de algo muito maior do que a mera reprodução. Mais que isso, o sexo conotava certo mistério e até um pouco de magia, e tudo isso o ligava à questão vital, mas também, ao prazer.

De acordo com Michel Foucault, importante filósofo e professor no *Collège de France*, esses conceitos primitivos de sexualidade foram introduzidos nas civilizações do Oriente, que se caracterizavam pela existência de uma *ars erótica* (arte erótica), ou seja, o prazer pelo prazer. Sem a preocupação com o caráter lícito ou até mesmo desconsiderando a sua possível proficuidade, o que sobressai, nessa caracterização, é o corpo, o gozo e os prazeres possíveis provenientes dessa forma de relacionamento. Conforme Foucault (1988):

Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser reconhecido como prazer, e portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma (FOUCAULT, 1988, p. 66).

Por outro lado, a cultura sexual do Ocidente se desliga dessa *ars erótica* para incorporar uma *scientia sexualis*, cujo sentido consiste em estabelecer procedimentos e formar critérios para distinguir o lícito do ilícito, o certo do errado, o que é cientificamente aceito e o que é considerado uma anormalidade. A verdade do sexo, nas sociedades ocidentais, deu-se em cima de ordenações e do oposto ao que existia no Oriente. A busca do essencial aconteceu debaixo de uma forma de poder e da vontade de querer saber, isto é, por meio das confissões, que acabaram se tornando rituais extremamente importantes e decisivos.

Durante muito tempo, os indivíduos foram validados por meio do outro e a partir do seu vínculo com a família. Posteriormente, passaram a ser autenticados pelo “discurso da verdade” que tinham de si mesmos, que os conduzia (ou não) ao caminho do poder. Essa confissão poderia ser espontânea ou extorquida, pois se tornou algo fundamental para o desenvolvimento das sociedades, que se viram diante da possibilidade de saciar a vontade do saber.

A confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. Entretanto, ela se transformou consideravelmente. Durante muito tempo, permaneceu solidamente engastada na prática de penitência. Mas, pouco a pouco, a partir do século XVIII e da medicina do século XIX, perdeu sua situação ritual e exclusiva: difundindo-se, foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinqüentes e peritos (FOUCAULT, 1988, p. 72).

Dessa forma, a confissão a respeito da sexualidade se abre a novos âmbitos. Não se trata mais de apenas dizer o que acontece no ato sexual, mas sim, de querer saber e ouvir a própria confidência dos prazeres individuais.

Na crônica “Você, hein?...”, de Antônio Maria, publicada em 28 de abril de 1961, no jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, reunida posteriormente, com mais 46 crônicas do autor, no livro *Benditas sejam as Marias: as crônicas de Antônio Maria* (2003), o cronista reverencia seu público leitor com a história “tragicômica” da Sra. Mariazinha: esposa fiel, por três anos, cede às insistências de um homem que lhe fazia a corte. Mas, por uma vez apenas!

Às sete da noite já estava em casa na cama, coberta de remorsos e de cobertores. Queria dormir para esquecer. Às nove, chegou o marido e, olhando para Mariazinha, disse, sem grandes intenções:
 – Você, hein, Mariazinha?
 Foi tudo. A mulher atirou-se-lhe aos pés e confessou que se havia encontrado com Reinaldo de Tal (MARIA, 2003, p. 25).

A Sra. Mariazinha, no ímpeto de livrar-se do seu problema de consciência, em função de ter dado uma voltinha no carro de alguém que lhe fazia a corte, ao menor sinal de dúvida do marido entra em um clima confessional e se abre ao discurso da sua própria situação. O discurso pautado na verdade torna-se a única forma de a personagem conseguir livrar-se do arrependimento em que se encontra em função do ocorrido.

O esposo, como seria o esperado em uma sociedade efetivamente moralista, fica indignado e acaba espancando a mulher após a confidência do ato praticado. Mas, o “engraçado”, como o próprio cronista diz, é que o marido traído tinha apenas a intenção de cobrar da consorte um botão que a mesma não pregara em uma de suas camisas. E ele também estabelece um tom confessional em seu discurso ao se abrir para o jornalista que está noticiando o ocorrido:

[...] Pedro de Tal (marido) [...] Confessou a este repórter que jamais poderia pensar na mínima infidelidade da mulher. Mas, agora, está convencido de que toda mulher “faz das suas” e com elas “a gente não pode facilitar”. Perguntado se perdoaria Mariazinha, respondeu que não. Que não quer saber mais dela, nem de mulher nenhuma. Que vai cuidar dos seus negócios e enriquecer (MARIA, 2003, p. 25).

Considerando a questão da *scientia sexualis*, estabelecida por Foucault (1988), percebe-se a reação do cônjuge como uma forma de questionar o lícito e o ilícito dentro de um relacionamento em que a sexualidade se faz presente e denota insatisfação diante da possibilidade da traição, especialmente, em função da admissão do ato. Para Pedro, sua Maria jamais seria capaz de traí-lo. Mas, ela mesma se entrega e contradiz o que o marido pensa dela ao confidenciar o fato. Maria sente a necessidade de confessar o ocorrido ao cônjuge que, por sua vez, faz o mesmo diante do repórter, instalando, assim, na crônica de Antônio Maria, o que se configura como um caminho para o estabelecimento das relações de poder, por meio do discurso da verdade que cada um faz de si mesmo e do outro.

E Pedro, ao declarar que não quer mais saber de mulher nenhuma e que voltará a cuidar dos negócios para enriquecer, retoma o seu percurso rumo à produtividade, assumindo o que realmente se pretende e se espera nas sociedades capitalistas: certa supremacia do homem, que é considerado o responsável pelos grandes trabalhos e pela continuidade da espécie.

Michel Foucault, pensador de muito prestígio, especialmente na década de 1980, apresenta essas questões a respeito da sexualidade, assumindo uma linha diferente de posicionamento, pois é alguém que se identifica com as relações de poder sob outra perspectiva, entendendo-a como uma repressão, procurando perceber como isso se organiza.

Segundo Foucault (1988), a sociedade capitalista não coagiu o sexo a emudecer-se ou a esconder-se por trás das confissões e dos moralismos. Ao

contrário, a partir do século XVI, mais precisamente, a partir do aparecimento das Ciências Humanas (século XIX), o sexo foi instigado a se revelar e a se manifestar. E toda a produção discursiva a esse respeito tendia a elucidar questões até então inconcebíveis, trazendo à tona toda forma de sexualidade produzida: heterossexual, homossexual, familiar, pervertida, etc.

Diante de uma visão política, o sexo passou a ser regulado não pela proibição, mas sim por meio de discursos úteis, visando fortalecer e aumentar a eficácia do Estado. Do contrário, falar do sexo poderia ser libertador, desde que fosse algo a ser gerido pela sociedade e não apenas para ser regulado, tendo como único objetivo tornar a sexualidade útil economicamente. Surge, nesse contexto, uma nova forma de prazer: o de contar e o de ouvir.

Censura-se, então, o sexo? Dependendo da esfera de circulação dos textos, há restrição ou não quanto aos discursos em torno dessa questão. Além disso, as condições de produção também influenciam nessa exposição. Um texto produzido na esfera literária, por exemplo, dependendo das condições e do contexto de produção em que é idealizado, com menor ou maior intensidade, pode ser propício para a veiculação de informações sobre a sexualidade e o que ela envolve.

No entanto, considerando outras esferas discursivas, a situação pode variar muito. No discurso religioso, no discurso da esfera familiar ou da escola, não haveria tanta (ou nenhuma) liberalidade para tratar desse assunto. Dependendo do foco assumido, as posições podem ser de aproximação ou de distanciamento.

Discursos são produzidos e tornam-se cada vez mais capazes de funcionar e de serem resultado de sua própria autenticidade. Assim, nas sociedades contemporâneas, a verdade que se estabelece de si mesmo levou o homem a tornar-se adepto do autoexame e suscetível à culpa, ao remorso e às punições, independente das cobranças externas ou não.

A personagem Mariazinha, apresentada por Antônio Maria, passa por esse processo todo, pois, ao menor sinal da possibilidade de o marido saber da deslealdade da esposa, ela se desencanta intimamente e, em meio ao remorso e à culpa, assume a traição, alegando ter o fato acontecido apenas uma vez, tentando diminuir o peso de sua transgressão. Ela se abre ao cônjuge, deixando-o ciente de sua deslealdade, ainda que essa confissão não tenha sido imposta, mas sim influenciada pelo calor do momento e da discussão. Diante da situação, há um processo inverso no discurso, que busca, agora, a remissão de uma culpa.

O narrador da crônica encerra as suas observações, tentando convencer Pedro de que ele não era o primeiro e tampouco seria o último a passar por uma situação como essa, e que o melhor seria que ele repensasse a decisão tomada, antes que a sua esposa, livre então, resolvesse dar outras voltinhas nos bóldos alheios.

Este caso serve de lição a todos os maridos. Que nenhum, porque lhe falte um botão na camisa ou um cerzido na meia, cometa o erro de, chegando em casa, dizer à mulher:

— Você, hein, Fulana?

E Fulana será capaz de confessar tudo (MARIA, 2003, p. 26).

E o curso da sexualidade segue seu caminho e outras situações são consideradas. A partir da desestruturação do mundo medieval e da ascensão da burguesia, a sexualidade assume novas configurações, entrando em sintonia com a nova classe dominante. Diante da emergência do trabalho nas indústrias, é preciso conter a energia sexual das massas para que esse vigor seja gasto no trabalho com as máquinas. Estabelece-se uma “máscara social”, em que a nudez, antes natural, passa a ser coberta, de acordo com as necessidades de cada época, e os discursos sobre o sexo, finalmente, são controlados, até mesmo nas obras literárias.

Nomes como o de Charles Darwin (1809-1882) e Sigmund Freud (1856-1939) surgem, por meio de tratados científicos, e conseguem imprimir a necessidade da transformação de alguns julgamentos acerca da sexualidade.

A partir de 1870 até a Primeira Guerra Mundial, nasce o medo da superpopulação, que gera o aparecimento dos métodos contraceptivos. Para Foucault, é a partir dessa constatação que as comunidades sociais começam a se preocupar com a questão de como cada sujeito usa o seu sexo. E, com isso, nascem novas preocupações que abordam as questões sexuais no limiar entre o biológico e o econômico: a ciência subordina-se à moral para classificar as prováveis anormalidades de acordo com as normas médicas convencionadas.

E as transformações acerca das questões sexuais seguem num processo crescente, em que movimentos e convenções ditam as normas para o estabelecimento dos padrões vigentes. A liberação sexual acaba se tornando um enigma, em que questionamentos são levantados ao se tentar chegar a uma conclusão a esse respeito: Trata-se de uma realidade ou de uma utopia? Há uma ligação ou não com a questão do poder?

Segundo Michel Foucault, a sexualidade está intimamente atrelada à questão do poder. E esse poder funciona como um fenômeno mobilizador, em que o sexo passa a ser mais considerado e discutido. A luta que se trava pela liberação sexual acaba se intrincando ao mecanismo de poder que se quer ver discutido.

Conforme Anthony Giddens (1993):

A “sexualidade” não deve ser compreendida somente como um impulso que as forças sociais têm de conter. Mais que isso, ela é “um ponto de transferência especialmente denso para as relações de poder”, algo que pode ser subordinado como um foco de controle social pela própria energia que, impregnada de poder, ela gera (GIDDENS, 1993, p. 28).

No século XIX, finalmente, com a formação de novos discursos sobre o sexo, outros contextos de poder são constituídos: as mulheres passam a ter a sua sexualidade reconhecida e, imediatamente, sobrepujada; as crianças, legitimadas como sexualmente ativas, passam a ser consideradas como “contrárias à natureza”; as “perversões”, ou as “aberrações sexuais”, segundo Freud (1905), são estabelecidas e catalogadas; e as famílias e os casamentos incorporam novos padrões, que viriam à tona por meio da busca disciplinada pelo prazer.

Luis Fernando Verissimo, na crônica “Infidelidade”, publicada no livro *Comédias da vida privada* (1996), fala sobre um caso de infidelidade, como o título já diz, no mínimo, estranho, que pode ser analisado debaixo dos preceitos do contexto sexual das sociedades contemporâneas, que se ajusta aos moldes determinados por Freud (1905) e, posteriormente, por Foucault (1988).

O cronista apresenta a seus leitores um homem que conta a seu médico que, para conseguir realizar o ato sexual com a própria mulher, tinha que pensar em outras mulheres, alguns objetos e outros elementos estranhos. Essa era a única forma dele conseguir fazer sexo com a esposa.

— No princípio, pensava na Gina Lollobrigida. O senhor se lembra da Gina Lollobrigida? Por um período, pensei na Sofia Loren. Fechava os olhos e imaginava aqueles seios. Aquela boca. E a Silvana Mangano. Também tive a minha fase de Silvana Mangano. Grandes coxas.

— Às vezes, para variar, pensava na Brigitte Bardot. Aos sábados, por exemplo. Mas para o dia-a-dia, ou à noite, preferia as italianas.

— Não há nada de anormal nisso. Muitos homens... (VERISSIMO, 1994, p. 48).

O marido “infiel” pensava em mulheres famosas para poder se sentir atraído pela companheira. Ele buscava, nos símbolos sexuais da época, estímulos que o levassem a sentir desejo pela esposa.

De acordo com Sigmund Freud, em seus tratados sobre a sexualidade, publicados, primeiramente, em 1905, os traços associados a certas extravagâncias no caminho do sexo estão distantes de fazerem parte, apenas, da vida daqueles considerados anormais. São, antes de qualquer coisa, qualidades comuns à sexualidade de qualquer indivíduo. Por isso, confirma Foucault (1988), essas singularidades não podem ser usadas de forma acusatória. Antes, devem ser consideradas como um “desvio sexual”. Aliás, essa era a visão do cônjuge infiel: pois, segundo ele, isso era normal, muitos homens tinham o hábito dessa prática.

E aí surgem outros fetiches, além desses símbolos sexuais e do desejo por algumas coelhinhos da *Playboy*: um aspirador de pó, um *Studebaker 48*, um ovo de madeira de cerzir meia, um pincel atômico roxo, a estátua da Liberdade, a ponte Rio-Niterói... Como disse Freud, “o objeto sexual normal é substituído por outro que guarda certa relação com ele, mas que é totalmente impróprio para servir ao alvo sexual normal” (FREUD, 1996, p. 145).

E assim foi por um tempo, até que nada mais passou a funcionar, na tentativa de o esposo atingir a excitação necessária para a prática do sexo com a mulher.

Quando a minha mulher se aproximava de mim na cama eu começava, desesperadamente, a folhear um catálogo imaginário de coisas para pensar. O capacete do Kaiser? Não. Uma Singer semi-automática? Também não. Um acordeom! Mnn, sim, um acordeom, um tentador acordeom, quente, resfolegante... Mas, depois de um certo tempo, passou a fase das coisas. Tentei pensar em animais. Figuras históricas. Nada adiantava (VERISSIMO, 1994, p. 49).

O fetiche acontece quando a relação se satura e o sujeito decide buscar algo diferente. E só pode ser estimado como algo patológico, quando se fixa e acaba se tornando o único objeto sexual possível e almejado. O que não foi o caso do protagonista da crônica de Luis Fernando Verissimo que, a certo ponto, declara que nada mais está funcionando, a não ser a figura de uma mulher madura, que se torna o único lance capaz de excitá-lo e de provocar nele o desejo pelo sexo.

Mas, segundo o personagem, o problema ainda existia, pois a figura que povoava seu imaginário era a sua própria esposa. E, na visão do homem, aí estava o problema, porque o “normal” para ele eram os outros estímulos. Com a mulher é que seria “anormal”. Nessa situação é que ele precisaria de ajuda.

Jeffrey Weeks declarou o seguinte a esse respeito:

Não parece mais um grande continente de normalidade cercado por pequenas ilhas de distúrbios. Em vez disso, podemos agora presenciar uma grande quantidade de ilhas, grandes e pequenas... Surgiram novas categorias e minorias eróticas. Aquelas mais antigas experimentaram um processo de subdivisão como preferências especiais, atitudes específicas, e as necessidades tornaram-se a base para a proliferação de identidades sexuais (In: GIDDENS, 1993, p. 44).

Portanto, uma vez que a sexualidade se tornou um elemento próprio das relações sociais, como o resultado das mudanças que se sucederam e que, de fato, sobrevieram aos povos, não há que se validar apenas um modelo pelo qual tudo deve ser considerado e conceituado. Antes disso, deve-se repensar na condição da socialização do sexo enquanto discurso real e possível.

E as novas identidades sexuais não podem ser desconsideradas ou descartadas, visto que são elas que compõem e que fomentam a existência das comunidades sociais e todas as instâncias que nelas se fazem presentes.

1.7 A EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE: O ESPETÁCULO DA EXISTÊNCIA

A exposição da vida pessoal se tornou tão comum que parece até estranho quando alguém é diferente. Sempre me surpreendo como hoje em dia as pessoas têm coragem de exhibir a intimidade. Como têm prazer em se expor. Talvez eu seja conservador (CARRASCO, Walcyr. A exposição da intimidade. In: Revista *Época online*. 02/03/2012 – Acesso em 15/10/2012).

A Intimidade foi concebida como uma categoria dos relacionamentos humanos para abranger o aspecto interior da experiência pessoal. Chama-se de íntimo, aquilo que não pode ser exposto, que está no nível do reservado e que se preserva do contato com a esfera pública. Trata-se de um campo de ações que diz respeito ao discurso que se faz de si mesmo, a composição da história da vida

pessoal e o conjunto das relações afetivas, amorosas e sexuais que pode ser alocado debaixo do domínio do familiar, do privado e do secreto.

É o lugar em que as subjetividades surgem como uma espécie de contraposição à objetividade. É o que deve se separar dos grupos sociais, mesmo acontecendo no cerne dos mesmos. Poder-se-ia dizer, a parte silenciosa da vida, aquela que não pode ser proclamada a todos os cantos, o que deveria ficar em oculto ou apenas entre os íntimos.

Segundo Anthony Giddens (1993), “a revelação do que é mantido oculto das outras pessoas é um dos principais indicadores psicológicos, capaz de evocar a confiança do outro e de ser buscado em retribuição” (p. 154). Portanto, entre os envolvidos nos relacionamentos privados, o salvaguardar-se seria o essencial, o adequado, e o que geraria uma condição mútua de satisfação e de afirmação de uma recompensa entre aqueles que se expõe apenas de forma reservada e pessoal.

No entanto, a intimidade, como é concebida hoje, não tem ocupado esse mesmo papel nos relacionamentos sociais. Toda essa ligação com o que é privado e particular tem sido colocada em questionamento e em risco, diante dos novos anseios da vida cultural humana e em função das novas exigências impostas pelos contextos públicos contemporâneos. As próprias esferas discursivas e as condições de produção vão de encontro a essas proposições, pois há esferas discursivas, como os *blogs* e as terapias, por exemplo, em que a intimidade deve ser exposta. São contextos e condições específicos, em que a exibição é que determina e torna possível o entendimento e o reconhecimento do outro.

Quando o que ficava escondido passa a ser exposto, algumas indagações vêm à tona: Será que tudo que é revelado pode ser considerado realmente íntimo? Que novas formas a intimidade vem adquirindo? As particularidades estão deixando de existir? Como os relacionamentos com o outro e consigo mesmo estão se configurando diante da passagem dos acontecimentos do espaço privado para o espaço público?

Zygmunt Bauman, em sua obra *Amor líquido* (2004), destaca que, na era globalizada em que o mundo se encontra, a velocidade nos contatos e nas informações toma proporções exageradas e assume um caráter de extrema relevância, impulsionando a instituição de um olhar sobre os acontecimentos como uma forma de mercadoria a ser explorada e consumida. Nesse contexto, as

questões íntimas passam a chamar a atenção, tornando-se alvo das necessidades da cultura de massa, que busca se solidificar a qualquer custo.

Com essas novas características sendo atribuídas ao que, antes, era meramente pessoal, cria-se uma forma de comércio na exposição da vida íntima, em que revelar aquilo que era particular instiga a curiosidade e incita multidões, que se juntam para especular a vida das celebridades, os mandos e desmandos dos políticos, as barbaridades dos relacionamentos midiáticos e até mesmo a irrelevância do convívio de simples desconhecidos. Tudo se desenvolve numa rapidez extraordinária e acaba por propiciar um *marketing* pessoal, nem sempre desejado, mas que, com seus encantos e suas recompensas, acaba envolvendo aqueles que se veem expostos perante a sociedade.

Paula Sibilia, em seu livro *Show do eu: a intimidade como espetáculo* (2008), fala da exposição do homem comum, como uma fatalidade, visto que: “você e eu, todos nós, estamos ‘transformando a era da informação’. Estamos modificando as artes, a política e o comércio, e até mesmo a maneira de percebermos o mundo” (SIBILIA, 2008, p. 8-9). E isso tudo se deve ao fato de que aqueles que, até então, eram considerados meros espectadores da vida social, agora deixaram de ser seres passivos para “tomarem as rédeas” do mundo global, estabelecendo uma nova democracia pessoal.

A busca pelo diferente, pelo novo, pelo insólito (e até pelo inconsequente), permite que as mais bucólicas formas de intimidade ganhem a preferência dos indivíduos, que não mais se contentam, apenas, com a espetacularização da vida e das pessoas públicas. Talvez isso explique essa inesperada glorificação do prosaico, que pode vir a evidenciar a existência de uma mediocridade em todas as instâncias sociais, e não apenas naquelas que são sempre mais notórias aos olhares. Quer seja uma exibição própria ou alheia, o espetáculo da existência sempre esteve, está e estará dentre os temas que mais chamam a atenção dos seres humanos de uma forma geral.

Martha Medeiros, no livro *Trem-bala* (1999), publica a crônica “Televisão: a nova casa do Senhor”, texto em que a cronista fala sobre a exposição exacerbada de um novo ídolo das grandes massas:

Ele é o novo ídolo brasileiro. Olhos verdes, 31 anos, solteiro, quase dois metros de altura, ex-professor de educação física. Canta. Dança. Faustão fez uma longa reportagem com ele. Ratinho o levou no seu programa. Gugu o colocou no palco ao lado de Leonardo, e por um momento parecia que Leandro havia sido substituído. Cantaram juntos. O auditório em pé, acompanhando letra e coreografia. É um fenômeno, o padre Marcelo (MEDEIROS, 1999, p. 160).

Padre Marcelo Rossi é o principal líder da Renovação Carismática Católica do Brasil, uma comunidade religiosa, que tem como missão “evangelizar o povo de Deus a partir das experiências com o Espírito Santo”. Partindo dessa filosofia, os carismáticos foram ao encontro da população brasileira com o intuito de resgatar milhares de fiéis que se desligaram do catolicismo, em função da eminência de uma igreja mais festiva e mais contemporânea, personificada na forte presença dos evangélicos, que começaram a se destacar no cenário religioso nacional, principalmente aqueles arrebanhados pelo pastor Edir Macedo, que comanda e que coordena os trabalhos da Igreja Universal.

Segundo a autora, o novo ídolo nacional atende a todos os quesitos de um galã popular. Ao destacar as características físicas do padre, Martha descreve um típico candidato a *pop star*, cujas qualidades são condescendentes àquelas exigidas pelas fanáticas tientes espalhadas por todo o Brasil. E o mais incomum nesse contexto é o fato de que, aquele que atende a todos esses requisitos, é um padre, um religioso, um líder espiritual que deveria estar resguardado na clausura dos templos religiosos, sob a discrição da batina.

Padre Marcelo Rossi canta, dança e faz suas *performances* nos mais variados tipos de programas televisivos: Faustão, Ratinho e Gugu Liberato recebem o sacerdote em seus programas e criam um verdadeiro espetáculo, em cadeia nacional, para que todos os telespectadores possam contemplar a presença do clérigo performático em suas casas.

Ao se expor de forma tão intensa e até comovente, padre Marcelo corrobora com a ideia de que o interesse na exposição é reforçado a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e de informação, que se solidificam e se apresentam, por intermédio dos meios digitais, das telas e das páginas impressas, com o afã de vasculhar e de apresentar aos espectadores todas as premissas correspondentes à vida privada. Nesse caso, um religioso faz aquilo que Martha Medeiros (1999) vem a chamar de “o novo Marketing de Deus”, que acaba

por estabelecer muito mais que isso, refletindo no *marketing* pessoal do padre, que consegue acumular, mais que fiéis, verdadeiros fãs.

Ao se expor de forma tão deliberada, de apresentar aos possíveis fiéis o que viria a ser essa nova composição da Igreja Católica, padre Marcelo Rossi divulga sua própria vida, seu passado e suas pretensões futuras, a fim de representar uma imagem que se quer firmar, que se quer ver aceita numa sociedade reconfigurada. O relato da própria vida, essa confissão em rede nacional, gera o que Paula Sibilia (2008) viria a chamar de uma nova “constituição do *eu*”, que interfere na vida do outro, com a finalidade de promover o grande espetáculo da existência.

Tanto a exibição da intimidade como a espetacularização da personalidade, esses dois fenômenos que hoje proliferam com as duas faces de uma mesma moeda, denotam um certo deslocamento dos eixos em torno dos quais as subjetividades modernas se construíram. Por um lado, registra-se um abandono daquele lócus interior, em proveito de uma gradativa exteriorização do *eu*. Por isso, em vez de solicitar a técnica da introspecção, que procura olhar dentro de si a fim de decifrar o que se é, as novas práticas incitam o gesto oposto: impelem a se mostrar para fora (SIBILIA, 2008, p. 115).

Diante de uma perspectiva social conservadora, a vida religiosa, considerada um bem supremo e inatingível, deveria ser resguardada e privada de qualquer enunciação no mundo do espetáculo que se forma nos espaços midiáticos. No entanto, o que se percebe é uma inversão dessa visão. Nos últimos tempos, que não são tão recentes assim, o que se tem percebido é um aumento gradativo dessa exposição, que tem acontecido de forma desenfreada, alegando-se o intuito de atingir o povo de Deus a qualquer custo, por qualquer meio, para que este não se perca diante dos encantos do mundo.

A cronista segue dizendo o seguinte:

Quando os Engenheiros do Hawaii decretaram que o papa era pop, o Brasil inteiro abençoou a definição. Na comemoração dos 20 anos de papado de João Paulo II, um dos comentários mais assíduos foi sobre o efeito que o mundo globalizado surtiu no sumo pontífice. Ele foi o papa que mais deu o ar da graça na tevê, que mais viajou, que mais apareceu na Caras. Ficou provado que todos os caminhos levam a Roma, inclusive os caminhos feitos de cabos de fibra ótica e de ondas eletromagnéticas transmitidas via satélite (MEDEIROS, 1999, p. 161).

O que se configura, nessa situação, é exatamente o que se quer combater: é o próprio êxtase da vida, diante do frenesi da exposição, que leva o povo desgarrado ao encontro de Deus, por meio dos seus representantes terrenos. Uma vez que fica comprovado que o Papa João Paulo II foi o mais popular de todos os pontífices, que foi por meio da sua exposição que os fiéis “voltaram a Roma”, por que padre Marcelo Rossi, também representante da Igreja, não poderia se valer dos artifícios da comunicação moderna para chegar até prováveis seguidores?

Se, antes, a informação trazia à tona questões públicas em sua generalidade, hoje, a comunicação vai além disso, proporcionando um encontro com a informação de forma que as questões generalizadas se tornam particulares, para que, conforme Antoine Prost (2009), “possam despertar uma identificação, dramatizando e apelando aos sentimentos. Ela pretende que o acontecimento seja ‘diretamente vivido’, como se o espectador fosse um ator” (PROST, 2009, p. 131), garantindo, dessa forma, uma maior interação do privado com o público, que se intensifica, quando o interesse por essa instância se vê revelado na presença dos discursos que se fazem a esse respeito: na medida em que se cria um espetáculo diante das massas, qualquer ser privado ganha notoriedade, levando à conclusão de que, por meio das novas tecnologias, a fronteira entre o privado e o público tem sido redefinida.

No entanto, mesmo diante de toda essa possibilidade da divulgação de algo nobre, os domínios do poder de Deus, a cronista Martha Medeiros coloca em dúvida a validade de tal feito. Para ela, vale sim tentar divulgar aquilo em que se acredita. Mas, até que ponto isso é possível? Em que medida se deve considerar uma investida para divulgar aquilo em que se acredita?

Padre Marcelo [...] está aproveitando o interesse da mídia para divulgar seu trabalho. É estranho, porque tudo o que tem a ver com exposição pública tem a ver com vaidade, um dos sete pecados capitais. Eu não me choco com mais nada, mas a ala conservadora da Igreja deve estar roendo as hóstias. [...] A televisão é uma sedutora imbatível e padre Marcelo sabe disso. Através do videotape, ele está difundindo sua mensagem e recrutando fiéis numa velocidade incomparável com as dos padres que se restringem a fazer a mesma coisa ao vivo, para platéia seleta, sem câmeras no recinto. Por outro lado, ele banaliza o catolicismo ao freqüentar o mesmo altar do grupo É o Tchan, do Katinguelê, do Pagode do Dorinho. Até onde se pode ir por uma causa nobre? (MEDEIROS, 1999, p. 161).

Conforme a escritora, o que o sacerdote está fazendo para atingir seus objetivos é colocar num mesmo patamar o “sagrado” e o “profano”. Ao se apresentar no mesmo “altar” de grupos de pagode e de axé, que pedem aos fãs que coloquem a mão no joelho e deem uma abaixadinha, que fazem apologia (intencional ou não) ao sensualismo e à sexualidade, não estaria o padre igualando seus preceitos aos dos “companheiros de palco”?

Uma mesma prática, um mesmo comportamento, mesmo que sejam produzidos em contextos diferentes de produção, acabam se igualando perante aqueles que assistem a essa exposição. Mais que isso, o que define os lugares ou as situações são os códigos determinados, quer sejam eles privados ou públicos, que acabam se misturando e perdendo suas características próprias diante do espetáculo que se institui em torno deles.

Quando padre Marcelo Rossi tenta criar uma imagem e construir uma representação do seu próprio eu que lhe dê credibilidade, no mesmo espaço onde circulam cantores populares, que falam, em suas músicas, de situações que exaltam a representação do corpo sensual, da exploração de uma imagem reduzida aos prazeres da carne, ele adentra no campo da exibição e do espetáculo, lugar em que não caberia a investida de um eclesiástico, segundo as normas da Igreja até então difundidas. O próprio indivíduo escapa aos seus horizontes, permitindo, assim, que a cronista questione sua postura:

Acho saudável ver pessoas exaltando sua crença com música e alegria ao invés de esfolar os joelhos subindo 300 degraus para pagar promessa. Nunca fui partidária da idéia de que o devoto deve sofrer, penitenciar-se, enclausurar-se. Simpatizo com uma igreja que permite que o corpo se mova, que a voz se solte, que a cabeça se levante. Resta saber se isso é uma tendência natural dos católicos ou se é manipulação da fé, numa espécie de promoção relâmpago para atrair clientes, cujo garoto-propaganda é um padre fotogênico. Oremos (MEDEIROS, 1999, p. 161-162).

Para além de qualquer julgamento que a autora faça, ou que qualquer um possa fazer a esse respeito, o que está em questão não é o fato de essa exibição ser boa ou ruim, ser certa ou errada, estar dentro do que condiz com a divulgação dos mandamentos de Deus ou não. O que se quer revelar com esses levantamentos é a nova composição da exposição da intimidade e do espetáculo que se criou em torno da existência humana. Não cabe, aqui, condenar padre

Marcelo Rossi em função da sua investida no mundo televisivo para a divulgação da Renovação Carismática ou, mais tarde, da sua injeção no mundo virtual, por meio das redes sociais e dos variados “gêneros confessionais da internet”, para recuperar o tempo perdido junto aos fiéis que se desgarraram do rebanho.

A preocupação se estabelece em torno do modo como o indivíduo tem se comportado quando se prepara para o embate público, mesmo na divulgação daquilo que deveria ficar protegido do olhar alheio. É como se o sujeito estivesse sempre representando um papel, estando ele convencido ou não disso, agindo com o intuito de convencer a plateia de sua encenação. A imagem produzida pode gerar credibilidade a partir do momento que é aceita por aqueles que assistem ao espetáculo que se forma.

Erving Goffman, importante cientista social do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Berkely, Estados Unidos, em seu livro *A representação do eu na vida cotidiana* (1985), cria uma metáfora da vida ao sustentar a tese de que os seres vivem em meio a uma encenação teatral, quer isso aconteça de forma consciente ou não. Para o autor, quando se representa um papel, solicita-se ao público que a imagem apresentada seja vista como verdadeira. O *eu* que se forma exige de seu público uma autenticidade das suas ações:

[...] este “eu” – é um produto de uma cena que se verificou, e não uma ‘causa’ dela. O ‘eu’, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado (GOFFMAN, 1985, p. 231).

Da mesma forma, quando se cria um espetáculo diante de um público que se quer cativar ou resgatar, há que se criar um *show* que convença, que não deixe dúvidas quanto ao seu intento. Assim, é possível entender as preocupações de Martha Medeiros ao se inquietar com a exposição do padre artista em meio ao contexto em que a atuação se concretiza.

Pode-se concluir, então, que a banalização citada pela cronista constitui, na verdade, um “espetacular paradoxo”: se o banal é aquilo que diz respeito a todos, ao comum, poderia mesmo a Igreja associar-se ao plano do profano, subindo no mesmo palco de grupos populares e instigadores da

sensualidade e do sexualismo? Ao se considerar a Igreja como o plano íntimo de Deus, junto aos seus seguidores, com o desígnio de resgatar a pureza e a santidade, poderia mesmo padre Marcelo promulgar e participar de tal banalidade?

Tais questões anunciam o momento em que se encontra a sociedade: em meio a uma espetacularização de sua própria existência, em que a exposição de certas intimidades surge como um agravante em torno da condição humana. Tendo em vista que a intimidade banal não existe, o que se pode qualificar como uma compulsão à exposição indica, de fato, a extinção daquilo que é, realmente, íntimo.

Tem-se a impressão, hoje, de que somente aquilo que é exposto por meio de uma tela, quer seja nos cinemas, nos computadores ou nas tevês, é que ganha *status* de existência sólida. No entanto, pode-se concluir que o resultado dessa “conquista” nem sempre é positivo. Conforme o pesquisador André Lemos, “a vida privada [...] é transformada em um espetáculo para olhos curiosos, e este espetáculo é a vida vivida na sua banalidade radical” (In: SIBILIA, 2008, p. 270). Tudo que se consegue com essa publicização é a instituição do prosaico diante daquilo que poderia apresentar certo diferencial.

Seria tolo ignorar que a democratização da mídia possibilitada por todos esses dispositivos é uma novidade histórica de dimensões ainda incomensuráveis, que pode vir a mudar a face do mundo – e que provavelmente já o esteja fazendo. Mas também é difícil negar que boa parte de que se faz, se diz e se mostra nesses palcos da confissão virtual não tem valor algum. [...] Não se trata de obras de arte, não pretendem e nem sequer sonham com sê-lo. Apenas se apresentam como o que são: pequenos espetáculos descartáveis, algum entretenimento sem maiores ambições, ou então celebrações da mais vulgar estupidez (SIBILIA, 2008, p. 271).

Portanto, cabe a cada sujeito estabelecer que olhar ele quer que o outro tenha sobre ele: o olhar da “norma disciplinar”, exemplificado por Foucault em suas escrituras, quando os indivíduos buscam a condição de atingir algo de acordo com as convenções; o olhar como o apresentado por Freud, a partir do qual o olhar do outro é internalizado, contribuindo para a formação do *eu* daquele que é observado; ou o olhar da contemporaneidade, que se fundamenta em cima do espetáculo, a partir da visualização que se tem do indivíduo, em função do outro e do contexto em que sua aparição se desenvolve, para só então se formar uma imagem exata.

Não se trata de uma escolha infundada ou irrelevante, diante de contextos cujo limiar é muito tênue. Trata-se, sim, da definição de um pensamento a respeito do fenômeno do espetáculo da vida humana e suas consequências para a formação de uma intimidade nas sociedades contemporâneas. A valorização das *performances* perante o grande público, acaba por criar um simulacro entre a verdade e a representação, o que vem tornando extremamente difícil o trabalho de se evidenciar a autenticidade dos espetáculos vitais.

Sendo assim, compete aos sujeitos refletirem a respeito das transformações sociais e do seu papel perante essa nova conjuntura, considerando o seu comportamento na definição da postura que se quer ver tomada nessa nova constituição pessoal e social.

Em tempos de fragmentação, de desestruturação e de espetacularização da existência humana, em que tudo acaba se tornando um produto mercadológico, compete a cada um definir a sua conduta perante o que se tem feito e o que se há de fazer da vida de cada indivíduo:

Agora se trata de *você, eu* e todos *nós*. E quem disse que o fato de termos sido eleitos as personalidades do momento não possa ser, apesar de tudo, uma boa notícia? Tudo irá depender, provavelmente, do que resolvermos *fazer* com isso (SIBILIA, 2008, p. 276).

2 ENTRE O PRIVADO E O PÚBLICO: ASSIM A INTIMIDADE ACONTECE

2.1 RELAÇÕES E FRONTEIRAS

[...] a vida humana na medida em que está ativamente empenhada em fazer algo, está sempre enraizada em um mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ele jamais abandona ou chega a transcender completamente [...] nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos (ARENDDT, 2010, p. 26).

A definição e a delimitação entre as esferas privada e pública é uma questão tão antiga quanto paradoxal. Partindo da tradução latina de alguns termos gregos, seguindo para o encaminhamento e a adaptação desses termos ao pensamento romano, tem-se a formação de um emaranhado de considerações que, ora se completam, ora se confrontam, ora se excluem.

De acordo com a pesquisadora Hannah Arendt (2010), essas ponderações atingem o auge de seus conflitos quando se veem entremeadas ao surgimento da era moderna, período ligado ao desenvolvimento das ciências naturais e às repercussões da Revolução Industrial, no século XIX, uma fase em que há uma nova concepção e uma caracterização diferenciada da sociedade. Além dos domínios privados e públicos da vida, contempla-se, nesse momento, o aparecimento de uma “esfera social” que, rigorosamente, não era nem privada nem pública.

Cabe salientar que Arendt (2010) distingue “era moderna” de “mundo moderno”: enquanto aquela se dá no século XIX, em meio ao desenvolvimento das ciências, de inúmeras descobertas e de revoluções, este começa no século XX, com a Primeira Guerra Mundial e as explosões atômicas.

A palavra “social”, de origem romana, acabou sendo substituída, no grego, pelo vocábulo “político”, que encontra, no seu correspondente latino, *societas*, uma significação, mesmo que limitada, que leva à seguinte alusão: trata-se de uma ligação entre os indivíduos com um desígnio específico, mesmo que essa relação e esse objetivo levem os envolvidos a uma situação de risco, pois só assim, configurar-se-á uma verdadeira “aliança”, um relacionamento.

Mas, somente quando a *societas* adquire *status* de uma sociedade exclusiva da espécie humana é que o vocábulo “social” começa a incorporar, em sua natureza, a noção de correspondente intrínseco, apenas, da condição humana, ou seja, uma característica e uma capacidade particular dos seres humanos.

Pensadores gregos, como Aristóteles e Platão, não atribuíam à questão do “social” um caráter puramente humano. Para eles, na realidade, isso era o que os sujeitos tinham em comum com os animais irracionais. Portanto, a necessidade da companhia humana, uma condição biológica, segundo os gregos, correspondia à mesma necessidade vital animal no tocante à forma de vida das outras espécies.

Segundo Hannah Arendt (2010), na Antiguidade, a esfera pública, a *pólis*, era o lugar onde o homem podia expressar a sua real identidade, enquanto que, na esfera privada, o indivíduo estava fadado ao trabalho e ao labor, em função das suas necessidades biológicas e vitais. Na vida pública, para obter a liberdade, era permitido, aos sujeitos, o uso da violência e da força, que era praticada, como ordem natural na esfera privada. Assim, esses domínios mantinham muito bem delimitadas as suas fronteiras, e o homem se constituía como um ser político, capaz de usar a ação e o discurso para controlar tudo o que compunha a vida humana.

Durante a Idade Média, entretanto, essa ação, que na *pólis* era considerada o meio ideal para se alcançar a pretendida liberdade, perde forças e se iguala ao labor e ao trabalho, passando a conceber, nesse novo contexto, apenas mais uma forma de o ser humano garantir a sua sobrevivência, uma vez que as sociedades passam a exigir dos indivíduos a manutenção das suas necessidades biológicas, além da criação de subsídios que atendam, também, as suas necessidades básicas, por meio de uma organização, que os mantenha numa mínima ordem estrutural.

Então, tudo muda novamente. Com o advento da Era Moderna (século XIX), eis que se torna emergente uma nova esfera, denominada social, nem privada, nem pública, que acaba por estabelecer certa dificuldade de compreensão e de delimitação de uma divisão entre o privado e o público, entre as atividades pertinentes à manutenção da vida particular e aquelas baseadas na constituição de um mundo comum. Conforme Hannah Arendt (2010):

O que nos interessa nesse contexto é a extraordinária dificuldade com que, devido a esse desdobramento, compreendemos a divisão decisiva entre os domínios público e privado, entre a esfera da *pólis* e a esfera do lar, da família, e, finalmente, entre as atividades relativas a um mundo comum e aquelas relativas à manutenção da vida, divisão essa na qual se baseava todo o antigo pensamento político, que a via como axiomática e evidente em si mesma (ARENDR, 2010, p. 34).

Todo esse percurso acaba estabelecendo certo confronto entre os conceitos tradicionais e as novas configurações dessas instâncias no mundo considerado moderno. Uma linha muito tênue passa a existir entre aquilo que compreende o que é privado e o que é público, alterando até o próprio significado que esses termos absorviam até então.

Se na Antiguidade e na Idade Média existia certo distanciamento entre o privado (espaço destinado, meramente, às questões pertinentes à sobrevivência e à reprodução humana) e o público (espaço da vida política, no qual se estabelecia a prática da ação), quando a sociedade se vê considerada como o suporte das massas, os interesses privados assumem importância pública e, com isso, a intimidade passa a ser reconhecida e representada muito mais por aquilo que não é, do que por aquilo que é: as relações sociais passam a ser determinadas a partir do indivíduo, gerando um desencontro entre a vida pública e a vida privada, fato que pode ser constatado, ainda hoje, em algumas sociedades contemporâneas. Desde a era moderna, é a noção de público que tem dado significado à vida privada.

As comunidades sociais, dessa forma, voltam-se para o outro, mais precisamente, para a interioridade desse outro. E isso, segundo Richard Sennett, produz certo tumulto na ordem social:

Como resultado, originou-se uma confusão entre vida pública e vida íntima: as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal (SENNETT, 1998, p. 18).

E toda essa situação acaba indo além das questões concernentes ao espaço: não se trata apenas de ponderar o que cabe ao domínio público ou ao domínio privado. Nos dias atuais, é impraticável abordar as questões da interioridade exclusivamente em relação a esse assunto, pois muito se ajustou a partir dessa questão. Há que se considerar, no âmbito das relações afetivas, a capacidade de

transformação dos sujeitos, bem como as formalizações que advêm dessas mudanças, para que se compreenda, de uma forma consistente, essa nova composição emocional.

Primeiro, é preciso validar a importância da questão do domínio, ou melhor, dos sentidos e das formas de agir, de exercer certa influência, de subsistir ao lado do que se quer firmar, enfim, realizar o privado e o público, considerando que o que é público, por se tornar cada vez mais ávido pelo particular, vem se misturando a certa lógica de funcionamento e de significação do privado.

Segundo, o domínio privado, em si, tem ultrapassado seu próprio universo e se espalhado pelos espaços públicos. Assim, as significações do domínio privado acabam revestindo os espaços públicos e o domínio público, constituindo uma mistura entre ambos, organizando uma espécie de privatização do público ou uma publicização do privado.

Essa diluição da fronteira entre o privado e o público torna-se um dos efeitos da nova ordem disciplinar, passando a nortear a vida dos homens, por meio de dispositivos que favorecem a produção e a implantação das individualidades. E a aproximação que se vê transforma-se, de acordo com Sennett (1998), em “um bem moral”, capaz de desestruturar, mas também, de reorganizar. Cria-se, segundo o historiador e sociólogo, uma “ideologia da intimidade”, em que tudo deve ser considerado:

[...] relacionamentos sociais de qualquer tipo são reais, críveis e autênticos, quanto mais próximos estiverem das preocupações interiores psicológicas de cada pessoa. [...] Esta ideologia da intimidade define o espírito humanitário de uma sociedade [...] (SENNETT, 1998, p. 317).

Mesmo diante de toda a confusão originada a partir da indefinição dos espaços privados e públicos, o que se vê, em presença do declínio dos limites entre essas esferas e, de igual modo, de suas fundamentações, é a possibilidade da existência de um “espírito humanitário”, quando o que se presencia é, ainda que de um modo meio torto, a aproximação entre os sujeitos.

O que fará a diferença, certamente, será a postura das pessoas ao encontrarem suas significações nas situações impessoais. Do mesmo modo, o que e como cada sociedade aproveitará da aproximação de domínios, antes, tão distintos e particulares.

2.2 A VIDA PRIVADA

A vida privada não é uma realidade natural, dada desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas maneiras por sociedades determinadas. Não existe uma vida privada de limites definidos para sempre, e sim um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública (PROST, 2009, p. 14).

Compreender como se efetiva, nas diferentes sociedades, o processo da vida privada, envolve tantas questões quanto se possa pensar: não se trata, apenas, de perceber como esse tipo de vida se forma e se apresenta dentro de suas fronteiras. Mais que isso, é preciso pensar numa condição que se firma a partir da existência de uma coletividade desenhada por meio de traços inconstantes e diversos.

Talvez, a única certeza existente em toda a constituição dessa realidade esteja no fato de que, cada grupo social, ante as suas peculiaridades, busca sentidos diferentes dentro do que considera uma vida particular e reservada. Comparações são aceitáveis, no entanto, desnecessárias, visto que cada cultura se fundamenta e se firma sobre preceitos distintos e relevantes, exclusivamente, aos grupos e às épocas em que se compõem.

Outra questão importante, no que diz respeito à construção da privacidade, está no fato de que a distinção entre a vida privada e a vida pública não adquire os mesmos sentidos e as mesmas significações em todas as classes sociais, estabelecidas em ambientes e em situações dessemelhantes que, por sua vez, distinguem-se e variam de acordo com as condições em que se fundamentam ao longo de sua constituição.

Em cada esfera social, o “muro da vida privada” serve para separar e resguardar aquilo que compraz ao grupo. São os domínios de cada sociedade que definirão o que se há de reservar: além da família, os hábitos, as crenças, as fortunas (ou os infortúnios), a religião, a saúde, dentre tantos outros aspectos que definem as condições e a falta delas nos grupos distintos.

Assim, se a vida privada estabelece um domínio demarcado para certas sociedades, como para a burguesia, por exemplo, isso não acontece, necessariamente, em outros ambientes sociais. E os muros que, primeiramente, cercavam o universo doméstico da família e do lar, agora, abrem-se às novas

formações sociais, que exigem outras delimitações em seu interior. Isso porque, de acordo com Hannah Arendt (2010):

Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana: estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida (ARENDR, 2010, p. 71).

Essa privacidade, segundo Antoine Prost (2009), firma-se, mesmo, em meio às indefinições e à falta de limites precisos. Conforme cada sociedade, a realidade da vida privada vai sendo construída, historicamente, de modos distintos, contribuindo para a definição (ou indefinição) das atividades humanas, dentro ou fora dos muros que se constroem (ou são desconstruídos) diariamente.

2.2.1 A história da Vida Privada

A história da privada seria, então, a história da sua democratização (PROST, 2009, p. 17).

Tendo como base a coleção *História da vida privada*, obra composta de cinco volumes, dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, publicada, originalmente, em 1985, o que se pretende, aqui, é apontar, de forma modesta, uma organização geral da constituição da vida privada desde o Império Romano até o século XX.

Não se trata, no entanto, de tentar definir os contornos que envolvem essa condição da vida humana, mas sim, de apresentar, mesmo que de forma breve, uma esfera da vida social que se fez (e se faz) presente em todas as sociedades em épocas históricas distintas.

Considerando o fato de que o conceito de privacidade só alcançou real solidez a partir do século XIX, pode-se concluir que, em épocas mais remotas, o próprio vocabulário que definia a vida privada era diferente do que se pode observar hoje. E, talvez por isso, seja mesmo complicado traçar uma linha reta nesse percurso sinuoso e inverossímil.

Independente da sociedade e da época, a certeza que se pode apontar, estabelece-se no fato de que havia, sim, uma forma de vida privada. Conforme Georges Duby (2009), talvez seja incoerente relacionar essa configuração existencial à vida cotidiana, pois o historiador prefere não tratar dessa condição como algo atrelado à cotidianidade, para não cair “numa história da intimidade”. Para o historiógrafo, vida privada não é sinônimo de vida íntima, diferentemente do que se tem visto, na maioria das vezes, na literatura universal, especialmente na crônica, espaço textual em que a vida privada e a vida íntima são tratadas numa mesma perspectiva.

Mas, apesar de a História tratar da vida privada e da vida cotidiana como elementos distintos, não se pode negar uma relação e um perfeito diálogo entre essas instâncias.

Já no primeiro volume, os textos sugerem uma ampliação dos espaços privados para além do espaço doméstico, visto que, desde a Idade Média, é possível perceber que outros lugares têm sido privatizados. Quer seja nas casas particulares, nos locais de trabalho ou nos ambientes de lazer, o que se visualizava eram ambientes que propiciavam as “cumplicidades”, ou seja, certas convivências pessoais. Naquela época, esses espaços eram destinados, majoritariamente, aos deleites masculinos.

A partir do segundo volume, o organizador desenvolve a noção de vida privada atrelando-a à questão do *poder*, que se estabelece nas relações do cotidiano, o que pode ser confirmado em muitas literaturas que se debruçam sobre esse assunto na atualidade. Para Duby (2009), o que corresponde ao privado (o que é íntimo, a privacidade) opõe-se, diretamente, à autoridade e ao Estado. Assim, o que se configura como público (o que é comum, desprivatizado), pertence à soberania, a certa superioridade, que era dominada por poucos; e o que se compreende como privado, diz respeito ao que acontece na intimidade, no foro doméstico e particular.

Partindo dessas constatações, os historiadores buscam traçar um percurso da vida privada tendo o cuidado de não defini-la como algo generalizado, que se configura da mesma forma em diferentes contextos e em sociedades distintas. Muito além disso, preocupam-se em mostrar, aos seus leitores, no que não se deve transformar a vida privada: segundo Philippe Ariès e Georges Duby, em uma história do cotidiano e do individualismo, pois, na visão dos dois, os espaços

que devem ser privilegiados devem ser os do senso comum, da família, e não do indivíduo, apenas. Tudo isso porque, na visão de ambos, o privado não tende a ser, exclusivamente, o espaço da intimidade individual.

Deixando de lado os impasses criados pelos dirigentes da coleção, chega-se ao volume cinco, *História da vida privada*: da primeira guerra a nossos dias, exemplar que atende, mais precisamente, aos anseios da pesquisa em questão. Nesse volume, organizado por Antoine Prost e Gérard Vincent, no capítulo primeiro, encontra-se uma das vertentes do objeto em questão: “Fronteiras e espaços do privado”.

Diante de uma nova constituição familiar, em que a “privatização das famílias” (que deixam de ser instituições fundamentadas na noção pura do coletivo) torna-se um fator imediato, os espaços da vida privada formam-se, igualmente, a partir de novos princípios. Surgem as famílias modernas, aquelas que deixam de ser uma instituição plena e universal para se apresentarem sem muitas prerrogativas: cada membro familiar passa a buscar o seu próprio domínio particular, uma consequência direta das individualidades.

[...] foi também dentro da família que os indivíduos conquistaram o direito de ter uma vida privada autônoma. De certa forma, a vida privada se desdobra: no interior da vida privada da família surge agora uma vida privada individual. No horizonte dessa evolução, estão os lares compostos por uma única pessoa, onde a vida privada doméstica foi inteiramente absorvida pela vida privada individual (PROST, 2009, p. 53).

Como não falar, então, de uma vida individual, mesmo dentro da família?

Os muros erguidos ao redor da vida privada, em uma primeira instância, têm por finalidade cercar e proteger todos os espaços que dizem respeito ao universo doméstico, familiar e do lar. Assim, no século XIX, considera-se, ainda, como doméstico o espaço destinado, unicamente, à vida privada, sem a possibilidade da intervenção de pessoas consideradas estranhas nesse ambiente. Ao passo que, a partir do século XX, começa-se a questionar as transformações ocorridas nesse ambiente e as mudanças que se percebem na história da vida privada e nos lugares onde elas acontecem, porque, consoante Antoine Prost, “a

história da vida privada é, em primeiro lugar, a história do espaço em que se inscreve” (PROST, 2009, p. 54).

E se o século XX é o “século da conquista do espaço” necessário para a realização da vida privada, do mesmo modo, é o momento em que surgem os contrastes e as confusões acerca dessas novas delimitações. As discrepâncias entre o tamanho das moradias burguesas e das moradias populares, o número de cômodos nas casas do campo e da cidade, a proximidade das residências e o surgimento das aglomerações de pessoas em um mesmo ambiente, foram alguns dos fatores que desencadearam certos desconfortos dentro das famílias, que se viram em meio a uma mudança quantitativa, capaz de, por vezes, facilitar (e propiciar) transformações em termos de qualidade. Assim, se há variações no espaço, há que se alterar, também, a forma de viver.

Cria-se o lugar do indivíduo. E, com isso, além de reservar o direito da família de se resguardar da presença de estranhos em seu ambiente privado, aparece, nesse novo contexto, a ideia da privacidade de cada membro do grupo familiar. Dessa forma, o domínio privado revela uma faceta surpreendente, em que se percebe que o mesmo nada mais era que “o espaço público do grupo doméstico”, local onde se torna possível a existência de desencontros, desconfortos e de embates pessoais, pois, diante desse novo “desenho social”, a intimidade se configura como algo possível e inevitável.

Luis Fernando Verissimo, em seu livro *Comédias da vida privada: 101 crônicas escolhidas* (1996), no texto “Lar desfeito”, apresenta aos seus leitores um caso insólito de separação conjugal, em que a vida privada de uma família se vê totalmente desestruturada em função da vida particular de outras famílias próximas aos protagonistas da crônica.

José e Maria estavam casados há vinte anos e eram muito felizes, muito felizes mesmo, a ponto de incomodar os três filhos, que passam a questionar a felicidade dos pais, por conhecerem outra realidade familiar na casa de seus amiguinhos.

Vera, a filha mais velha, tinha uma amiga, Nora, que a deixava fascinada com suas histórias de casa. Os pais de Nora viviam brigando. Era um drama. Nora contava tudo pra Vera. Às vezes chorava. Vera consolava a amiga. Mas no fundo tinha uma certa inveja. Nora era infeliz. Devia ser bacana ser infeliz assim. O sonho de Vera era ter um problema em casa para poder ser revoltada como Nora. Ter olheiras como Nora.

Vítor, o filho do meio, freqüentava muito a casa de Sérgio, seu melhor amigo. Os pais de Sérgio estavam separados. O pai de Sérgio tinha um dia certo para sair com ele. Domingo. Iam ao parque de diversões, ao cinema, ao futebol. O pai de Sérgio namorava uma moça do teatro. E a mãe de Sérgio recebia visitas de um senhor muito camarada que sempre trazia presentes para Sérgio. O sonho de Vítor era ser irmão de Sérgio.

Venancinho, o filho menor, também tinha amigos com problemas em casa. A mãe de Haroldo, por exemplo, tinha se divorciado do pai do Haroldo e casado com um cara divorciado. O padrasto de Haroldo tinha uma filha de 11 anos que podia tocar o *Danúbio Azul* espremendo uma mão na axila, o que deixava a mãe do Haroldo louca. A mãe do Haroldo gritava muito com o marido.

Bacana (VERISSIMO, 1996, p. 108).

Os filhos de José e de Maria, Vera, Vítor e Venancinho, sentiam-se incomodados com a felicidade dos progenitores. Ao presenciarem tantas inconstâncias e desencontros, nos lares de seus amiguinhos, começam a questionar se não seriam seus próprios pais os errados nessa situação.

O que se pode perceber, no contexto criado por Luis Fernando Verissimo, é a existência de uma vida privada social agindo contra a instituição doméstica. Se durante algum tempo, na história da vida familiar, houve uma partilha do poder entre os casais, no momento em que os filhos começam a interferir no andamento do casamento, isso acaba se desconfigurando, levando essa instituição a uma nova composição, que fora traçada sob a decadência dos relacionamentos.

Durante toda a primeira metade do século XX, a vida privada familiar se viu, praticamente, presa ao controle da coletividade, não conseguindo se libertar das interferências provenientes de seus arredores. Assim, os domínios do casal, sofrem alterações ao longo de sua estruturação.

A princípio, o marido exercia poder pleno sobre a casa e a família, e a mulher precisava da autorização do seu cônjuge para poder cuidar de seus bens. Mas, diante dessa autorização, era a esposa quem tomava as rédeas no interior da casa. E, ao esposo, cabia o cuidado e o zelo no âmbito externo, o que revogou a seguinte arrumação: o marido, o chefe da família, voltava para a casa de sua

mulher, que determinava o andamento das situações no interior da casa. Houve uma divisão de poderes.

E essa divisão levou a vida familiar a um novo patamar. Marido e mulher passaram a dividir funções, sobrando mais tempo para os homens e proporcionando, às mulheres, novas conquistas, como o trabalho fora de casa. Homens passaram a assumir seus casos extraconjugais, e mulheres decidiram requerer sua parcela de participação no domínio da esfera pública. Dessa forma, a distribuição de poderes, na vida privada, propiciou a interferência do mundo externo dentro da instituição familiar.

Apesar de o controle dos pais sobre os filhos ser algo inquestionável, durante muito tempo, em meio a tantas transformações no âmbito familiar, foi natural o surgimento de variações, também, nesse comando. Nas sociedades da década de 1950, por exemplo, os pais detinham poder total sobre os filhos: liam suas correspondências, decidiam o que eles deveriam estudar, que trabalho exerceriam e com quem se casariam. Contudo, em função da abertura da vida privada para uma vida autônoma, da aproximação dos grupos familiares com outros grupos, houve a necessidade de uma nova organização da esfera doméstica.

E foi exatamente nesse momento, na presença de circunstâncias inovadoras, que a privacidade das relações adquiriu uma nova configuração. A interferência do outro tornou-se realidade no meio privado. E aquilo que, até então, era de interesse meramente particular, assume um caráter primordial de interesse para os outros. Esse fenômeno externo, proveniente do contato com o grande público, gera complicações e institui novos rumos ao convívio familiar.

Essa mudança na estrutura interna da família e o poder de influência do meio externo é muito bem representada na crônica “Lar desfeito”, de Verissimo. José e Maria decidem por algo inusitado e cedem aos apelos dos filhos. Os dois colocam a relação em risco para que não estejam fora da realidade social em que vivem e, principalmente, para que Vera, Vítor e Venancinho não se sintam deslocados ou diferentes do seu grupo social:

José e Maria concordavam que aquilo não podia continuar. Precisavam pensar nas crianças. Antes de mais nada, nas crianças. Manteriam uma fachada de desacordo, ódio e desconfiança, na frente deles, para esconder a harmonia. Não seria fácil. Inventariam coisas. Trocariam acusações fictícias e insultos. Tudo para não traumatizar os filhos. [...] O casal teria de se separar. Os advogados cuidariam de tudo. Eles não podiam mais se enxergar (VERISSIMO, 1996, p. 108-109).

A única solução que o casal vislumbra é a separação, mesmo que fictícia. Aos olhos dos filhos, essa seria uma realidade que os colocaria no mesmo nível do restante da sociedade. José e Maria decidem sacrificar anos de uma convivência harmoniosa e bem-aventurada em prol da felicidade dos filhos e, de certa forma, encontram nessa solução o único meio de se adequarem aos novos moldes da coletividade em que estão inseridos. Por meio de uma encenação da realidade, os dois mantêm uma “fachada” para reforçar a ideia de separação entre eles.

O que se configura, nessa situação, é o que pode ser considerado como um dos movimentos que marcaram a história da vida privada, especialmente, aquela que se consolidou no século XX: o indivíduo se desenvolve, ganha notoriedade em meio ao ambiente familiar e conquista aquilo que, até então, era o objetivo de uma coletividade. É a instituição de um novo modelo doméstico, em que o espaço e o tempo tornam-se alvos pessoais daqueles que projetam, para si mesmos, um futuro promissor, ainda que às custas de toda uma organização familiar.

Hannah Arendt (2010) considera que, essas transformações, por se articularem entre si, acabam originando aspectos negativos na história da vida privada. Segundo a filósofa, o motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo deve-se ao fato de que:

[...] a sociedade de massas não apenas destrói o domínio privado tanto quanto o domínio público; priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual outrora eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até os que eram excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família (ARENDR, 2010, p. 72).

Diante dessas constatações, pode-se concluir que civilização, individualismo, familiaridade, modernidade e privacidade são variáveis que acompanham a história da vida privada. E, nesse contexto todo, condições internas e externas tornam-se fatores inerentes e prontos a estruturar, desestruturar, organizar, reorganizar ou desorganizar qualquer instituição familiar, pois os indivíduos pertencentes aos grupos acabam adquirindo certa vulnerabilidade diante de tamanhas mudanças e de tantas configurações.

No caso da crônica de Luis Fernando Verissimo, os filhos estão mais confortados e felizes, pois se sentem inseridos no meio em que vivem. Agora, é Nora quem consola Vera, que faz questão de apresentar, orgulhosa, suas olheiras e seus olhos vermelhos de tristeza pela separação dos pais. Vítor e Venancinho também estão satisfeitos, pois saem aos domingos com o pai e fazem coisas de homem, como ir ao Maracanã, por exemplo.

Certa vez, o pai de Sérgio, amigo de Vítor, perguntou a José se ele não gostaria de conhecer uma amiga da sua namorada. Mas, José disse que ainda não estava preparado para outro relacionamento. E Maria, ainda não estava com ninguém. No entanto, os filhos tinham certeza de que ela estava saindo com algum outro homem, porque, pelo menos duas vezes na semana, ela saía de casa e voltava “menos nervosa”.

A interferência dos filhos torna-se uma imposição, deixando o casal diante de um problema embaraçoso, forçando-os a uma atitude extrema perante uma situação de igual teor:

- Eles desconfiam de alguma coisa? – perguntou José.
- Acho que não – respondeu Maria.
- Estavam os dois no motel onde se encontravam, no mínimo duas vezes por semana, escondidos.
- Será que fizemos o certo?
- Acho que sim. As crianças agora não se sentem mais deslocadas no meio dos amigos. Fizemos o que tinha de ser feito.
- Será que algum dia vamos poder viver juntos outra vez?
- Quando as crianças saírem de casa. Aí então estaremos livres das convenções sociais. Não precisaremos mais manter as aparências. Me beija (VERISSIMO, 1996, p. 109).

A consequência do contato com outros grupos e as novas convenções sociais, que determinam ajustes e estimulam comportamentos, intervêm, de forma direta, na vida privada da família apresentada por Verissimo, que

se vê desprovida de algo essencial em sua própria vida particular, aquela vivida na esfera restrita do lar, mas que, na contemporaneidade, teve seus muros derrubados e encontra-se à mercê das novas combinações coletivas.

O casal deixa de ser a “norma exclusiva”. E a família, que até então vinha à frente do indivíduo, torna-se o lugar da reunião de muitos sujeitos, que trazem ao seio familiar a sua história pessoal, dotada de situações que esperam ser absorvidas e favorecidas nesse ambiente controvertido:

Há meio século, a família passava na frente do indivíduo; agora, é o indivíduo que passa na frente da família. O indivíduo era incorporado à família; sua vida privada pessoal, quando não se confundia com sua vida familiar, era secundária, subordinada, e não raro clandestina ou marginal (PROST, 2009, p. 80).

No caso da crônica em estudo, os filhos assumem o lugar do indivíduo, e cada um deles impõe sua opinião e seu desejo em relação à vida conjugal dos pais que, desempenhando um papel inverso, adotam a clandestinidade e a marginalidade como formas de poderem manter seguros o próprio casamento e o amor existente entre os dois. Absurdo? Talvez sim! Mas, com certeza, indícios de uma nova combinação familiar, que se vê julgada e comprometida, em função do que representa na efetivação das vidas privadas individuais ao longo da constituição da história da vida privada.

Diante de todas as constatações elencadas até então, ao longo desse breve esboço do percurso da formação de uma história da vida privada, ao analisar os volumes constantes da coleção *História da vida privada*, de Philippe Ariès e de Georges Duby, fica evidente a preocupação dos historiadores em estabelecer um parâmetro geral do conceito de vida privada, contudo, partindo de perspectivas particulares.

A saber, o “espaço”, iniciando o percurso no Império Romano, chegando aos lugares que formam a contemporaneidade; a “documentação”, considerando toda fonte possível, inclusive as que retratam o íntimo e a sexualidade, como fatores propiciadores da descoberta e do entendimento do universo da vida privada; o “tempo”, partindo da Antiguidade até chegar à atualidade, mais especificamente até a década de 1980, privilegiando os acontecimentos relativos ao período entre os séculos XV e XX.

E, por último, os “temas” que foram abordados em cada artigo, abrangendo toda e qualquer possibilidade de caminho para se chegar a uma verdadeira organização de uma história da vida privada, o que permite a verificação daquilo que é, realmente, representativo e significativo para o entendimento dessa condição humana.

Sendo a questão familiar a de maior repercussão dentre os estudos analisados, chega-se à conclusão de que é no seio da família que se encontra a verdadeira possibilidade de construção da história da privacidade, pois é nessa instituição que se estabelece o espaço ideal para a verificação da existência das relações domésticas. Não apenas entre casais, mas entre filhos, entre pais e filhos, entre parentes, entre agregados, entre empregados ou qualquer outro que se permita estruturar à luz das condutas e dos valores, das regras e das transformações que permeiam a organização de uma familiaridade.

Além disso, questões pertinentes ao individualismo, à intimidade ou à sexualidade, apesar de, no início, serem discutidas de forma mais discreta, em face do posicionamento de Georges Duby, alegando preferir certo distanciamento dessas temáticas, aconteceram de forma consistente, provando ser impossível tratar da vida privada sem atrelar o assunto a esses aspectos. Especialmente, nas incursões realizadas nos séculos XIX e XX, período em que a intimidade ganha *status* de celebridade e aflora tanto na esfera privada quanto na pública, quando as questões do corpo, da sexualidade, das relações íntimas e dos prazeres vêm à tona, mostrando suas formas e sua força, a partir de estudos realizados por nomes como os de Anthony Giddens, Michel Foucault e Richard Sennett.

Outro ponto importante que deve ser considerado na questão da formação da privacidade diz respeito aos modelos de vida privada. As regras convencionadas para se chegar a um padrão mínimo de civilidade nos relacionamentos operam entre o privado e o público, diante de uma confusão constante nos espaços existentes nessas esferas. Isso acontece, de uma forma mais acentuada, ainda, na modernidade, época em que se vive a fantasia (ou a utopia) de uma privacidade resguardada ou, simplesmente, preservada, em função da visibilidade que se tem dado a certos relacionamentos humanos.

Espaços como a casa, o bairro, o local de trabalho ou a própria cidade, geram situações e promovem discussões constantes sobre a possibilidade

de uma instituição da intimidade, conseqüentemente, de uma organização da vida privada.

E é na exploração de cada uma dessas temáticas que se firmam as possibilidades, os caminhos, as formas e as indagações a respeito de uma vida privada. Vida que se faz por meio de histórias, articuladas no tempo e no espaço, sendo construída à medida que se consagra não apenas como parte da história da vida privada, mas, como fator constituinte de toda a existência humana.

2.2.2 A História da Vida Privada no Brasil

À falta de uma definição da vida privada, tentemos dizer o que ela é [...] em nossa sociedade (VINCENT, 2009, p. 140).

O arranjo de uma vida privada, no Brasil, tem como marco inicial a época da colonização, momento em que esse processo estabelece a sua fase de gestação, visto que a noção de privacidade passa a ser construída a partir do período em que os colonizadores portugueses aportam em terras brasileiras. Não se trata de definir como viviam os personagens dessa história até então, considerando ser, esta, uma narrativa não contada ou (por que não dizer) mascarada. Mas, de tentar compreender como as manifestações da intimidade se articularam em meio ao processo da conquista do espaço territorial brasileiro.

O Brasil colônia era considerado uma espécie de extensão de Portugal. No entanto, era a própria negação dessa metrópole. Dessa forma, o convívio com os colonizadores não incitou apenas bons frutos, mas, frustrações, angústias e, também, contraposições acerca da formação da noção de brasilidade. Para formar uma identidade, foi necessário partir dos acontecimentos do cotidiano, mais precisamente, da esfera da intimidade dos protagonistas, genuinamente, brasileiros, único caminho plausível para fundamentar a trajetória do povo brasílico enquanto nação.

Tudo isso aconteceu em meio a muita precariedade e instabilidade. Isso porque, em terras brasileiras, os colonos tiveram de lutar por sua sobrevivência. Durante muito tempo, as situações se definiram, nos aspectos físico, econômico, material e político, considerando o temporário. Não havia perenidade nas condições de vida, tudo se constituía sob o domínio do efêmero, do transitório. Conforme a

historiadora Mary Del Priore, os ocupantes do território nacional tinham uma única opção:

“Viver em colônias” – como se dizia então – era o que faziam. Sobreviviam... E sobreviviam sob o signo do desconforto e da pobreza. Habitavam casas de meias paredes cobertas de telhas ou sapê, com divisão interna que pouco ensejava intimidade. [...] Privacidade, portanto, zero (DEL PRIORE, 2011a, p. 13).

Naquela época, o que se comia, onde se dormia, a educação recebida, a vida dos escravos, os hábitos de higiene, a forma de namorar, de noivar e de casar, enfim, a forma como cada um nascia, crescia e morria, era o que determinava a transformação de uma gente, até então, portuguesa, africana ou imigrante, que deixava suas heranças para se constituir brasileira.

Havia, no Brasil colonial, três instâncias distintas incorporadas aos relacionamentos cotidianos, íntimos, individuais e familiares, que se apresentavam por meio das relações entre as classes dominantes, entre os escravos e, paralelamente, entre os senhores e os escravos. Essas esferas, por mais que fossem diferentes, estavam sempre em condições de aproximação e de conflito, ocasionando certa incerteza e obscuridade nos relacionamentos que se instalavam e se formavam a partir de noções particulares estabelecidas nos centros das colônias. Cada grupo acabava determinando suas próprias práticas íntimas. As leis e as regras de conduta eram formuladas dentro das comunidades, que elegiam o certo, o errado e o necessário no interior dos seus domínios.

A princípio, privado dizia respeito ao que era individual e coletivo, pois, no Brasil, não havia separação entre privado e público. Aqui, índios e escravos andavam nus e a “civildade” europeia não recebeu muita consideração e, tampouco, aceitação. A polidez nas condutas, o aparecimento dos espaços, realmente, privados, a ideia do constrangimento, do pudor e da vergonha foram fatores que, somente a modernidade foi capaz de trazer, aos poucos, ao território brasileiro.

Os séculos XVI, XVII e XVIII foram primordiais para a formação de uma vida privada no Brasil. E o que se delineou, a partir desse momento, muito se deve ao que foi construído até então. O fato de ter o Brasil um território tão vasto, certamente dificultou o convívio entre os indivíduos. Por outro lado, estimulou uma aproximação: se as distâncias protelavam os contatos e as aglomerações levavam ao isolamento voluntário, eram essas mesmas condições que induziam as pessoas a

se aproximarem, na tentativa de reverter todo o processo natural a que eram submetidas constantemente.

Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1801, juntamente com a família real, todo o corpo administrativo, médico, militar e religioso português instala-se em solo nacional. Assim, hábitos, costumes, crenças, moda, leis e condutas desembarcam juntos.

A vida privada, naquele momento, encontra-se ligada ao fator da escravidão. O direito de possuir um escravo recai, diretamente, sobre o entendimento desse tipo de vida. Cada escravo torna-se um tipo de “propriedade particular” daqueles que exerciam total comando sobre a vida desse indivíduo. E tudo isso, debaixo do apoio e da condescendência das autoridades públicas.

Nos confins da língua latina e do direito romano, a palavra *privus* (particular) deu origem a duas variantes, *privatus* (privado) e *privus-lex* ou *privilegium* (lei para um particular, privilégio). Essas variantes fundem-se de novo num só significado no contexto do escravismo moderno, no qual o direito – o privilégio – de possuir escravos incide diretamente sobre a concepção da vida privada (ALENCASTRO, 1997, p. 16).

Assim, conforme ocorria na Colônia, a vida privada no Brasil confunde-se, durante o Império, com a vida familiar.

Além disso, o adultério surge no cenário brasileiro fortalecido por algumas práticas dos fidalgos e dos nobres portugueses, que se presumiam superiores e no direito a tal ato. A relação de dominação que, antes, era presenciada entre os senhores e suas escravas, agora, parte do próprio seio da família real, instaurando-se dentre as demais classes. O adultério torna-se quase que uma conduta. Os casos amorosos da rainha Carlota Joaquina, os *affairs* do Imperador, o apetite sexual insaciável do filho de D. Pedro, entre outras situações, marcaram a vida política e familiar dos membros da Corte, que acabaram ficando divididos ante a essas circunstâncias.

De acordo com alguns historiadores, o Brasil da primeira metade do século XIX é o país dos “excessos”, e o Rio de Janeiro é a cidade que atingiu maior instabilidade no âmbito privado. A moralidade praticada na capital do Império era questionável, visto que os vícios europeus se faziam presentes e eram constantes. Durante quase todo esse século, as punições às infidelidades não aconteceram, e o

adultério e a mancebia de escravas eram situações toleradas, consideradas quase que uma forma de sobrevivência.

Na constituição da vida privada brasileira, durante a época do Império, a corte e a modernidade nacional acabam por instituir, nesse contexto, uma divisão no que diz respeito à sexualidade: “De um lado, o sexo legítimo da união legal. De outro, o sexo ilegítimo e clandestino das relações adúlteras e da prostituição [...]” (DEL PRIORE, 2011a, p. 101). Tudo isso, acontecendo em meio ao crescimento das cidades, fato que se liga, por outro lado, à emergência do consumo, na última parte do século XIX, confundindo e postergando, mais ainda, o que se vê como possibilidade de uma elaboração de uma vida, verdadeiramente, privada.

As intensas sucessões de mudanças, ocorridas no final do século XIX até meados do século XX, determinam um novo ritmo nas questões políticas, sociais e culturais do Brasil. Com o advento da República, não só a terra, em seu domínio geral, mas cada casa aspira a um compartilhamento de informações e de notícias, que almejam moldar os comportamentos e as práticas, desde as situações públicas e arbitrárias, até o recôndito da intimidade e da consciência de cada indivíduo.

A vida privada brasileira encontra-se, nesse contexto, numa condição de difícil definição. Isso porque, diante de brasileiros livres ou recém-libertos, há uma confusão instaurada perante as experiências já vividas e as expectativas futuras. Tudo se inscreve como uma possibilidade: as intervenções sociais privadas, individuais e familiares aparecem como probabilidades diante da perspectiva de uma “cidadania”.

O anseio pelo cosmopolitismo e pela modernização acaba afastando as pessoas de sua vida rotineira. Nessa nova visão, estar ligado ao cotidiano, ao arcaico, seria o mesmo que negar a possibilidade de progresso. Se, antes, havia uma necessidade de estabelecer uma brasilidade, aquilo que fundamentaria uma privatização dos acontecimentos, agora, o que se instala é, mesmo, o “desejo de ser como os estrangeiros”, ou, ao menos, de viver como eles.

Todo o desenvolvimento industrial, técnico e mecânico, a criação de máquinas, as invenções e as inovações, instigam, nos brasileiros, o gosto pelo moderno, conseqüentemente, a busca por uma nova ordem social, que se define mediante as condições privadas para, num plano seguinte, delimitar-se nos espaços públicos. É a concretização de um novo tempo em terras brasileiras.

Assim, pode-se concluir que as esferas privada e pública dessa nova realidade brasileira começam a se modificar. E, mesmo distante, ainda, dos ideais liberais, percebe-se o partilhar de uma outra perspectiva, que se firma perante o movimento presente nas mudanças:

[...] o sonho de uma nação moderna, iluminada pela ciência e pensada nos termos europeus, envolvia também a adequação ou alteração dos códigos privados, que, longe dos mecanismos públicos ou... desprezando-os e desobedecendo a eles, misturavam-se ao jogo contrastante e dinâmico de tempos e espaços, articulados aos próprios movimentos da vida (SALIBA, 1998, p. 295-296).

Dessa forma, inúmeras situações contribuem para que a vida privada, no Brasil, tome novos rumos. A decadência do Império, a emancipação dos escravos, o surgimento da República, as transformações tecnológicas, as migrações internas, a chegada de imigrantes (provenientes do mundo todo) e o estreitamento das cidades foram mudanças que incutiram, nos indivíduos, a necessidade de novas práticas e de hábitos modernos, tanto no que diz respeito ao consumo, quanto à concepção de vida, quer seja no âmbito do privado ou no domínio público.

Chega-se, então, com o avançar da formação da vida privada brasileira, aos contrastes que compõem a intimidade contemporânea. A partir da década de 1930, as mudanças são constantes e inevitáveis, culminando com a problematização do real local do privado e do público. Grandes rupturas vão acontecendo, e o que se vê, a partir de então, são diferentes caminhos sendo traçados ou, até mesmo, a formalização de possíveis descaminhos.

No início do século XX, multiplicam-se os aspectos considerados dentro do horizonte da esfera privada, e os âmbitos de atuação desse domínio são alavancados aos espaços públicos: 1) O corpo é “descoberto”. E, do mesmo modo, sua exposição ganha proporções antes não consideradas possíveis; 2) A repressão sexual se vê num processo de extinção. Ou, como preferem alguns, redirecionada a uma nova dimensão; 3) A Igreja torna-se uma grande aliada na consolidação de uma ética cristã, fundamentada na valorização da família e na obediência ao Estado; 4) Casamento e sexualidade atingem patamares distintos. É o momento em que o sexo e a reprodução começam a separar-se. 5) Surge a fotografia. E, com isso, o erotismo e a pornografia se personificam diante de novas perspectivas.

Além desses fatores, situações como a do aborto, do homossexualismo, das doenças íntimas e tantas outras passam a configurar entre as possibilidades da privatização dos relacionamentos, que se firmam sobre alicerces frágeis e transitórios.

Não é o caso de afirmar que não há mais a existência de uma vida, puramente, privada, em função da exploração e da exibição exagerada de certas intimidades. Mas sim que, por vezes, na contemporaneidade, é preciso considerar certa noção de artificialidade no tocante a essa condição. Arcaico e moderno adquirem, apesar de carregarem consigo a noção de oposição, rudimentos simultâneos de aplicação. Ao mesmo tempo em que se vive em ambientes megapopulosos, cercados de novidades, lembra-se da casa simples da avó, naquele bairro distante e pacato, evidenciando a essência de um país totalmente integrado, mas também, particularizado.

O fato é que, no Brasil, quando se busca a definição entre o privado e o público, firma-se uma convivência em esferas opostas, que se concretizam, todavia, simultaneamente:

Para além de se tratar de concepções polares – a afirmação de um depende da realidade do outro –, o que se verificou foi a singularidade de sua utilização no Brasil. Longe de um modelo fechado, no país o privado foi se afirmando enquanto um processo histórico e, mais especificamente, mediante uma fator complicador. Em face do desconhecimento sistemático da esfera pública, dessa má consciência que se instaura diante do Estado e das instituições representativas, ocorre uma espécie de releitura do privado, desfocado dessa maneira (SCHWARCZ, 1998, p. 9).

O que se percebe, quando se trata da vida privada em “terras brasílicas”, é que há muitas facetas a se considerar nessa perspectiva. De acordo com o pensamento da historiadora Mary Del Priore (2011a), há muito a ser ponderado no tocante a essa formalização.

Os tempos atuais exigem dos seres humanos uma postura imediatista no que se refere a sua própria constituição. No entanto, não é possível colocar todas as vivências dentro da categoria do que é banal. A vida cotidiana não corresponde, apenas, ao que é privado, ou seja, às atividades relacionadas à manutenção dos laços sociais, domésticos e às práticas de consumo. Mais que isso, corresponde, também, aos campos da economia, da política e da cultura, que

atingem uma dimensão totalmente funcional e inovadora numa perspectiva mais ampla.

Se, em algumas sociedades, era possível diferenciar a vida privada e familiar da vida pública, hoje, isso não acontece mais de forma tão clara e concisa. É preciso ultrapassar a oposição que se evidencia dentro desses interiores, considerando as formas de enunciação criada por cada grupo, levando em conta os seus membros, enquanto sujeitos de sua própria história, e não, meramente, objetos dessa construção.

Não se trata, simplesmente, de discutir acerca do espaço privado em oposição (ou intersecção) ao espaço público, mas sim, de buscar a essência das diferentes esferas que a sociedade ocupa, além de decodificar as possíveis representações desses espaços para os mais distintos grupos sociais.

Pois, afinal, quem são essas pessoas que, ao longo da história e na contemporaneidade, assumiram (e assumem), ao mesmo tempo, papéis díspares na elaboração da sua própria história de vida, quer seja ela privada ou pública? De acordo com Mary Del Priore (2011a), trata-se de:

Indivíduos de muitas caras. Virtuoso e pecadores, oscilando entre a transigência e a transgressão. Em público, civilizados. No privado, sacanas. Na rua, liberados; em casa, machistas. Ora pessimistas, ora autoritários. Severos com os transgressores que não conhecemos, porém indulgentes como os nossos, os da família. Ferozes com os erros dos outros, condescendentes com os próprios. Em grupo, politicamente corretos, porém racistas em segredo. Fora, entusiastas dos “direitos humanos”, mas cá dentro, a favor da pena de morte. Amigos de gays, mas homofóbicos. Finos para “uso externo” e grossos para o interno. Exigentes na cobrança de direitos, mas relapsos no cumprimento de deveres. Somos velhos e moços, nacionalistas e internacionalistas, cosmopolitas e provincianos, divididos entre a integração e a preservação de nossas múltiplas identidades. Na intimidade, miramos nossas contradições. Resta saber se gostamos do que vemos (DEL PRIORE, 2011a, p. 237-238).

Assim, entender a formação da vida privada, no Brasil, em meio à articulação do processo histórico em que o país está inserido, compreende, de certa forma, um processo de percepção de como os hábitos, os usos e os costumes foram se estabelecendo e se modificando em meio ao movimento da vida diária. Além disso, em identificar e em reverenciar a introdução do privado na vida pública e da

vida pública no privado, admitindo que, na atualidade, esse limiar encontra-se firmado debaixo de intensas e incontestáveis incertezas.

Finalmente, perceber a história da vida privada brasileira ligada à formação da própria história de cada indivíduo, que se vê ajustada, ora nos pequenos detalhes, as aparentes miudezas, ora na vastidão e na complexidade do mundo que cerca os sujeitos.

Na crônica “História da vida privada”, de Fernando Bonassi, inserida no livro *Crônica brasileira contemporânea* (2005), organizado por Manuel da Costa Pinto, o autor apresenta, aos seus leitores, um itinerário, segundo ele, do que seria pertinente à constituição de um possível enredo de uma vida privada.

Não obstante a certas particularidades, o que se quer mostrar, com a exposição, na íntegra, do texto em questão, é que a vida privada se faz, propriamente, de pequenos momentos, os quais se formam e atingem a sua notoriedade, a partir da realidade histórica dos sujeitos e em meio à atividade humana desenvolvida entre a esfera privada e a esfera pública.

Pezinhos inocentes, carimbados em papéis oficiais. Cordões umbilicais congelados à base de prestações mensais. Marcas digitais, cólicas habituais, noites em claro. Certidões lavradas em cartórios hereditários. Carteiras de vacinas, pesos e medidas. Médicos pediatras, gastroclínicos, homeopatas. A cama arrumada, a mesa colocada, o banho aconchegante. As unhas cortadas, a cera dos ouvidos, a percepção dos sentidos, a meleca da marinha, o cocô e a urina da fralda descartável. O peito admirável, a maternidade inquestionável e o nível de glóbulos vermelhos. Maus conselhos, maus estímulos, intestinos preguiçosos. Dores lancinantes, sonhos delirantes, desejos alucinantes. A saliva da escova de dente, o travesseiro recentemente usado, o cheiro do banheiro fechado. O sorriso gelado, o espasmo repentino, o balido canino. O DNA, o PHD, a PQP. Médicos ginecologistas, doenças venéreas, acnes e espinhas espremidas em desalento para as cerimônias de conversão e casamento. A sofreguidão impaciente, as torrentes de paixões incandescentes. Meias verdades aprendidas aos trancos e barrancos, meias fétidas abandonadas nos quartos adolescentes. Os lenços bordados, os lençóis manchados, os endereços escolhidos, as alianças gravadas, os compromissos assumidos. Fechaduras espiadas, absorventes higiênicos, preservativos lubrificados e curativos arranhados. Autoestima, automóveis, autoramas. Descarregos de encostos, trabalhos de macumba, muamba comprada na calada da mala dos contrabandistas e gravuras de artistas assinadas. A criatividade assassinada pela miséria dos salários acumulados, comprados e vendidos. Relíquias macabras e profanas socadas nos fundos dos armários ordinários, carnês de crediário amarrotados, perucas coloridas, ações ao portador, uma bolsa adormecida num cobertor dobrado, órgãos naturais e

implantados, malas sem alça arremessadas por gerações nos porões úmidos e gelatinosos da ingratidão. Uma abstração. Uma visão. Uma viagem. Um diário abortado, dezenas de agendas esganadas, encapadas, empenadas e encardidas. Fotografias amareladas, bilhetes dobrados, lenços guardados, mapas de tesouros perdidos. Hinos cantados com desleixo. Porradas diretas no queixo. Amores atraídos por interesses ou omissão. O escárnio, o estresse, a explosão. Decisões mesquinhas. Sentenças injustas. Crimes indelicados. As presas absurdas, as preces fervorosas e as pragas rancorosas. Terços ralados em desespero. O esmero das promessas, as justificativas para as dívidas, as razões para as dívidas e os documentos pessoais. As pendengas judiciais em processos imorais. Envelopes perfumados, dentes de leite mumificados, cachos de cabelo penteados com enlevo decrescente, gavetas reviradas em síndromes de abstinência e segredos urgentes expostos à violência dos próprios animais dependentes órfãos e feridos demais. Senhas bancárias intercontinentais, a masturbação diária, os aparelhos genitais. As primeiras vezes, os revezes, os desfechos, os recomeços. Diplomas conformados em molduras douradas em meio a múltiplos conhecimentos subdesenvolvidos, intrigas e fofocas. Uma família criada entre quatro paredes de segredos pensando apunhalarem-se pelas costas. Os motivos da rusga, os pneus da barriga e as rugas do rosto. Certos números, certas memórias, certas cicatrizes. A psicanálise dos seus contos de fadas, as primeiras trepadas e a vergonha de cara. Acordos, acertos, chantagens. Telefonemas escondidos, casos rumorosos e recados cifrados apontados em bilhetes. Ramalhetes arremessados por vidros escancarados. Marcas fulgurantes de batom nos colarinhos. Os lábios impressos nas taças de vinho. As orgias rituais, as loucuras permanentes e as manias ocasionais. Ideias esquisitas, juramentos inquietantes, arrependimentos monumentais. As culpas dilacerantes, os orgasmos triunfantes e os bens de capitais doados em êxtase marital. Posição política, posição moral, posição sexual. Fetiches emplumados, frieiras ardidadas e cutículas comidas em festas esquisitas. Dejetos, despojos, despejos. Os dinheiros suados, os encontros marcados, isqueiros furtados, cigarros babados fumados e, becos escuros e carros parados. Os vícios satisfeitos, os votos suspeitos, as juras de fidelidade. O diabo da vaidade. O valor subjetivo. O gosto indiscutível. As melhores intenções. Um cantinho, um violão, um revólver novinho, uma antiga confusão. Uma música. Uma data. Um beijo. Um tapa. Centenas de pecados inconformados. Milhares de desejos obscuros, milhões de pensamentos obtusos. Devoções inconfessáveis, pactos irresponsáveis e relações perigosas. Confissões vergonhosas. A intervenção cirúrgica, a extrema unção litúrgica e as enfermidades espalhadas pelas saúdes debilitadas. A náusea indignada, a ressaca procurada e a parada cardíaca. Os médicos geriatras mandando a conta salgada disso tudo. O preço que se paga neste mundo. A imunda mortalha que se leva. A memória escandalosa que se conta. O desconto doloso do último cheque nominal. A doença terminal e a morte anunciada. O ar que respira e o instante em que expira. Algumas palavras sem sentido. Uma conversa afiada, triste, trágica. Um suspiro. Um gemido. Um lamento. Mais nada. O corpo presente. As flores usadas. O caixão dos defuntos. Os presuntos e as ossadas (BONASSI, 2005, p. 268-272).

Por meio de uma escrita direta e, às vezes, dura, Fernando Bonassi apresenta a realidade que percebe ao seu redor, vislumbrada num contexto contraditório e inconstante, capaz de atordoar os indivíduos que nela estão inseridos. São os conflitos vividos nas grandes cidades, numa época em que os desencontros, as desconfianças, os individualismos e a ânsia pelos relacionamentos afloram diante daqueles que se instauram em meio à cotidianidade.

Na visão do cronista, a vida privada se desloca em si mesma, ajeitando-se ao momento histórico em que acontece. Trata-se de um ato contínuo, que representa a necessidade das ações e das relações. Entre uma situação e outra, causa e efeito se articulam e se desdobram, permitindo que a vida privada se desenvolva, concretizando-se, a partir de um fato, de uma suposição, de uma personagem ou até mesmo de uma simples constatação.

Quer aconteça no domínio do privado ou do público, os homens tornam-se indivíduos, conforme as ocasiões e os fatos vão se sucedendo ao longo da vida. Seja por meio de ações comuns, que correspondem ao desenvolvimento de todos os seres, ou por intermédio de práticas reservadas, como a primeira transa, o casamento, etc., a vida privada vai se constituindo, às vezes, nos espaços íntimos, aqueles onde a privacidade ainda é resguardada, em outras ocasiões, na esfera pública, o ambiente que anseia por saber (e por falar) das intimidades.

Por fim, a história que, aqui, se compôs, remonta a um contexto específico, estabelecido em território nacional, desde a colonização até a contemporaneidade. O que se percebe, com essa explanação, é o que se configura a partir das características locais e, além disso, em meio a um recorte muito particular, que se firmou a partir do estabelecimento da vida privada em solo brasileiro.

Diante disso, pode-se perceber e abarcar, nessa formação, o que e quem faz do Brasil ser o que ele é: uma nação unificada, ao mesmo tempo em que se pretende ver, original. Mas, às vezes, individualista. Dessa forma, ora o “espelho da civilização”, ora a sua própria “imagem deformada”, que vislumbra tanto aquilo que é comum como o que é particular.

2.3 A VIDA PÚBLICA

O uso corrente de “público” e “esfera pública” denuncia uma multiplicidade de significados concorrentes. Eles se originam de diferentes fases históricas [...] (HABERMAS, 1984, p. 13).

Pensar na formação de uma vida pública, diante de uma perspectiva ampla, conduz os indivíduos à consciência de que estão sujeitos a uma existência que se faz por si só e que se autoevidencia, regulamentada na idealização de uma garantia de igualdade e de liberdade, dentro do espaço de uma esfera compartilhada, por isso, imprevisível e irregular.

Em tempos remotos, na Grécia Antiga, era a vida política que permitia aos sujeitos o seu ingresso e o seu ajustamento nos domínios públicos. Era apenas por meio da manifestação de opinião, da participação nas tomadas de decisões e durante os debates que os indivíduos se faziam compreender, respeitar e serem aceitos nos meios sociais.

No entanto, essa categorização não se faz mais presente na modernidade. Após a destituição política do Estado como detentor maior das ações sobre a sociedade, o povo passou a ter garantido o seu espaço na esfera pública. O nascimento, primeira ação involuntária do homem, passou a ser visto como uma condição notória, deixando de ser acatado apenas como um ato, puramente, privado, para ser considerado um facilitador da inclusão dos indivíduos dentro de uma determinada comunidade.

Nesse contexto, os agentes públicos, a saber, os detentores da noção fundamental da vida privada, são reconhecidos como cidadãos, tornando-se, assim, os responsáveis pela formação e pela aplicação dos “direitos humanos” numa perspectiva geral e relacional.

2.3.1 A vida Humana no Domínio Público: o Lugar do Comum

[...] nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporciona um espaço adequado para o seu exercício. Nem a educação, nem a engenhosidade, nem o talento podem substituir os elementos constitutivos do domínio público, que fazem dele o local adequado para a excelência humana (ARENDRT, 2010, p. 60).

De acordo com a autora Hannah Arendt (2010), o vocábulo “público” denota dois elementos intimamente correspondentes, no entanto, não totalmente idênticos. E é por meio dessa similaridade que incorpora, em sua constituição, que a vida pública e o que se forma em seu entorno, solidifica-se.

Em primeiro lugar, público corresponde àquilo que pode ser visto e ouvido, que é divulgado de alguma forma, ou seja, àquilo que se permite ser “desprivatizado” e “desindividualizado”, mesmo no domínio da vida íntima, para assumir uma condição adequada a sua aparição pública. Porque, é somente diante do vislumbre, mesmo da intimidade ocorrida na vida particular, que essas circunstâncias assumirão o caráter do real perante os homens e a vida.

Numa segunda instância, público remete ao mundo, àquilo que é comum, que tem a ver com a vivência com o outro. Não se trata de um espaço físico limitado, que diz respeito, apenas, à movimentação e ao desenvolvimento dos homens. Mas sim, de um espaço construído pelo próprio indivíduo, onde há situações comuns que relacionam os sujeitos entre si. É nesse espaço que a sociedade se articula, com ou sem atropelos, podendo agrupar-se, relacionar-se e, ainda, separar-se.

Dessa forma, conforme Hannah Arendt (2010), o que marca e o que caracteriza a contemporaneidade é a indistinção entre as esferas privada e pública. É possível, inclusive, falar de um declínio dos limites entre essas esferas, uma vez que novas formas de sociabilidade parecem se intercalar a esses domínios e, às vezes, até mesmo invadi-los.

Essas novas configurações de sociabilidade definem o que a autora denomina de “esfera social”, elemento nem privado nem público, que coincide com o aparecimento e a instauração da era moderna. E, ao mesmo tempo, encontra sua forma política no Estado Nacional. E é essa ascensão do social que provoca, segundo Hannah Arendt (2010), a diluição dos limites, anteriormente, bem delimitados entre a esfera pública e a esfera privada. Aos poucos, a fronteira entre essas esferas torna-se, aos olhos dos cidadãos, quase que irreconhecível e, além disso, pouco sólida.

Quando se refere à vida vivida dentro da esfera pública, Hannah trata de destacar a necessidade do homem de viver em sociedade. A filósofa recorre a pensadores, seus antepassados, como Aristóteles, Sêneca e Tomás de Aquino, para se aprofundar no tema. E, quanto a isso, afirma que, aquele que vive sozinho,

na privacidade, é o *idion* (E daí provém a palavra idiota!), que deve ser contraposto ao homem com *arete* (Grécia.) ou *virtus* (Roma.), aquele que atinge a excelência, no domínio público, pois é aí que o sujeito consegue (e pode) sobressair aos demais.

Em vista disso, aquilo que se dá na esfera pública precede, impreterivelmente, a necessidade do outro, pois é em função dessa presença que acontece a formalização das atividades e das ações. Quando a vida só se instaura em meio ao espaço privado, diante da presença dos familiares ou dos iguais, ela se particulariza e, em consonância com as ideias de Hannah Arendt (2010), torna-se restrita e deixa os seres em defasagem no que diz respeito ao desenvolvimento humano.

Uma vez que, para compreender e aceitar a realidade, é preciso que haja certa constância e visibilidade, entende-se a precisão de um domínio público no qual os fatos, realmente, concretizam-se e trazem à tona todas as circunstâncias que envolvem as práticas, tanto as de cunho público, quanto aquelas que são, essencialmente, privadas.

Dessa forma, a vida íntima e a vida privada tornam-se intensas e intrínsecas uma à outra. E, nas sociedades contemporâneas, a esfera pública, enquanto lugar do debate e da discussão entre os pares, acaba sendo acometida por preocupações e por ações que, para Arendt (2010), dizem respeito, quase que exclusivamente, à esfera privada, o que confirma a ideia da autora de que os limites entre essas instâncias, cada vez mais, estavam se dissipando.

Para Hannah Arendt, ser visto e ser ouvido é um fator importante no desenvolvimento do ser humano, pois há posicionamentos diferentes a serem considerados. No entanto, isso apenas será válido, quando essas perspectivas diferenciadas não destruam a identidade das ações daqueles que estão envolvidos nesses processos.

O homem estritamente individual, que vive apenas em sua singularidade, privado de ser visto e de ser ouvido, pode tornar-se prisioneiro da sua própria intimidade. Do mesmo modo, aquele que transforma em público, tudo que diz respeito a sua existência, pode enveredar por caminhos arriscados. Isso porque, tanto o “isolamento radical” quanto a “exposição exacerbada”, podem gerar as “tirantias existenciais”, provenientes dos excessos e das transgressões, gerando privações que vão muito além da questão do privado.

E, para que o termo “privado” perca a sua conotação, inicial, de privativo, de inibidor do acesso às coisas essenciais a uma “vida verdadeiramente humana”, é preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre a vida privada e a vida pública, para que o mundo comum não acabe sendo visto, exclusivamente, debaixo de uma única perspectiva, sob os domínios de um ponto de vista específico.

No livro *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), Jürgen Habermas traça o percurso do processo histórico que possibilitou o aparecimento de uma esfera pública, cuja origem tem como base um espaço selecionado, onde a discussão livre era possível. A “esfera pública literária”, como o autor designa, valia-se do espaço entre o Estado, o domínio privado e a esfera econômica, permitindo que a burguesia participasse das tomadas de decisões públicas, pois, de acordo com o escritor, o sujeito só passa a fazer parte de uma esfera pública, quando se torna detentor de uma opinião, também, pública, que se realiza em função do outro.

Diferentemente de Hannah Arendt, Habermas centraliza suas ideias na esfera pública burguesa, em função de considerar a importância do relato de “pessoas privadas”, que assim são caracterizadas, por não poderem participar da vida pública, ou seja, sem nenhuma condição de ocupar cargos burocráticos no Estado ou, de uma forma geral, no poder público.

O vocábulo “público” é analisado, por Jürgen Habermas, diante da questão do “juízo”. Conforme o filósofo e sociólogo alemão, tudo que é instrumento de ponderação ganha publicidade, isto é, torna-se elemento de análise. Assim, o surgimento de uma esfera pública acarretaria o nascimento de um espaço onde assuntos de importância geral seriam revelados e expostos, tornando-se foco de debates, de críticas e de contravenções, gerando julgamentos, que poderiam (ou não) chegar a um consenso.

E, além disso, essa avaliação faria da esfera pública o local de legitimação do poder público, o que validaria a existência de uma condição democrática.

Segundo Habermas (1984):

Esses juízos interditados são chamados de “públicos” em vista de uma esfera pública que, indubitavelmente, tinha sido considerada uma esfera de poder público, mas que agora se dissociava deste como o fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública. O *publicum* se transforma em público, o *subjectum* em sujeito, o destinatário da autoridade em seu contraente (HABERMAS, 1984, p. 40).

Dessa forma, esse lugar para onde as pessoas privadas estão se deslocando, exige do poder público uma nova postura, mais clara e objetiva, pois é somente assim que haverá a legitimação desse domínio, mediante uma opinião manifesta, feita por sujeitos que, até então, eram considerados somente em meio a certa subjetividade e determinadas privações.

Essa esfera pública, formada por homens instruídos e por proprietários, era, de alguma forma, composta por um grupo de pessoas privadas, que se aglomeravam para discutir questões, também, privadas, mas que eram, publicamente, convenientes. E o que a tornava um domínio público, era a condição vital de seus membros, ou seja, todos que tinham propriedade e acesso à educação compunham esse espaço, isto é, os burgueses do século XVIII. Isso porque, eram essas pessoas que formavam o contexto social da época.

No entanto, em estudos mais contemporâneos, Habermas, refere-se à esfera ou ao domínio público, como o lugar em que não há mais possibilidade de vislumbrar uma estrutura regular, visto que não é mais possível estabelecer limites e fronteiras diante de uma estrutura aberta, capaz de abrigar conteúdos diferentes, opiniões e posicionamentos heterogêneos. Conforme o autor, a vida pública se dá em meio à comunicação, a ponto de os indivíduos se agruparem de acordo com as suas opiniões e as suas escolhas.

Assim sendo, a esfera pública assume a função de formadora de uma opinião, igualmente, pública, e estabelece uma vida compartilhada, pautada na busca de uma forma de perceber a realidade e os problemas sociais, a fim de desempenhar certa pressão sobre o sistema político, com o intuito de influenciar os problemas e as resoluções que acontecem dentro de cada esfera. E isso se dá por meio da comunicação, que auxilia na construção de uma opinião pública cada vez mais forte e consistente.

Sendo assim, tanto o homem público quanto o indivíduo privado precisam evidenciar e fortalecer confluências entre o seu papel nos grupos sociais,

pois esses domínios estão conectados e repercutem um sobre o outro: a esfera pública apreende os temas existentes na esfera privada, questionando-os, refletindo acerca deles e problematizando-os, sempre por intermédio da comunicação, dos debates. Por outro lado, a esfera privada se apropria dessas incursões e adiciona informações provenientes da cotidianidade, tudo isso para que haja certa facilidade diante da reflexão no que diz respeito a essas questões.

Conclui-se, então, que não há uma projeção definitiva, em relação aos temas, ao classificá-los em privados ou públicos. O que determina essa ligação ou o que evidencia a transição de um para o outro é a capacidade de articulação entre ambos. Um tema privado é transposto para a esfera pública, conforme os sujeitos articulam esse tema, de forma a torná-lo de interesse geral. Do mesmo modo, a sociedade cria problemas que são perceptíveis no cotidiano, que refletem e se instauram no dia a dia e nas histórias de cada ser humano. E, se esses problemas podem ser fixados no domínio do privado, logo, podem ser reunidos nos debates públicos.

Segundo o pensador político, Charles Taylor (2010), eis o que se sabe a respeito do domínio público:

A esfera pública é um espaço comum em que, supostamente, os membros da sociedade se encontram através de uma variedade de meios – imprensa, electrónica e também encontros face a face – para discutirem assuntos de interesse comum e, deste modo, serem capazes de formar a seu respeito uma mente comum. Digo “um espaço comum” porque, embora os meios sejam múltiplos, como também as trocas que neles têm lugar, eles se encontram, supostamente e em princípio, em intercomunicação (TAYLOR, 2010, p. 4).

Essa esfera constitui-se, dessa forma, como uma particularidade das sociedades contemporâneas, que se articulam e se desenvolvem dentre os movimentos que circulam os sujeitos. E isso tudo se dá para além dos espaços físicos, que se veem transpostos por algo maior e concreto, que impulsiona o surgimento e a junção de vários espaços, sempre propícios às discussões e aos embates sociais, que se mostram crescentes, conforme as comunidades sociais vão se estabelecendo e (ao mesmo tempo) se diluindo em seus próprios princípios e nas contradições que se instalam ao seu redor.

Porque, quando o que se contempla é a possibilidade da existência de uma vida pública ou privada, algo é certo: se há mais de um indivíduo envolvido nesses processos, há, ao mesmo tempo, acordos e desacordos, ajustes e desarranjos.

A crônica “Sexo explícito”, escrita por Luis Fernando Verissimo, em 8 de agosto de 1983, publicada no livro *Comédias da vida pública: 266 crônicas datadas* (1995), pode muito bem ser considerada um exemplo das duas concepções, apontadas por Hannah Arendt, ao termo “público”, bem como a colocação de Jürgen Habermas, quando fala sobre a questão da exposição e do julgamento como situações concernentes a esse respeito.

O cronista gaúcho inicia o seu texto dizendo o seguinte:

A não ser que o professor Bonder e sua expedição Skavoka Skavoka, do Cem Modos, tenham mesmo descoberto o monstro do Lago Ness, o mundo não conhecerá nenhuma outra forma exótica de vida num futuro previsível. Fora os presumíveis habitantes dos abismos submarinos, tão no fundo que nenhuma câmera pode chegar lá para fotografá-los sem ser achatada no caminho, e tão no escuro que nenhuma forma de iluminação os desvendaria, todas as espécies animais já foram catalogadas, ou pelo menos inferidas. Os microscópios modernos chegaram às categorias mais ínfimas de vida (VERISSIMO, 1995, p. 164).

Ao estabelecer essa afirmação, Verissimo alega que tudo e todos já foram vistos e ouvidos, já foram divulgados nos meios coletivos, portanto, atingiram a categoria do real. Segundo o escritor, até mesmo as mínimas formas de vida já foram percebidas, descobertas e coligidas. Assim sendo, não há mais o que desvendar, nem mesmo no campo do privado, porque, certamente, se ainda houver alguma criatura a ser descoberta, alguma ação a ser julgada, só não o será, caso seja impossível uma câmera chegar até ela, ou seja, tornar-se pública aos olhos daqueles que a cercam.

E, por que isso acontece nas sociedades modernas? Por que não é mais possível viver no anonimato, na privacidade, embaixo da sombra da intimidade e da subjetividade?

Talvez, porque, nos grupos sociais contemporâneos, os interesses privados tenham adquirido importância pública, conforme afirmou Hannah Arendt (2010), e as esferas públicas e privadas, nesse mundo, difiram muito pouco entre si. O abismo que existia entre o espaço onde se praticava a ação e o espaço da

sobrevivência e da reprodução humana foi substituído pelo espaço destinado ao novo comportamento social: normativo, regrador e nivelador, que acaba por estabelecer, entre as esferas e os indivíduos, certa igualdade e o caráter da sociabilidade.

Luis Fernando Verissimo segue, alegando, que não existem mais criaturas desconhecidas, em nenhum lugar, a não ser na literatura, que aceita (e até institui) determinados personagens que sobrevivem em meio à obscuridade, fora do domínio público. No mais, “o mundo natural já esgotou suas surpresas para o Homem” (VERISSIMO, 1995, p. 164).

Mas, se o trajeto percorrido pela literatura, ao longo dos tempos, for considerado em todas as suas vertentes, até mesmo aí, notar-se-á certa fragilidade ao se falar da intimidade ou da possibilidade de uma vida, puramente, privada, como se tem visto até então, neste trabalho, visto que uma mudança estrutural vem sendo configurada entre os domínios por onde as pessoas circulam: a esfera privada, a esfera pública e a esfera social.

Verissimo continua a crônica em questão, voltando-se para um assunto íntimo que, gradativamente, foi alcançando notoriedade entre as coletividades: o sexo.

As pessoas que vão ver *Garganta Profunda* ou outro filme com sexo explícito são como os europeus que iam ver o aborígine. O sexo público é uma nova forma de vida para ser examinada com curiosidade, espanto e uma certa apreensão. Como o King Kong. O selvagem em exposição se parecia muito com a sua platéia civilizada e isto era parte da sua atração. A civilização contemplava a sua matéria-prima em estado-bruto, ali, nua e sem-vergonha, e meditava sobre os variados desígnios da Criação. Mas não se identificava nela. Da mesma maneira que o público, por exemplo de Porto Alegre, vai ver o último filme que “mostra tudo” como se fosse um espécime de um mundo remoto e até agora inimaginado (VERISSIMO, 1995, p. 164-165).

O que o autor afirma é que, diante da espetacularização de uma questão particular, como o sexo, antes se viam pessoas pasmadas e até indignadas, no entanto, curiosas (por isso a comparação com o King Kong). Apesar de considerarem absurda tal exposição, a curiosidade sobre o sexo sempre existiu e foi sendo desmascarada, conforme o assunto adquiria relevância em meio a determinado grupo. Porque, de acordo com Hannah Arendt (2010), aquele que

vivesse uma vida exclusivamente privada e não pudesse penetrar no domínio público, não seria completamente humano. Isto é, fadar-se ao conformismo, por mera convenção ou proibição moral, seria o mesmo que se destituir da capacidade de agir e de questionar os entornos da vida.

Mesmo porque, conforme o cronista:

[...] supõe-se que todos os que entram no cinema têm a sua própria vida sexual, ou pelo menos os meios para praticá-la. Todos os órgãos genitais se parecem, a não ser pelos detalhes conhecidos, e as posições sexuais são limitadas pela anatomia e pela inventividade de cada um. A novidade é vê-los em exposição (VERISSIMO, 1995, p. 165).

Falar sobre o sexo ou mostrar o sexo, eis a questão! Num espaço reestruturado, modificado pela ação do próprio homem, em que a vivência com o outro é inevitável e os julgamentos se fazem presentes, trazer à tona uma questão tão particular, privada, em sua essência, é o mesmo que desarticular toda uma estrutura, até então, considerada sólida, que levará os indivíduos a uma autoanálise e ao exercício do entendimento de si mesmo.

Além do mais, após essa exposição, aquilo que era íntimo passa a fazer parte do coletivo, justamente o lugar no qual se instauram os julgamentos, os acordos e, por vezes, as condenações. Não podendo desconsiderar, ainda, o fato de que o homem, a si mesmo, cobra, engana, questiona e condena.

Uma das teorias simplificadas da evolução humana diz que a civilização e seus descontentamentos se devem ao singelo fato que, ao tornar-se um bípede, o Homem expôs seu sexo ao próximo. Desde então não tem feito outra coisa senão querer desviar a atenção. Finalmente, depois de tanto barulho, o homem descobre o seu sexo e o encara em público. Mas à distância, como se fosse um bicho novo (VERISSIMO, 1995, p. 165).

Se, conforme Habermas (1984), no espaço público há sempre uma plateia que julga, tudo que se torna objeto de publicidade recebe julgamento. No caso da sexualidade e do homem, isso não é diferente: o sexo foi exposto pelo próprio homem que, a partir de então, tentou escondê-lo (ou mascarar essa exposição). Mas, quando, realmente, descobriu esse sexo, escancarou-o publicamente, passando a evidenciar tal questão, a *priori*, de foro íntimo. Não distante de certa encenação, como se fosse uma vítima dessa publicização. Como

disse Luis Fernando Verissimo, ao final da crônica “Sexo explícito”, tudo isso, “à distância, como se fosse um bicho novo” (VERISSIMO, 1995, p. 165).

Assim, conclui-se, que uma vida pública se vive em um domínio que transcende as suas próprias especificidades, agrupando uma pluralidade de espaços que se prestam a discussões diversas e que determinam as variantes que compõem a vida ativa dos seres humanos.

Quando uma questão privada atinge a notoriedade no espaço público, ela passa a se sustentar como parte da realidade, e as compreensões não se reduzem mais a meros entendimentos, tornam-se um emaranhado de situações que se misturam, na tentativa de absorver ou de subverter as questões pertinentes à privacidade.

Um domínio não pode mais existir sem o outro, pois os limites e as fronteiras entre as esferas vitais não mais se fecham em si, ao contrário, apresentam-se em meio a uma estrutura aberta, capaz de captar as necessidades dos indivíduos, a fim de conceber as ações e de compreender os rumos que serão tomados. É claro que, às vezes, de uma forma paradoxal, se forem consideradas as esferas modernas, que se constituem em meio às estratégias de poder, podendo privilegiar, apenas, pessoas que têm acesso irrestrito a certas informações.

Por outro lado, na medida em que a esfera pública não permite mais que seus limites sejam pré-definidos, possibilita, também, as exclusões e os acertos daquilo que não condiz com a estrutura do que já foi, puramente, privado, mas que se encontra em exposição, no espaço público, o lugar que também abriga certas privacidades, desde que sejam pertinentes e interessantes a esse domínio.

Tudo isso, porque, segundo a pensadora Hannah Arendt (2010):

Toda vez que falamos de coisas que só podem ser experimentadas na privacidade ou na intimidade, trazemo-la para uma esfera na qual assumirão uma espécie de realidade que, a despeito de sua intensidade, elas jamais poderiam ter tido antes (ARENDR, 2010, p. 61).

Ao falar do privado, essas questões passam a vigorar num contexto público, no qual as discussões precisam se estabelecer entre todos, ainda que, na antiguidade, isso coubesse apenas aos poucos educados e ilustrados. Porque, na atualidade, a diluição das fronteiras entre as esferas pública e privada corroboram para que a sociedade chegue a um pensamento comum, acerca de assuntos

importantes (ou apenas instigantes), como consequência de uma visão reflexiva, decorrente de debates críticos, e não, simplesmente, de concepções inerentes a uma minoria.

Uma vida pública, sob esse ponto de vista, carece de uma formação sólida, que atinja os objetivos do espetáculo, mas que respeite a privacidade daqueles que a compõem, tornando-se permanente e transcendente às gerações, uma vez que:

Só a existência de um domínio público e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles dependem inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas tem de transcender a duração da vida de homens mortais (ARENDDT, 2010, p. 67).

E tornar-se um espaço de convivência, onde, conforme Habermas (1984), as outras esferas garantam o acesso à esfera pública, mesmo quando formadas por indivíduos diferentes, que estejam, contudo, ligados por qualquer laço, especialmente, aqueles que dizem respeito aos vínculos sociais.

2.3.2 A vida Pública e as “Tirantias da Intimidade”

A diferença entre o passado romano e o presente moderno reside na alternativa, no significado da privacidade. O romano privadamente buscava um outro princípio para contrapor ao público, um princípio baseado na transcendência religiosa do mundo. Privadamente buscamos não tanto um princípio, mas uma reflexão, a saber, o que são nossas psiques, ou o que é autêntico em nossos sentimentos. Temos tentado tornar o fato de estarmos em privacidade, a sós ou com a família e amigos íntimos, um fim em si mesmo (SENNETT, 1998, p. 16).

Em seu livro *O declínio do homem público: as tirantias da intimidade* (1998), o sociólogo e historiador norte-americano, Richard Sennett, decide revelar o seu pensamento a respeito dos males que atingem a sociedade moderna, segundo o autor, que são decorrentes do “declínio da vida pública”. Para ele, só há condições de uma sociabilidade razoável, quando os comportamentos acontecem em meio a certa estabilidade dentro dos domínios públicos e privados. O que, a partir de determinado momento, na visão de Sennett, deixou de existir.

Apesar de o escritor fazer uma avaliação dessas condições, considerando o século XVIII até os seus dias atuais, a década de 1974, percebe-se uma fácil identificação das questões levantadas com as percepções intimistas mais recentes.

Num primeiro momento, Richard Sennett (1998) faz um levantamento histórico, a fim de pormenorizar os motivos que levaram a sociedade ao conflito entre a vida pública e a vida privada. Conforme suas percepções, quando os temas pessoais são levados a público, torna-se íntimo, também, o que acontece na esfera pública. Tudo isso, graças às mudanças ocorridas com a queda do Antigo Regime, que favoreceram o surgimento de uma cultura urbana reestruturada, secularizada e, marcadamente, capitalista. De acordo com o autor, foi “a geração nascida após a Segunda Guerra Mundial que se voltou para dentro de si ao se libertar das repressões sexuais. É nessa mesma geração que se operou a maior parte da destruição física do domínio público” (SENNETT, 1998, p. 30).

Contrário a outras constatações a esse respeito, Richard Sennett alega que a decadência nos domínios públicos deve-se, a partir desse momento, à supervalorização da intimidade que, em seu ponto de vista, começou a sofrer transformações, já nos séculos XVIII e XIX, vindo a firmar essa nova condição, posteriormente, no século XX.

No Antigo Regime, segundo Sennett, ainda existia uma fronteira bem distinta entre a vida que acontecia na esfera pública e a que acontecia na esfera privada. Para o historiador, naquela época, o convívio no espaço público, onde havia o outro e as diferenças, não colocava em xeque a intimidade ou a individualidade das famílias e dos amigos, que constituíam a fórmula básica da vida privada.

No entanto, essa delimitação não durou muito, em função do crescimento das cidades, que forçaram os seus moradores a estabelecer um novo ritmo de vida, num contexto, então, estranho e confuso.

As modificações nas sociedades, no Antigo Regime, acabaram por estabelecer um legado às sociedades contemporâneas. Ao comparar a vida social com as representações nos palcos dos teatros, Richard Sennett reforça a possibilidade de um vínculo, mesmo com estranhos, partindo do princípio do respeito às diferenças. Para o sociólogo, isso fortalecia as relações públicas, que poderiam

acontecer, mesmo diante das adversidades, mesmo diante das tiranias impetradas pela intimidade:

No teatro, há uma correlação entre a crença na *persona* do ator e a crença em convenções. A peça, a representação e o desempenho exigem crença nas convenções para serem expressivos. A própria convenção é o mais expressivo instrumento da vida pública. Mas, numa época na qual as relações íntimas determinam aquilo que será crível, convenções, artifícios e regras surgem apenas para impedir que uma pessoa se revele a outra; são obstáculos à expressão íntima (SENNETT, 1998, p. 55).

Assim, o escritor conduz seus seguidores ao pensamento de que as encenações teatrais não estão para a intimidade, mas sim para a publicidade, pois uma “plateia de estranhos” pode ser encontrada tanto nos teatros quanto nas ruas. Portanto, as mudanças de valorização da vida pública e da vida íntima devem ser consideradas a partir das mudanças dos papéis dos indivíduos nos grupos sociais.

E isso leva ao terceiro aspecto abordado por Richard Sennett, no livro em questão, momento em que o escritor aponta para a reclusão da vida pública em função da valorização da individualidade, ou seja, ao fato de que, por vezes, há uma preterição da vida social em detrimento daquilo que é privado.

Um dos aspectos nesse ponto está na defesa diante do público, que se vê reestruturado, em função da presença de forasteiros. Cria-se uma nova configuração urbana, em meios aos contrastes particulares, que acabam forçando o homem urbano ao resguardo nas esferas privadas. Trata-se de uma forma de defesa, pois a própria concepção de sociedade se perde em meio aos seus princípios, forçando a existência de um agrupamento de personalidades no âmbito social.

Chega-se ao século XIX, momento em que o tumulto maior se inicia na vida pública, que se vê aturdida diante de quatro questões: 1) As condições materiais recaem sobre a população e a economia das capitais; 2) As personalidades individuais transformam-se em classes sociais; 3) A identidade de um homem público perde espaço para essa nova categoria social; 4) A personalidade pública acaba por regulamentar a concepção moderna da vida privada.

Dessa forma, de acordo com Richard Sennett, as três primeiras questões foram as responsáveis pelas mudanças da vida pública e da vida privada

no passado. Enquanto isso, a última abriu terreno para o que se conhece a respeito do público na modernidade: um mundo no qual o caráter e a motivação pessoal não mais dependem da ação política, e as pessoas passam a considerar que a máscara, de certa forma, o simulacro, pode revelar o senso comum.

Enfim, o século XX, momento em que a sociedade intimista, conforme Sennett, calca suas forças nas relações interpessoais, promovendo essas afinidades como forma de resolver todos os problemas das sociedades modernas, o que, nem sempre, atende as necessidades e os anseios da coletividade.

Ainda nesse contexto, a personalidade que detém certa força no domínio público pode destruir ou desestabilizar o próprio poder público, o que levaria a vida social a um extremo desacerto.

Há o desejo, nesse dado momento, de que as relações pessoais sejam absorventes, e que qualquer outro tipo de proximidade seja recusado, o que acaba por ir de encontro à verdadeira função da cidade, que é propiciar os relacionamentos, a ligação entre estranhos. E o que Sennett propõe é uma transgressão perante essa situação:

[...] as pessoas somente podem ser sociáveis quando dispõem de alguma proteção mútua; sem barreiras, sem limitações, sem a distância mútua que constitui a essência da impessoalidade, as pessoas são destrutivas. E é assim, não porque a natureza do homem seja malévola, este é o erro dos conservadores, mas porque o efeito último da cultura gerada pelo capitalismo e pelo secularismo modernos torna lógico o fratricídio, quando as pessoas utilizam as relações intimistas como base para as relações sociais. O verdadeiro problema dos planejamentos urbanos hoje não está em “o que fazer”, mas em “o que evitar” (SENNETT, 1998, p. 379).

Para o sociólogo e historiador, o ideal seria uma vida pública em que as pessoas pudessem estabelecer regras, mas reformulá-las e reconsiderá-las, quando considerassem necessário, levando em conta interesses comuns, não somente, particulares.

Dessa forma, no espaço público caberia uma ação política em meio aos intercâmbios íntimos, concernentes, primeiramente, à esfera privada, possibilitando o relacionamento com aqueles considerados estranhos.

Tudo isso, sem o medo das diferenças, para que o prazer maior esteja centrado na relação social, tratando-a como uma forma de interação passiva de debates, de embates e de contestações, o que levaria à possibilidade de os

sujeitos serem vistos e ouvidos, em ambientes comuns, mas distintos daqueles onde se dão as ações propriamente íntimas.

3 LITERATURA, CRÔNICA E INTIMIDADE

3.1 OS CAMINHOS DA INTIMIDADE NA LITERATURA

A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estas a vivem decifrando, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (CANDIDO, 1985, p. 74).

Muitas foram as causas que levaram a literatura do século XIX, XX e XXI, em especial a brasileira, a um cenário marcado pela presença e pela exploração do conhecimento de si mesmo e, essencialmente, pela busca de uma literatura focada no “eu”, nas suas particularidades e no seu envolvimento com o outro dentro dos grupos sociais.

Na Europa, os ideais humanistas e renascentistas, impulsionados pela profanação de certas ações, pelo desvio de determinadas condutas e pela instauração do individualismo foram os responsáveis pelo surgimento do “espírito da intelectualidade”, momento em que os homens passaram a ter maior consciência do seu valor pessoal, criando condições para o nascimento de uma escrita voltada aos relatos íntimos, aos casos particulares, aqueles capazes de provocar o interesse das massas, adquirindo, portanto, relevância pública, deixando de ser uma literatura destinada, meramente, à esfera privada e a alguns grupos seletos.

Assim, diante desse contexto histórico, firma-se uma literatura centrada na exposição da intimidade, que pode ser facilmente encontrada nos romances destinados à burguesia europeia, de início, cujos costumes e interesses, todos voltados à família, aparecem abarrotados de moralismos e de preocupações particulares, sempre cercados de situações até então “escondidas” das vistas do público leitor e de toda a sociedade. Trata-se de um contexto de produção específico, que se molda aos padrões sociais vigentes.

Ao narrar a própria história, ou seja, a história de uma individualidade, surge uma voz íntima, que parece estabelecer, conforme Walter Benjamin (1987), um “intercâmbio de experiências”, capaz de relacionar os indivíduos entre si, mesmo quando distâncias geográficas ou temporais existem

entre os mesmos. Esse narrador, que relata a sua perspectiva perante a história que se desenvolve, abre-se à possibilidade de uma partilha, favorecendo a instauração de um clima de confiança, como o que acontece entre os parentes, os amigos, os conhecidos e, às vezes, até entre estranhos.

Quando surge, então, a narrativa em primeira pessoa, em que os leitores se tornam possíveis narradores de histórias, é aí que se institui uma relação de convivência e de cumplicidade. E é nesse instante, também, que passam a existir narradores e personagens de seus enredos pessoais. Isso porque, de acordo com Walter Benjamin, a “experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Assim sendo, a intimidade e a troca de confidências tornam-se necessárias para que os sentimentos sejam revelados e a alma dos sujeitos seja atingida, dentro de um processo de conhecimento, do outro e de si mesmo.

São muitos os exemplos desse tipo de produção, em que, artisticamente e em meio a todas as condições estéticas, se faz a “escrita do eu”. As *Confissões de Santo Agostinho* (escritas entre os anos 397 e 401), *Os ensaios de Montaigne* (século XVI), *As confissões de Rousseau* (século XVIII), são alguns dos exemplos de textos que, influenciados pelo contexto e pela época, acabaram por revelar experiências pessoais, histórias consideradas domésticas, sempre num tom confessional e aproximador. Autores como *Emerson* e *Goethe*, por exemplo, mesmo desconfiados diante dessa afirmação do “eu” na escrita literária, acabaram conduzindo a literatura mundial ao encontro da vida íntima e de todas as suas conjecturas.

Diante desse panorama, que se torna muito peculiar a partir do século XIX, a literatura vai se firmando e estabelecendo sistemas de produção, especialmente em território nacional, quando, culturalmente, tem-se a busca da consolidação da literatura brasileira, que até então se encontrava distante dessa investigação ou, simplesmente, mascarada e despercebida. Conforme Antonio Candido (1999), a relação da literatura com a sociedade, à medida que vai se estreitando, dita os moldes a serem considerados em todo processo de produção, pois os sistemas que se formam, nada mais são do que o resultado da relação entre a arte e o público a que ela se destina e, por vezes, descortina.

Segundo Antonio Candido (1999):

Entendo por sistema a articulação dos elementos que constituem a atividade literária regular: autores formando um conjunto virtual, e veículos que permitem seu relacionamento, definindo uma vida literária: públicos, restritos ou amplos, capazes de ler ou de ouvir as obras, permitindo com isso que elas circulem e atuem; tradição, que é o reconhecimento de obras e autores precedentes, funcionando como exemplo ou justificativa daquilo que se quer fazer, mesmo que seja para rejeitar (CANDIDO, 1999, p. 15).

No Brasil, de acordo com as investigações de Antonio Candido, já no século XVIII, determinados poetas mineiros se embrenharam pelos caminhos da narrativa em primeira pessoa, especialmente a literatura autobiográfica. Além do valor estético, próprio dos textos literários, essa escritura tornou-se um verdadeiro testemunho de uma época, permitindo que uma escrita íntima e, conseqüentemente, pessoal, fosse levada ao seio da sociedade, firmando a ideia de que a literatura se arquiteta e se consolida quando se transforma na expressão do grupo que a acolhe e que ela representa.

Essa literatura, focada na apresentação e na representação de determinado “eu”, tem como fundamentação, relatos que consideram a vida privada, mas também, a vida pública, pois as questões íntimas acabam se misturando aos sentimentos da coletividade e do mundo em que esse “eu” está inserido. Ou seja, questões particulares, de caráter íntimo, acabam sendo compartilhadas nos ambientes sociais.

Machado de Assis, maior expoente da literatura brasileira do século XIX, por exemplo, não expôs, abertamente, sua própria intimidade em seus escritos. Pessoa reservada que era, preferiu manter em oculto as suas próprias particularidades. Entretanto, agraciou seus leitores com textos que, por meio de confissões, de diários e de memórias, estabeleceram uma escritura introspectiva, arquitetando “disfarces ficcionais” que facilitaram a sua aproximação de seu público.

O “bruxo do Cosme Velho”, como era conhecido, por sua capacidade de envolver e de manipular os leitores, estabeleceu vínculos tão íntimos com seus leitores, que até hoje seus escritos suscitam discussões e inquietações acerca das intenções do enunciador com essa proximidade.

Por meio dos seus romances realistas, Machado de Assis conseguiu desvendar certas peculiaridades e particularidades de uma determinada classe social, que pôde ser compreendida (e examinada) num âmbito mais universalizante. As vidas íntimas retratadas pelo enunciador machadiano podem, certamente,

representar a história brasileira do período delineado. Mais que isso, simbolizam o cotidiano e a organização do mundo interior que, ao serem representados, colocam os leitores de Machado de Assis diante do mundo aparente em que estão inseridos, mas, do qual nem sempre têm conhecimento ou consciência da existência.

Por outro lado, tem-se a produção de Lima Barreto que, diferentemente de Machado de Assis, transbordou sua própria intimidade em quase todas as suas obras. Essa intimidade, escancarada na maior parte da ficção do autor, apresenta uma produção capaz de desvendar os infortúnios e as conquistas da sociedade do século XIX, que se viu em meio a um turbilhão de acontecimentos e de desencontros perante as mudanças históricas e sociais do período. Na literatura marginal, a intimidade assume patamar de visibilidade total.

Preterindo a condição cultural de sua época, em que a arte devia se centrar, em primeiro lugar, nas questões da própria arte, Lima Barreto encabeça a escrita de textos que apontam para questões sociais. O dia a dia e o ideário social são apresentados pelo escritor, que assume e incorpora as aflições da sociedade mais humilde, em suas produções literárias, trazendo à tona tanto questões pessoais como públicas, suscetíveis a revelar as percepções artísticas a que o autor estava submetido, bem como as influências que recebera ao longo de sua vida literária.

O que se pode concluir, a esse respeito, é que, tanto em Machado de Assis como em Lima Barreto a intimidade está presente. No entanto, enquanto os escritos barretianos foram, sempre, uma “confissão mal disfarçada”, os de Machado de Assis foram, antes, uma evasão e um refúgio.

Se Machado de Assis notabilizou-se por conseguir manejar as formas introspectivas, protegendo sua intimidade de escritor, ao mesmo tempo que existia o íntimo de quem tem a palavra, isto é, a personagem, no pólo oposto encontra-se Lima Barreto, que desenvolveu uma literatura de aparência autobiográfica, mas, ao contrário do “bruxo”, imprimiu sua subjetividade de forma intensa em quase todo o conjunto de sua obra (LIMA, 2008, p. 282).

Assim, quando se objetiva verificar os trajetos percorridos pela intimidade, em solo literário, logo se percebe uma série de conflitos e de confluências que permitem o reconhecimento de textos em que há uma busca pelo próprio eu, a troca desse eu com o seu meio e com o outro, a afirmação de si e do dessemelhante, a confissão, o diálogo e a percepção das agruras e dos devaneios

de sujeitos, que se descobrem parte de uma realidade ativa quando sua vida íntima ultrapassa as paredes de um ambiente privado, logo, paradoxal.

Mas, além das questões ligadas às autobiografias e aos relatos pessoais, os assuntos privados ganham as páginas escritas, representando até mesmo temas considerados, em momentos distintos, inadequados ou impróprios aos olhos e aos ouvidos do outro. São os contextos de produção agindo sobre a escrita literária nacional.

Gregório de Matos, poeta do Brasil Colônia, foi um dos que expôs a intimidade da mulher. Em alguns de seus poemas, o autor apresentou a nudez feminina, com certo sarcasmo, vindo a ser considerado um pagão, indivíduo ligado à luxúria e predisposto à profanação alheia, por discorrer sobre um tema pouco aceito e, constantemente, questionado em sua época.

Além dele, tempos depois, José de Alencar, em seu romance *Lucíola* (1862), ensina aos seus leitores como identificar uma prostituta, negando às “senhoras de bem”, o fato de poderem ser bonitas ou de sentir prazer. Segundo a historiadora Mary Del Priore (2011b), na época em quem Alencar escreve, o prazer e os bons costumes não podiam se estabelecer em um mesmo ambiente, onde as convenções e, principalmente, as repressões eram o mote da “boa sociedade”.

A descrição da personagem Lúcia, feita por Sá, ao amigo Paulo, reforça o preconceito e o cinismo da época por parte da burguesia e da aristocracia, formada, sobretudo, por jovens nobres que “com moças pobres canalizavam desejos, divertiam-se e davam escapadelas rápidas. Com sinhás de salão, postavam-se de joelhos, recitavam versos de amor cortês e respeitoso até que se consolidasse um bom casamento” (DEL PRIORE, 2011b, p. 84).

Essa representação, apresentada no romance *Lucíola* (1862), de José de Alencar, é peculiar à época vivida no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, onde a prostituição adquire *status* e notoriedade. E, tanto nessa como em outras obras literárias, há uma exposição daquilo que, segundo certos padrões morais e determinadas convenções religiosas, aferia a dignidade e a moral dos nobres componentes da sociedade.

Outro fator apontado como conflituoso dentro do trajeto da intimidade no cenário literário brasileiro está na representação da “janela” como uma fronteira entre a casa e a rua. Muitos foram os autores, especialmente do século XIX, que escreveram sobre pessoas recostadas à janela, observando e comentando

a respeito dos transeuntes e dos acontecimentos alheios, bem como acerca dos namoros e dos cortejos observados a partir dessa posição privilegiada.

Quando uma pessoa coloca-se de prontidão, em uma janela, disposta a esperar pelos outros e pelos acontecimentos, tudo se torna possível: um comentário maldoso, uma percepção errônea, a articulação dos fatos, a intromissão em assuntos privados, bem como a reversão total dos episódios. Sendo assim, ao criar personagens “janeleiros”, tem-se a possibilidade de invasão daquilo que seria peculiar a cada ser. Ao se tornar um observador e um comentarista da vida de outrem, estabelece-se, mais uma vez, a instauração (e a manipulação) de questões íntimas dentro dos textos literários que, ao apresentarem fragmentos ligados ao cotidiano, podem consolidar, mas também, estilizar os sujeitos.

Ainda no século XIX, já diante de uma literatura considerada moderna, surgem os conhecidos “livros para homens”. Obras carregadas de prazeres e de gozos, destinadas única e exclusivamente ao sexo masculino e que deveriam ser mantidas longe das mulheres, para que estas não pudessem “comentar” a respeito de suas leituras com as amigas ou com quem quer que se relacionassem.

Embora não fosse um livro pornográfico, a obra *O primo Basílio* (1878), por exemplo, de Eça de Queiroz, autor do Realismo português, causou certo estranhamento e até repulsa, por apresentar a satisfação da personagem mediante uma sensação até então não experimentada: o orgasmo. Dessa forma, o referido livro tornou-se leitura proibida às mulheres, sendo adequada apenas aos homens, que podiam, naquele momento, ter acesso a esses assuntos, assim como, proferir comentários a respeito dos mesmos. Ou seja, certas intimidades, que eram permitidas somente aos homens, na vida real, foram retratadas da mesma forma na literatura que se estabelecia no momento em questão, não só no Brasil, mas na Europa também.

No final do século XIX e início do século XX, o espírito de consumo que assolava a população mundial atinge, de igual modo, o povo brasileiro. Esse fato acaba ditando novos rumos à sociedade, conseqüentemente, às produções literárias, que se veem, agora, destinadas a um público mais consciente da sua participação no mundo real, quanto mais sua individualidade e sua privacidade mostram-se relevantes nos domínios públicos.

A partir das transformações culturais, políticas e sociais, mudam, também, as convenções e os desejos daqueles que compõem a coletividade. Os interesses, inclusive literários, tomam novos rumos. Nasce, nesse momento de efervescência consumista, a “sociedade do espetáculo”, que clama pela exposição da intimidade e que anseia pela apresentação da mesma a qualquer custo. Há a instauração de um novo caminho para as produções literárias, pois surge a necessidade de atender a uma nova demanda social que, consciente de sua participação na vida ativa, anseia por uma literatura mais voltada ao indivíduo e as suas particularidades. Nessa sociedade do consumo, é preciso que, até mesmo a literatura, esteja mais próxima dos sujeitos.

Por um lado, conforme Richard Sennett, as “motivações materiais da vida pública e os seus meios emocionais de expressão sugerem ao observador moderno certas qualidades para o seu pólo oposto, o privado” (SENNETT, 1998, p. 117), ou seja, um vislumbramento das personalidades e das suas individualidades, sem afetar o seu desenvolvimento, apenas corroborando para que um equilíbrio fosse estabelecido entre o público e o privado.

Por outro, cria-se uma certa confusão quando, a partir do século XX, ocorre a chamada “revolução sexual”, as relações no dia a dia dos casais sofrem alterações e são subvertidas, a pornografia alcança o mundo visual, os corpos tornam-se alvo de olhares indiscretos (em função do novo modo de exposição dos mesmos) e tantas outras demandas pessoais emergem, colocando até mesmo a intimidade mais reservada em exposição, ocasionando, obviamente, ganhos no que diz respeito ao autoconhecimento e no conhecimento do outro, mas também, perdas quando essa aproximação e esse olhar acontecem em função de uma mera especulação.

Assim, se até então a ideia de interioridade servia como um alicerce no estabelecimento da própria vida, considerando a necessidade dos sujeitos de se sentirem únicos e resguardados das intromissões alheias, hoje, não há mais como pensar nessa configuração como uma condição sempre presente no cotidiano dos indivíduos, já que estes vivem em meio ao instantâneo e ao espetáculo, esperando pela novidade, mesmo que ela não esteja ligada, exclusivamente, a sua existência. Nesse contexto de imprecisões, o privado não se opõe mais ao público.

De uma forma ou de outra, o que se percebe é que não há mais como definir as reais fronteiras entre o íntimo e o social. E, diante dessa condição, a

literatura abre-se a esse novo contexto, dialogando com as reminiscências de um passado mais discreto (ou hipócrita, talvez), no entanto, colocando-se à disposição da exaltação da vida interior ou ao enfoque da sua exposição.

Quer seja nos diários, nas crônicas, nos romances autobiográficos ou em outros gêneros, isso acontece, na literatura, a fim de apresentar fragmentos do cotidiano que sejam capazes de absorver e de revelar, além da memória cultural, histórica e humana, também o circunstancial na formação de uma nação.

Tudo isso, com o intuito de tornar consistentes todas as perspectivas acerca das realizações humanas.

3.2 CRÔNICA E INTIMIDADE

3.2.1 Estabelecendo Intimidade com a Crônica: um Pouco de História

A crônica é na essência uma forma de arte imaginativa, arte da palavra, a que se liga forte dose de lirismo. É um gênero altamente pessoal, uma reação individual, íntima, ante o espetáculo da vida, coisas, seres. O cronista é um solitário com ânsia de comunicar-se. Para isso, utiliza-se literariamente desse meio vivo, insinuante, ágil que é a crônica. (COUTINHO, 1986, P. 136).

Segundo as palavras de Afrânio Coutinho, a crônica é um gênero literário pessoal, uma forma muito particular de o escritor render-se ao “espetáculo diário da vida”, contemplando-o e assegurando-se da possibilidade de apresentá-lo tanto àqueles que o realizam, quanto aos que, simplesmente, assistem a essa representação.

Enxergar o que é pequeno, considerado trivial, revela-se fundamental ao cronista que busca recolher do cotidiano um instante ou um fato e o representar por meio da linguagem, exprimindo sentidos que podem ir além da efemeridade e da banalidade, conduzindo o leitor ao encontro de uma escrita que cria uma atmosfera de proximidade.

Isso pode ser verificado na crônica escrita por Machado de Assis em 8 de abril de 1894, quando o enunciador machadiano encontra, em um fato aparentemente banal, uma forma de reinventar a realidade:

Quinta-feira à tarde, pouco mais de três horas, vi uma coisa tão interessante, que determinei logo de começar por ela esta crônica [...]

Entre a grade do jardim da Praça Quinze de Novembro e o lugar onde era o antigo passadiço, ao pé dos trilhos de bondes, estava um burro deitado. O lugar não era próprio para remanso de burros, donde concluí que não estaria deitado, mas caído. Instantes depois, vimos (eu ia com um amigo), vimos o burro levantar a cabeça e meio corpo [...] parecia estar próximo do fim [...]

O que me pareceu, é que o burro fazia exame de consciência [...]

E diria o burro consigo:

“Por mais que vasculhe a consciência, não acho pecado que mereça remorso. Não furtei, não menti, não matei, não caluniei, não ofendi nenhuma pessoa. Em toda a minha vida, se dei três coices, foi o mais” (ASSIS, 1959, p. 608-610).

O cronista coloca como primeiro assunto de seu texto algo que chamou a atenção do *eu*. Durante uma simples caminhada pela cidade, uma ação cotidiana, um fato um tanto fora da rotina leva o enunciador à reflexão, que é, imediatamente, dividida nas páginas da crônica.

No afã de comunicar-se, coloca-se inteiro nessa condição de mediador entre o mundo, os contextos vitais e o seu texto. Trata-se de uma entrega que vai além da narração pura dos fatos. É o íntimo desse *eu* que se coloca diante dos leitores, permitindo a eles que se envolvam, também, nessa investida.

A intimidade está para a crônica, esse meio ligeiro e intenso, capaz de absorver e de apresentar toda forma de relacionamento em sua constituição, como a crônica está para a intimidade, uma das faces dos vínculos humanos que se torna mais evidente e palpável a cada dia.

Assim sendo, o texto cronístico presta-se às aspirações humanas, na medida em que vai se definindo entremeadado à própria narrativa da humanidade. Trata-se de uma história progressiva, cuja concretização está vinculada à própria história da humanidade.

Proveniente do grego *chronikós*, referente a tempo (*chrónos*), e do latim *chronica*, o termo crônica institui, desde o início da era cristã até a atualidade, uma estreita e íntima afinidade com o tempo: “trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido” (ARRIGUCCI, 1987, p. 51). Assim, os vários significados e as definições da palavra crônica, independente de sua etimologia ou de sua procedência, remetem, sempre, à noção de tempo, fator que possibilita uma

comunicação mais próxima das situações vividas e o encontro entre as diversas manifestações culturais existentes em cada fase da história.

Na acepção histórica, seguindo uma sequência cronológica, a crônica prestava-se somente a uma abordagem concatenada dos fatos: foi concebida, em sua forma principal, como crônica histórica. E o cronista preocupava-se em registrar os episódios, pura e simplesmente, como os mesmos aconteciam, isto é, nem sempre havia um aprofundamento ou uma tentativa de interpretação dos mesmos. Dessa forma, tratava-se de uma atividade praticamente automática, que designava ao cronista da época a função de “contador de histórias”, o responsável por colocar no papel os principais eventos de um período em que não existiam jornais ou outras formas de se levar à população as informações históricas, podendo ser a crônica, considerada, então, a precursora da historiografia moderna: “Tal gênero supõe uma sociedade para a qual importa a experiência progressiva do tempo, um passado que se possa concatenar significativamente, a História, enfim [...]” (ARRIGUCCI, 1987, p. 52).

Mas, por ser o cronista aquele que retrata a história da qual também faz parte, não há como conceber a ideia de crônica e de tempo desvinculada da visão particular do indivíduo que a escreve e, também, que a inspira. Dessa forma, um afastamento do que fica das impressões do cronista torna-se algo impossível. Ao selecionar os fatos a serem registrados e imprimir neles a sua visão particular, a crônica deixa de ser, puramente, um documento histórico, para representar, além disso, uma experiência pessoal que, por mais que possa representar uma individualidade, pode assumir relevância perante os leitores e até diante de toda uma sociedade.

Ao cronista compete ser registrador do tempo, o seu particular e aquele em que mais alargadamente vive, [...], distinguindo o tempo interior – pessoal e vivencial – do tempo histórico, aquele em que mais alargadamente vive. Para o historiador, ainda que de forma diferente, o tempo é, sem dúvida, matéria-prima essencial. Uma das categorias básicas de seu trabalho [...] (NEVES, 1995, p. 22).

O tempo passa a ser visto e abordado de forma diferenciada: tempo histórico e tempo interior encontram entre si o complemento para a construção da história de uma sociedade, a história de um povo. Carlo Ginzburg, assim como muitos outros historiadores contemporâneos, acaba por perceber que a observação

dos fragmentos, aquilo que é particular a cada um, embora pareça algo sem muita importância, pode fornecer pistas relevantes de algo que se sobrepõe aos fatos miúdos, mas que, por meio deles, pode ser revelado. Sendo assim, história e crônica não podem ser dissociadas completamente, pois, conforme afirma Margarida de Souza Neves (2005), aqueles fatos miúdos que o cronista seleciona e expõe em seus escritos tornam-se, para o historiador, a própria matéria de sua produção, entrecruzando-se às personalidades e favorecendo a sua revelação.

É no século XIX que a crônica abandona o caráter estritamente historicista e passa a assumir uma conotação mais literária. Libertando-se da característica da crônica medieval, de ser apenas a narração de fatos históricos, a literariedade do gênero em questão acentua-se e firma-se em uma nova proposta de escrita.

Aproveitando-se da expansão da imprensa, da possibilidade de veiculação no jornal e diante dessa nova perspectiva, a crônica surge em forma de artigo de rodapé, o folhetim: aparece como um “pedaço de página por onde a literatura penetrou fundo no jornal, tratando dos temas mais diversos, mas com predominância dos aspectos da vida moderna” (ARRIGUCCI, 1987, p. 57). Sua função, então, passa a ser a de informar e de comentar os episódios, pequenos lances da vida diária da sociedade. Segundo Margarida de Souza Neves (2005), esses fatos miúdos que passam a fazer parte da seleção do cronista, como ponto de partida para suas produções, são novas perspectivas para que os, puramente, historiadores, tenham a condição de:

[...] aprender, na evidência da seleção operada pelo cronista sobre a matéria do cotidiano que interpreta para si mesmo e para seus leitores, algo essencial em seu próprio ofício: a construção que faz sobre qualquer dimensão ou duração da temporalidade – seja ela o cotidiano ou um longo processo histórico – é sempre igualmente uma leitura do real e não o real redivivo [...] (NEVES, 1995, p. 22-23).

Mesmo diante de tantas transformações, e perdendo a sua característica primeira de constituir-se um documentário, a ligação entre a crônica e a história tende a se manter. Torna-se notável que a relação com o tempo, um dos traços marcantes da crônica antiga, continua presente na atual, englobando, agora, mais uma condição especial, a de abordar o cotidiano, portanto, o que há de pessoal em cada vivência, ponto de referência do cronista de todos os tempos, de uma forma

distinta e particular por parte do cronista moderno. O fazer cronístico propicia ao historiador, muitas vezes cego diante das possibilidades de concretização da história, por meio do que lhe possa parecer pequeno, uma alternativa para deixar de medir o tempo somente através dos anos ou dos séculos, para tornar-se aquele que se reconhece como “historiador das coisas miúdas”.

No Brasil, vários autores consagrados embarcam nessa nova modalidade literária. Escritores como José de Alencar e Machado de Assis encabeçam a lista dos muitos que encontraram, na crônica, uma nova possibilidade de escrita. Esse tipo de produção também prossegue com êxito com o fazer cronístico de João do Rio, Lima Barreto, Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Rubem Braga, seguidos de inúmeros escritores contemporâneos como Rachel de Queiroz, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade e Paulo Mendes Campos:

Alencar decerto faz graça romântica, mas é que, desde o princípio, a crônica parece escolher uma linguagem lúdica e esvoaçante para cobrir o espaço enorme entre os grandes e pequenos eventos com que se defronta. (E este modo de ser, como que volátil, é característico ainda do espírito do velho Braga: um dos jeitos de se falar de tudo, escondendo o jogo, como quem não quer nada.) (ARRIGUCCI, 1987, p. 57).

Autores, consagrados ou não, iniciantes no gênero ou conhecedores profundos da produção em questão, independente da época em que se escreve, quando diante da questão da ligação da crônica medieval e da crônica moderna com o tempo, com o cotidiano e com o que há de pessoal nos enredos desse gênero, tornam evidente que a distinção dentro do fazer cronístico, em cada período distinto de produção, é a direção para onde se encaminha o olhar do cronista. Se, no princípio, o escritor de crônicas voltava o seu foco para as questões cotidianas, apenas para retratá-las como situação histórica e preocupava-se mais com os grandes acontecimentos e com as personagens memoráveis, agora, busca, também, aquilo que é pequeno (porém providencial) e aqueles que não figuram entre as páginas históricas.

Há uma quebra na ênfase e o início de uma maior valorização do fato miúdo e das situações corriqueiras. A simplicidade e a naturalidade sobrepõem-se ao requinte gramatical, e os pequenos acontecimentos diários aliam-se aos grandes eventos para tornarem mais próximas do leitor todas as situações

retratadas, quer estejam elas distantes da realidade das pessoas ou próximas daquilo que compreende a individualidade de cada sujeito.

Essa nova visão do universo cronístico, sob a ótica do tempo vivido, possibilita ao historiador encontrar, na crônica, o “espírito do tempo”, favorecendo o aparecimento de uma ligação concreta e precisa entre os pequenos fatos, os fragmentos da vida diária, permitindo que se estabeleça uma nova forma de construção da memória histórica. Os fatos miúdos e pessoais passam a fornecer pistas e direções certas para a construção dos documentos históricos. Desse modo, a reconstrução do cotidiano possibilita o engrandecimento das informações que passarão a fazer parte da história.

Durante o caminho percorrido pela crônica, há um abandono, cada vez maior, da condição de gênero unicamente informativo. Uma nova linguagem surge: o tom argumentativo e crítico cede lugar a uma fala mais leve e mais descompromissada, porém, mais poética. Segundo Antonio Candido (1992), essa nova forma de ser da crônica é o momento de amadurecimento do gênero que, a partir do fato miúdo, do toque humorístico, do tom subjetivo e da poesia, ajusta-se à sensibilidade de todo dia:

Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, - sobretudo porque quase sempre utiliza o humor (CANDIDO, 1992, p. 14).

Vale ressaltar, nesse momento, que, mesmo diante de inovações e de reformulações que dizem respeito ao universo cronístico, a crônica do século XIX não é considerada nem melhor nem pior que a crônica do século XX ou do século XXI.

Mudanças expressivas acontecem no âmbito dos elementos formais, ideológicos e estéticos desse gênero e passam a fazer parte da produção dos escritores contemporâneos do movimento literário que passa a figurar a partir das primeiras décadas do século XX, o Modernismo.

Esse período institui a incorporação de elementos ligados à linguagem coloquial, na busca de uma arte mais próxima das pessoas comuns e,

dessa forma, influencia, definitivamente, alguns traços da escrita das crônicas literárias: “voltada para as miudezas do cotidiano, onde acha a graça espontânea do povo, as fraturas expostas da vida social, a finura dos perfis psicológicos, o quadro dos costumes, o ridículo de cada dia e até a poesia mais alta que ela chega a alcançar” (ARRIGUCCI, 1987, p. 59).

Assim sendo, eis o gênero capaz de captar, em sua brevidade, o lado mais prolixo do dia a dia dos indivíduos, considerando a vida social, em sua totalidade, abarcando até mesmo o que se via (ou se fazia) inatingível até então: graças e infortúnios, rachaduras e desconsertos, avenças e discrepâncias, questões pessoais e fatos alheios, tudo se torna motivo de escrita, de análise e de verificação.

Dessa forma, o processo de desenvolvimento desse gênero e todo o trajeto percorrido para se chegar ao que conhecemos como crônica, hoje, deve ser considerado. Não se trata, simplesmente, de avaliar determinado estilo literário, mas sim, de encontrar a essência desse tipo de produção.

Além disso, o que não se pode esquecer nem negar é que o fato de o texto cronístico chegar ao público leitor de uma forma mais acessível deve-se, em primeiro lugar, à modernização do jornalismo. Esse evento permitiu que as crônicas passassem a fazer parte do dia a dia de uma parcela maior da população brasileira, até alcançarem as páginas dos livros, assumindo uma postura mais voltada para o lirismo, buscando entreter e dialogar com o público leitor, sempre partindo daquilo que se mostrasse pertinente e interessante aos olhos de quem escreve e de quem lê.

Ao mesmo tempo, diante das transformações sofridas, durante todo o seu percurso produtivo, é certo que, devido ao interesse de alguns críticos e de estudiosos da Academia, a situação da crônica vem se revertendo já há algum tempo. De gênero inferior, como antes era considerado, a objeto de pesquisa e foco de interesse para uma boa leitura, o estudo do fazer cronístico vem possibilitando o entendimento da importância da análise do tempo, do cotidiano e das questões pessoais nesse tipo de texto.

Assim, a crônica tem sido incorporada às produções destinadas ao enriquecimento da construção do processo histórico, bem como, diante das ações dos indivíduos, a uma possibilidade de elaboração e de constituição da história inerente a cada um.

3.2.2 Passeando pela Intimidade na Crônica: muito mais que História

Intimidade é não ter vergonha de ser o que a gente é, não precisar explicar coisa alguma, ser compreendido e brigar sabendo que nada irá se romper. Intimidade é não precisar andar na ponta dos pés pelos corredores de uma vida compartilhada (Martha Medeiros).

Eis o que afirmou a escritora Martha Medeiros, certa vez, ao relacionar os prós e os contras diante de questões que suscitam a intimidade. Para a autora, essa condição acontece quando os sujeitos se percebem em meio a situações compartilhadas, aquelas que os colocam em constante embate com o outro e com as circunstâncias que envolvem a vida em comum.

O escritor Luis Fernando Verissimo, na crônica “Definições”, inserida no livro *Sexo na cabeça*, de 2002, afirma que “as pessoas só se definem no seu relacionamento com as outras”, ou seja, cada indivíduo se constrói a partir do que estabelece em função do seu relacionamento com aqueles que o cercam. Por mais que se insista no isolamento, há de haver a presença de outrem que propicie um envolvimento, portanto, as relações sempre existirão.

Desde que o mundo é mundo e as pessoas estão imersas nos grupos sociais, há relatos sobre essas experiências, quer sejam eles orais ou escritos. E a literatura, nesse contexto, presta-se, também, à divulgação desses fatos.

Sendo a crônica uma escrita breve, capaz de ilustrar tantos quantos temas possíveis relacionados à cotidianidade, própria da subjetividade e marcada pela constância de um foco narrativo centrado na presença do “eu”, compete a esse tipo de escritura a transmissão dos acontecimentos segundo uma visão pessoal, portanto, adequada à representação daquilo que interessa aos cronistas e aos leitores, partindo de uma noção mais emotiva que se faz do mundo, dos sujeitos e de suas ações.

Dessa forma, a subjetividade da crônica vai ao encontro da precisão de se compreender a intimidade enquanto uma nova ordem comum, diante de sociedades, de épocas e de lugares distintos, em que o privado se torna público para atender à necessidade dessa exposição. Tudo isso com o intuito de elucidar (ou fomentar) as façanhas próprias da vida íntima.

Até o início do século XIX, a crônica apresentava, basicamente, um emaranhado de relatos históricos, em que os feitos realizados pelos colonizadores eram o foco e o discurso a ser revelado e acompanhado pelos leitores desse tipo de texto.

No entanto, no Brasil, com a entrada em cena do escritor originalmente brasileiro, autores passaram a expressar a sua própria opinião em relação às mudanças ocorridas na sociedade, fazendo, da crônica, uma nova forma de enunciar os costumes e os hábitos dos brasileiros, que eram retratados por escritores que colocavam no papel aquilo que presenciavam enquanto caminhavam pelas ruas, isto é, as observações feitas em seus percursos costumeiros e, por que não dizer, literatos.

Autores como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, França Júnior, Machado de Assis, Raul Pompéia, Júlia Lopes de Almeida, João do Rio, Lima Barreto, entre outros, foram alguns dos que imprimiram à crônica uma dimensão mais elevada, não apenas ligada aos fatos que marcaram a época de cada um. Mais que isso, foram autores preocupados em atingir, com o texto cronístico, uma dimensão poética, carregada de literariedade e de uma “organização artística”, segundo Arrigucci Junior (1987), capaz de apresentar (e de representar) toda uma gente, seus anseios, suas características, seus costumes e, por vezes, sua intimidade.

José de Alencar é um dos autores brasileiros que merece destaque nesse grupo, pois tentou retratar a realidade do Brasil, por meio do mapeamento dos tipos que habitavam o solo nacional. Com o intuito de mostrar o índio como um herói, de descrever as relações sociais cariocas que se davam em meio à modernização e à urbanização, apresentou, aos seus leitores, temas tipicamente brasileiros, em que certas minúcias, determinadas privacidades e até os hábitos mais comuns foram divididos com os leitores de crônicas de sua época.

A representação da vida privada também pode ser notada, de forma marcante, em algumas crônicas de Machado de Assis, autor que conseguiu tornar viva e transcendente a sua escrita. Carlos Drummond de Andrade, em uma entrevista concedida à revista *Caros amigos*, afirmou o seguinte:

Crônicas escritas há mais de cem anos por um cidadão chamado Machado de Assis estão hoje vivas como naquele tempo. Os acontecimentos perderam a atualidade, mas a crônica não perdeu, porque ela traduz uma visão tão sutil, tão maliciosa, tão viva da realidade, que o acontecimento fica valendo pela interpretação que Machado de Assis deu (ANDRADE, 1999, p. 13).

Diante da modernidade anunciada pela República, momento em que o povo se encontrava meio “perdido”, em função da instabilidade da vida privada, o escritor conseguiu estampar, em algumas de suas crônicas, o que se esperava das transformações sociais e o que, possivelmente, haveria de vir como consequência dessa situação.

De acordo com Elias Thomé Saliba (1998), a vida privada, no Brasil da República, só podia ser pensada a partir da falta de sentido ou da necessidade de se recriar os significados da própria vida, que sofreu mudanças bruscas com a instauração dessa nova forma de governo. Os indivíduos comuns tiveram sua vida também modificada diante desse tipo de administração, que recusava a cotidianidade, considerando-a uma negação ao progresso. Tudo isso, porque:

A República criou uma cidadania precária, porque calcada na manutenção da iniquidade das estruturas sociais; acentuou as distâncias entre as diversas regiões do país, cobrindo-as com a roupagem do federalismo difuso da “política dos governadores” ou com a continuidade daquela geografia oligárquica do poder que, desde o Império, diluía o formalismo do Estado e das instituições (SALIBA, 1998, p. 291).

Em meio a esse contexto social e histórico, de forma cômica e sarcástica, Machado de Assis inicia uma de suas crônicas, datada de 1906 e sem título, com a expressão “tirar a luz da fumaça”, sugerindo que a vida privada do brasileiro, naquele momento, colocava-o entre o passado e o futuro, diante do novo ritmo de vida prometido pela República. Tal frase remetia ao *déficit* público, ocorrido no início da República, e à greve das charutarias, contrariadas com o imposto sobre o fumo.

Quem não fumava, não havia votado pelo imposto ou não era político, nada tinha a ver com toda essa situação, mas estava sofrendo com a questão. Para o escritor, o Estado e o sujeito eram instituições diferentes e certa distância havia entre ambos. Mais que isso, essa distância devia ser respeitada, pois

só assim a privacidade poderia ser mantida ou compartilhada da forma adequada, gerando um equilíbrio entre a tradição e a modernidade anunciada.

Dessa forma, o cronista tentou reforçar a distância que, segundo ele, deveria existir entre o indivíduo e o Estado para que a vida íntima não fosse atropelada em virtude de uma questão pública. A vida privada deveria ser, ela mesma, o caminho para a sua constituição.

Por outro lado, Machado de Assis também carregou algumas de suas crônicas com questões públicas sendo levadas para dentro das casas das famílias.

Na crônica escrita em 19 de maio de 1888, uma semana após a abolição da escravatura, o autor apresenta, ao seu público leitor, o moleque Pancrácio, escravo cuja liberdade é restituída pelo dono às vésperas da lei de 13 de maio.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

[...]

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés.

[...]

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! Meu senhô! Fico.

— Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo: tu crescestes imensamente. Quando nasceste eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis: mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete. Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (ASSIS, 1990, p, 490).

Na crônica machadiana, um brasileiro da elite urbana do Rio de Janeiro resolve declarar a “Abolição da Escravatura” dentro do seu espaço familiar. O benfeitor entrega uma “carta de liberdade” ao menino escravo, diante de todos os seus amigos íntimos, em um banquete, estabelecendo uma verdadeira encenação doméstica, muito parecida, aliás, com as encenações públicas que aconteciam na época para as promoções políticas e pessoais.

Nesse mesmo instante, após professar a “liberdade” do seu escravo, o homem dá uns petelecos no garoto, em função de um desagrado em relação a uma tarefa realizada pelo mesmo, alegando ser um “impulso natural”, que não invalidaria o direito civil adquirido com a determinação da liberdade.

Sob essas condições, Machado de Assis traz para a sua crônica uma questão pública que se faz valer dentro do âmbito particular. Nesse contexto, social, político e de produção, há certa dificuldade em dimensionar que situações pertencem ao espaço público ou ao privado, possibilitando a absorção de fatos distintos em domínios controversos e, às vezes, inapropriados para o desenvolvimento e o desenrolar de determinadas circunstâncias.

Afonso Henriques de Lima Barreto foi outro escritor que se apropriou dos acontecimentos habituais para expor certas intimidades em seus escritos. Por meio dos seus diários – *Diário Íntimo* (1956), *Diário do hospício* (1956) –, o autor comanda uma conturbada “busca de si”, o autoconhecimento, o extravasamento das emoções, as confidências e os desabafos que, muito mais que um testemunho ou um documento, tornam-se verdadeiras crônicas, capazes de representar os fragmentos do eu do cronista, colhidos nas investidas diárias do autor, delineando o contorno da literatura que viria a ser produzida por ele.

O escritor em questão, por meio de diários, de crônicas e de romances autobiográficos, cultua a vida interior e a possibilidade de exposição da mesma, o que vai além do que acontecia em seu tempo, conduzindo os leitores que se formavam para uma literatura que se dizia, naquela ocasião e nas circunstâncias vigentes, inacessível.

Outro momento marcante da crônica brasileira, em que a linguagem utilizada e os temas abordados ganham nova roupagem, acontece quando aparece, no cenário literário nacional, o Modernismo, movimento que surgiu nas primeiras décadas do século XX, marcado, cronologicamente, pela Semana de Arte Moderna, de 1922, que tem na linguagem coloquial uma forma de aproximação maior da

literatura com o povo. De acordo com Davi Arrigucci Jr., a crônica modernista parece mesmo estar pronta para abarcar (e desvendar) todos os assuntos pertinentes aos indivíduos e aos grupos, quer sejam eles formais ou informais:

[...] voltada para as miudezas do cotidiano, onde acha a graça espontânea do povo, as fraturas expostas da vida social, a finura dos perfis psicológicos, o quadro de costumes, o ridículo de cada dia e até a poesia mais alta que ela chega alcançar [...] (ARRIGUCCI, 1987, p. 59).

Segundo Afrânio Coutinho (1978), nesse momento, há uma nova forma de enfrentar e de representar, artisticamente, a realidade brasileira, tanto para compreendê-la como para tentar dominá-la ou subvertê-la.

A crônica modernista busca conceber os aspectos da realidade nacional, abrindo-se aos fatos relacionados ao povo, com o intuito de mapear e de estabelecer aquilo que, até então, pouco tinha sido divulgado por escritores brasileiros.

Seguindo a tendência do momento e de outros gêneros, a crônica se converte num meio de mapear e descobrir um país heterogêneo e complexo, largamente desconhecido de seus próprios habitantes, caracterizado pelo desenvolvimento histórico desigual, de modo que o processo de modernização podia ser acompanhado pelos contrastes entre bolsões de prosperidade e vastas áreas de miséria, e o próprio mundo moderno parecia nascer da mistura com traços remanescentes de velhas estruturas da sociedade tradicional. [...] Provinciana e moderna a uma só vez, a crônica modernista revela uma tensão contínua entre tempos diversos e espaços heterogêneos, fundindo numa liga complexa componentes discrepantes, provenientes de formas de vida distintas, mas mescladas (ARRIGUCCI, 1987, p. 63).

É a partir desse momento, que alguns cronistas do Brasil passam a explorar, com mais intensidade, o que, antes, era conhecido e esmiuçado apenas individualmente ou em grupos mais seletos e restritos. Algumas questões pertinentes à intimidade, outrora escondidas ou mascaradas, extravasam as quatro paredes e tornam a literatura mais próxima dos sujeitos, que se veem refletidos em algumas histórias, especialmente nas crônicas, onde os domínios, privado e público, não mais apresentam fronteiras tão definidas.

Conforme Arrigucci Jr., vidas que, até então, eram consideradas distintas, passam a ser representadas em meio a uma mistura de enunciados que criam, talvez, uma teia tão complexa quanto paradoxal. A saber, os relacionamentos.

Mas, é na crônica contemporânea que a intimidade e a sua exposição atingem patamares, antes, impensáveis. Na década de 1970, por exemplo, o sexo toma conta dos pensamentos dos indivíduos, que exploram a sexualidade e a pornografia, aderindo à pornochanchada, uma forma de exploração desse veio, por intermédio do deboche. Os filmes pornográficos tomam conta do mercado nacional no início dos anos 80. Tudo isso, de forma acelerada, a ponto de esse tipo de produção tornar-se, num período pequeno de tempo, algo comum no mundo cinematográfico.

A partir da década de 80, quando o sexo ganha, definitivamente e declaradamente, as páginas das crônicas brasileiras, a vida privada passa a ser vista e retratada sob um novo ponto de vista. Nos anos 90, então, isso passa a acontecer de uma forma muito mais acentuada: o amor, os tipos de relacionamentos, a sexualidade, o corpo, as opções sexuais e a intimidade, de uma forma geral, tornam-se temas marcantes na literatura, especialmente nos textos cronísticos, próprios mesmo do prosaico e do corriqueiro.

E, nesse novo contexto, todas essas mudanças podem até ser constatadas diante de certa perplexidade. No entanto, há um intuito e certa necessidade de se deparar com essa nova realidade. Aos cronistas, cabe retratar essas transformações, a fim de que os novos modelos de comportamento, os arranjos e os desarranjos dessas combinações sejam identificados por parte de leitores que, cada vez mais, interessam-se por saber e se apropriar de todos os acontecimentos ao seu redor.

Autores como Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos são nomes expressivos de uma categoria de escritores que se dedicaram ao ofício da crônica. De uma forma mais intensa, o velho Braga, cronista por excelência e por opção que, segundo as palavras de Davi Arrigucci Jr., imprime ao gênero o seu modo de ser, apropriando-se de uma literariedade tão moderna, que o diferencia dentre tantos outros que se embrenharam nesse tipo de escrita. Nas mãos de Rubem Braga,

[...] a crônica parece que se enrola em si mesma e se solta, voando como bolha de sabão, esfera leve e translúcida, irisada apenas pela luz interior do sujeito que a anima com o mais profundo de sua experiência humana. Torna-se então um modo específico de apreender a exprimir certos valores, como se fosse só ela a forma única e justa de dizê-los (ARRIGUCCI, 1987, p. 56).

E se nesses autores há certo lirismo ao se falar do dia a dia, ao transpor para as páginas escritas o que há de mais conexo ao indivíduo, a exposição da vida privada segue seu curso, nas duas últimas décadas do século XX, com um formato mais intenso, associada a uma ideia da intimidade como um dos grandes temas a ser abordado pelos cronistas da época. Artur da Távola, Caio Fernando Abreu, Marcos Rey, Roberto Drummond e Otto Lara Resende também se ocupam do gênero para transcender as suas experiências e as suas perspectivas no tocante à privacidade.

Outros que marcaram esse momento e que, ainda hoje, produzem crônicas que passeiam por questões que dizem respeito à vida íntima são: Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar, Ignácio de Loyola Brandão, João Ubaldo Ribeiro e Luis Fernando Verissimo. Todos muito à vontade quando o assunto aplicado ao gênero pende a certas privacidades e a degingolados relacionamentos.

Certamente, no último grupo citado, Luis Fernando Verissimo seja aquele que conseguiu, de forma exemplar e mais contumaz, expor e explorar todas as faces desse assunto. Conforme Luiz Carlos Santos Simon, “nem mesmo entre as pessoas mais intelectualizadas o gerenciamento da intimidade é tão simples” (SIMON, 2011, p. 242). No entanto, o cronista conseguiu, por meio do humor, abordar o assunto de uma maneira leve e precisa. Mais que isso, quando se trata de Verissimo e da intimidade,

[...] por trás do humor destaca-se também essa inclinação para focalizar esses novos arranjos da intimidade que assumem a condição de matéria relevante para os cronistas sempre dispostos a captar os movimentos do cotidiano de seu tempo (SIMON, 2011, p. 242).

Tanto isso é fato, que o escritor acentua, em suas crônicas, uma abertura propícia para o diálogo com questões pertinentes à vida privada e à intimidade. Além disso, com uma escrita mais direcionada, favorece a percepção e a busca do entendimento dessas circunstâncias nas sociedades atuais, onde os

sujeitos se deparam com o confronto entre essas instâncias, bem como as transformações que têm afetado e movimentado esses domínios, dentro do seu próprio espaço ou no âmbito da vida pública.

Livros como *A mulher nua* (1975), *Amor brasileiro* (1980), *Sexo na cabeça* e *Orgias* (1989) e *Peças íntimas* (1990) são um incentivo à produção de *Comédias da vida privada* (1994) e *Novas comédias da vida privada* (1997). Todas essas obras fazem emergir, no cenário literário brasileiro, crônicas centradas nos rompantes da vida íntima, mostrando que Luis Fernando Verissimo é, sem sombra de dúvidas, um escritor afinado com seu próprio tempo, portanto, atento às mudanças no que diz respeito aos indivíduos e a sua intimidade.

Alguns nomes mais contemporâneos estão deixando suas marcas, do mesmo modo, no gênero crônica, principalmente quando tratam de assuntos relacionados aos espaços privados, aos espaços públicos e a indefinição dos limites entre ambos, permitindo que questões particulares sejam elencadas até mesmo em contextos considerados inadequados para essa exposição.

Nesse grupo encontram-se Antonio Prata, Arthur Dapieve, Danuza Leão, João Paulo Cuenca, Martha Medeiros, Xico Sá, entre outros autores que atuam no século XXI, escrevendo crônicas, cada um com seu estilo, mas, sob forte influência dos avanços ocorridos nas sociedades contemporâneas, conseqüentemente, perante os encontros e os desencontros que permeiam as ligações e os laços afetivos entre os seres humanos.

Uns mais, outros menos, o que interessa, nesse momento, é salientar que todos os autores situados dentro da literatura moderna e contemporânea, de uma forma mais intensa ou um tanto amena, acabaram por escrever a respeito da vida íntima, e não apenas sobre a intimidade que se restringe ao relacionamento entre duas pessoas, mas às várias formas de se estabelecer os relacionamentos, quer seja nos domínios privados ou nos espaços públicos.

Quando se chega aos anos 2000, por fim, com a invasão de tantos recursos midiáticos e tecnológicos, a internet torna-se outro veículo importante de divulgação de crônicas que tratam das questões do cotidiano e, conseqüentemente, da intimidade.

Alguns autores, uns conhecidos, outros nem tanto, aderem ao meio tecnológico para veicular crônicas visivelmente modernas e “antenadas” com as novas tendências dos grupos sociais. Até escritores já consagrados nos livros

enveredam por esse caminho, com o objetivo de divulgar textos do cotidiano por meio de um espaço que cresce e se supera a cada dia.

Autores das mais diversas áreas culturais e profissionais, como Xico Sá (escritor), Milly Lacombe (comentarista esportiva), Leo Jaime (ator, cantor e compositor), Marcelino Freire (escritor), entre tantos outros, participam de *blogs* especialmente dedicados à divulgação de crônicas, encabeçam antologias, publicam crônicas em jornais (impressos e digitais), sempre atentos ao fato de que a exposição da intimidade ao público é, hoje, um evento tão comum e necessário quanto a própria existência.

Xico Sá, autor de diversos livros, colunista da *Folha de São Paulo*, responsável pelo *site* www.carapuceiro.zip.net é um dos cronistas que escreveu para o *blog* denominado *Blônicas*, uma junção do termo *blog* com a palavra crônicas. Junto de outros autores, publica textos conectados com as questões do dia a dia dos sujeitos contemporâneos. Sendo assim, é um escritor que retrata circunstâncias que dizem respeito aos grupos sociais, aos indivíduos e aos domínios em que estes e aqueles absorvem e vivenciam todo tipo de experiência.

Na crônica “Risque meu nome do seu Orkut”, de 27 de dezembro de 2010, há, certamente, a discussão sobre um assunto extremamente atualizado e totalmente conexo com a exposição das formas de relacionamento que são praticadas hoje em dia: “Você amigo, você fofolete, acaba o casamento, o romance, a novela, o amancebamento, o caso, o rolo, mas continuam acompanhando a vida do(a) *ex* no *Orkut*, no *Facebook*, nas redes sociais mais intimistas (SÁ, 2010, In: <http://blonicas.zip.net/>).

O cronista inicia seu texto declarando que as redes sociais, ambientes alocados na internet, onde existe uma exposição acirrada de informações pessoais, são intimistas. Dessa forma, são espaços próprios para que os relacionamentos se desenvolvam.

E isso é o que vem acontecendo, com certa frequência, na contemporaneidade. Cada vez mais, homens e mulheres buscam as redes sociais de relacionamentos para efetivarem a socialização, quer seja com pessoas conhecidas ou não.

Conforme Paula Sibilia (2008):

Primeiro foi o correio eletrônico, numa poderosa síntese entre o telefone e a velha correspondência, que se espalhou a toda velocidade na última década, multiplicando ao infinito a quantidade e a agilidade dos nossos contatos. Em seguida se popularizaram os canais de bate-papo ou chats, que logo evoluíram nos sistemas de mensagens instantâneas do tipo MSN ou Yahoo Messenger; e em redes de sociabilidade como Orkut, MySpace e FaceBook. Estas novidades transformaram a tela de qualquer computador em uma janela sempre aberta e “ligada” a dezenas de pessoas ao mesmo tempo (SIBILIA, 2008, p. 12).

No entanto, Xico Sá segue afirmando que, se os relacionamentos não deram certo no mundo real, não vale a pena insistir nos mesmos na virtualidade. Na opinião do cronista, todas essas possibilidades de aproximação virtual nada mais são do que emboscadas, que surgem no percurso daqueles que apostam no compartilhamento da intimidade em um espaço em que a única possibilidade, totalmente fora de cogitação, é a da existência da privacidade.

E, se essa prática revela o cotidiano de grande parte da população, na contemporaneidade, ela vem acompanhada, de certa forma, daquilo que permeia os estilos de vida modernizados: a individualidade, a falta de cumplicidade, o foco nos benefícios próprios, o interesse na vida do outro e a pressa constante. Por conseguinte, aqueles que se arriscam a iniciar ou a retomar um relacionamento, na internet, estão sujeitos a toda forma de invasão da sua privacidade.

Qualquer recado ou post, mesmo os mais inocentes ou sem propósito, vira um inferno na terra. Para completar, tem sempre alguém mais sacana ainda e entra no jogo, só por ruindade, dando linha na pipa da maldade.

Prefira não, amigo, caia fora mesmo, Lola.

[...]

Você já prestou atenção, meu jovem, na fatura de tragédias amorosas que tiveram como espoleta da discórdia um simples comentário na Internet, uma foto sensual no Orkut, uma alteração no status do relacionamento? (SÁ, 2010, In: <http://blonicas.zip.net/>).

Diante das conclusões do cronista, o que se pode depreender é que a privacidade tem sido vivida de uma forma complicada nesses contextos. Para o autor, ante ao fracasso de um relacionamento, não vale tudo para reverter ou acentuar esse tipo de situação, mesmo que a internet esteja aí, escancarada, pronta para “acelerar” esse processo, declarando-se o veículo ideal para o estabelecimento das relações sociais. A intimidade, por si só, possui suas próprias armadilhas.

Por isso, seguindo o caminho de algumas crônicas que falam sobre os percalços da intimidade, Xico Sá, por intermédio de um *blog*, veiculado na internet, estende suas críticas não apenas aos espaços virtuais utilizados para o estabelecimento de relacionamentos. Antes disso, o escritor questiona as formas como os sujeitos estão resolvendo os seus problemas pessoais, ou seja, como a privacidade vem sendo tratada por cada ser humano.

Para o eu do cronista, não há mais uma intimidade autêntica, mas sim, de acordo com Luiz Carlos Santos Simon, a “intimidade a serviço do bem-estar coletivo; a vida privada contribuindo para a regeneração da vida pública” (SIMON, 2011, p. 257). Nos *sites* e nos ambientes virtuais de relacionamentos, haveria, então, ao se expor certos assuntos de interesse pessoal, uma forma de satisfazer a necessidade do outro de conhecer, de interferir e, às vezes, de controlar a vida alheia.

O cronista Xico Sá conclui suas ideias, na crônica “Risque meu nome do seu Orkut”, afirmando que há, sim, um jeito de cada um resolver os seus próprios problemas: “Não basta o sofrimento mais do que real da ressaca amorosa? Basta. Como recomendava a canção das antigas, risque o meu nome do seu caderno, pois não suporto o inferno, do nosso amor fracassado (SÁ, 2010, In: <http://blonicas.zip.net/>).

Para o autor, por mais que seja difícil lidar com a sua própria intimidade, sem o envolvimento de terceiros, num mundo onde os limites entre o privado e público estão indefinidos, é preciso que, em algum momento, as pessoas se resguardem e tentem agir por si só: “Risque o meu nome do seu Orkut, diga ao Facebook que não estamos mais em um relacionamento sério...” (SÁ, 2010, In: <http://blonicas.zip.net/>).

Essa visão acaba por estabelecer uma ligação entre os pensamentos de Anthony Giddens (1993) e de Richard Sennett (1989), talvez os maiores estudiosos a respeito das questões pertinentes às transformações no campo dos relacionamentos íntimos: se a intimidade significa uma revelação de emoções em um regime democrático, vale, também, cuidar para que esses vínculos não acabem por estabelecer certa tirania dentro dos grupos sociais. É preciso que o desenrolar e os progressos da vida privada se tornem, de fato, contribuições para que a sociedade seja, realmente, mais democrática.

Assim, o que se evidencia nesse passeio pela intimidade no universo cronístico é a complexidade com que esse tema foi e é abordado nesse tipo de texto.

Com certo lirismo e, por vezes, apenas considerada como um componente da cotidianidade, a vida íntima tem sido questionada, exposta e até transformada nas linhas da crônica brasileira. Às vezes, pelos caminhos do humor, da banalidade, outras, com certa consistência, dando aquele ar, mesmo, de coisa séria.

O que fica, dessa incursão, é a certeza de que muitas das questões ou dos problemas relacionados à vida privada vão além do cotidiano dos leitores que buscam, na crônica, o caminho para esse conhecimento.

E, sendo a crônica literária brasileira “um registro dos acontecimentos da cidade, a história da vida da cidade, a cidade feito letra” (PORTELLA, 1958, p. 115), cabe mesmo, nesse espaço, por meio de uma linguagem arguciosa e de um texto vivo, informações, insinuações e constatações a respeito da intimidade, de suas transformações e de seu percurso ao longo da constituição da vida humana até a contemporaneidade.

4 A CRÔNICA DE RACHEL DE QUEIROZ E A INTIMIDADE PRESSUPOSTA

4.1 COM O LEITOR: INTIMIDADE E PROXIMIDADE QUASE PRESENCIAL

Olha, gosto do ser humano, gosto da humanidade, gosto dos meus próximos e gosto dos distantes. E, afinal, o que mais importa nesta vida não são os contatos humanos? (Rachel de Queiroz).

Com grande frequência, as crônicas de Rachel de Queiroz estabelecem, entre a autora e o público leitor, um clima de intimidade tão grande, que é mesmo possível sentir a presença da cronista diante de seu público. Alguns textos cronísticos de Rachel criam uma atmosfera tão proximal, que seus leitores acabam assumindo uma postura que vai além da condição de espectadores: são cúmplices e testemunhas, dialogando com uma escrita que se faz em meio a uma atmosfera de camaradagem e de troca.

A própria autora, em muitas das entrevistas concedidas ao longo de sua vida e de sua produção, confessa ter se aproveitado das dicas, das opiniões, dos conselhos e das críticas dos amigos, de alguns companheiros literatos, de seus leitores e até de estranhos para prosseguir com sua escritura, visto que, conforme ela mesma, escrever não era sua atividade preferida. Dessa forma, por que não “ouvir” aqueles que estavam dispensando certo tempo para a leitura de seus textos?! Por que não se permitir o contato com o ser humano, sendo este capaz de, na maioria das vezes, entender, aceitar ou questionar o seu próximo?!

Em uma entrevista concedida ao programa *Encontro Marcado com a Arte*, atração idealizada pela prefeitura do Rio de Janeiro, nas décadas de 1980 e de 1990, a escritora diz que, o que importa, mesmo, são as pessoas. É o ser humano que a faz se sentir viva e completa.

Nos muitos encontros realizados com o jornalista Hermes Rodrigues Nery, entre 1988 e 1996, quando a autora se refere aos homens, é para lembrar-se do seu amor por eles que ela o faz. Desse contato resultou o livro de entrevistas intitulado *Presença de Rachel: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz* (2002), um “livro de entrevistas modelar”, segundo Annibal Augusto Gama, no prefácio dessa mesma obra.

Para o jornal *O Estado de São Paulo*, na data de 21 de dezembro de 2002, Rachel reafirmou a sua necessidade do contato com os humanos. Para ela,

era nesse ponto que estava a essência de toda a existência: ninguém se torna alguém sem a presença do outro.

Por isso, entre uma crônica e outra, o *eu do cronista* justifica a escolha de determinado tema, explica o porquê do título atribuído ao texto e elucida a forma como aborda certas questões. Em tempo: a *persona* que comenta e que narra, na crônica, pode também ser denominada dessa maneira, não se limita ao uso de enunciador ou de narrador, pois “observa-se a necessidade de atenção especial com uma terminologia que não pode ser fixa para cumprir seu papel sem conduzir a equívocos quando o objeto pesquisado é a crônica” (SIMON, 2005, p. 9).

Além disso, procura se explicar em algumas situações, querendo, como uma forma de aprovação, que seus leitores reflitam e dialoguem com o texto lido, especialmente quando se trata da crônica, gênero literário em que há a possibilidade de uma interação autor/narrador/assunto/leitor, em função da proximidade que se cunha nesse tipo de produção.

Ao transitar entre a tradição e a modernidade, Rachel se apropria da condição da crônica de ser um texto tão próximo e acolhedor para reforçar o vínculo com seus leitores. E isso se torna possível porque, conforme Davi Arrigucci Jr. (1987),

a crônica [...] ela parece penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nela se pudesse sempre renovar, aos olhos de um leitor atual, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos [...] (ARRIGUCCI, 1987, p. 53).

Dessa forma, a crônica torna-se um exemplo expressivo da capacidade de Rachel de Queiroz em criar um clima de intimidade com o leitor e com o seu objeto. Por meio de uma árdua pesquisa de linguagem e da busca de autenticidade em seus escritos, a cronista reforça a sensação de proximidade e de credibilidade na sua relação, quase direta, com o leitor.

Geralmente, os primeiros parágrafos de Rachel parecem partes de uma conversa que, na maioria das vezes, não se sabe em que momento começou. O “leitor amigo”, como a própria autora denomina, é pego de surpresa. Mas, imediatamente, envolve-se com o texto e acaba por assumir o seu papel de interlocutor na “roda-viva” que a escritora cria em suas produções.

E esse atento ouvinte, assim que volta a uma situação confortável, age como se estivesse numa velha casa do sertão, em uma rede aconchegante, diante de uma bela paisagem, trocando ideias com uma velha amiga.

Nesse contexto, a proximidade que se estabelece permite que a leitura seja tão reveladora quanto inventiva. Mas, especialmente, fortalecedora dos laços existentes entre a cronista Rachel de Queiroz, os seus leitores habituais e aqueles que resolvem se embrenhar em sua escritura.

4.1.1 “Bilhete ao Meu Leitor de Domingo” (Setembro de 1945)

A literatura [...] Essa simula a vida (Fernando Pessoa).

Em 1948, Rachel de Queiroz publica seu primeiro volume de crônicas. Intitulado *A donzela e a moura torta*, o livro reúne textos escritos para a imprensa carioca de 1943 até 1945. A seleção dos textos foi feita pela própria autora que, já nesse primeiro livro de crônicas, deixa transparecer seu estilo: com uma escrita direta, quase sem adjetivos, por meio de uma naturalidade e de uma convicção inconfundíveis, eis que se consagra, na literatura brasileira, de acordo com as palavras de Mário de Andrade, “uma língua nacional com uma beleza límpida”.

A essas características, o autor modernista ainda acrescenta o fato de ser a análise e a escrita racheliana “curta e incisiva, à maneira de Machado de Assis”. Portanto, em face desta combinação, que une o estilo direto, a naturalidade narrativa e a busca insistente pelos efeitos literários da oralidade, é que foram feitas as inúmeras crônicas de Rachel de Queiroz, momentos preciosos para o diálogo com o leitor, um “amigo” com o qual a escritora poderia sempre contar.

Os textos selecionados para esse livro acumulam um conjunto de crônicas que expressam tanto o lado lírico da Rachel cronista, quanto o lado humano. Indo do sensibilizante ao humor, da paixão desatinada à realidade plena da vida, a escritora se deixa envolver para agraciar seu público com textos que simulam, até mesmo, uma confiança naturalmente intrínseca.

E é assim que Rachel inicia a crônica “Bilhete ao meu leitor de domingo”, texto inserido no livro *A donzela e a moura torta* (1994):

Prezado leitor, adeus, estimo que passe bem. O fim destas maltraçadas é lhe dizer que hoje não espere crônica, nem conto, nem qualquer manifestação propriamente literária, em nosso rodapé. E não cuide também que o vou divertir com mexericos políticos; o mais que lhe posso oferecer são os meus cumprimentos. Ou dizer como os gladiadores: "Ave Caesar, morituri te salutant." Reconheço que haverá no emprego da frase uma pequena impropriedade, porque não estou exatamente na situação de "morituri". O meu mal não é de morte, é apenas de gripe, com febre de 38 graus. Mas sempre que a gente quer fazer uma citação latina, há qualquer coisinha que não se ajusta. Esta frase irá assim; você há de dar o desconto (QUEIROZ, 1994, p. 127).

Já no primeiro parágrafo da crônica, percebe-se certa atmosfera de proximidade. Não se trata de um leitor qualquer, a cronista preza o leitor ao qual se refere, justificando a falta da crônica costumeira em função de um mal que a acometeu. Até mesmo o excesso nas palavras, apresentado na citação latina, valoriza o desconforto na saúde da escritora, levando à conclusão de que Rachel de Queiroz considera seu público próximo a ela e capaz de perdoá-la pela falta.

Vale ressaltar, neste momento, que o autor e o leitor não correspondem a entidades de carne e osso, mas sim, ao autor e ao leitor implícitos, aqueles cuja imagem é construída pelo texto, ou seja, o enunciador e o enunciatário respectivamente.

Quando o enunciador coloca-se numa posição de humildade, esperando pela complacência do enunciatário, contando com um possível "desconto" em relação à ausência da crônica, estabelece, com o mesmo, um clima de proximidade.

Uma reação assim é algo próprio de pessoas íntimas, que são capazes de entender as intempéries que surgem no dia a dia daqueles com os quais se convive. Mesmo exagerando, o eu do cronista tem a certeza de que haverá o "desconto", ou seja, haverá tolerância por parte daqueles que leem as suas crônicas, o que é comum entre pessoas próximas, com afinidades.

E tanto essa afinidade é evidente, que o enunciador racheliano faz questão de continuar se justificando, demonstrando preocupar-se com a opinião alheia, dizendo que tudo seria mais fácil de ser aceito se a febre fosse de 40 graus, em meio a delírios, algo mais sério no ponto de vista do eu do cronista.

Mas, como há cumplicidade entre essas instâncias, há de haver entendimento, mesmo diante dos míseros sintomas de uma gripe: "Outro caso seria

se a minha febre fosse de 40 graus: bem que valeria a pena [...]. Infelizmente, a mesquinha realidade são mesmo os 38 graus, acompanhados de espirros, coriza e cabeça oca” (QUEIROZ, 1994, p. 127).

A fragilidade dos vínculos humanos é notória, tanto na época da escrita da crônica em questão, quanto na contemporaneidade. Isso porque, o sentimento de insegurança inspira desejos conflitantes, que insistem em apertar e, por vezes, afrouxar os laços entre os indivíduos. Indo de encontro a esse conceito, em um mundo individualista, qualquer relacionamento torna-se uma bênção, capaz de suprir certas necessidades dos sujeitos. Assim, essa relação se dá diante da necessidade do enunciador, naquele momento, que era ter o respaldo do seu leitor diante de sua fraqueza.

Esse enunciador, num clima confessional, segue falando de seus anseios, de seus desejos e de seus infortúnios àqueles que considera aptos e prontos a ouvi-lo nesse momento de abatimento e de debilidade. E sente-se tão à vontade, que estende a “conversa” a outras questões que o incomodam, parecendo estar, mesmo, batendo um papo com alguém muito próximo, para quem pode contar segredos e, ainda, abrir o coração:

Levando agora um pouco mais além este assunto de doenças, caímos na conseqüência normal de qualquer enfermidade, que é o pensamento da morte, a idéia do defunto. Não um defunto qualquer, mas o nosso próprio defunto, aquele que vive escondido dentro de nós, que mora com a gente e está esperando a toda hora o seu momento para dar a última palavra. Confesso que essa idéia do defunto não brotou em mim espontaneamente; foi-me sugerida pelo meu primo Pedro Nava, autor de um grande poema já bastante célebre, onde se trata exatamente do tema “defunto” (QUEIROZ, 1994, p. 128).

O uso dos termos “agora”, “caímos” e “nosso” cria um efeito de aproximação entre o *eu* que fala e o *tu* a quem o texto se refere. A recorrência à memória, “aquele que vive escondido dentro de nós”, e a expressão “a gente”, uma marca da oralidade, também colaboram para que a subjetividade esteja presente nesse contexto. Há uma tentativa de provocar comoção.

O que se percebe, a partir de então, é que o eu do cronista estabelece, sem ressalvas, um clima confessional junto aos seus leitores. Falar sobre a própria morte não é algo costumeiro ou um assunto que se trata com qualquer pessoa. Por isso, quando o enunciador resolve comentar sobre uma

questão tão pessoal, trazendo à conversa até o “primo Pedro Nava”, firma-se a relação proximal que essa crônica apresenta em seu enredo.

Sobre essa aproximação que o enunciador racheliano impõe ao texto, é preciso considerar que se trata de um eu que tem a preocupação com o processo, com o momento em que o cotidiano em si provoca esse ajuntamento. Ao expor preocupações tão pessoais, a sujeitos que se encontram do lado de fora de sua escrita e de sua existência, desmonta essa amarração, selando os laços que os unem em um mesmo contexto.

Sob essa perspectiva, o eu da crônica “Bilhete ao meu leitor de domingo” eleva a narrativa de Rachel de Queiroz a uma atmosfera perfeita para a intersecção entre o enunciador protagonista e o leitor amigo. E o que disse Walter Benjamin, em “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1987), acaba por representar o que se imprime no texto:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1987, p. 205).

Não há, puramente, a exposição do fato narrado. Transformando a sua crônica no espaço perfeito para a interação com o “estranho” do outro lado da página, o enunciador se abre e cria um vínculo que, na maioria das vezes, embriaga o leitor, tornando-o cúmplice dos seus dizeres. A partir de então, passa a trocar experiências e informações com quem quer estabelecer (ou apenas reconhecer) um relacionamento próximo, capaz de alicerçar um enredo, apenas, ou toda uma escritura.

A crônica segue seu rumo, apresentando explicações e conjecturas a respeito da morte e dos defuntos, assunto que permite ao enunciador se aproximar mais ainda do seu leitor dominical. Por meio de minúcias, de suposições e de hipóteses pouco plausíveis, determina o ritmo de seu texto, promovendo os seus leitores a cúmplices de suas arrumações discursivas.

Quando surge a primeira pessoa do plural, o enunciador coloca a si mesmo e ao seu enunciatário num âmbito de igualdade, fazendo parecer, mesmo

que à revelia deste, tratar-se de uma condição igual para ambos. A partir de então, a atmosfera do texto gira em torno de uma confluência de ações que competem, agora, à autora e ao leitor implícitos:

O fato é que desde a hora em que nascemos já carregamos o nosso defunto conosco. [...] Comemos para engordar o defunto. Fazemos ginástica para que os músculos do defunto fiquem fortes. Dormimos para que o defunto repouse. E quando, de acordo com as tendências do sexo a que pertencemos, nos embelezamos – umas frisando os cabelos ou pintando o rosto, outros indo à manicura ou barbeando-se – o que fazemos, na realidade, é cachear o defunto, é pintar ou rapar a cara do defunto, porque tudo – corpo, rosto, membros e pele – tudo é dele, tudo é ele (QUEIROZ, 1994, p. 128).

Diante da forma como o eu do cronista conduz a narrativa, usando, a todo tempo, a primeira pessoa do plural, tentando persuadir o enunciatário a acreditar no que ele diz, pode-se confirmar o que Richard Sennett afirmou em sua obra máxima, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (1998): a intimidade está centrada nas expectativas das relações humanas, em cada experiência que se vive em contato com o outro, pois a própria vida se encarrega de estabelecer certas aproximações.

O que se faz na crônica descrita, nada mais é do que se permitir viver um relacionamento amigável. Amizades fraternais foram o alicerce de toda a essência da escritora, tanto em relação a sua personalidade, quanto a sua trajetória. Por isso, permitir esse envolvimento, até mesmo em seus textos, torna-se algo natural em sua conduta.

Apesar de passar grande parte de sua vida alegando que escrevia apenas para se sustentar, sem grandes preocupações líricas, com uma escrita objetiva e certa, coloca-se frente a frente com aqueles com os quais determina proximidade e, mais que isso, cumplicidade.

Se as experiências íntimas não mais dizem respeito, apenas, ao domínio do erotismo e da sexualidade, é preciso estender essa questão a todos os comportamentos humanos, aos movimentos das mulheres e dos homens nas mais diversas relações sociais, até mesmo na efêmera ligação entre um escritor e seus leitores.

E tudo isso, certamente, cabe na crônica, gênero próprio do cotidiano, apropriado para expor a natureza passageira das relações íntimas na contemporaneidade.

Para concluir o texto, depois de tantas suposições a respeito do defunto, detentor, segundo o enunciador, de todos os direitos sobre os sujeitos vivos desta terra, volta-se ao problema inicial, àquilo que o levou a se justificar perante a sua plateia de domingo, o fato de não conseguir escrever em decorrência de uma gripe:

Verifico novamente o termômetro: com um pouco de boa vontade pode-se dizer que a coluna de mercúrio está nos 38 e meio. Até domingo que vem, leitor. Desculpe-me, mas o defunto quando tem febre gosta de se deitar.
Cordialmente, sua velha amiga (QUEIROZ, 1994, p. 130).

Buscando, mais uma vez, explicar-se em função da falta da crônica dominical, num clima de proximidade, representado pelo uso do termo “sua”, o *tu* a quem se refere, o enunciador racheliano encontra consolo no fato de a temperatura ter subido um pouco, mesmo que, somente, meio grau. Para ele, talvez seja esse um reforço, capaz de salvaguardá-lo diante daqueles que tanto considera e com os quais não se permite falhar.

Desse modo, diante de todas as expectativas e das possibilidades das relações humanas, firma-se a intimidade no relacionamento autor/leitor, que permite um envolvimento e o encontro de certas circunstâncias imediatas da vida que, por vezes, tornam-se parte dominante e propiciadora das ligações entre os seres.

Mesmo que seja por causa de uma gripe e a ausência da crônica domingueira, o vínculo pessoal é reforçado, permitindo que o eu do cronista se explique e se faça entender a partir de uma perspectiva que tem como único intuito possibilitar o entrosamento entre os maiores interessados nessa situação: a cronista e os seus seguidores dominicais. A imagem criada de um narrador adoentado, impedido de realizar suas atividades corriqueiras, produz um efeito de afinidade, em que a única saída do leitor é conformar-se com a falta da crônica e “torcer” pela melhora do autor. A relação apontada no texto torna-se intensa, visceral.

Com a expressão final, “velha amiga”, o enunciador despede-se, fechando um ciclo de conexão. Após deixar evidentes os seus sentimentos, as

agruras por que está passando e a emoção que está sentindo, naquele momento, por estar fragilizada diante da debilidade de sua saúde, encerra uma conversa íntima, típica daquelas que só são estabelecidas com pessoas próximas.

Em seu livro *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (1993), Anthony Giddens afirma que a intimidade implica na revelação de emoções, que são expostas pelo indivíduo diante de determinado público. E essa exibição tem a capacidade de estabelecer a criação de vínculos entre o que diz respeito ao privado, mas, diante do senso comum.

É a “democratização do domínio interpessoal”, que surge como uma consequência das circunstâncias que envolvem os relacionamentos. Ocorrência essa, que invade a crônica analisada, pronta a instituir e a oficializar o vínculo incondicional entre o eu do cronista e os seus leitores.

E a própria autora esclarece que vive à procura de uma linguagem que se aproxime, o mais possível, da oralidade. Naturalmente, no que essas marcas têm de mais original e espontâneo. A saber, a capacidade natural de estabelecer um atrelamento entre ela, seus leitores habituais e os que ainda virão.

Reforçando esse efeito, dirige-se, diretamente, ao leitor, reafirmando o relacionamento pessoal existente entre eles, buscando, conforme Zigmunt Bauman (2001), numa “sociedade líquida moderna”, “relacionamentos duradouros”, que sejam capazes de se perpetuar e de ultrapassar as simples páginas de uma crônica, por meio de ligações que consigam esgueirar-se da vulnerabilidade dos vínculos pessoais contemporâneos.

Num texto extremamente patêmico, em que as *performances* acontecem no “mundo dos afetos”, esses efeitos agrupam razões e emoções e fazem parte de estratégias de sedução e de persuasão, em que temas como a cumplicidade, a compaixão e a compreensão criam discursos carregados de subjetividades, ou seja, de emoções, sistemas de valores capazes de unir aqueles que se encontram em seu entorno.

4.1.2 “O Nosso Humilde Ofício de Escrever” (Maio de 1995)

Uma palavra escrita é semelhante a uma pérola (Johann Goethe).

Se já no início de sua escrita cronística, Rachel de Queiroz demonstrava certa proximidade de seus leitores, sentindo-se à vontade para dialogar com aqueles que julgava parte de sua escritura, conforme os anos foram passando e esse convívio foi se estreitando, também os seus textos atingiram novas dimensões no que diz respeito à relação autor/leitor.

Ao apresentar, em suas crônicas, aspectos do cotidiano de sua vivência pessoal, visitando desde os sentimentos mais íntimos àqueles de ordem coletiva, estendendo-se, ainda, a assuntos políticos e sociais, a cronista se debruça sobre temáticas que, além de representarem suas incursões particulares, transformam-se em elementos possíveis de análise e de questionamento por parte daqueles que a acompanham em sua investida literária.

Em *Falso mar, falso mundo* (2002), último livro de crônicas publicado por Rachel de Queiroz, agrupamento de textos produzidos entre 1993 e 2000, mais uma vez os leitores rachelianos são colocados, frente a frente, com uma afluência de textos carregados das impressões de uma mulher perplexa diante de todas as transformações, diante do progresso e das degradações sofridas pelo mundo e pela sociedade ao longo do século XX.

Atenta observadora da realidade que a cerca, nada lhe passa despercebido e, com sinceridade, retrata, nessa coletânea de crônicas, sua visão sobre o cotidiano e sobre o atordoamento em que se encontra o homem, personagem que vive totalmente à mercê das transformações do mundo e de seus próprios devaneios.

Mais que isso, o que se encontra nessa obra são linhas embebidas da sabedoria dos noventa anos já vividos pela autora, que estabelece, sem sombra de dúvidas, uma interlocução mais que particular, daquelas que só se realiza com pessoas muito íntimas, capazes de refletir e de entender o alívio de Rachel de Queiroz ao dialogar com aqueles com os quais “conversou” durante tantas e tantas páginas ao longo de sua produção literária, especialmente, nas crônicas.

Em “O nosso humilde ofício de escrever”, crônica escrita em 22 de maio de 1995, já no início do texto, apesar da presença de um artigo indefinido, há a

percepção de que se trata de um colóquio entre próximos, entre pessoas que agem com naturalidade ao indagar o outro sobre questões reservadas.

E isso acontece, porque “a moça” é o assunto do texto. O enunciador dirige-se, diretamente, a um “ele”, por meio do pronome “lhe”. E ainda usa uma marca da oralidade, “a gente”, para reforçar essa aproximação.

Uma moça escritora pede que eu lhe explique como se faz um romance. Se a gente planeja tudo sistematicamente – o enredo, seus desenvolvimentos, os personagens, a inspiração sociológica ou ‘social’, romântica, histórica etc. E se escreve à mão, à máquina ou em computador (QUEIROZ, 2002, p. 71).

A jovem escritora pede para a autora que revele situações um tanto quanto particulares. No caso, como ela se porta frente ao ato de escrever: suas técnicas, suas manias e suas inspirações.

E é por meio da crônica que elas estabelecem um diálogo aberto, em que, prontamente, o eu do cronista responde às indagações da leitora/escritora, sem receios ou ressalvas:

Bem, acho que todo romancista tem o seu processo especial de criar. Émile Zola, por exemplo, planejou a série dos Rougon Macquart – era a saga de uma família francesa, origem humilde, e suas lutas para conseguir poder e riqueza. Já outros, como por exemplo Dostoievski, parece não planejavam nada, deixavam explodir aquele imenso coração torturado. Mas nós, modestos escribas do terceiro Mundo, não temos, eu creio, essas audácias criativas. E muito menos eu, que só faço os meus livrinhos quando eles querem sair. Ficam emitindo sinais, incomodando, e então sinto que está na hora de trabalhar (QUEIROZ, 2002, p. 71).

Outro escritor poderia dar uma resposta a essa pergunta com o mesmo conteúdo e forma como ela se inscreveu, sem criar um efeito de aproximação e de intimidade. No entanto, o que acontece é o contrário. Ao iniciar a resposta com a palavra “Bem”, uma marca da oralidade, ao usar a figura de linguagem “aquele coração torturado” e imprimir no texto uma postura de inferioridade, criando o *ethos* de autor modesto, que não tem “audácias criativas”, há uma tentativa do enunciador de colocar-se em um mesmo patamar que o leitor, na iminência de uma aproximação.

Há, nesse contexto, a transformação de algo íntimo, uma informação de caráter particular, em um texto público. A crônica transcrita não constitui, meramente, uma resposta à carta da leitora. A partir do momento que é publicada, no jornal, e, posteriormente, em um livro, torna-se pública; em outras palavras, essa suposta intimidade é publicizada, o que revela a despreocupação da cronista em manter segredo sobre suas prováveis “fórmulas literárias”. Além da curiosa leitora, muitos outros conhecerão os meios de produção da autora.

Ao começar a falar com a jovem escritora, o enunciador se abre em meio a uma posição de humildade, comentando sobre autores consagrados, uns com técnicas e preocupações literárias, outros nem tanto, mas, particularmente, expondo a sua limitação diante da façanha de se iniciar uma escritura. Ao comparar a forma como alguns grandes romancistas escrevem com a sua simplicidade, não sente temor e, tampouco, fica acuado. Ao contrário, como se estivesse batendo um papo com alguém do seu círculo pessoal, fala de suas restrições e da prosaica forma como inicia uma escrita, inculcando ao seu texto uma atmosfera de cumplicidade.

A pesquisadora Margarida de Souza Neves, em seu ensaio “História da crônica. Crônica da história” (1995), diz o seguinte a respeito desse tipo de conexão:

Ao chamar o leitor e propor-lhe a confiança, ao adúlá-lo; ao reconhecer que se expõe ao expor seus sentimentos e opiniões no comentário pessoal e subjetivo; ao atribuir-lhe o poder de acolher ou não a sua leitura “da matéria da vida”, o cronista sabe que faz recurso a um recurso retórico pois, se estabelecer esta cumplicidade com o leitor, este certamente não “fechou-lhe a porta” e já o tem “sentado em sua mesa”, ou não saberia, pelo próprio cronista, que é quem “lhe fala de si” num diálogo de mão única, que este lhe concede a possibilidade de deixá-lo “a arrancar” desanimadamente a bandurra” (NEVES, In: RESENDE, 1995, p. 29).

Com essas palavras, a historiadora confirma o que, aqui, se quer esclarecer a respeito do eu do cronista de “O nosso humilde ofício de escrever”. Ao responder aos questionamentos da “moça escritora”, o faz de uma forma tão natural, que imprime as suas linhas certo ar confessional. Essa naturalidade torna-se evidente, em função da escolha dos recursos discursivos: as marcas da oralidade, a linguagem figurativa e, principalmente, a presença do *ethos*, que evidencia o caráter

confiável do autor diante do *pathos*, o leitor que se tenta persuadir por meio dos sentimentos e das emoções.

Mesmo se expondo de maneira irrestrita, não há constrangimentos, tampouco embaraços. E a intimidade que toma conta da crônica acontece dentro de uma configuração que permeia a espontaneidade, possibilitando que a interpelação feita ao leitor leve-o a acreditar que ocupa certo espaço dentro da vida do escritor. Portanto, um questionamento como esse se torna uma probabilidade.

E, talvez, seja mesmo isso que tenha levado a jovem escritora a se sentir na liberdade de indagar a respeito das formas da escritura de Rachel de Queiroz. Esse vínculo a que a autora incentiva seu público, essa ligação que proporciona a sensação de proximidade tornam-se, seguramente, facilitadores desse acesso, permitindo que a companheira da arte das palavras sintam-se seguras e incentivadas a tentar uma troca de confidências profissionais. São os efeitos do trabalho do enunciador, que coloca em discurso um *eu* que dialoga com um *tu* num contexto de proximidade. Se a resposta fosse dada numa atmosfera de distanciamento, de objetividade, esse texto se aproximaria de um texto científico, por exemplo.

Muito além de um contato informal, essa aproximação propicia a escrita da referida crônica, como se a mesma fosse uma conversa particular, vivenciada apenas pelos envolvidos no assunto e não por qualquer um que decida se aventurar nas linhas rachelianas.

Perante essa comprovação, considerando a solidificação dos laços existentes entre a leitora/escritora e o enunciador, pode-se chegar à conclusão, conforme as ideias de Zygmunt Bauman (2004) de que, mesmo diante do esfacelamento dos vínculos humanos, há uma relação afetuosa entre ambos, que é contraída pelo *ethos* e pelo *pathos*, por meio de um discurso que convence em função do caráter que apresenta. Um amor fraternal, que permite um vínculo sem restrições, envolvendo dois seres necessitados e/ou acessíveis ao contato pessoal, mesmo que esse aconteça de forma indireta.

Portanto, pode-se deduzir, a partir das revelações quanto as suas “restrições narrativas”, que acontecem sem nenhum acanhamento ou desconforto, que há satisfação nessa atitude, um contentamento que não pode ser atingido no âmbito individual, mas que precisa da proximidade e da cumplicidade do outro para

que aconteça. Com humildade, com coragem e com desenvoltura, o enunciador segue escancarando as graças e os infortúnios nos caminhos da sua produção:

Na verdade sempre comparo a concepção de um livro à concepção de um filho. Sim, a uma gravidez. Quando você vê, o livro já está dentro, vivo e mexendo, bulindo com a sua cabeça, ocupando a cada dia espaço maior, fazendo você levantar de noite para tomar nota de uma frase – um pedaço de diálogo, o rascunho de um conflito. Daí, a sua idéia inicial vai se desenvolvendo, o tema se desdobrando, suscitando situações novas, personagens novos, que às vezes surgem de repente, inesperados; pode ser até num virar de esquina ou num bate-papo de bar. O fio vai se desenrolando do novelo, se embaraça e se desdobra, muda de cor e consistência, até adquirir uma identidade, personalidade, ou, digamos, uma feição própria. De certo tempo em diante você não governa mais a história, são os personagens que mandam (QUEIROZ, 2002, p. 71-72).

O pronome demonstrativo “você”, mais uma marca da oralidade utilizada na crônica, transporta a linguagem do texto para o nível coloquial, como aquele que se dá numa conversa entre pessoas íntimas. E as figuras criadas, “bate-papo de bar”, “O fio vai se desenrolando do novelo”, “muda de cor e consistência”, etc., também são usadas pelo enunciador para fazer seu enunciatário crer naquilo que ele diz, isto é, para determinar certa afinidade entre os dois.

Como é próprio da crônica, Rachel de Queiroz segue falando do seu dia a dia, especificamente, do seu papel enquanto escritora. A sua “história comum” torna-se o foco de sua escrita, passível de registro e de representação. Sendo um gênero sensível, que parte da transfiguração do corriqueiro, acentua-se como um meio mais humanizador, pois oferece um espaço discursivo para o leitor e para o escritor em que há a possibilidade da construção (e da reconstrução) do passado, do presente e do futuro, colocando as experiências cotidianas no centro das ações e das reflexões.

A escritora constrói uma subjetividade, apontando como primeiro assunto do texto o seu próprio ofício. Atendendo ao pedido da jovem escritora, o eu do cronista encontra o caminho para estabelecer uma ligação mais imediata e emotiva. Não há como negar que há, nesse contexto, uma troca de informações pessoais que, em condições de regularidade, não seriam expostas, nem mesmo publicadas, por se tratar de uma confissão particular, envolvendo, ainda, questões profissionais.

Por um lado, a modernidade leva o sujeito à individualidade, estimulando as diferenças, as escolhas particulares e certas privacidades. Por outro, esse individualismo acaba sendo desbancado “por um tipo de comunitarismo”, conforme Marlise Matos (2000), que leva esse mesmo sujeito a criar um sistema relacional inclusivista, em que as individualidades atuam como complementos, capazes de agregar e de estimular os vínculos.

As parcerias que surgem com essas ligações são próprias das escolhas individuais, aquelas que são constituídas livremente, por meio de uma opção que, comumente, é fiel aos valores e às práticas daqueles que se permitem envolver e trocar experiências, por mais pessoais que elas sejam. Isso porque, na maioria das vezes, a vida em comunidade é o resultado de uma escolha particular.

Ao considerar a disposição do enunciador da crônica de Rachel de Queiroz, no tocante à possibilidade de uma conexão iminente com a curiosa escritora, pode-se afirmar que essa condescendência é necessária, pois, nessas condições de aproximação, em que a moeda de troca é o envolvimento, “uma das regras mais centrais de convivência é a própria intimidade, a valorização das trocas nos relacionamentos íntimos e em confiança” (MATOS, 2000, p. 193).

Logo, não haveria outra forma de aproximação, se não por meio da abertura do enunciador, que consente a si mesmo o envolvimento, considerando o seu enunciatário uma pessoa confiável e proba, capaz de “ouvir” as suas declarações, num clima de intimidade, revelando até mesmo as informações mais pessoais a respeito de sua escritura, sem qualquer receio ou preocupação:

Não entrei na era do computador, convivi com um, na casa de um amigo em Paris, que tinha um computador emprestado. Me deixei tentar, voltei, juntei o dinheiro necessário para comprar o meu micro, mas, na véspera do pagamento, a ministra Zélia me tomou a poupança; teimei, tinha uns dólares que sobraram da viagem, dava para pagar. Aí chegou o assaltante aqui em casa e carregou os dólares, junto com outras coisas. Fiquei abalada, ia desistindo, quando me telefonou um querido amigo de Minas dizendo que arranjara um contrabandista que trazia computadores do Paraguai. Encomendamos os nossos. E, daí a uma semana, o amigo telefona de novo, dizendo que o contrabandista tinha sido preso junto com os computadores. Era evidente que Deus não queria que eu possuísse computador! Ademais, minhas retinas não se davam bem com a telinha de luz tremelicante da máquina. Fiquei pois com a minha pequena Olivetti elétrica, que aliás já são duas, ambas ganhas de presente. Quando vou ao ceará, já que a voltagem daqui é 110 e de lá 220, uso a máquina do meu primo Jorge Barreira, um luxo! Nela foi batida grande parte da *Maria Moura* (QUEIROZ, 2002, p. 73).

Como se pode observar, no trecho transcrito da crônica “O nosso humilde ofício de escrever”, há uma entrega absoluta por parte do eu do cronista. Sem reservas, fala da sua relação com o computador (ou da falta desse aparato da modernidade em sua vida), comenta sobre a sua propensão ao contrabando (diante da possibilidade da compra de um computador mais barato), reflete perante a sua tristeza (em função de um assalto em sua casa, em que suas máquinas de escrever são levadas) e, por fim, explicita como escreveu parte da obra *Memorial de Maria Moura* (1992).

O uso do pronome “me”, no início do período, uma constante na linguagem coloquial, a palavra “Aí”, uma marca da oralidade e o advérbio “aqui”, indicador de um espaço que aproxima, são outros recursos discursivos utilizados na crônica que servem aos apelos do enunciador como uma forma de fortalecer a ligação existente entre ele e o leitor.

Não há entraves na “conversa” que se realiza. A impressão que fica é que o enunciador permite tal aproximação, como se fosse, realmente, íntimo da moça escritora e, além disso, demonstrando confiança em todos quantos leem seus textos. Ao estabelecer esse relacionamento, mesmo por meio de uma fala de mão única, torna-se vulnerável a sua própria criação, expondo-se, inteiro, perante a sua inquiridora e o público leitor. O *ethos*, o caráter, ou seja, a imagem de si que o enunciador racheliano cria, ao longo da crônica, viabilizam e asseguram a interação e a proximidade que se presencia em todo o texto.

Diante da teia relacional que se forma em torno de sua escritura, aquela que, antes, era considerada autora e agente da própria produção, confunde-se com o enredo produzido, transformando-se na essência de sua própria obra, totalmente passiva perante a própria existência e os laços que são estabelecidos ao longo de suas revelações.

A literatura, em sua plenitude e excelência, permite que os acontecimentos, as situações e os fatos do cotidiano sejam representados. Nessa crônica, o que se configura é uma forma de a autora exprimir seus pensamentos, suas sensações, seus sentimentos e certas particularidades a respeito de seu próprio ofício, a fim de proporcionar uma reflexão acerca de determinada ação humana, no afã de promover uma interação social, isto é, uma aproximação muito perto do presencial. Tudo isso, porque “a literatura, como toda arte, é uma

transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua [...]” (COUTINHO, 1978, p. 9).

Quando se trata da crônica, então, gênero que se presta à representação da realidade, debaixo de certa subjetividade do escritor e atrelado a um determinado nível de criticidade, qualquer assunto, de interesse particular ou coletivo, ganha notoriedade, tornando-se alvo de interesse e de sondagem, proporcionando a criação (e a representação, como é o caso) dos enredos da vida, pautados no que o cotidiano tem de mais corriqueiro, no entanto, essencial para a construção da(s) história(s) de cada dia e de cada um:

A vida cotidiana é aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias: é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã, fumar o cigarro, almoçar, jantar, tomar a cerveja, a pinga ou o vinho, ver televisão, praticar um esporte de sempre, ler o jornal, sair para um “papo” de sempre, etc (NETTO e CARVALHO, 2000, p. 23).

Para Rachel de Queiroz, escrever faz parte do cotidiano. Ela produz literatura, mesmo que não declare paixão pela mesma. E a crônica, molda-se, perfeitamente, aos anseios da escritora que, em “O nosso humilde ofício de escrever”, assume um tom de cumplicidade para se colocar muito, muito próxima de seus leitores: “E assim deixo aqui descobertos todos os meus segredos profissionais, tão sem importância e rotineiros quanto a obra e a autora que tentava se ocultar atrás deles” (QUEIROZ, 2002, p. 73).

Tentando amenizar a seriedade das informações que revela à moça, o enunciador encerra a crônica caracterizando-as como algo “sem importância”. Talvez, para não ofender ou chatear outros escritores ao tratar de constatações tão relevantes como algo ínfimo, sem muita autoridade. Quiçá, para reforçar a intensidade da aproximação que é estabelecida.

A grande questão, no entanto, encontra-se no fato de a autora não se resguardar, de forma alguma, ao responder ao questionamento da moça em relação a sua escritura.

Compondo uma atmosfera de afinidade, onde se mostra à vontade para falar a respeito de cada detalhe sobre seus enredos, seus desenvolvimentos, suas personagens, sua escrita, enfim, a cronista Rachel de Queiroz coloca-se em

meio à multiplicidade de formas e de sentidos presentes nos vínculos humanos, mostrando-se aberta a toda forma de relacionamento.

Demonstrando consideração por sua leitora, num espaço de aproximação, recheado de confidências, daquelas que só se faz a pessoas com as quais se tem certa intimidade, a escritora reverencia a quem, deveras, assegura interesse em toda a sua produção e com o qual faz questão de se relacionar: o ser humano.

Na realidade, o que eu gosto é da vida, são das pessoas. [...] O que me interessa é o animal humano: suas contradições, perversidades, paixões e afetividades. [...] A criatura humana me fascina muito e me comove. Quando escrevo, tenho o ser humano como objeto da minha narrativa. Nunca descrevi uma paisagem senão em função de uma ação humana. A paisagem em si me deixa fria, não me empolga. Eu posso, por exemplo, ver a paisagem mais bonita do mundo, se tiver um pedacinho de muro derrubado, o menor sinal da presença humana ali, eu vou parar e cutucar a terra, a pedra, o tijolo, a ruína e deixo tudo de lado para contemplar aquele vestígio humano. O resto fica pequeno diante daquele vestígio: o céu, o mar, as estrelas. Nunca fui de fazer turismo para ver paisagem. Eu tenho paixão é pelo ser humano (QUEIROZ In: NERY, 2002, p. 82-83).

Assim, encerrando uma “conversa” que não se sabe ao certo em que momento e como começou, o eu do cronista reforça o que, de início, já se percebe na crônica “O nosso humilde ofício de escrever”: a efetivação de uma proximidade entre o enunciador e o enunciatário, estabelecida por meio de um texto destinado ao círculo público, mas, de caráter privativo.

E, se no começo desse “bate-papo” a inquiridora é apresentada por meio de um artigo indefinido, ao final do texto, além de a mesma saber muitas particularidades a respeito de como esse enunciador produz as suas narrativas, confirma-se a ligação estabelecida ao longo da crônica. Afinal, “todos” os segredos profissionais (e até mesmo algumas questões particulares) são revelados. E isso, certamente, só acontece entre indivíduos que permitem, a si mesmos, a experiência dos vínculos pessoais.

4.2 COM A FAMÍLIA: NATURALIDADE E PROFUNDIDADE NOS RELACIONAMENTOS

Famílias, a natureza as faz, mas a gente as arruma ou organiza. A minha era meio atrapalhada: irmãos que eram tios, sobrinhos que eram primos etc. etc. (QUEIROZ, 2004b, p. 267).

Rachel de Queiroz não foi a escritora que mais concedeu entrevistas ao longo da vida. No entanto, em quase todos os seus encontros com a imprensa, a infância, os pais e a família estiveram presentes, representando a origem de tudo, reforçando a lógica e a constituição de toda uma vida.

Em uma entrevista concedida a Maria Cláudia Bonfim, em 05 de junho de 1986, na Academia Brasileira de Letras, quando questionada a respeito da influência da família em sua carreira literária, Rachel disse o seguinte: “[...] menino criado em casa de intelectual, ou é intelectual também, ou é cretino [...]”.

Em meio a uma resposta um tanto amarga e, particularmente, irônica, condições típicas de Rachel na fase da vida em que se encontrava, a autora confirma as fortes influências recebidas da família ao incitar nela o gosto pela leitura, pelos estudos e pela escrita.

Eu me criei assim, numa casa onde tudo se conversava. Tive sorte de nascer neste ambiente propício à atividade intelectual. Todos respondiam às minhas perguntas, tinha uma biblioteca à disposição e tudo contribuiu para eu expandir as minhas afinidades literárias. A gente pegava um livro na estante e lia (QUEIROZ In: NERY, 2002, p. 38-39).

Eis o contexto de produção de Rachel de Queiroz. Seus textos, produtos de uma atividade humana, veiculam uma mensagem linguisticamente organizada e se articulam às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos. Nascida em uma família de intelectuais e criada em meio aos livros, a escrita acabou se tornando uma decorrência natural.

O pai de Rachel estudou Direito, era juiz. Mas, não gostava da profissão. Gostava, sim, era de Literatura e de História, por isso, lia muito. O que lhe dava prazer, mesmo, era ser fazendeiro. Enfrentou sérios problemas com a seca, quando a filha ilustre ainda era pequena. Teve de desistir da vida no campo por alguns anos, entretanto, nunca abandonou a ideia de viver em meio à natureza, sem

esse negócio de julgar e de acusar as pessoas. Era um homem sensível, que acabou seus dias na *Fazenda Junco*, perto do município de Quixadá (Ceará), onde conseguiu viver ao lado de um grande pomar, muita sombra e uma variedade imensa de plantas.

A mãe, maior incentivadora das Letras, era mais exigente. Vivia apenas para ler. Era uma intelectual refinada, daquelas que liam livros franceses, que assinavam revistas, que conheciam e dominavam todo e qualquer assunto pertinente ao mundo que a cercava. Quando morreu, deixou uma biblioteca de quase cinco mil exemplares na *Fazenda Junco*. Era ela quem colocava os livros nas mãos de Rachel de Queiroz. A maior influência literária recebida pela escritora veio da mãe.

Fora o pai e a mãe, os avós, os irmãos, os primos, os tios, os sobrinhos, os “netos” e toda a parentela, inclusive ancestrais sublimes, como José de Alencar, a seu modo e em seu tempo, todos incutiram em Rachel o apego pela família e a condição natural de afinidade, de proximidade.

Em uma das entrevistas concedidas a Hermes Rodrigues Nery (2002), quando questionada sobre sua experiência pessoal, nitidamente ligada a sua linhagem, e que acaba sendo transposta para a sua produção, especialmente nas crônicas, espaço em que a escritora abordou, de forma marcante, suas lembranças, suas opiniões, seus afetos e suas indignações, Rachel de Queiroz afirmou o seguinte:

É. Sou muito ligada à família. É uma experiência afetiva importante. Você precisa ter um eixo. Eu sou provinciana. Sou sertaneja. A família é mesmo muito importante para mim. Aqui no Rio, meus netos todos são ligadíssimos a mim. Conto com eles para tudo e eles também sabem que podem contar comigo. Estamos sempre juntos. [...] É assim: somos muito ligados, compartilhamos as coisas. Acho que a família deve ter essa disposição de compartilhar, de participar, de todos tentarem se ajudar e se amparar. [...] Neste ponto não posso me queixar. Tive uma formação familiar muito sólida (QUEIROZ In: NERY, 2002, p. 45).

Para a autora, a relação familiar sempre esteve acima de tudo. Sua vida privada era pautada na afetividade e no convívio. Nos anos sessenta, quando se apregoava a morte da família, que era considerada, naquela época, uma instituição falida, sua postura permaneceu a mesma. A resistência social era contra um tipo de estrutura familiar autoritária, repressiva e formal, em que o pai tinha um

peso muito grande sobre os membros do grupo familiar e os filhos, mesmo depois de casados, continuavam dependentes da figura patriarcal, inclusive economicamente.

No entanto, nem todas as famílias eram assim. E, conforme a própria escritora afirmava, sua experiência familiar sempre foi muito gratificante e fortalecedora. E, acima de tudo, norteadora de sua conduta pessoal.

Em se tratando do relacionamento humano, complexo por natureza, apesar das mudanças nesse tipo de interação, o que se pode observar, em muitos dos textos cronísticos rachelianos, é que a família é um alicerce indispensável, capaz de nortear os fatos e, até mesmo, prescrever toda uma escritura.

Para uma mulher ligada às raízes, mesmo diante de uma nova constituição familiar, prescindir da família seria o mesmo que abdicar de toda uma essência.

4.2.1 “A Arte de ser Avó” (Agosto de 1958)

A família é como a varíola: a gente tem quando criança e fica marcado para o resto da vida (Jean-Paul Sartre).

No livro *Mapinguari*, publicado em 1989, Rachel de Queiroz reúne crônicas selecionadas de dois outros volumes anteriores: *O brasileiro perplexo* (1963) e *As meninas* (1976). Como em todos os outros exemplares de crônica editados pela autora, o título da obra é sempre o nome de uma das crônicas apresentadas na edição.

Por que *Mapinguari*? *Mapinguari* é uma lenda amazônica que fala de um bicho que se deleitava com a carne e com o sangue humanos. Um conto fantasioso que povoou a infância da escritora, o qual fora reproduzido por ela, nas páginas de um texto cronístico.

Assim, na crônica que intitula o referido livro, tem-se uma mistura de ficção e de realidade, como na própria vida da cronista, que soube capturar a essência dos fatos, vivê-los, reinventá-los (ou simplesmente reproduzi-los), sobrepujando toda e qualquer noção de tempo, apresentando, nessa coletânea, crônicas que colocam o leitor racheliano mais próximo da autora, dos seus enredos familiares cotidianos e de sua privacidade.

São crônicas tomadas pela humanidade, em que os laços afetivos são representados de forma exemplar, principalmente no tocante à família: nessas páginas marcadas pelas circunstâncias da vida, a cronista reforça a proximidade de seus leitores que, a essa altura, já não podem mais seguir o caminho da indiferença diante de tantas revelações e de tamanha intimidade. Ao expor fatos e circunstâncias que dizem respeito ao convívio familiar, a uma dependência e necessidade dos entes queridos, Rachel escancara outra faceta de sua vida privada.

O cronista é o responsável por resgatar e por transportar a trivialidade para o papel. Mas, nas mãos de Rachel de Queiroz, essa trivialidade acaba se convertendo em essencialidade e substrato para a sua escrita.

Na crônica “A arte de ser avó”, texto escrito em julho de 1958 e escolhido para evidenciar o cerne de *Mapinguari* (1989), é possível afirmar que o enunciador racheliano dá aos seus leitores a possibilidade de uma imersão em seu mundo, pois fala de um assunto do senso comum, o nascimento de um neto, como algo muito particular, vivido intensamente no seu espaço privado.

Para isso, traz o assunto à tona fazendo questão de torná-lo público, notificando o universo que o circunda sobre a dádiva divina de ser avó:

Netos são como heranças: você os ganha sem merecer. Sem ter feito nada para isso, de repente lhe caem do céu. É, como dizem os ingleses, um ato de Deus. Sem se passarem as penas do amor, sem os compromissos do matrimônio, sem as dores da maternidade. E não se trata de um filho apenas suposto, como o filho adotado: o neto é realmente o sangue do seu sangue, filho de filho, mais filho que o próprio filho mesmo... (QUEIROZ, 1989, p. 46).

O enunciador inicia a crônica “A arte de ser avó” afirmando que os netos são um presente divino, mais importantes, ainda, que os próprios filhos. Eles são entregues aos avós sem nenhum ônus: não há compromissos anteriores à chegada dos netos, nem sequer preocupações, que são comuns quando se trata dos filhos. Para o eu do cronista, que prontamente se abre ao leitor, um neto é um presente.

Em meio a atuação de um *ethos* de humildade, que viabiliza a percepção da posição discursiva a respeito da presença de um neto, com a apresentação de dados irrefutáveis e argumentos convincentes sobre essa situação, a reação dos sujeitos envolvidos nesse discurso acaba sendo, naturalmente,

positiva. O termo “você”, uma marca da oralidade, também funciona como fator de aproximação, inserindo o leitor implícito a esse contexto.

E a necessidade desse neto é tão grande, que o enunciador declara só ser possível esquecer as agruras da senescência, quando diante do choro de uma criança e do tumulto ocasionado pela presença da mesma. Ante aos muitos caminhos que a vida familiar tem tomado nos últimos tempos, sendo esta, conforme Jürgen Habermas (1984), a instituição original das questões da privacidade, entende-se a premência do eu do cronista em declarar seu desejo de ter um infante ao seu redor. Isso seria uma forma de manter intacta (ou, simplesmente, viva) esta organização que se encontra desestruturada ultimamente: a família.

Meu Deus, para onde foram as suas crianças? Naqueles adultos cheios de problemas, que hoje são os seus filhos, que têm sogro e sogra, cônjuge, emprego, apartamento e prestações, você não encontra de modo nenhum as suas crianças perdidas. São homens e mulheres – não são mais aqueles que você recorda (QUEIROZ, 1989, p. 46).

O uso do termo coloquial, “Meu Deus”, possibilita uma maior proximidade daquilo que o enunciador apresenta como verdade. E o recurso da memória discursiva também facilita a compreensão da necessidade anunciada: os filhos, adultos cheios de problemas, não são mais as crianças de outrora, que preenchiavam a vida de alegria.

O que acontece, no contexto da crônica “A arte de ser avó”, é uma privatização de um evento público, comum nas sociedades modificadas. As mudanças ocorridas na estrutura familiar, partindo da reestruturação dos espaços, onde os ambientes comuns das famílias cederam lugar aos particulares, criaram determinado isolamento. Daí o fato de o eu do cronista admitir que os sujeitos não mais reconhecem seus próprios filhos e desses se afastam. E, além disso, reforçar que também passa por essa situação e precisa desse tipo de proximidade.

Vale dizer que, a única filha de Rachel de Queiroz, Clotilde, fruto do seu primeiro casamento, com o poeta José Auto da Cruz Oliveira, faleceu aos dezoito meses, vítima de septicemia. Os netos a que a escritora se refere, em suas crônicas, Flávio e Daniel, são, na verdade, filhos de sua irmã caçula, Maria Luíza, que fora criada por Rachel e por seu segundo marido, Oyama de Macedo, após a morte da matriarca da família.

Maria Luíza noivou, casou e teve seus dois filhos debaixo da tutela da irmã escritora. Seu marido, Namir, sempre considerou Rachel como sua sogra. Portanto, de acordo com as palavras da autora, foi assim que ela arranhou “uma família igual à dos outros, na devida escala: irmãos, cunhadas, sobrinhos, e, o melhor de tudo, filha, genro e netos” (QUEIROZ, 2004b, p. 270).

Ao longo da vida da cronista, as perdas no âmbito doméstico foram muitas. Entretanto, com os novos rumos que sua vida ia tomando, outras configurações caseiras surgiam. E, de acordo com seus depoimentos, seu maior esteio era, realmente, a família, com a qual ela tinha necessidade de estar e de compartilhar tudo, até mesmo seus anseios e suas frustrações mais íntimas. Se a vida lhe havia privado da presença da filha legítima, seria na “adoção” da irmã caçula e na extensão da família dessa irmã que ela viveria todas as minúcias de uma convivência familiar.

E então, num belo dia, sem que lhe fosse imposta nenhuma das agonias da gestação ou do parto, o doutor lhe põe nos braços um menino. Completamente grátis – nisso é que está a maravilha. Sem dores, sem choro, aquela criancinha da sua raça da qual você morria de saudades, símbolo ou penhor da mocidade perdida. Pois aquela criancinha, longe de ser um estranho, é um menino seu que lhe é “devolvido”. E o espantoso é que todos lhe reconhecem o seu direito sobre ele, ou pelo menos o seu direito de o amar com extravagância; ao contrário causaria escândalo e decepção, se você não o acolhesse imediatamente com todo aquele amor recalcado que há anos se acumulava, desdenhado no coração (QUEIROZ, 1989, p. 46-47).

O diminutivo empregado no vocábulo “criancinha” denota afetividade, um sentimento que é reforçado na presença da memória em relação a um amor, guardado no coração e que fora dos filhos, que agora seria destinado aos netos.

O sociólogo sueco, Göran Therborn, em seu livro *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000* (2011), afirma que os vínculos pessoais podem se tornar distantes ou muito tênues dentro das famílias que permitem a intervenção de estruturas alheias aos seus espaços. Ele ainda acredita que o espaço doméstico só conseguirá sobreviver aos ataques estruturais das sociedades modernizadas, caso seus membros consigam conviver com a diversidade de poderes exercidos sobre essa instituição milenar.

No caso da cronista e de seus netos, aqueles que ela escolheu assim chamar, não há restrições: ela os ama, tem direitos sobre eles e as pessoas em seu entorno reconhecem essas condições e as aceitam. O que ficou perdido (ou guardado) por causa da falta da filha Clotilde, em função do crescimento de Maria Luíza e a morte dos outros irmãos, é proclamado na presença dos netos, seres tão miúdos, mas capazes de absorver toda a sua essência e até a presença do enunciador da crônica, que se revela totalmente dependente desse amor e imune diante das possíveis discordâncias provenientes dessa ligação e frente às consequências que dela resultam.

Em dado momento da crônica, o enunciador defende esse amor entre avó e neto, declarando tratar-se de um sentimento mais nobre que a afeição entre um casal de namorados, por exemplo. Ele afirma que esse tipo de proximidade, efetivamente mais carnal, produz muito mais dissabores que o envolvimento incondicional que se pode estabelecer com os netos. Para esse enunciador, a intimidade que se estabelece com os filhos dos filhos é tão natural quanto imprescindível. Mais que isso, é fundamental, diante do afastamento que se vê erigir nos domínios das famílias contemporâneas.

Além da força efetiva existente nos laços entre avós e netos, o enunciador racheliano fala, na crônica “A arte de ser avó”, sobre a inconstância dos vínculos entre pais e filhos, reforçando a ideia de desestruturação da família a partir do advento da modernidade. A filha é considerada uma rival, pois no triângulo mãe/filho/avó, é a ela que cabe o massacre da rotina, a educação e os castigos. À avó, sobram apenas as delícias de uma educação despreocupada.

Diante de uma sociedade modificada, totalmente reluzente e acessível, à mãe, competem os desafios da orientação e dos cuidados diários, à avó, emulam os encantos das surpresas e da falta de obrigações, porque:

[...] a avó não tem direitos legais, mas oferece a sedução do romance e do imprevisto. Mora em outra casa. Traz presentes. Faz coisas não programadas. Leva a passear, *‘não ralha nunca’*. Deixa lambuzar de pirulito. Não tem a menor pretensão pedagógica. É a confidente das horas de ressentimento, o último recurso dos momentos de opressão, a secreta aliada nas crises de rebeldia. Uma noite passada em sua casa é uma deliciosa fuga à rotina, tem todos os encantos de uma aventura. Lá não há linha divisória entre o proibido e o permitido, antes uma maravilhosa subversão da disciplina. Dormir sem lavar as mãos, recusar a sopa e comer croquetes, tomar café – café! –, mexer no armário da louça, fazer trem com as cadeiras da

sala, destruir revistas, derramar a água do gato, acender e apagar a luz elétrica mil vezes se quiser – e até fingir que está discando o telefone. Riscar a parede com o lápis dizendo que foi sem querer – e ser acreditado! Fazer má-criação aos gritos e em vez de apanhar ir para os braços da avó, e de lá escutar os debates sobre os perigos e os erros da educação moderna... (QUEIROZ, 1989, p. 47-48).

Diante do fato de os sujeitos terem modificado suas atuações dentro do âmbito familiar, onde pais e filhos acabaram se afastando, em função da leviandade dos laços afetivos, Rachel de Queiroz se apropria da crônica, esse veículo próprio das representações das histórias do cotidiano, e constrói uma imagem di si, por meio do texto, para fortalecer o que ela tem com sua família e, principalmente, com seus netos: uma conexão tão natural quanto íntima, além de necessária para a sua afirmação matriarcal. E reforça, do mesmo modo, o que seria a crônica moderna: um testemunho pessoal sobre um fato ocorrido. Circunstancial, mas fundamental para a formação das tramas da vida. No caso, a exposição da própria vida afetiva e familiar da escritora, preterindo todos os outros vínculos existenciais.

Nessa estreita e íntima relação, todas as circunstâncias corroboram para que o prazer seja aguçado. Na crônica em questão, o enunciador celebra a maravilhosa oportunidade que uma avó tem ao passear com seu neto e causar, nas outras avós, o ciúme e aquela inveja sem maldade, pois o próprio neto é sempre o mais bonito, o mais educado e o mais inteligente de todos.

E há, também, o êxtase ao ouvir da boca do infante a palavra “vó”. E mais, a cumplicidade que se evidencia nesse relacionamento. Por mais que possam existir percalços nesse tipo de relacionamento (e eles se instalam, mesmo, nessas situações), todas as ocorrências, até mesmo as mais adversas, colaboram para que os laços afetuosos sejam estimulados e vividos com intensidade.

Eu sou avó. [...] Sou avó e estou curtindo muito ser avó. Eu fiz um poema lindo para o meu neto. Gravei músicas lindas para ele também. Eu canto para ele. Minha casa está cheia. Agora é a minha casa: está cheia. Era aquela casa grande, clara, com planta. Agora está cheia cheia cheia. É uma casa muito alegre: muita gente, muita música, alegria e... muita saudade. [...] tem muita criança pulando, correndo, saltando pra lá e pra cá (apud BARRETO, 1992, p. 131).

Conforme o depoimento, pode-se perceber a relevância desse vínculo. A proximidade entre a avó e o neto pode gerar sentimentos tão profundos

quanto sedutores. Tudo toma proporções inebriantes e prazerosas. Até mesmo os contratemplos ganham uma nova dimensão:

Até as coisas negativas se viram em alegrias quando se intrometem entre avó e neto: o bibelô de estimação que se quebrou porque o menininho – involuntariamente! – bateu com a bola nele. Está quebrado e remendado, mas enriquecido com preciosas recordações: os cacos na mãozinha, os olhos arregalados, o beijo pronto para o choro; e depois o sorriso malandro e aliviado porque ‘ninguém’ se zangou, o culpado foi a bola mesma, não foi, vó? Era um simples boneco que custou caro. Hoje é relíquia: não tem dinheiro que pague... (QUEIROZ, 1989, p. 48).

Neste último parágrafo da crônica “A arte de ser avó”, fica explícita a opinião do eu do cronista no tocante ao sentimento das avós por seus netos. Retratando um fato particular, o enunciador encerra esse texto revelando toda a sua ternura por esses seres que, sem a menor pretensão, impõem sua presença e enchem seus familiares de um novo fôlego de vida. De tal modo, permitem que, pelo menos no deleite de sua companhia, eles se esqueçam das restrições, das perdas e das sublimações a que são submetidos quando se deparam com as novas constituições familiares e todas as suas implicações.

E, se ainda resta alguma dúvida a respeito do amor do eu do cronista por seus netos e sobre o sentimento de prazer diante da importância dessas pequenas criaturas, talvez, um excerto de uma das crônicas da autora, escrita para um de seus netos, possa clarificar essa impressão:

Ele não chegou “como um ladrão à noite” como na frase da Escritura. Veio mesmo de dia e se não a ferro e a fogo, pelo menos entre ferro e fumaças de protóxido de azoto. Causou a princípio dor, apreensão, grande medo, e no fim muita alegria. Por que tanta alegria, não sei aliás. [...] (QUEIROZ, 2004b, p. 273).

Mais que uma satisfação, a presença dos netos dá às avós a impressão de que esse tempo que vivem com eles continua sendo o seu próprio tempo. E essa relação proporciona a possibilidade de ressuscitar a juventude outrora vivida, além de facilitar o acesso ao “infinito do futuro”, onde os relacionamentos suscitarão outras formas de ser e, por isso, prescindirão certos anseios.

A condição de avó exige de Rachel de Queiroz uma postura que vai além do seu próprio entendimento. Trata-se de algo que ela escolheu para si,

quando acolheu sua irmã caçula como a uma filha. Na qualidade de avó, Rachel se completa e se enche de entusiasmo para compor mais um texto, uma crônica que se mostra capaz de explicitar a intensidade desse sentimento.

Talvez, ser avó seja mais significativo para a autora e para o texto do que os próprios netos. Nessa estrutura textual, as consequências dessa condição e desse sentimento confundem-se e misturam-se. No entanto, conferem à crônica esse caráter intimista e subjetivo.

E a crônica presta-se, fielmente, ao papel de incorporar essas histórias da vida de cada um. Trata-se de um gênero do cotidiano, sensível às ações e às reações. Por isso,

[...] por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural (CANDIDO, 1992, p. 13).

Assim, quando Rachel de Queiroz estabelece essa interação com seu público leitor, ou seja, quando o autor e o leitor implícitos se aproximam, estabelece uma atmosfera de afinidade em sua crônica.

Ao narrar emoções referentes aos netos, emprega, em seu texto, certo ar de familiaridade, de conversa despreziosa, no entanto, de fino acabamento, possibilitando uma maior imersão do leitor na “prosa fiada” que se instala quando a autora revela a sua felicidade por ser avó e toda a intimidade que exala dos laços que existem entre ela e seus familiares.

Num texto recheado de paixões, que revela o *ethos* da avó “legal”, que vive em função dos netos, o enunciador, um “porta-voz autorizado”, produz um discurso que, em meio a cenas convincentes, estimula a troca entre seus participantes e valida a ideia de intimidade existente entre a autora e sua família.

Assim, por meio das estratégias ficcionais utilizadas para abordar acontecimentos pessoais e temas do cotidiano, é possível observar um trânsito entre o público e o privado, entre a lembrança e o depoimento, entre a personagem e a autora, como se um “pacto de autoria” pudesse ser identificado nas crônicas rachelianas que se prestam à exposição e à contemplação da vida.

4.2.2 “Irmão” (Março de 1965)

“Eu era a mais velha. Fomos cinco irmãos. O Roberto Queiroz [...] Depois tinha o Flávio. Esse era o meu predileto. [...] Luciano, o caçula dos rapazes. [...] E tenho, finalmente, a minha irmã Maria Luiza [...]” (QUEIROZ In: NERY, 2002, p. 43-45).

A proximidade de Rachel de Queiroz com a família é, de fato, algo inegável. Tanto é, que em muitas das entrevistas concedidas, ao longo de sua vida, como na fala transcrita na epígrafe acima, retirada do livro de entrevistas *Presença de Rachel: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz* (2002), e em inúmeras crônicas, a autora declarou a importância dessa experiência afetiva. Mais que isso, assumiu uma dependência da existência desse tipo de vínculo. Para ela, o eixo norteador do ser humano deve estar centrado na família, instituição em que o “compartilhar” deve ser um ato constante.

Assim, em todos os livros de crônica da escritora há menção aos familiares, aos fatos ocorridos com os mesmos (com a presença ou não da autora) e às lembranças decorridas do convívio entre eles. Diante da apresentação de uma situação mais íntima, de um episódio inusitado ou até mesmo dos rompantes domésticos, há sempre uma referência ao círculo restrito do lar. Ao lado de conceitos provincianos, mas nunca, meramente, triviais, o eu do cronista encontra uma forma possível de atingir seus leitores, por meio de memórias tão indelévels quanto expressivas.

Em *O caçador de Tatu*, livro publicado em 1967, pouco mais de cinquenta crônicas apresentam essa substância da vida diária. Recheado de temas diversos, mas recorrendo sempre ao amor e aos vínculos humanos, encontra-se a crônica “Irmão”, em que, de acordo com Herman Lima (1967), “há confissões de tão lírica emoção que é impossível deixar a gente sem os olhos úmidos” (QUEIROZ, 1989b, p. XXIV).

Na referida crônica, o enunciador racheliano dedica-se a tentar explicar a grandeza do amor existente entre irmãos: uma riqueza de inestimável valor. Ao mesmo tempo em que comenta a respeito desse sentimento, apresentando-o como algo inerente aos sujeitos, parece apropriar-se desse fato, abordando-o como um anseio incondicional e muito particular, vivenciado, por essa

instância, de uma forma extremamente intensa e pessoal. Mas, por outro lado, como algo a ser compartilhado, próprio para ser dividido.

O calendário, na mesa, marca o aniversário do meu irmão. E o curto algarismo preto no mês de fevereiro me suscita uma rajada de saudades velhas, afastando qualquer idéia de outro trabalho, me deixando parada a remoer o passado, devagar e com ternura. Transfere-me para aquela dimensão secreta que só de raro em raro se frequenta. Tesouro que a gente sabe que possui, mas que não se gasta, e se tem para garantia de sobrevivência, assim como as reservas-ouro do erário público (QUEIROZ, 1967, p. 88).

O aniversário em questão é do primeiro irmão de Rachel, Roberto, nascido em fevereiro de 1913, o irmão com o qual a escritora mais tempo conviveu, pois Flávio, o terceiro da linhagem, faleceu em 1935, em função de uma septicemia. Luciano, o caçula dos rapazes, morreu em 1948, após um enfarte. Roberto, por ser mais cuidadoso e zeloso com sua saúde, apesar de nascer com um estreitamento congênito da aorta, vem a falecer em 1995, aos oitenta e dois anos de idade.

Conforme o enunciador, o calendário sobre a mesa promove o surgimento de “saudades velhas”. Lembranças que ressurgem, em função das experiências partilhadas com o único irmão com quem teve a oportunidade de conviver por mais tempo. As memórias são usadas como recurso para definir essa condição.

A partir desse acontecimento, começa a refletir a respeito do amor de irmão, uma emoção tão real quanto especial, capaz de suplantar outros sentimentos. O único problema é que, às vezes, por considerar essa afetividade como uma condição automática, própria da vida familiar, perde-se a noção de sua importância e de sua essencialidade. Mas, esse amor é incondicional, capaz de sobreviver ao tempo e aos infortúnios da vida.

Pode a gente estar velha e caduca – mas o amor de irmão conserva o seu perfume de infância através dos anos e anos. Aquela confiança que só menino tem, aquela segurança de afeto, a crença na perfeição e na lealdade do ser amado. Mormente irmão com pouca diferença de idade, criados na mesma ninhada, juntos e solidários (QUEIROZ, 1967, p. 88).

Com pouco mais de dois anos de diferença de idade entre Rachel e Roberto, sendo a irmã mais velha, a cronista acabou dividindo, com a mãe, a

responsabilidade sobre a criação dos irmãos, todos homens, a princípio. Somente quando estava com dezesseis anos é que chegou Maria Luiza, a irmã caçula, com a qual acabou estabelecendo um vínculo diferente: um amor de mãe.

Independentemente de ter perdido dois dos irmãos muito precocemente, a proximidade entre a escritora e a família se fortaleceu na presença deles, levando-a a dedicar grande parte de suas horas, de seus dias, enfim, de sua vida, na criação e no desenvolvimento dos mesmos.

Para Jürgen Habermas (1984), a família é a entidade original das primeiras manifestações das questões pertinentes à intimidade. Segundo o filósofo e sociólogo alemão, é nesse meio em que as relações se instituem de forma mais pessoal. No entanto, é nesse mesmo espaço que as transformações acontecem de forma mais contundente, pois é no âmbito doméstico que as novas configurações sociais acabam sendo discutidas, analisadas e absorvidas.

Essas mudanças, por sua vez, tornam-se norteadoras dos laços afetivos entre os comuns. E isso vem provocando alterações nos rumos da convivência familiar desde épocas muito remotas. Nessa nova constituição, na esfera da intimidade da pequena família, as pessoas privadas tendem a tornarem-se independentes, nem sempre capazes de estabelecer relações “puramente humanas”, mas, vinculadas a demandas da área política, econômica, etc. O ambiente familiar tem deixado de ser, exclusivamente, o espaço das questões íntimas, relacionadas aos sentimentos e aos relacionamentos de uma forma geral. Sob uma nova perspectiva, assuntos públicos têm adentrado aos ambientes domésticos, tornando-se, muitas vezes, o centro das atenções.

No caso da cronista Rachel de Queiroz, mesmo se tratando de uma escritora totalmente centrada nos flagranters da vida, nas consequências dos problemas sociais e nos desdobramentos das relações humanas, essas transformações parecem não atingir sua família e, tampouco, a própria autora, que se mostra indiferente aos desvios da conduta emocional familiar, que prega a independência pessoal e o desapego aos valores patriarcais outrora vividos, mantendo um relacionamento arraigado com os seus, mesmo em face dos tumultos da vida diária.

Diante das memórias da infância, o que se configura na crônica “Irmão” é o desejo de reforçar os alicerces desse laço emocional que, consoante o autor implícito, supera toda forma de relacionamento:

Em nada se compara amor de irmão com amores de amantes, que em si já são afetos diversos e tormentosos, são amores que consomem e desesperam. Amor de irmão não tem altos nem baixos, é planície serena, verde pradaria que, se não ostenta orquídeas de paixão, se enfeita sempre com duráveis sempre-vivas. Amor de irmão não duvida nem desconfia, é amor dificilmente vulnerável, uma vez que jamais se desloca para a área perigosa dos outros amores. Nada lhe pode suscitar rivais, porque ele é único. Você pode arranjar vinte noivos, dez maridos, cem amantes, mas irmão só tem aquele ou aqueles nascidos em tempo hábil da carne de mãe e pai (QUEIROZ, 1967, p. 88).

Quando afirma que o amor de irmão não apresenta “altos nem baixos”, “é planície serena”, “verde pradaria” e se enfeita de “duráveis sempre-vivas”, o enunciador usa figuras para mostrar o tema da crônica, que remete a um amor incondicional, que não sucumbe aos imprevistos da vida e, mais que isso, é bom e é belo. Satisfaz e preenche o relacionamento familiar.

Ao realizar comparações entre o amor de irmão com outras formas de amor, o enunciador reforça os laços existentes entre ele, seus irmãos e sua família, de uma forma geral, enfatizando a sua noção de essência, reafirmando a sua estreita intimidade com aqueles que colaboram para o estabelecimento de uma subjetividade, de emoções e de sentimentos que vão muito além dos individualismos que marcam, em especial, a família moderna.

Diante do novo formato das famílias, em que os espaços destinados aos comuns acabaram cedendo lugar aos individualismos, tem-se o aumento de um isolamento até mesmo no seio familiar. Os ambientes domésticos tornaram-se, em sua maioria, muito mais o espaço do indivíduo do que da instituição. Desse modo, os vínculos fraternais converteram-se em sistemas frágeis, muito próximos da informalidade, condição que não é aceita (nem vivida) por parte do eu do cronista racheliano, que se declara subordinado a essa afetividade e a essa aproximação.

No contexto social mundial, os sistemas familiares parecem não possuir uma dinâmica específica, que se mostre inerente a esses grupos. As mudanças que acontecem, nessa esfera, são exógenas e resultam de ações involuntárias. Cabe aos membros das famílias adaptarem-se ou resistirem a esses novos desafios, que podem tanto colaborar para o desenvolvimento quanto para a dissolução dessa entidade.

No caso do companheirismo existente entre a escritora, seus irmãos e sua família, de um modo geral, os percalços e as interferências externas não são

suficientes para desestruturar ou abalar essa amarração afetiva. A dependência desse tipo de amor revela-se um fator determinante na vida do eu do cronista, que declara ser, totalmente, manipulado por esse tipo de ligação: é a convivência com o irmão que resguarda a infância de ambos. Em meio a essa relação, tudo se torna possível, os discursos saem da obscuridade e as revelações tornam-se plausíveis, capazes de serem consideradas, mesmo quando ninguém mais as compreende.

Vertigem de identidade, vertigem das palavras: o amor é, no plano do indivíduo, essa revolução súbita, esse cataclismo irremediável, de que só é possível falar em *posteridade*. No momento mesmo, não se fala *de*. Tem-se simplesmente a impressão de que se fala, enfim, pela primeira vez, de verdade (KRISTEVA, 1988, p. 24).

Segundo Julia Kristeva (1998), há uma perda muito grande quando os velhos códigos afetivos prestam-se a novas formas de amor e de convívio, desmerecendo os “amores antigos”, buscando limites até então não considerados, interditando toda possibilidade de rememoração daquilo que fundamentava, até então, os relacionamentos. No caso do amor fraternal, aquele vivido no âmbito familiar, é preciso que o indivíduo assuma sua dependência e reforce a necessidade dessa relação.

Quando o sujeito transporta esse sentimento para a “categoria do inconfessável”, em “benefício” dos grandes grupos sociais e das novidades nos vínculos afetivos, é preciso cuidar para que, nessa situação, os sentimentos não se percam, não se esfacem em meio ao tumulto da contemporaneidade. Pois o amor, em todas as suas configurações, não pode ser vivido na individualidade, visto que, conforme Julia Kristeva, “é o tempo e o espaço onde “eu” se dá o direito de ser extraordinário. Soberano sem sequer ser indivíduo” (KRISTEVA, 1988, p. 25).

Ao assumir tal sentimento, tão estreita ligação, o enunciador rende-se aos desígnios do amor, esse sentimento capaz de provocar vertigens, suscetível as suas próprias inconstâncias. No entanto, quando vivido no seio familiar, da forma como declara viver com seus irmãos, a única dor que fica é a dor da saudade, que se vê suplantada perante as confissões realizadas, assumindo um caráter positivo e, principalmente, revelador: a vida íntima e os enlevos fraternais são expostos sem receios, apresentando a tessitura de uma configuração familiar muito bem resolvida.

Ah, irmão. Nestes tão longos anos de vida jamais consegui ter dele a raiva mais mortífera que durasse além de dez minutos. Dez minutos? Exagero. Entre a palavra que vai e a palavra que vem se liquida tudo. Ou no auge da raiva um dito engraçado, uma alusão subentendida (QUEIROZ, 1967, p. 89).

Segundo o enunciador, até nos momentos de raiva, a conexão com o irmão é tão veemente, que mesmo as intempéries são solucionadas exaustivamente. E isso desencadeia circunstâncias que não são compreendidas, às vezes, pelos demais, mas que, por mais inusitadas que pareçam, reafirmam os laços existentes entre os dois.

E como a crônica moderna se presta a esse contexto de confissão, exigindo do cronista a exposição do dia a dia comum a todas as pessoas, inclusive dele mesmo, a fala do enunciador racheliano, na crônica “Irmão”, assume esse caráter intimista, porque:

[...] por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela (a crônica) se ajusta à sensibilidade de todo dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural (CANDIDO, 1992, p. 13).

Naturalmente, por meio de uma prosa leve e aproximadora, o enunciador revela segredos fraternais, comentando a respeito dos seus sentimentos pelo irmão, a quem dedica essa crônica, sem restrições em sua fala, preocupando-se, unicamente, em expor seus sentimentos mais íntimos:

Esse irmão, meu irmão, recordo-o dos anos mais longe – e vejo o bem-querer que lhe tenho, sempre igual e sempre firme, e pasmo de que na natureza humana, tão variável e desleal, possa haver amor assim. Nunca precisei dizer a ele. E isso é que é o mais importante. Eu sei e ele sabe. A gente não precisa afirmar, repetir. Os dois sabem, tranquilamente, sem faísca de dúvida. Conta-se com ele tão certo como o dia e a noite, a velhice e a morte. Amor que não precisa de carta, de telefonema nem retratos. Pois como uma coisa imperecível poderia depender dos perecíveis? (QUEIROZ, 1967, p. 89).

O amor que sente por seu irmão ultrapassa qualquer barreira, transpõe qualquer situação. E declara um amor incondicional, perene, absorto em

sua própria grandeza, capaz até de sobrepujar as pequenas mesquinhas que rondam a vida familiar.

Mais que isso, é preciso considerar que o texto em questão não é uma carta pessoal, destinada, exclusivamente, a um irmão amado, escrita com o único intuito de reforçar, entre os dois, uma afetividade compartilhada. Trata-se de uma crônica, publicada na imprensa e, depois, em um livro, para uma ampla gama de leitores, pessoas desconhecidas que compartilharão dessa declaração sentimental.

E o que representa um texto em que se revela esse amor, essa intimidade? Talvez, para Rachel de Queiroz, apenas um meio que possibilita dividir um sentimento tão especial. No entanto, para a literatura, por ser uma escrita de “consumo imediato”, que se rende às novidades da vida moderna, uma forma precisa para a exploração de questões pertinentes à intimidade.

De acordo com Afrânio Coutinho (1986), eis o gênero que permite uma “reação individual, íntima”, capaz de absorver a essência da humanidade e, de forma simples, mas “com forte dose de lirismo”, oportuniza a abordagem, o questionamento, ou, simplesmente, a partilha de informações com o objetivo de mantê-las vivas, asseguradas de sua continuidade, para que as novidades emocionais não suprimam as formas puras e fraternais de relacionamentos.

A saudade desvelada comove e intensifica a afetividade que a escritora expõe em seus textos, destituindo a mínima possibilidade de apego aos vestígios da fragilidade que se percebe, hoje, nos vínculos humanos, conforme salienta Zygmunt Bauman (2004). E se a intimidade dentro das relações familiares tem sido alicerçada na efemeridade e no transitório, na crônica “Irmão”, tem-se o avesso dessa constatação: os laços familiares são fortalecidos diante da presença do tempo e até mesmo da ausência.

A instituição família, ao longo dos anos, perdeu bastante de sua força para tornar válidas as novas normas de relacionamentos. No entanto, isso não cabe à cronista Rachel de Queiroz que, bravamente, confessa sua dependência e sua necessidade dessa aproximação em uma das entrevistas concedidas ao jornalista Hermes Rodrigues Nery:

Evidentemente que se tratando de relacionamento humano, tudo é muito complicado. Há famílias, porém, que se ajudam muito, procuram superar os bloqueios e se amparam. É claro que mudaram muitas coisas, mas a família continuará sendo um eixo necessário. Esses moços que emigram e vêm se fixar nas grandes metrópoles sofrem muito, porque ficam longe dos lares familiares. Houve muita dispersão. As cidades cresceram, não há emprego para todos, muitos não podem estudar, encontram enormes dificuldades de sobrevivência, quando pensam em casar, constituir famílias, deparam-se com a crise financeira, com a falta de perspectivas; enfim, não é fácil enfrentar tudo isso sozinho, sem ter com quem compartilhar as coisas. Mesmo sabendo que somos sós no mundo, precisamos da convivência com o outro (QUEIROZ In: NERY, 2002, p. 47).

A intimidade que o enunciador da crônica “Irmão” estabelece com a família, nesse caso, em especial, com o irmão, vai de encontro aos rumos tomados pelas novas sociedades, que apregoam independência e um modelo ideológico centrado nas individualidades.

Por meio de um discurso consistente, não se reprime ao esboçar uma saudade tão particular. Indo por vias contrárias, realizando um balanço de sua geração, com sinceridade e sem nenhuma restrição declara seu amor e, mais que isso, a necessidade de manter viva essa ligação afetiva, tão comum aos seres, todavia, essencial para esse enunciador:

Quando o velho Miguel Francisco fez há mais de cem anos a casa do Junco, parece que se estava esperando por ele. Aliás que seria daquele nosso mundo sem ele? Que seria de mim sem ele? Outra coisa seria; mais pobre, mais amarga. Sem toda aquela riqueza que vem desde a infância – infância minha e tua, meu irmão (QUEIROZ, 1967, p. 90).

Por meio de uma crônica escrita trinta anos antes da morte de Roberto, o texto apresenta uma emoção cuja atualidade não se perde com o tempo: mudam as circunstâncias, a realidade e a forma de convivência sofrem transformações; porém, não mudam os sentimentos. A imagem que se compõe, na crônica em questão, evidencia a existência de uma ligação muito forte entre a autora, seus familiares e, evidentemente, seu velho e querido irmão.

4.3 COM O SERTÃO: LIGAÇÃO ÍNTIMA E INCONDICIONAL COM AS RAÍZES

Comparo este mistério do Nordeste ao mistério de Israel. Aquela terra árida, aquelas águas mornas, aqueles pedregulhos, aqueles cardos, aquelas oliveiras de parca folhagem empoeirada – por que tanta luta por ela, milênios de amor, de guerra e saudade? Por que tanto suor e carinho no cultivo daquele chão que aparentemente só dá pedra, espinho e garrancho? Não sei. Mistério é assim: está aí e ninguém sabe (QUEIROZ, 1989a, p. 109-110).

Para entender a ligação de Rachel de Queiroz com o Nordeste, mais especificamente com o Ceará, é preciso conhecer um pouco sobre a vida pessoal da menina, da adolescente e da mulher que antecedeu a vida da escritora, ou seja, o contexto que permeou toda a sua produção.

No dia 17 de novembro de 1910, em Fortaleza, no estado do Ceará, nasce Rachel de Queiroz, filha de Dona Clotilde Franklin e do Dr. Daniel de Queiroz. Com apenas um mês e meio de existência, a menina Rachel é levada para o sertão de Quixadá (CE), terra que viria a adotar como berço.

Em 1915, de volta à Fortaleza, junto de sua família presencia uma das maiores e mais devastadoras secas acontecidas no Ceará, experiência marcante na vida da menina, que viria a ser lembrada, mais tarde, em sua inauguração literária no romance *O Quinze*.

A partir de 1917, a família passa a viver no Rio de Janeiro e, em seguida, em Belém do Pará (em um curto espaço de dois anos), onde o pai de Rachel exerce a função de Promotor, mas sempre desejando assumir a sua verdadeira vocação: a de “homem da terra”, totalmente voltado às obrigações que caberiam a um dono de fazenda, especificamente, da *Fazenda Junco*, em Quixadá, no sertão do Ceará.

Retornam para o Ceará, primeiramente, para Guaramiranga e, depois, para Quixadá. Então, Rachel de Queiroz é matriculada no Colégio Imaculada Conceição, em Fortaleza, onde fica interna e se forma professora aos 15 anos, quando a média para as moças da época era de 18 anos. Apesar de precoce, a formação escolar de Rachel para por aí.

Após sua formatura, retorna à fazenda dos pais, em Quixadá, e lá passa a se dedicar à leitura, nacional e internacional, sempre estimulada pela mãe, o que viria a incentivar seus primeiros escritos.

Em 1926, nasce sua irmã caçula, Maria Luiza. Pouco depois disso, em 1927, a família se transfere para o *Sítio Pici*, perto de Fortaleza. A partir daí, Rachel inicia-se na imprensa, escreve suas primeiras crônicas, publica seu primeiro romance, *O Quinze* (1930), e transforma-se em uma personalidade literária.

Entre idas e vindas, a escritora vai para o Rio de Janeiro, muda-se para São Paulo, Maceió, Rio de Janeiro, novamente, e fixa residência na Ilha do Governador. Torna-se a primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras, vira figura importante e influente no meio político e, com o passar dos anos, sua literatura ganha o mundo, as páginas de destaque e a atenção da crítica.

Mesmo vivendo na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, Rachel mantém o *Sítio Não Me Deixes*, em Quixadá (CE), seu refúgio certo, lugar de descanso, das lembranças do segundo marido, Oyama, e do Ceará.

Muito mais aconteceu com a escritora até o fim dos seus noventa e três anos de vida. No entanto, o que cabe, neste momento, é conhecer e avaliar a ligação que ela manteve, durante toda a sua vida com o sertão nordestino.

Seja por meio do exemplo do pai, das suas experiências com o sertão, das lembranças (alegres e tristes) da infância ou do entusiasmo de Oyama, o que se destaca, no trajeto da vida de Rachel de Queiroz, é a sua intimidade com o sertão cearense, cenário retratado inúmeras vezes, pela autora, em toda a sua escritura.

Quer aconteça nas crônicas, nos romances ou no teatro, sempre há, nos escritos rachelianos, a representação da terra, do sertão. Seja nas memórias da *Fazenda Junco*, na saudade de Guaramiranga ou nas lembranças do *Não Me Deixes*, o sertão é sempre reverenciado, porque, de acordo com as próprias palavras da escritora, “Lá, realmente, é o meu lugar. Cada volta minha é um regresso. E sinto que lá é o meu permanente. O Rio é o provisório” (QUEIROZ, 2004b, p. 244).

4.3.1 “Verão” (Julho de 1971)

Eu sou de uma terra que o povo padece
 Mas não esmorece e procura vencer.
 Da terra querida, que a linda cabocla
 De riso na boca zomba no sofrer
 Não nego meu sangue, não nego meu nome
 Olho para a fome, pergunto o que há?
 Eu sou brasileiro, filho do Nordeste,
 Sou cabra da Peste, sou do Ceará.
 (Patativa do Assaré)

Assim como Antônio Gonçalves da Silva, o “poeta popular” Patativa do Assaré, Rachel de Queiroz deixou explícitos, em muitas de suas obras, o amor, a satisfação e o encantamento pelo sertão nordestino. Mesmo diante de alguns aspectos marcantes da região, como a seca e a pobreza, a autora passou grande parte de sua vida nessa terra onde, segundo ela, tem-se apenas o mínimo, mas sempre em meio a um sinal de vida, que sempre se fortalece, por mais difícil que isso seja.

Em suas crônicas, essa proximidade com o sertão nordestino também foi o ensejo de grandes realizações. Em quase todos os títulos dedicados a esse gênero literário, a cronista transforma sua vivência particular em ações, transpondo-as às páginas escritas, oferecendo, ao seu público, episódios e cenas que vingam em função do “movimento” e do “realismo” impresso em textos que apresentam certa preocupação pessoal, mas também, social.

Na crônica intitulada “Verão”, publicada no livro *As meninas* (1976), o enunciador racheliano inicia as suas constatações a respeito do sertão nordestino e das peculiaridades desse cenário afirmando o seguinte:

TODO NORDESTINO fica danado da vida quando pessoas a que ele dá importância vêm conhecer a sua terra nos meses de verão. Não é que ele não goste do verão. O verão para o nativo, é tempo muito agradável, sem chuvas nem atoleiros, o campo aberto multiplicado em caminhos, o leito dos maiores rios vadeáveis a pé enxuto, convidando ao nomadismo que ainda está tão perto de nós, já que nós mesmos ainda estamos tão perto do índio andejo (QUEIROZ, 1976, p. 83).

Ao iniciar o texto com a expressão “TODO NORDESTINO”, o enunciador salienta que o seu sentimento é o mesmo de qualquer um de seus

conterrâneos, quando estes se veem diante de comentários negativos a respeito de sua terra e do que ela tem de particular. O apego ao ambiente natural torna-se evidente, deixando transparecer os laços que a escritora desenvolveu, ao longo da vida, com a terra em que nasceu e onde fora criada.

Por mais que, aos olhos de outros, esse ambiente pareça hostil e não acolhedor, na visão do eu do cronista há com o que se agradar: “E no verão não há moscas, nem mosquitos, nem mutucas, nem muriçocas, nem friagem, nem frieiras, nem dor-d’olhos, nem papocas roxas, nem defluxos, nem reumatismo” (QUEIROZ, 1976, p. 83). Ainda que o verão nordestino seja escaldante e intimidador, para aqueles que são naturais da região, esse é um tempo de regalias e de satisfações.

O verão nordestino, estação que apresenta propriedades tão singulares nesses confins, é mesmo uma época ímpar, capaz de acolher o sertanejo e de afagá-lo com momentos de tranquilidade e de descanso. Entre uma colheita e outra, esse é o tempo da visita aos parentes, das romarias e das novenas, sempre em companhia dos familiares, aqueles com os quais dividem os dissabores e as satisfações de se viver em um ambiente tão peculiar e, ao mesmo tempo, simbólico.

Isso porque, apesar das dificuldades que o sertanejo enfrenta, nas terras em que vive, sempre há o desejo de ali permanecer. Não se trata, somente, de um espaço geográfico. A representatividade do sertão, para o nordestino, é muito forte e, sempre, muito valorizada, pois a ligação deste com a terra transcende o tempo e toda forma de repressão.

O espaço cearense é, para o enunciador racheliano, aquilo que Hannah Arendt (2010) afirmou ser necessário para o desenvolvimento das relações entre os seres humanos: o lugar das ações e das realizações. Segundo a pesquisadora, “[...] nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporciona um espaço adequado para o seu exercício” (ARENDR, 2010, p. 60). Dessa forma, reconhecendo o seu espaço crucial, o eu do cronista rende-se aos portentos de sua terra, mesmo que, sob o olhar (atento ou desatento) de um estranho, esta lhe pareça agressiva e inóspita.

Estranho chega e logo vai estranhando, como é natural. Aos olhos deles o sertão está horrível, seco, cinzento, sem folha verde à vista, a caatinga virada numa floresta de garranchos. O gado fica magreirão, é claro, pois só come capim seco e o resto da palha do legume nas capoeiras. Os açudes baixam, os rios deixam de correr, as águas não são tão cristalinas, muita gente se abastece nas grosseiras cacimbas que são apenas grandes buracos rústicos cavados na areia, sem paredes de alvenaria ou quaisquer obras de arte. Tudo improvisado, e perecível – tudo provisório, como o próprio verão (QUEIROZ, 1976, p. 84).

Para o enunciador, toda essa estranheza não tem fundamento ou razão de ser, pois é algo natural do ambiente sertanejo; porém, temporário, como as próprias estações do ano, como alguns amores, como certas decisões e até mesmo a vida. E o que é provisório, não pode ser analisado ou taxado como se fosse algo permanente, impossível de ser mudado: “Provisório. É essa a palavra que os estranhos não entendem. Que a secura, a falta do verde, as águas baixas, tudo é provisório e salutar” (QUEIROZ, 1976, p. 84).

Talvez, esse espanto por parte dos visitantes se dê em função da falta de conhecimento em relação ao agreste. Nem tudo o que se ouve ou o que se vê, na mídia, pode ser considerado. Ou, ainda, é preciso admitir que se trata de um grupo de turistas e de viajantes, pessoas que estão de passagem, buscando novidades ou, simplesmente, uma continuidade daquilo com o que estão acostumados.

Conforme Mary Del Priore (2001),

Se alguns buscam na viagem o prenúncio de coisas novas, de paisagens diversas onde cheiros e gostos nunca dantes provados lhes satisfaçam os sentidos, há, por outro lado, os que procuram lá longe o mesmo, o idêntico. Buscam hotéis onde poderão comer da mesma comida e quartos com a mesma televisão que os conduza, pelos caminhos da globalização, ao mesmo programa habitualmente visto lá na terrinha que se deixou para trás (DEL PRIORE, 2001, p. 65).

De uma forma ou de outra, o que se vê e é vivenciado, no Nordeste, não corresponde ao que se espera. Sendo esta uma região tão peculiar, tão intensa e tão rica quanto miserável, as estranhezas acabam se tornando parte da paisagem natural, chocando seus visitantes e, por vezes, provocando a revolta dos nativos que, embora sofram com as adversidades do espaço no qual vivem, não desistem de sua terra e, tampouco, de sua vida no sertão.

Apesar de a evasão ser considerável no Nordeste brasileiro, a grande maioria insiste em ficar em sua terra, adaptando-se às características do espaço que habitam.

Mesmo o enunciador, que confessa ter tido algum receio em apresentar esse sertão a outras pessoas, declara arrependimento por tal atitude. Diante das inúmeras viagens que fez, reconhece que nenhum lugar é perfeito e que cada estação do ano tem a sua grandeza e é necessária. Quem conhece e compara as paisagens do Nordeste com as de outras localidades do Brasil e do mundo consegue reconhecer a nobreza de cada cenário.

Na “Crônica nº 1”, primeiro texto cronístico de Rachel de Queiroz, publicado na coluna “Última Página”, da Revista *O Cruzeiro*, em primeiro de dezembro de 1945, há um enunciador que se compraz com o pouco que sua terra lhe oferece, declarando intimidade com a região, assumindo sua proximidade e sua dependência desse espaço, de suas alegorias e até de sua inconveniência: “Tem dia em que eu dava dez anos de vida por um pedacinho bem árido de caatinga, um riacho seco, um marmeleiral ralo, uma vereda pedregosa, sem nada de arvoredo luxuriante, nem lindos recantos de mar [...]” (Queiroz In: www.releituras.com/racheldequeiroz_cronica_1.asp – Acesso em 25/01/2013).

Conhecedora do *habitat* em que vive, a autora não deixa de reconhecer as dificuldades de sua região em função da seca, da terra desnutrida e da falta de recursos. Além de confabular a esse respeito, ela reorganiza as ideias que têm, estabelecendo as diferenças e as semelhanças geográficas existentes entre certos lugares, mundo afora, e o seu próprio ambiente natural: o sertão nordestino.

Para o eu do cronista, as convergências e as divergências se dão em meio a um processo de compensação, que se estabelece a fim de que tudo seja considerado nesse procedimento de verificação, de análise e de comparação.

[...] nas terras civilizadas da Europa e Norte-América, o ritmo é semelhante ao nosso, no Nordeste. Folha nasce e folha cai no tempo certo e ninguém na Alemanha ou na Escócia se lembraria de ter vergonha de mostrar aos de fora a nudez das árvores ou a grama queimada e morta. Aliás, foi só isso que vi nos famosos campos da Inglaterra – os relvados secos, o arvoredo nu. Era fim de outono. Também no Vermont, nos Estados Unidos, em novembro, meu Deus, não fosse o testemunho das estrelas no céu, tão diversas, e o povo todo falando inglês, e a comida inconfundível, a gente podia jurar que aquele novembro era em pleno sertão do Quixeramobim. O chão cinzento, a mata rala desfolhada, os bichos comendo capim seco, as águas escassas depois dos calores do verão. A terra como adormecida, esperando o despertar para desabrochar. Tal e qual como nós. A única diferença era a espera da neve e do frio – e nisso nós levamos vantagem, pois ninguém pode comparar o conforto da ventilação marinha que nos banha a terra toda, o sol claríssimo, os lindos luares, as noites frescas, as madrugadas esplendorosas, com o frio e a umidade e a neve nos telhados e o gelo no chão, e tudo trancafiado a tiritar, procurando aquecimento (QUEIROZ, 1976, p. 84-85).

A cada espaço cabem seus sabores e seus dissabores, sua abundância e sua carência. E, vale ressaltar, que não se trata de uma condição permanente, mas sim, de algo temporário, uma situação sempre pronta a ser revertida: esperando pela bonança do tempo e da natureza, pela interferência e pela complacência do homem, para que os problemas naturais sejam solucionados ou transformados.

Isso posto, a diversidade entre a paisagem física e a paisagem cultural, como a Geografia considera em algumas situações, não deve, portanto, prevalecer. Preterir uma paisagem em função da outra levará o indivíduo ao afastamento daquilo que realmente interessa: o espaço em si. Uma nova perspectiva deve ser apreciada, e não somente a visual, pois o próprio homem é capaz de agir sobre cada cenário. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997), é preciso “[...] entender a natureza [...] não mais como um dado externo e imóvel, mas como um produto de uma prolongada atividade humana [...]” (SILVA, 1997, p. 204).

Ao apresentar o sertão, com riqueza de detalhes, Rachel de Queiroz anuncia o profundo conhecimento que tem desse universo, o qual considera, acima de tudo, como seu. Não se trata, apenas, de uma questão de discurso ou de uma tendência ao regionalismo. Muito além disso, é a preocupação de uma nordestina em apresentar seu espaço ao mundo, testemunhando sobre aquilo que ouviu, viu e vivenciou, na tentativa de divulgar o sertão, suas mazelas e sua genuinidade.

A intimidade pode ser estendida a todos os comportamentos humanos. Dessa forma, a proximidade existente entre o enunciador e o seu espaço pode ser compreendida como uma relação íntima, que se dá em decorrência da ligação existente entre ambos. Ao comentar sobre os aspectos da região nordestina, com propriedade, e ao defender essas características, demonstrando conhecimento sobre o que argumenta, esse enunciador reafirma a sua proximidade do lugar que defende. A essência desse relacionamento se configura a partir da compreensão do papel do homem no espaço onde o mesmo se encontra, se firma e se realiza.

Se por regionalismo entende-se a literatura que põe o seu eixo em determinada região do Brasil, visando apenas retratá-la, de maneira mais superficial ou mais profunda, não é possível, mesmo, considerar essa vertente como ponto fundamental das crônicas de Rachel de Queiroz destinadas ao sertão nordestino. Há muito mais que isso nesses textos. A autora sempre se preocupou em divulgar o sertão, partindo de sua própria vivência, especialmente o sertão pobre, atrasado e seco, com o desígnio de propiciar o verdadeiro conhecimento sobre essa terra e, ainda, fomentar reações e ações por parte dos poderosos, aqueles capazes de modificar (ou simplesmente atenuar) todas as circunstâncias que envolvem o Nordeste brasileiro.

Quanto ao discurso, a expressão literária de Rachel de Queiroz concretiza-se a partir de uma narrativa que evidencia, segundo Zaidan (*apud* TAMURU, 2004, p. 16), em torno do “*homos nordestinus*”, aquele em cujas veias corre “terra em vez de sangue”, e cujos anseios mais profundos são o apego à terra e à solidariedade irrestrita em relação ao sertão. Trata-se de uma crônica extremamente figurativa, em que as imagens produzidas elevam os cenários nordestinos, fortalecendo as paixões existentes nessa escritura, a saber, o amor, o apego e a reverência ao sertão nordestino.

Quando o autor escreve um texto, ele mobiliza, no momento de sua produção, um conjunto de parâmetros que explicitam a sua ligação com o que produz. As condições físicas, sociais e subjetivas interferem nesse processo, estabelecendo o contexto em que a sua escritura se inscreve, exercendo influência sobre a forma, o conteúdo e o estilo do texto. E, quando o leitor interpreta o texto, ele retoma esse conjunto de parâmetros, ainda que por meio de hipóteses.

Nesse caso, a vida da escritora Rachel de Queiroz influencia, de forma clara, a escrita da referida crônica que, por meio de um enunciador totalmente habilitado, reforça a estreita ligação da autora com o Nordeste brasileiro.

A intencionalidade dessa crônica não está em compreender a realidade brasileira como um todo, não há grandes ambições nesse intento. Há um desejo de denunciar os problemas sociais que assolam a região, evidenciando aquilo que o enunciador conhece e que faz parte de sua vida. Por isso, por meio de uma linguagem clara e objetiva, muito próxima da oralidade, contempla a terra e a tradição, destacando o que lhe é pertinente e que fala mais alto ao seu entendimento.

Trata-se da manifestação de um enunciador rústico, apegado ao homem simples, aos bichos e à terra, capaz de revidar as investidas daqueles que vêm ao sertão nordestino e vão logo criticando o que veem.

No intuito de evitar que o seu espaço vital seja alvo de comentários infundados, o eu do cronista profere palavras fundamentadas em seu próprio conhecimento, a fim de que, aqueles que não estão familiarizados com as características e o cotidiano do sertão, possam inteirar-se das peculiaridades e dos aspectos desse espaço.

Não sabem que retirante é assunto de seca, e verão não é seca. Não sabem que é por causa do verão que nós praticamente não conhecemos moléstias, não sabemos o que é impaludismo, boubá, mal-de-chagas, febre amarela, aqui não dá berne no gado, e, se aparece alguma aftosa ou raiva, é sempre trazida de longe (QUEIROZ, 1976, p. 85).

Quando rebate os comentários inconvenientes a respeito do que acontece no sertão nordestino, o enunciador acentua a sua ligação com esse espaço. Ao falar com tamanha propriedade e demonstrar conhecimento de causa, realça a intimidade que tem com o universo sertanejo, sempre buscando humanizar as circunstâncias que envolvem essa região.

No entanto, esse eu do cronista sabe que os visitantes não compreendem esses fatos. E declara isso na crônica “Verão”: “Mas não adianta explicar, que eles não entendem. Vêem um rio seco, não pensam que é uma ocorrência sazonal, regular, se espantam, acham que houve calamidade. O rio secou!” (QUEIROZ, 1976, p. 85).

Provenientes do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Goiás ou de qualquer outro lugar, há sempre uma comparação, feita por um sujeito urbano, que tem a sua própria experiência social, constituída num ambiente propício à impessoalidade e ao desapego ao espaço.

E isso acaba gerando essa reação arredia, o que é prontamente rechaçado pelo eu do cronista, que encerra seu texto enfatizando as vantagens de a estação do verão ser vivida no sertão nordestino: “Não sabem que nos calores do verão a terra dorme e os homens folgam. Pra depois rebentarem em flor e fruto, com as águas novas” (QUEIROZ, 1976, p. 85).

Na visão do enunciador racheliano, o Nordeste, apesar de mostrar-se bastante maltratado pela ação da natureza, não apresenta, unicamente, aflições e misérias. A cada região cabem seus próprios infortúnios, que são encarados e transpassados por aqueles que vivem em seus entremeios. Além disso, nem só de infelicidades vive o sertanejo que, conforme as palavras de Euclides da Cunha é, acima de tudo, “um forte”, capaz de ultrapassar as barreiras da desolação natural para reerguer-se a cada nova estação.

Na crônica “Chuvas no Ceará”, escrita em março de 1944, editada no livro *A donzela e a moura torta* (1994), Rachel de Queiroz anuncia o que viria a confirmar no texto em estudo: tudo é provisório nesta terra, até mesmo os problemas. No Nordeste, isso é uma verdade. Cada região atingida pela seca absorve essa imposição de uma forma distinta. E esse elemento natural pode até ser considerado um fator positivo.

A região nordestina flagelada pelas secas é bem grande. Compreende vastas zonas de diversos estados, e, segundo a natureza do local afetado, varia a “interpretação” que a terra dá ao flagelo. Nas zonas mais úmidas do litoral, nos “brejos”, [...] a seca bate apenas de ricochete [...]

Nas regiões da serra, a seca chega até a ser um elemento de beleza. Vai-se com o sol quente a umidade, vão-se os atoleiros, fica apenas o frio sadio, agradável, rico. [...]

Mas, por fim, há o sertão. Aí sim, é a pátria da seca, é o seu domínio, o seu império. [...]

[...] no Ceará a paisagem muda. Conta-se com um novo elemento: o homem. A terra e a caatinga são as mesmas, mas o homem luta com elas (QUEIROZ, 1994, p. 21).

As condições da terra mudam conforme o clima: se por um lado há certo regozijo em função da seca; por outro, há sofrimento e desespero. O que não

muda é o apego do povo nordestino por sua terra. Eles fincam suas raízes, enfrentam a situação, veem as plantações morrerem, mas, não deixam de lutar por condições melhores de vida.

Dessa forma, diante da declaração de um *ethos* apaixonado por sua terra, que se revela comprometido com seu espaço e preocupado em esclarecer a questão da efemeridade da condição da seca, até mesmo no Nordeste, firma-se a ligação existente entre o enunciador e o seu *habitat* natural. Não se trata, somente, de uma questão racional e científica, considerando os aspectos da região. Mas, certamente, de um assunto extremamente pessoal, capaz de explicar os laços que o unem a sua terra natal.

4.3.2 “Terra no Sangue” (Janeiro de 1989)

Sim, só comparo o Nordeste à Terra Santa. Homens magros, tostados, ascéticos. A carne de bode, o queijo duro, a fruta de lavoura seca, o grão cozido n’água e sal. Um poço, uma lagoa é como um sol líquido, em torno do qual gravitam as plantas, os homens e os bichos. Pequenas ilhas d’água cercadas de terra por todos os lados e em redor dessas ilhas a vida se concentra.
O mais é paz, o sol, o mormaço (QUEIROZ, 1989a, p. 110-111).

Muitos dos sentimentos da literata Rachel de Queiroz foram revelados e discutidos dentro das crônicas da autora. Por meio de um tom confessional, estabelecido a partir de um “porta-voz autorizado”, o eu do cronista estende a sua narrativa para a voz coletiva, configurada a partir da presença (e da relevância) da sociedade (e do leitor) em seus escritos.

Recorrendo, muitas vezes, à tranquilidade do sertão nordestino, a cronista encontrava a solução para muitos dos impasses presentes em sua vida: além de encontrar inspiração em sua terra, havia a possibilidade de fuga das pressões diárias, que eram aplicadas por seus leitores, por seus superiores e até por ela mesma, incansável defensora da ideia de que escrever não lhe era agradável, muito menos prazeroso, portanto, apenas um “duro ofício” a ser realizado.

Cearense de nascença, a escritora sempre demonstrou preocupação com o sertão nordestino e com o sertanejo. Para ela, essa terra judiada pelo tempo, pelas condições climáticas e pelo descaso de alguns governantes abriga sujeitos únicos e diferenciados do restante da população brasileira. São

peessoas que enfrentam o flagelo da seca de alma aberta, continuamente empenhadas em fazer desse espaço o seu refúgio, por mais difícil que isso seja.

Mesmo quando viveu fora do Nordeste, Rachel sempre se lembrava, com muita saudade, do sertão onde cresceu e vivera durante fases importantes de sua existência. Crônicas como “Tempo de Surubim”, do livro *O caçador de tatu* (1967), “Pici”, do livro *A longa vida que já vivemos* (1998), “Saudades de Guaramiranga”, do livro *Existe outra saída, sim* (2003), entre tantas outras, destacam as mazelas da região, apresentam os tipos nordestinos e exaltam as belezas do sertão.

Nesse contexto de produção, o sertanejo ganha relevância ao surgir como aquele que é feliz, independente da situação. Filhos da terra, amam o chão onde pisam, mesmo que ele esteja seco e rachado. O abandono só acontece em última instância, quando não há mais condições de habitar determinado lugar. E, mesmo assim, a origem de cada indivíduo jamais é esquecida. E a esperança de que a chuva caia sobre esse solo é o que mantém cada sujeito firme em sua fé e no sonho de, um dia, retornar ao seu berço de origem.

Tudo isso acontece, porque o nordestino tem a sua terra como um bem maior, aquilo por que vale a pena lutar. É a “Terra no sangue”, segundo Rachel de Queiroz, condição que move o sertanejo e que foi retratada pela autora em uma crônica homônima, publicada no livro *As terras ásperas*, de 1993, coletânea de crônicas que descrevem cenas corriqueiras, voltadas para a sociedade, para o desenvolvimento e para as regiões brasileiras, principalmente, a nordestina, marcada pela seca e pelo sofrimento, além de representar as origens da cronista, espaço pelo qual ela faz questão de declarar seu amor.

Essa ligação de amor que o nordestino tem com a sua terra... Pensando bem, será mesmo de amor? Ou antes: será só amor? Talvez maior e mais fundo, espécie de mágica entre o homem e o seu chão; a simbiose da terra com a gente. Vem na composição do sangue. Aquela terra salgada que já foi fundo do mar tem mesmo o gosto do nosso sangue (QUEIROZ, 1993a, p. 19).

Para o enunciador racheliano, o sentimento que se estabelece entre o nordestino e a sua terra é algo muito mais profundo que o próprio amor. Tanto isso é verdade, que o eu do cronista inicia a sua narração falando em terceira pessoa. Mas, ao quantificar as características desse amor, coloca-se, imediatamente, como

sujeito passivo dessa condição: o pronome possessivo “nosso” encerra o primeiro parágrafo da crônica, reforçando a ideia de que esse enunciador faz parte desse grupo de amantes do Nordeste brasileiro.

Considerando o fato de que as questões da intimidade não mais dizem respeito, apenas, ao campo do erotismo e da sexualidade, mas sim a todos os comportamentos humanos que envolvem as relações sociais, pode-se compreender a estreita ligação estabelecida entre o enunciador, seu espaço e seus conterrâneos. “Todos estão muito ligados a sua terra, é uma ligação que existe e não se acaba” (1993a, p. 19).

O espaço público nordestino enfrenta imposições (às vezes cruéis) da natureza que, por sua vez, são transferidas àqueles que vivem nesse chão. No entanto, mesmo diante das tragédias naturais, o respeito pela terra natal é tão grande e tangível, que se aplica a essa situação aquilo que Sérgio Buarque de Holanda (1995) verificou em outros povos e percebeu que, no Brasil, é reproduzido de forma consistente: toda manifestação de respeito acontece com o intuito de instaurar a intimidade, de tornar as ligações mais próximas do “coração”, órgão capaz de armazenar os sentimentos e de reproduzi-los quando em presença do “objeto” idealizado.

Por isso, “a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’ (HOLANDA, 1995, p. 146), aquele que, mesmo em face das intempéries da vida, não deixa de se relacionar e de estabelecer vínculos com o espaço, com as pessoas, com os objetos de desejo e até mesmo com as circunstâncias. Condição que pode ser notada em outras crônicas de Rachel de Queiroz, em que há a evidência da resistência sobre os problemas, que são solucionados a partir do convívio com o outro e, especialmente, por meio das ligações afetivas.

Assim, ainda que o nordestino deixe o seu *habitat* natural, sua conexão com o mesmo não será abalada:

Precisa o emigrante sair muito criança pra perder a condição de nordestino, que não teve tempo de apurar. Ainda outro dia ouvi na TV a confissão de dois nordestinos ilustres – a prefeita Luíza Erundina e o presidente José Sarney –, reconhecendo a dependência irrecorrível: nas horas de crise, de triunfo ou desafio, sentiam dentro do peito a necessidade imperiosa de rever a terra, voltar às raízes, em busca de forças novas para assimilar a vitória ou enfrentar os riscos. E voltam revigorados, coração batendo firme, cabeça arrumada, dimensões recuperadas, saudade aplacada, equilíbrio, firmeza (QUEIROZ, 1993a, p. 19).

Do ponto de vista do enunciador, somente aquele que não conhece, de fato, a região nordestina e que não cresce nesse espaço é que consegue se desvincular do mesmo. No mais, o que acontece é exatamente o contrário, pois é na terra natal que o nordestino busca e encontra forças para continuar a caminhada. É no seu próprio espaço que as tristezas e as agruras são esquecidas e suplantadas. Nem mesmo as secas constantes, o solo trincado e a comida escassa afastam os verdadeiros nordestinos de sua terra, porque é lá que eles conseguem enxergar a grandeza das lutas e dos relacionamentos.

Na visão do sertanejo, segundo o enunciador, as pequenas coisas são, por vezes, as mais valorosas. Tudo que se tem ou se recebe em abundância e de forma fácil acaba perdendo seu valor, pois não há esforço e tampouco empenho nessas situações. Dessa forma, para esse povo cuja luta pela sobrevivência é uma constante, todas as conquistas, até mesmo aquelas de ordem natural, são comemoradas, pois fica a sensação de merecimento. Na maioria das vezes, não há lamúria, o que se vê é o agradecimento, mesmo mediante o pouco.

E o que é aquela terra, afinal? Sertão e caatinga, uns montes de serras frescas, águas sazonais. Tudo que Deus botou ali foi regrado. Até se poderia dizer que Deus foi sovina; mas felizmente a gente sabe que, no caso, qualidade vence a quantidade. Só as coisas preciosas se medem às gotas. O que é demais não tem valor (QUEIROZ, 1993a, p. 19).

Com o uso da expressão “a gente”, o enunciador coloca-se mais próximo, ainda, dessa região, cujas faltas e infortúnios são esquecidos diante daquilo que se tem. Afinal, a “qualidade” supera a “quantidade”. E o nordestino, esse valoriza o pouco que tem.

De acordo com Maria Luíza, irmã caçula de Rachel, toda a família Queiroz carrega no peito esse amor incondicional pelo Nordeste: “[...] em todos os

que emigraram, a mesma nostalgia do sertão agreste, o permanente sonho de voltar – um dia! No sangue de todos eles, todos os Queiroz, o visceral amor à terra, o que dela brota, o que nela vive” (QUEIROZ, 2004b, p. 268). Os laços que uniram os antepassados de Rachel de Queiroz perduraram nas gerações posteriores.

Fazendo valer-se da proximidade estabelecida com seus leitores, o eu do cronista não se restringe a falar do amor dos sertanejos, seus concidadãos, pelo espaço de origem. A crônica “Terra no sangue” é, certamente, uma declaração dos laços existentes entre o enunciador e a sua terra.

Por mim, eu digo: toda vez que o destino me fere mais duro, me maltrata mais fundo, é para lá que eu fujo. Me esconder, lamber as feridas. E se para lá não corro nas horas de triunfo, é porque triunfos não os conheço; só modestas alegrias, muito choradas e medidas. Mas era lá que a gente melhor curtia os netos, antes que eles ficassem adultos, cheios de partes e de não-me-toques. Tempo em que nós éramos dois aqui em casa e fazíamos planos e projeções felizes; e era para lá que esses planos se destinavam – lá o ambiente, o local, a hora, para se traçarem e curtirem projetos de felicidade (QUEIROZ, 1993, p. 18).

Quando há a necessidade de deixar as terras nordestinas, ainda assim o apego e a saudade são evidentes. Conforme o enunciador, é nessa terra que as melhores fases de sua vida foram vividas. E é nela que suas vitórias são comemoradas, mesmo que essas vitórias sejam poucas.

Nas palavras transcritas, o enunciador revela informações íntimas, pormenores de sua personalidade e de sua vivência, que sinalizam a sua dependência da terra natal: todas as alegrias e todas as tristezas são vividas, com mais intensidade, no sertão nordestino; todos os planos são articulados, considerando esse mesmo espaço; todas as saudades são resolvidas, quando há o retorno ao agreste.

Para o eu do cronista, é nesse universo que o coração se abre, fortalece-se e ganha forças para continuar batendo. Não há o que não se resolva para o nordestino, desde que este esteja em seu território natural. Isso porque, independente da chuva ou da seca, é sempre a mesma terra que os recebe: “Tem sangue da gente nela, ou tem dela dentro do nosso sangue? (QUEIROZ, 1993, p. 20).

Ao professar esse amor à terra, por meio de um enunciador convincente, firma-se uma imagem de afeição ao sertão:

O *approach* do José Lins era de menino do engenho, de senhor do engenho. O meu nunca foi o da sinhazinha. É o da mulher totalmente integrada na vida nordestina. Eu assumo isso em todos os meus personagens. Eu não sou uma pessoa deslocada, sou aquela que não sai de lá mesmo quando sai. Essa diferença eu me reservo e cobro dos outros quando me confundem com a tropa geral dos literatos, eu me isolo disso (QUEIROZ In: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/o-ethos-rachel/> Acesso em 29/03/2013).

A declaração da cronista vai de encontro à noção de deslocamento do personagem contemporâneo, que se sente fora de seu *habitat* quando se vê distante da cena e do espaço do qual é protagonista. Quando na posição de migrante, ainda assim permanece fiel as suas raízes, a sua terra de origem, fazendo questão de salientar que, mesmo quando está longe, aí mesmo é que está lá, no sertão, acentuando a ideia de uma “brasilidade nordestina”, conforme Heloísa Buarque de Hollanda, o que faz transbordar toda a sua noção de “pertencimento cultural”, ao qual Rachel é fiel e declara dependência incondicional.

Richard Sennett declarou, em sua obra *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (1998), que a vida pública, na contemporaneidade, tornou-se, às vezes, uma questão de “obrigação formal”, realizada apenas com o intuito de veicular certas negociações e de viabilizar a instauração de interesses particulares em um contexto social.

Entretanto, tal condição não se aplica aos escritos rachelianos em questão, em que se percebe, claramente, uma demonstração de benevolência em relação ao espaço e ao próximo. Ao declarar sua afeição ao Nordeste brasileiro e ao sertanejo, ao expor as mazelas dessa terra e questionar a postura de algumas pessoas em relação a essa região, o enunciador racheliano coloca em foco questões de cunho social, que dizem respeito a uma coletividade, com o objetivo de alertar sobre algo que vai muito além de seus interesses pessoais.

Se intimidade, numa outra concepção de Richard Sennett, “conota calor, confiança e expressão aberta de sentimentos” (SENNETT, 1998, p. 17), considerando a sociedade numa perspectiva mais abrangente, é nesse ponto que Rachel de Queiroz firma sua escritura, e o enunciador conclui o texto por meio de palavras que apresentam os pares que marcam as relações afetivas no sertão: o homem e a terra, o homem e o próprio homem.

E acima de tudo, do mato, das águas, dos bichos, estão as pessoas. Velhos, homens, mulheres, crianças. Que você conhece como se conhece, sabe o nome de cada um, e do avô, e do bisavô. E você quer um pedaço de conversa com eles, devagar, meias palavras. E quando um se despede, a gente diz “Pois é”, e já está tudo decidido. Ele arranhou o roçado, a casa de morada ou ao menos uma promessa para fins das águas. Sem surpresas, como se fosse tudo encomendado. Tudo tranquilo e entendido (QUEIROZ, 1993a, p. 20).

O eu da crônica conclui o texto “Terra no sangue” reconhecendo toda a sua dependência e necessidade do retorno constante ao seu berço de origem. Muito mais que um espaço geográfico (público), trata-se de uma possibilidade de troca, onde encontra condições de equilibrar sua vida privada.

Por ser testemunha dessa região, seu discurso volta-se para a divulgação do Nordeste, especialmente do sertão, que é pobre, é rude e é seco, mas, em sua essência, é também genuíno, capaz de abrigar todos quantos por lá se embrenharem.

Assim sendo, a construção literária de Rachel de Queiroz atinge patamares de humanidade, capazes de sobrepujar as chagas vividas pela região nordeste do Brasil. Em textos que presumem paixões e afloram sentimentos, os temas voltam-se, quase sempre, ao ser humano, sua descendência e seu espaço.

Conforme as palavras de Mário de Andrade, trata-se de uma literatura que é muito “[...] mais que uma conversão da seca à realidade, é uma conversão à humanidade” (ANDRADE In: CAMINHA, 2010, p. 53), realizada por uma autora que conseguiu representar muitas das dificuldades vividas no sertão, por meio de palavras que não tinham a intenção de provocar pena, mas sim de mostrar o panorama complexo que envolve esse universo tão próximo e aparente, mas que se vê, às vezes, subvertido ou ignorado.

Por meio da crônica, o espaço onde melhor registrou suas reflexões, seus questionamentos e suas vivências, Rachel de Queiroz também declarou seu apego ao Nordeste, anseio capaz de suscitar emoções tão intensas quanto inquiridoras.

Além disso, esses sentimentos mostraram-se reveladores de uma necessidade emergente: a de estar em comunhão com a terra e com os sertanejos, condição essencial para a edificação e a efetivação dos vínculos afetivos que sempre nortearam a vida da cronista.

5 A CRÔNICA DE RACHEL DE QUEIROZ E A INTIMIDADE PROJETADA

5.1 NOS RELACIONAMENTOS PESSOAIS: A COMPLEXA ARTE DO CONVÍVIO

No desenvolvimento inicial do indivíduo, a confiança básica em circunstâncias estáveis de autoidentidade e ambiente circundante – a segurança ontológica – não se baseia, numa primeira instância, sobre um senso de continuidade de coisas ou eventos. Ao contrário, [...] ela deriva da confiança pessoal e estabelece uma necessidade de confiança nos outros que reside, sem dúvida, de uma maneira ou de outra, através da vida toda. A confiança nas pessoas [...] é erigida sobre a mutualidade de resposta e envolvimento: a fé na integridade de um outro é uma fonte primordial de um sentimento de integridade e autenticidade do eu (GIDDENS, 1991, p. 127).

Ao declarar sua paixão pelo ser humano e por tudo que o cerca, Rachel de Queiroz evidencia a sua necessidade de embrenhar-se no cotidiano dos sujeitos, seres ativos e complexos que, em meio aos relacionamentos diários, buscam superar os condicionamentos e as situações a que são apresentados e submetidos dia após dia. Tudo isso, conforme a autora, com o intuito de extrair da vida algo gratificante e raro, como o amor e a amizade, ou mesmo as frustrações, isto é, tudo que diz respeito aos vínculos humanos, condições tão certas quanto imprescindíveis.

Quando esse esforço ocorre com a finalidade de tentar tornar a vida melhor ou, simplesmente, diferente do que ela é, há uma busca, incessante, da compreensão dos relacionamentos, quer eles aconteçam entre pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo, num contexto íntimo ou não, no ambiente familiar e até mesmo em um processo de aproximação casual, fatos que competem ao próprio percurso do desenvolvimento pessoal.

Os relacionamentos humanos são situações que exigem, dos envolvidos, certo desprendimento e, ainda, ruptura com determinadas convenções. Homens e mulheres encontram-se imersos em contextos pouco favoráveis aos vínculos duradouros e sólidos. Conforme Zygmunt Bauman (2004), no “líquido cenário da vida moderna”, o caráter contraditório das relações pessoais tem alcançado proporções representativas e significativas no processo do desenvolvimento humano. De acordo com o sociólogo, ambos se veem em meio a duas situações distintas:

[...] desesperados por terem sido abandonados aos seus próprios sentidos e sentimentos facilmente descartáveis, ansiando pela segurança do convívio e pela mão amiga com que possam contar num momento de aflição, desesperados por “relacionar-se”. E no entanto desconfiados da condição de “estar ligado”, em particular de estar ligado “permanentemente”, para não dizer eternamente, pois temem que tal condição possa trazer encargos e tensões que eles não se consideram aptos nem dispostos a suportar, e que podem limitar severamente a liberdade de que necessitam para [...] relacionar-se... (BAUMAN, 2004, p. 8).

Em meio a essa condição paradoxal, é possível identificar algumas possibilidades de estabelecimento das ligações íntimas humanas: há aqueles relacionamentos que são alicerçados em bases sólidas, capazes de suportar todo o “peso” das decisões e do que as envolve; há, de igual modo, vínculos de raízes tão superficiais que, à sombra de qualquer dúvida, são “arrancados” de seu alicerce. Por outro lado, há aqueles que já nascem desestruturados, sem base alguma, pois são firmados debaixo dos preceitos da nova configuração da vida íntima, que anseia pelo convívio, mas que renega certos tipos de compromissos.

Esses novos arranjos das ligações pessoais, que acontecem nos relacionamentos amorosos (duradouros ou efêmeros), familiares ou sociais, tão complexos, mas próprios da humanidade, apesar de toda a superficialidade que vêm assumindo em sua constituição, não deixam de suscitar a necessidade do outro e da confiança nesse ser. Ainda que a dúvida e a instabilidade sejam constantes nos relacionamentos modernos, a autenticidade do *eu* se dá, de forma mais contundente, quando esta se realiza em meio à mutualidade dos envolvimento.

Assim, quando Rachel de Queiroz apresenta, em suas crônicas, certos relacionamentos íntimos, mesmo considerando alguns inadequados ao seu público leitor, ela o faz de forma cautelosa, mas consistente, considerando todas as circunstâncias que envolvem as ligações humanas, sejam elas próprias ou não para as “leituras de famílias”. Sua representação da intimidade vai além da sedução e da sexualidade. Trata-se de uma exposição de ocorrências que evidenciam os sujeitos em suas parcerias afetivas, emocionais.

De uma forma sutil, porém eficiente, que mais parece refutar a liquidez dos relacionamentos pessoais contemporâneos, mesmo diante dos infortúnios das relações íntimas, a cronista abre-se à complexidade dos vínculos humanos e coloca-os em pauta, para apresentar, aos seus leitores, mais um dos grandes temas existenciais.

5.1.1 “O Enfêrmo” (s.d.)

Nas relações de intimidade [...] a possibilidade de rompimento está sempre mais ou menos presente. Os laços pessoais podem ser rompidos, e os laços de intimidade podem voltar à esfera dos contatos impessoais – no caso amoroso rompido, o íntimo torna-se de súbito novamente um estranho (GIDDENS, 1991, p. 156).

Em *O brasileiro perplexo*, livro de crônicas publicado em 1963, Rachel de Queiroz reúne textos que apresentam algumas “anedotas sertanejas”, certas cenas cariocas, a descoberta da arte de ser avó, fatos do dia a dia, os mistérios da vida, amores e desamores.

Num contexto repleto de marcas da realidade, a autora evidencia a sua ligação com o corriqueiro, mas substancial, mostrando-se capaz de apresentar, em seus textos cronísticos, a beleza, a intensidade e a inconstância de certos relacionamentos pessoais. Afinal, é no interior dessas ligações que o ser humano tem a possibilidade de se envolver, de se aventurar, de se encontrar, de encontrar o seu companheiro e, por vezes, de perder-se em meio à complexidade dessa forma de convívio.

Na crônica “O enfêrmo”, certas emoções vivenciadas em um relacionamento pessoal são colocadas na berlinda. Não se trata, somente, da constatação da existência de uma relação. O texto vai além dessas formalidades. Trata-se da possibilidade de acesso a um contexto íntimo que, conforme os fatos vão se desenrolando, mostra-se palco de inúmeras situações e de desfechos tão complexos quanto inusitados.

“Está morrendo? Não, não está morrendo. Antes morresse. Mas, como diz o médico, pode viver assim muitos anos, pode até enterrar todos nós” (QUEIROZ, 1963, p. 149). Assim se inicia o texto, com uma confissão carregada de rancor, que acaba se mostrando mais pessoal, ainda, à medida que as revelações, a respeito do moribundo, são feitas.

Percebe-se, de início, que não se trata de uma manifestação resultante de uma insatisfação ou de uma carência, mas sim, de uma decepção, a qual tem seu motivo desvelado conforme as circunstâncias vão sendo elencadas e esclarecidas. Por meio de um discurso ajustado em função de uma decepção, o narrador racheliano evidencia sua frustração.

Nem mesmo a figura do indivíduo adoentado, que é “montada” no início da crônica, atribuindo ao mesmo uma condição de humildade consegue reverter o sentimento da narradora. Aquela piedade que surge, repentinamente, em função da condição física do homem, um “morto-vivo”, tão logo se vai, cedendo lugar ao ódio oriundo de um passado que assombra a protagonista, mas que, segundo ela, está sendo desafrontado: “Castigo de Deus, não há dúvida. Castigo. Deus é pai mas também pode punir” (QUEIROZ, 1963, p. 150).

É por meio da memória da narradora que o contexto de sua vida amorosa é compartilhado. A cronista apresenta, nesse momento, uma sequência de ações para justificar a proximidade estabelecida: “E pensar que o nosso casamento começou por intermédio das crianças. [...] o estranho aproveitou para falar comigo, disse que as crianças eram muito simpáticas, bem como educadas – essas lisonjas que facilitam uma aproximação” (QUEIROZ, 1963, p. 150).

Depois dessa conversa, após alguns meses, estavam casados. E, apesar do receio em função da infelicidade do primeiro casamento, a protagonista e o ex-desconhecido passam a dividir o mesmo teto, pois ambos se sentem fortemente atraídos. O que os une, a princípio, é um fascínio mútuo, que se rende à magnitude do amor, sentimento que, mais tarde, tornar-se-ia o grande impulsionador das desavenças entre o casal.

Ao estabelecer uma teia de relações humanas, os sujeitos tornam-se vulneráveis a sua própria criação. Assim, diante dos enredos que envolvem os relacionamentos pessoais, aqueles que, em determinado momento, eram considerados autores e agentes dos próprios atos, acabam se complicando, no meio do caminho, tornando-se vítimas e, mais que isso, totalmente passivos perante a própria existência.

E é nesse ponto que Rachel de Queiroz conduz a crônica “O enfêrmo”. A narradora personagem, enquanto se firmava em sua decisão de não se casar novamente, mantinha as rédeas de sua vida. No entanto, ao ceder aos encantos de seu pretendente, torna-se vulnerável diante de seus próprios sentimentos. Ela acaba se perdendo em meio as suas paixões.

Na crônica em questão, tudo vai bem até que, após a lua-de-mel, os recém-casados passam a viver sob o mesmo teto dos filhos da narradora, Jorge e Regininha. Por muito tempo, ela insistira em não aproximar seus filhos de um

possível padrasto. No entanto, nesse caso, a atração e os laços estreitos entre os amantes tornaram-se fortes e capazes de reverter essa situação.

Conforme Richard Sennett (1998), a perspectiva da existência de intimidade cria expectativas e acaba proporcionando experiências humanas que podem ou não atender aos anseios dos indivíduos.

Na crônica “O enfêrmo”, o desejo da personagem, de que tudo se acerte entre seus filhos e seu amado, acaba não se concretizando:

Na nossa lua-de-mel as crianças ficaram em casa de minha irmã mais velha. Mas ao chegarmos de Campos de Jordão, trouxe-os de volta para o apartamento. Aí, confesso, foi um pouco difícil acostumar meus filhos à presença nova daquele homem, a ocupar um lugar que sempre fôra deles. Regina não se conformava em dormir sozinha num quarto, e Jorge, apesar de aos sete anos se considerar um rapaz, vinha de madrugada me pedir remédio, alegando dor de barriga, dor de cabeça, insônia (QUEIROZ, 1963, p. 150-151).

A proximidade estabelecida entre o casal, no início da convivência, acaba sendo abalada pela presença das crianças, provocando, no homem, uma reação de repulsa tão grande quanto infundada. Afinal, eram crianças e ele já sabia da existência delas antes do casamento.

Anthony Giddens (1991), no livro *As consequências da modernidade*, trata dessa questão com o intuito de explicar que os indivíduos estabelecem certas ligações guiados pela necessidade da mutualidade e da autorrevelação. Os seres se abrem uns aos outros, apropriando-se das circunstâncias advindas da vida cotidiana para que haja um estreitamento das distâncias que os unem. Com isso, correm riscos e até enfrentam perigos, permitindo-se vivenciar situações que os levam ao estabelecimento de ligações íntimas, com aqueles que o cercam, buscando a prática do autoconhecimento e, também, do conhecimento do outro.

Todavia, isso pode não acontecer. O simples querer, por parte do sujeito, pode não se efetivar. Dentro das relações pessoais, as possibilidades são inúmeras, porém, nem sempre condizem com as necessidades dos envolvidos.

E é isso que se dá nessa crônica de Rachel de Queiroz: a protagonista necessita desse convívio. Para isso, precisa reorganizar sua vida

familiar. Seu “querer” não condiz com sua realidade! E é nesse jogo de interesses e nessa confusão de sentimentos que essa escritura se desenvolve.

Regina, Jorge e o padrasto tornam-se inimigos: ele se irrita, frequentemente, com as crianças que, por sua vez, querem preservar a sua intimidade com a progenitora. O ciúme torna-se patente entre os três. Em meio ao amor pela esposa e a irritação com os enteados, Paulo perde-se em seus sentimentos e acaba estabelecendo uma relação conturbada entre todos.

O simples fato de a mulher dormir com um dos filhos, em função de uma dor de ouvido, deixava Paulo furioso. Do ponto de vista dele, sua intimidade estava sendo invadida e preterida. Para as crianças, isso também não era diferente. No entanto, elas tentavam se habituar à nova situação, mantendo distância do padrasto e aproximando-se da mãe apenas na ausência dele.

Meus filhos iam assim se habituando a só me fazer carinhos e a só conversar comigo quando me viam sozinha. Na frente do “outro” tomavam um ar distante, sonso e medroso, que me enchia de angústia e sentimento de culpa.

Curiosa foi a sansão que tácitamente adotaram contra o padrasto: deixaram de o chamar de “tio” como faziam a princípio (*papai*, como eu tentara ensinar, nunca o chamaram) e até de Dr. Paulo, como ultimamente. Para os meninos, meu marido deixou de ter nome. Quando se viam forçados a uma referência direta, diziam constrangidamente *ê/e* (QUEIROZ, 1963, p. 151).

Por meio do uso dos vocábulos “outro”, “tio” e *ê/e*, que denotam certo distanciamento entre aqueles que os pronunciam, Rachel de Queiroz confirma o desencontro entre os membros dessa “nova família”.

A nova estrutura familiar imposta às crianças acaba provocando um desconforto geral. O pai substituto surge como um concorrente na busca pelo carinho e pela atenção da mãe. E o uso dos termos elencados, anteriormente, reforça toda essa situação, estabelecendo um afastamento ainda maior entre os três. Conforme Göran Therborn (2011), o espaço familiar torna-se um “campo de batalha”, onde a competição entre os membros evidencia-se diante das minúcias do dia a dia.

À medida que o tempo vai passando, mais a situação se agrava. Com pouco mais de dois anos de casamento, a convivência torna-se, praticamente, insuportável.

Para a mulher, tudo isso era inaceitável: como podia um homem feito não aceitar o relacionamento entre uma mãe e seus dois filhos órfãos de pai? Quem era o adulto dessa relação? A quem cabia o dever de conduzir, firmemente, o grupo familiar?

No entanto, por mais que ela pensasse em uma forma de reverter essa situação ou até de abandonar o atual marido, não conseguia mudar o rumo dos acontecimentos, pois estava, de uma forma muito intensa, ligada ao seu homem. Como mãe dedicada, sabia que devia optar pelos filhos. Mas, como mulher apaixonada, estava indefesa diante do amor que sentia por Paulo.

O relacionamento do casal é apresentado, pela escritora, como algo superior ao relacionamento entre mãe e filho. Rachel expressa a fragilidade de sua narradora em função do seu “estado de alma”: ela ama os filhos, mas ama o marido também. E está confusa em meio a essa situação, pois seus sentimentos não lhe permitem agir com a razão.

Considerando o fato de que todo presente tem o seu passado e, às vezes, esse passado pode interferir no presente e ditar os rumos do futuro, as crianças, os “fantasmas do passado”, que deveriam completar o sentido do relacionamento do casal, no presente, acabam por desencadear uma sucessão de desentendimentos e de infortúnios no âmbito familiar. Tudo isso, porque o ciúme estava sobrepujando todas as outras possibilidades de sentimento entre o homem e os infantes.

O ápice da crise chega, afinal, no dia do aniversário de Jorge.

Jorge convidara todos os seus amigos do prédio, fiz um bôlo de velinhas – realmente houve muita gritaria e barulho. Meu marido saiu de casa ostensivamente, alegando que eu não tinha o direito de abalar o edifício inteiro com cantoria e uivos, e que essas festinhas eram costumes da roça. Não me bastava dentro de casa a algazarra de duas crianças mal-educadas, eu ainda convocava cinqüenta! (QUEIROZ, 1963, p. 152).

Paulo passou a noite toda da festa sem falar com ninguém. Foi trabalhar no dia seguinte e voltou para casa com a expressão mais carregada ainda. Entretanto, de acordo com a protagonista, sua expressão, agora, era mais de tristeza do que de raiva ou de descontentamento. Sua irritação, sempre tão aflorada diante das crianças e das circunstâncias, cede lugar a uma preocupação súbita que,

segundo as palavras dele, explicariam todas as suas reações e os acontecimentos anteriores.

O marido volta para casa e cria uma imagem de si muito diferente da que vinha apresentando. Com uma postura branda e em meio a gestos amorosos, abre-se à mulher, estabelecendo com a mesma um tom confessional e de cumplicidade. Explica a ela sua infelicidade diante de seu próprio comportamento e faz uma revelação que viria a abalar, ainda mais, as estruturas daquele lar:

Fazia tempo se sentia doente. A tosse noturna – tosse de fumante, lhe parecia antes – se agravava, e deu para lhe aparecer uma febrezinha às tardes. Falta de apetite, cansaço – acabara fazendo uma radiografia do pulmão. Resultado alarmante. Exame de escarro: positivo. Tuberculose já bem instalada, bem adiantada (QUEIROZ, 1963, p. 143).

Por meio de um discurso convincente, apresentado por um médico, um conhecedor do assunto, o “infortúnio” de Paulo atinge proporções alarmantes. E a imagem que se fixa imprime à crônica um caráter de veridicção. Ao optar por um personagem médico falando sobre a sua própria saúde, Rachel compõe o “parecer verdadeiro” do texto.

Diante da fragilidade e da debilidade do marido, a esposa entra em desespero. E isso se agrava quando este revela que haveria uma condição muito dolorosa para que essa situação fosse contornada e revertida sem riscos para toda a família. Como tuberculose era uma doença transmissível, segundo Paulo, médico e entendido do assunto, seria viável e mais seguro que as crianças ficassem longe dele e da mãe também: dele, por ser portador ativo da bactéria; da mãe, porque ela poderia estar contaminada também, pois a “intimidade do casamento” a tornava uma vítima em potencial.

“SERIA PRECISO TIRÁ-LAS DE CASA” (QUEIROZ, 1963, p. 153). Na visão do marido, agora, arrependido de seus atos passados, de suas atitudes com a mulher e com os enteados, preocupado em livrar as crianças do mal que o acometia, essa seria a solução mais acertada e cautelosa. Com ele e a esposa ficando sozinhos, sem o risco da contaminação das crianças, com paciência, vontade e o acompanhamento de um especialista, tudo se resolveria e a família poderia voltar a ficar unida novamente em um futuro próximo.

Ao ganhar voz, por meio do discurso direto, Paulo faz uso de sua fala para convencer o *tu* a quem se refere. Cabe a ele, agora, conduzir o rumo dos acontecimentos:

— Meu bem, tenho horror de pensar nisso, mas quem sabe você não está contaminada também? Convivendo comigo, na intimidade do casamento. Não, tem que afastar as crianças. Afinal, seria um crime... (QUEIROZ, 1963, p. 153).

Vivendo em meio a sentimentos conturbados, em uma relação que lhe exige sacrifícios, a boa esposa fica perplexa ante a declaração e a proposta feita pelo consorte. Todavia, mesmo com o coração confuso, o sentimento da mãe não se opõe à razão: buscando ser uma genitora e uma esposa melhor, para poder atender às necessidades de seus filhos e de seu marido, ela busca no cônjuge exatamente aquilo em que precisa crer. Assim, opta por distanciar-se dos filhos, acreditando ser essa a opção mais acertada em função das circunstâncias.

A psicanalista Julia Kristeva, em seu livro *Histórias de amor* (1988), afirma que o amor é, em suma, um mal, que tem lá seus encantos, mas que desestabiliza e que provoca reações, as mais diversas possíveis. No caso da crônica de Rachel de Queiroz, a protagonista vive em meio às contradições desse sentimento: por amar demais seus filhos, não os quer longe de si. Por outro lado, também ama o marido e acredita que ele, realmente, precisa dela, naquele momento, e que manter as crianças longe, apesar da ausência e da saudade, traria mais benefícios do que problemas. Sendo assim, abrir mão dessa convivência, na ocasião, seria uma prova de amor e de cuidado para com os filhos e o cônjuge.

Além disso, ela precisava acreditar nas palavras do marido, afinal, ele estava abrindo seu coração, estava arrependido e precisando de apoio. Com tudo resolvido, a saúde restabelecida, enfim se tornariam uma família de verdade. Isso porque, consoante Julia Kristeva, é “essencial para o sujeito amoroso que mantenha a existência desse outro ideal, a que se possa imaginar semelhante a ele, em fusão com ele, até mesmo indistinto dele. [...] o Outro ideal é uma realidade, e não uma metáfora” (KRISTEVA, 1988, p. 55). Uma realidade que fazia valer a coragem de se aventurar em um novo casamento e de arriscar a convivência com os filhos por causa de um homem.

Eu via meus filhos em visitas rápidas pois, mesmo durante as férias, claro que não trazíamos Jorge para casa. Cheguei a um ponto em que evitava abraçar meus filhos, beijá-los – quem sabe não estaria passando para eles o maldito micróbio? E vi entretanto que eles se ressentiam e não acreditavam nas explicações que eu lhes dava (QUEIROZ, 1963, p. 154).

A narradora precisava acreditar na nobreza de seu ato, pois percebia que seus filhos estavam cada vez mais ressentidos. As crianças estavam decepcionadas com ela. Mesmo diante da pouca idade, ambos sentiam-se injustiçados e sabiam que, naquele momento, estavam sendo preteridos em função de um estranho que, há pouco, havia entrado na vida deles e desestabilizado a relação que tinham com a mãe.

A ausência do reconhecimento de si mesmos, por parte da progenitora, era indiscutível. Por isso, a reiteração do sentimento entre eles precisaria ser uma constante. Para os infantes, a mãe, que deveria fazer algo por eles e pelo sentimento que os unia, não se manifestava, estava inerte em meio às circunstâncias.

Três anos foi o tempo em que o casal viveu nesse cenário. Paulo seguia seu tratamento sempre sem a presença da esposa, não permitia que ela o acompanhasse nas consultas ou nos exames, tomava os remédios no hospital onde trabalhava, não consentia que a mulher falasse sobre o assunto com qualquer outra pessoa e justificava suas ações, alegando sentir-se humilhado em função da situação.

E, mesmo frente a todas as incertezas desse relacionamento, a esposa não sucumbe e segue firme ao lado do marido. Rachel de Queiroz apresenta, em sua crônica, uma união que, mesmo conturbada, mostra-se resistente à liquidez dos vínculos humanos, ideia defendida pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2004). Mesmo insegura sobre a opção feita e desejosa de que pudesse voltar a estar junto dos filhos, a protagonista segue firme ao lado do marido. Suas vontades individuais não se sobrepõem às necessidades do casal.

Mas eis que, numa reviravolta proposta por Rachel de Queiroz, a relação entre a narradora e Paulo toma um novo curso.

Em uma noite, de repente, o marido passa mal, cai no chão e é levado ao hospital. Lá, debaixo de muita aflição, a dedicada esposa recebe a informação de que se tratava de um *ictus*, um mal súbito, um derrame. Sua reação

foi de pena, de dó. Lamentando-se, comenta com o médico que o atendia que já a tuberculose era demais para o consorte que, com heroísmo, enfrentava-a sozinho, apenas com o apoio dela.

De imediato, o doutor se admira e alega não ter percebido nada que o levasse ao diagnóstico de tuberculose. Por isso, solicita novos exames e busca a opinião de um especialista, que confirma a inexistência da referida doença.

Questionada sobre os procedimentos desse tipo de tratamento, a mulher afirma: “Não, eu não sabia de nada, nunca vira ninguém fazer pneumotórax e não tinha motivos para duvidar da palavra de meu marido...” (QUEIROZ, 1963, p. 155).

No entanto, a conclusão a que chega é que, mesmo abrindo mão da convivência com os filhos, renunciando ao seu amor maternal para viver, única e exclusivamente, uma relação de cumplicidade, de entrega e de cuidados com o marido, ela fora assolada pelo individualismo de seu cônjuge. Sem escrúpulos, Paulo a enganara durante todos aqueles anos. A fim de mantê-la ao seu lado, sem a presença dos filhos do primeiro casamento, mentiu, fingiu e a ludibriou. Passando por cima das regras que direcionam um relacionamento a dois, em que o respeito mútuo funciona como um alicerce, transforma-a naquilo que, para ele, era o ideal: uma esposa dedicada, submissa e focada, apenas, nele.

Sim, nunca duvidara de meu marido! Acreditava cegamente nêle – e, meu Deus, tudo aquilo fôra uma farsa. Aquêles anos de sofrimento, meus filhos me tratando quase como uma estranha. Ah, demônio (QUEIROZ, 1963, p. 155).

Nesse momento da crônica, Rachel de Queiroz foca sua escrita na relação entre estes dois sujeitos apenas: a narradora e seu marido, em função do rompimento do “contrato” estabelecido entre os dois no início dessa relação. Todos os procedimentos de manipulação utilizados por Paulo e suas formas de intimidação são colocados à prova, gerando um discurso firmado na indignação.

Tal descoberta transforma os sentimentos da protagonista. A partir daquele momento, a humilhação e a vergonha passam a assombrá-la. Humilhação, diante da possibilidade de um rebaixamento moral, pois fora enganada; e vergonha, uma desonra humilhante, porque, na presença do outro, compreende que sua

imagem foi maculada e corrompida, o que a torna indefesa perante o ressentimento dos filhos.

O percurso de seu relacionamento amoroso, marcado por muitas tensões, molda, então, a “espessura passional” que a envolve. É a relação com o seu objeto de desejo, o marido, que a transforma. Se, até então, era uma esposa pronta a atender aos anseios e as exigências do cônjuge, em função do amor que sentia por ele, agora, sentia ódio do mesmo, a ponto de deixá-lo sozinho, parálítico e mudo, no leito de um hospital, desejando a morte daquele que a enganara: “E nem ao menos morre. Os médicos dizem que pode ficar quinze, vinte anos no estado em que está, parálítico e mudo – ainda é jovem, bem tratado –, sim, pode nos enterrar a todos!” (QUEIROZ, 1963, p. 155).

Somente a partir dessa descoberta é que a narradora questiona sua paixão pelo marido. Antes disso, até mesmo os filhos foram colocados em segundo plano para que as vontades e as carências de Paulo fossem atendidas. Ela, que devia ser uma boa mãe, podia ser uma boa mãe, optou por ser uma boa esposa, colocando em choque essas duas instâncias. Isso porque, naquele contexto, uma ação não compensaria a outra.

Dessa forma, o que começou como um ato de amor acabou transformando-se em ódio. Movimento que é explicado segundo as concepções de Aristóteles acerca das paixões humanas:

As paixões do coração humano, como as divide e enumera Aristóteles, são onze; mas elas se reduzem a duas capitais: amor e ódio. E este dous afectos cegos são os dous pólos em que se resolve o mundo, por isso tão mal governado. Eles são os que pesam os merecimentos, eles são os que qualificam as ações; eles são os que avaliam as prendas; eles os que repartem as fortunas. Eles são os que enfeitam ou descompõem, eles o que fazem ou aniquilam; eles os que pintam ou despintam os objetos, dando e tirando a seu arbítrio a cor, a figura, a medida, e ainda o mesmo ser ou substância, sem outra distinção ou juízo, que aborrecer ou amar. Se os olhos vêem com amor, o corvo é branco; se com ódio, o cisne é negro, se com amor, o Demônio é formoso; se com ódio, o anjo é feio; se com amor, o pigmeu é gigante; se com ódio, o gigante é pigmeu; se com amor, o que não é, tem ser; se com ódio, o que tem ser, e é bem que seja, não é, nem será jamais (VIEIRA, 1959, p. 108-109).

Em função do rumo dos acontecimentos e das sanções a que foi submetida, a narradora é levada a uma mudança de estado emocional inevitável.

Mesmo indo contra os seus princípios maternais, desiste da convivência com os filhos para cuidar do marido doente. No entanto, é surpreendida com uma revelação estrondosa, que a faz perceber o quanto fora injusta consigo mesma e com sua própria cria.

A partir desse fato, percebe que, ao assumir os riscos de uma convivência amorosa, em detrimento da convivência familiar, admite a possibilidade de viver uma intimidade frágil, predisposta aos arroubos das novas configurações dos vínculos pessoais.

Dessa forma, o ódio irrestrito que surge com a descoberta da farsa torna-se compreensível, já que os indivíduos estão vivendo momentos “sombrios”, segundo Hannah Arendt (2010). Ao se deparar com uma realidade desumana e insensível, que a faz abdicar da presença dos filhos, a protagonista da crônica “O enfêrmo” passa a questionar os valores e as atitudes que a fizeram resistir às intempéries do casamento, para concluir que tudo fora em vão: seus filhos a estavam esquecendo e seu esposo, aquele por quem nutria um amor e um desejo muito forte, traíra a sua confiança, da forma mais cruel que ela poderia imaginar, privando-a do convívio maternal.

Mais do que isso, numa sociedade que se reconfigura a todo instante, quanto mais os relacionamentos afetivos se estabelecem, mais é possível criar expectativas de que a condição humana seja reverenciada e, de igual modo, questionada, visto que a “luz que deveria dissipar a escuridão dos dias sombrios”, não consegue se consumir por muito tempo, em meio às graças e aos infortúnios que se constituem ao redor do homem, que é frágil e instável.

Assim, por meio de uma crônica que relata uma história que poderia ser de qualquer um, Rachel de Queiroz dá voz a uma personagem que é o próprio retrato do cotidiano humanizado pela literatura. Os temas do amor, da traição e da decepção, nas mãos da autora, provocam certa reflexão e conduzem os olhos do leitor a um texto que, abrangendo as experiências e os relacionamentos afetivos entre as pessoas, compõe uma possível construção do cotidiano familiar.

5.1.2 “Aventuras de Mãe e Filha” (s.d.)

Pela escolha amorosa, pela manutenção e fortalecimento do vínculo amoroso definimos o que julgamos particularmente valioso do ponto de vista da nossa cultura e da ética de gênero, nos posicionamos diante de múltiplas dinâmicas culturais de gênero, já marcadas pela afirmação de um lugar identificatório e subjetivo (MATOS, 2000, p. 18).

O livro *Mapinguari* (1989) apresenta crônicas de Rachel de Queiroz selecionadas de dois outros livros, *O brasileiro perplexo* (1963) e *As meninas* (1976). Os textos escolhidos para compor esse volume, apesar de terem sido escritos em momentos distintos, em diferentes épocas e em situações singulares, em sua maioria, são de uma atualidade absoluta.

São crônicas que marcam pelos traços de humanidade, tão presentes e tão propícios à leitura, à análise e à discussão para se tentar compreender certas circunstâncias que fazem parte da vida diária das pessoas, desde as mais solenes às mais simples.

“A história é meio complicada – e isto é leitura para famílias.” (QUEIROZ, 1989a, p. 23). Assim se inicia a crônica “Aventuras de mãe e filha”, texto que, segundo o enunciador racheliano, a princípio, deveria ser contado resumidamente e de uma forma mais refinada.

No entanto, chega à conclusão de que essa versão tornar-se-ia insossa, pouco atrativa àqueles que a lessem, pois, em sua concepção, os leitores aproveitariam da crônica exatamente aquilo que lhes conviesse: aos mais sabidos, nada haveria de novo; aos mais ingênuos, nada acrescentaria.

De imediato, o eu do cronista estabelece um clima de cumplicidade e de aproximação, como se estivesse em meio a íntimos. Com o uso da primeira pessoa, “vamos”, “contemos”, declara aos seus leitores que, apesar da franqueza, não tratará de uma tragédia sobre sexo, envolvendo “édipos e jocastas”, mas sim, de alguns vínculos afetivos ocorridos, de fato, com personagens da vida real, o que, em um primeiro momento, considera ser o grande mérito da referida escritura: apoderar-se de um acontecimento verídico para transcrevê-lo nas páginas de uma crônica.

Entretanto, assumindo uma postura de humildade, confessa que, depois de escrita, a história mais vale pelo que parece do que pelo que foi. Dessa forma, pouco importa se o episódio, realmente, é verídico ou não.

Nesse caso, aconteceu mesmo. Foi na década de 30, em um prédio de apartamentos na Rua das Laranjeiras.

Aconteceu que nos meados dessa década foram morar num dos apartamentos do prédio uma senhora e sua filha; sendo que a mãe estreava não só a moda residencial de moradia de edifícios coletivos como também uma moda social, e se dizia divorciada. Até então, mulher sem marido se declarava apenas “*separada*”. Lá no Norte falavam mais duramente “*largada*”. Nem mesmo *desquitada* se costumada dizer – a palavra era considerada impolida, dura, pejorativa. Divorciado ou divorciada era coisa que só se conhecia de romance e de cinema. Ou de peça francesa, outra coisa em moda, então, e que mais tarde caiu também (QUEIROZ, 1989a, p. 24).

A mãe tinha seus 36 anos e a filha 17. A mãe era funcionária federal, outra novidade para a época. A filha estudava inglês, piano e fazia declamação. Mãe e filha enquadram-se no novo contexto social do século XX: mediante as transformações da sociedade, em que há mudanças no corpo, na alma, na família, nos relacionamentos e na sexualidade, homens e mulheres assumem uma nova postura e instituem um novo rumo à vida e, particularmente, aos relacionamentos afetivos. A mulher divorciada, que trabalha fora, vai morar sozinha com a filha em um prédio coletivo.

No mesmo andar das duas, foram morar, no apartamento de fundos, dois rapazes gaúchos, impulsionados à vida no Rio de Janeiro em função da onda Getúlio Vargas e da Revolução de 30. Um deles era louro, muito simpático e chamava-se Helmut; o outro, baixo, de peito largo, um típico gaúcho da fronteira, chamava-se Manuel e era conhecido por Manolo.

Fazendo jus ao sentido da palavra vizinho, os rapazes e as mulheres se conheceram e passaram a se ajudar mutuamente.

Começou a amizade com um prego na rede elétrica; coisa simples, queimou o fusível. O zelador não estava e o vizinho, o louro com cara de alemão [...] pôs uma araminho no lugar do fusível queimado [...] Depois Manolo, que trabalhava num frigorífico (outra novidade do tempo!), como não tinha geladeira em casa, veio pedir a D. Ormindá para lhe guardar uns filés no gelo. E na hora de receber os bifês, saiu muita brincadeira, procurando ele pagar com um pesinho de *mignon* o aluguel na geladeira, elas se oferecendo para lhe fazerem o churrasco em casa – essas coisas entre vizinhos dos dois sexos que sempre acontecem. Coisas que sempre também acabam em amor, como adiante se verá (QUEIROZ, 1989a, p. 25).

A filha de D. Orminda chamava-se Sônia. E, ao apresentá-la, o enunciatador puxa pela memória a possível razão de a menina ter esse nome, considerando duas possibilidades: a Revolução Russa ou a influência de Tolstói, ponderando, ainda, outras modas que se seguiram na época do acontecido. Rachel de Queiroz, politizada e muito culta, comumente, carregava seus textos de informações que pudessem enriquecer o conhecimento de seus leitores.

O fato é que, de súbito, a bela e esperta Sônia começou um namoro com Helmut. Opostos que logo se atraíram. E o namoro seguia os caminhos habituais à época e, conforme a cronista, talvez acabasse em casamento se continuasse na trilha convencional dos relacionamentos, onde toda forma de amor torna-se importante e ganha proporções inquietantes a partir do momento que alcança a alma dos amantes e passa a contornar suas vidas.

No entanto, eis que surge algo inesperado:

Foi Manolo o imprevisto. Certa manhã Sônia, sozinha, entrava no elevador e logo atrás entrou Manolo. A grade fechou-se, a máquina começou a descer e aí Manolo, sem aviso prévio, sem uma palavra, como se afinal satisfizesse um velho impulso, segurou a menina nos braços; e, feito aquele personagem do poema de Ascenso Ferreira, danou-lhe beijos. Um depois do outro, de sufocar, de parar o coração (QUEIROZ, 1989a, p. 26).

Depois disso, da mesma forma como entrou, saiu, sem dar explicações, apenas com o murmúrio de algo parecido com um “desculpe”, largando Sônia, no elevador, sem nada além da sensação de seus beijos e, possivelmente, uma enorme confusão mental, ocasionada pelo impulso do melhor amigo do seu namorado.

O enunciatador parece querer fomentar o acontecido, apontando a possibilidade de Manolo ter fugido, sem explicações, por lembrar-se do pobre amigo, Helmut, tão apaixonado pela jovem Sônia e tão confiante em Manolo, elegendo-o como confidente a respeito de seus sentimentos pela filha de D. Orminda. O enunciatador racheliano toma as dores do namorado ofendido, como que instigando seus leitores a uma opinião a respeito do ocorrido.

Esse intento de provocar, no leitor, alguma reação diante dos fatos é uma característica que permeia as crônicas de Rachel de Queiroz. As temáticas de seus textos cronísticos apresentam, ainda, questões relativas ao conflito entre a

tradição e a modernidade, como é o que se pode observar na crônica em estudo, em que tudo que diz respeito à vida das personagens centrais reflete essa contradição.

O comportamento do jovem exemplifica, exatamente, o que estava acontecendo na primeira metade do século XX: novos comportamentos marcados por enormes transformações sociais e econômicas, capazes de influenciar as formas de viver e de pensar, num momento em que há uma espantosa ruptura ética nas relações entre homens e mulheres. Incentivado por seu desejo e estimulado pelas novas formas de viver, Manolo encontra forças para chegar ao seu objeto de desejo, sem pensar, a princípio, nas possíveis sanções a seu ato.

Quanto a Sônia, passado o choque, entrega-se à doce sensação de, pela primeira vez, ser tratada como mulher. E, mesmo diante dos conselhos da mãe para afastar-se do intempestivo rapaz, rende-se os seus encantos e debruça-se sobre um novo amor que, imediatamente, substitui o que havia entre ela e Helmut.

A jovem Sônia, até certo ponto, parece encaixar-se na definição dada por Zygmunt Bauman para “os habitantes do líquido mundo moderno”:

Eles garantem que seu desejo, paixão, objetivo ou sonho é “relacionar-se”. Mas será que na verdade não estão preocupados principalmente em evitar que suas relações acabem congeladas e coaguladas? Estão mesmo procurando relacionamentos duradouros, como dizem, ou seu maior desejo é que eles sejam leves e frouxos [...]? (BAUMAN, 2004, p. 11).

Por outro lado, após o término com Helmut e a concretização do relacionamento com Manolo, Sônia passa a dedicar-se, única e exclusivamente, a sua relação com o jovem. Se, antes, era um anjo incompreensível, agora, em meio a muita paciência, submissão e sem caprichos, seu objetivo era casar-se.

Afinal venceu: casou na igreja matriz da Glória, no largo do Machado, com música de órgão e fila de cumprimentos na sacristia. A repartição da mãe veio em peso, os colegas dele, as colegas dela nos diferentes cursos. Até Helmut veio também – e trazendo o seu presente (QUEIROZ, 1989a, p. 27).

Diante dessa mudança emocional da jovem é possível perceber que suas ações são norteadas por suas paixões. Não se trata de uma fuga ou de querer viver relacionamentos frouxos. No caso de Sônia, sua paixão é o que a impele à ação e aos grandes feitos. Há uma transformação. Em função do amor, agora

consistente e fundamentado, as relações e as atividades que ela desenvolve são redirecionadas, atingindo um nível de maturidade, antes, inexistente. E o enunciador da crônica apresenta essa situação com uma linguagem firmada, de fato, no bom resultado dessa relação, anunciando acontecimentos que vêm a confirmar o sucesso dessa investida.

Tudo correu bem durante alguns anos: o casal foi morar no apartamento da sogra, para não deixar D. Orminda sozinha e, também, por questões financeiras, Helmut mudou-se para uma pensão, a sogra fazia de tudo para deixá-los o maior tempo possível sozinhos e Manolo fora promovido na firma. Até que, em uma dessas peças que o destino costuma pregar, Manolo é atropelado por um caminhão de cerveja e passa cinco dias no pronto-socorro, tempo suficiente para acontecer uma grande tragédia na vida de Sônia.

Era a manhã do terceiro dia depois do atropelamento. Sônia fora em casa trocar de roupa. E quando vinha entrando de volta ao quarto do hospital, bem sutil para não incomodar o enfermo, viu que sua mãe já lá estava. Sentada na cadeira ao pé do leito, D. Orminda curvava a cabeça sobre o colchão. Sônia aproximou-se mais, com o coração na boca – quem sabe o marido piorara, estava morrendo. Mas não; o rosto do marido continuava na mesma – imóvel, inconsciente. A mão dele largada em cima do lençol; e com os ombros sacudidos de soluços, D. Orminda inclinava o rosto sobre aquela mão (QUEIROZ, 1989a, p. 28).

A cena vista por Sônia compõe uma imagem que, a princípio, deixa-a confusa. Como que buscando uma explicação para algo inexplicável, ela prefere acreditar na visão de uma sogra zelosa, que chora pela possível perda de um genro que, para ela, era como um filho. A jovem cria a imagem que quer ver. Todavia, essa imagem é logo desfeita e cede lugar à realidade.

Ao narrar o ocorrido, o enunciador racheliano apresenta uma sequência de ações e de reações, desencadeadas pela emoção do momento. Trata-se de um encontro que gera um desencontro, retratado por meio de uma linguagem incisiva, que marca a rapidez do acontecido e da conclusão dos fatos. Sônia depara-se com a palma da mão de Manolo para cima, apertada pelos lábios de D. Orminda, que chorava desolada.

Sônia sentia-se tão chocada, muda, tonta, que não poderia dizer nada – não se lembrava sequer que tinha voz. Aos poucos é que a surpresa foi fugindo, o choque – e em seu lugar chegaram a angústia, a cólera e, acima de tudo, o medo. Aquele beijo na palma da mão, tão íntimo... (QUEIROZ, 1989a, p. 28).

Quando Sônia, finalmente, consegue sair do choque por presenciar aquela cena tão inusitada, passa por efeitos passionais distintos, a angústia, a cólera e o medo, todos provocados pela situação que presencia, pela negação do que, realmente, gostaria de ver e, principalmente, por ser sua mãe a protagonista do acontecimento, aquela em quem acreditava cegamente. A intimidade do gesto presenciada na cena coloca em xeque todas as crenças da jovem, que tinha a mãe como um alicerce.

Ao entender o que, de fato, estava acontecendo, a filha de D. Orminda fica angustiada, ou seja, passa por um momento de ansiedade, que a leva a um segundo estágio: a cólera. Nesse instante, em função da ofensa moral que acredita estar sofrendo, sente-se afrontada e frustrada, pois percebe não mais poder contar com a mãe, que acaba rompendo o contrato fiduciário que as duas mantinham até então. Ao beijar a mão do marido de Sônia, tão apaixonadamente, D. Orminda falta com o respeito para com a filha. E, ao se instalar no relacionamento dos dois, tudo se reconfigura.

Por fim, vem o medo. Um sentimento de aflição diante da possibilidade da concretização de uma circunstância que compromete a integridade moral de Sônia, do casal e da mãe. D. Orminda age em desconformidade com o que se espera dela, enquanto mãe e sogra, e é, imediatamente, punida pela filha que, agora, passa a enxergá-la como uma ameaça. Ao presenciar o beijo e a reação da mãe, diante de sua presença, Sônia é levada a uma preocupação que remete ao futuro: E agora, o que aconteceria na vida dos três?

Nesse ponto, o relacionamento do casal, iniciado sob circunstâncias um pouco adversas, mas que foram revertidas e estabilizadas, por se pautar em um amor verdadeiro, chega a uma outra dimensão. A situação presenciada estabelece um clima de tensão, de decepção e de questionamentos, ameaçando os vínculos firmados até então. Uma terceira pessoa passa a figurar entre o casamento de Manolo e de Sônia, suscitando a ideia de infidelidade, de disjunção entre os três. O ato de D. Orminda pode desestruturar não apenas a relação dela com a filha, mas também, a convivência do casal.

A complexidade das paixões perpassa os sujeitos nelas envolvidos e acaba por decretar o rumo dos acontecimentos. A princípio, Sônia vive essas paixões no seu íntimo, em segredo. Mas, com a morte do marido, ao trocar olhares, novamente, com a mãe, resolve interpelá-la a respeito da cena presenciada: “Que é que ele era para a senhora, mamãe?” (QUEIROZ, 1989a, p. 29).

A pergunta feita pela filha provoca reações físicas e emocionais em D. Orminda, que estremece e entra em choque, conseguindo, apenas, dizer que não sabia do que Sônia estava falando.

Escritora de “linguagem humanista”, Rachel de Queiroz é consciente de que toda mudança estrutural, em qualquer sistema social, depende de mudanças profundas na consciência ou na mentalidade de cada indivíduo. Talvez, por isso, o enunciador da crônica “Aventuras de mãe e filha” acredite na separação de D. Orminda e de Sônia, após o feito inesperado, e até comente a sua opinião a esse respeito. Entretanto,

Sônia queria prosseguir, invectivar a mãe – não teve coragem. Há coisas que a gente não pode falar. Pensa-se, tem-se horror, mas falar mesmo, botar em palavras, é como lhes dar uma realidade positiva, uma presença palpável – e intolerável (QUEIROZ, 1989a, p. 29).

De acordo com o enunciador, o lógico seria que as duas se separassem. Para ele, que inicia o texto alegando tratar-se de uma história imprópria para famílias, o desfecho, considerando os códigos e as convenções que regem os relacionamentos pessoais, deveria ser a separação.

No entanto, ao optar por não questionar mais a mãe a respeito do ocorrido para não confirmar o que, para ela, já estava claro, Sônia decide evitar conviver, tragicamente, com essa certeza, fato que tornaria a coexistência entre elas impossível. Assim, mudam-se para Copacabana e continuam morando juntas. E o ocorrido fica, exclusivamente, na mente e no coração de ambas, ditando, mesmo que de uma forma silenciosa, os rumos da vida das duas.

D. Orminda foi emagrecendo, diminuindo, enrugando – e é hoje uma velhinha dura e seca, de pouca fala. Só conserva do tempo antigo o olhar ardente e assim mesmo de raro em raro o mostra, num lampejo curto. Habitualmente traz os olhos baixos, severos. [...] Sônia [...] Sempre bela, caiu naquela vida meio marginal, um pouco artista, um pouco boêmia – homens, casos, noitadas, viagens. Às vezes, quando está meio alta, diz que se sente um verdadeiro personagem de Machado de Assis. E quando o companheiro, atentando no seu tipo moreno e intenso, faz qualquer alusão à “cigana oblíqua e dissimulada”, ela se impacienta:

– Não, Capitu não. O que eu sou é o Bentinho. O dom Casmurro (QUEIROZ, 1989a, p. 29).

D. Orminda, talvez arrependida ou amargurada por uma saudade inconsolável, foi se definhando, recebendo do tempo os castigos de um envelhecimento triste e solitário. Sônia, em meio as suas recordações e as suas angústias pelo fato presenciado e pela inconstância de seus pensamentos, deixa-se levar por uma vida desregrada, desvinculada dos valores de outrora e torna-se amarga e “casmurra”.

Numa menção à obra D. Casmurro, de Machado de Assis, o enunciador da crônica traz ao texto uma representação do tipo de pessoa em que Sônia havia se transformado. Ao usar a expressão “cigana oblíqua e dissimulada”, por meio de uma linguagem entremeada das nuances que rondam essa personagem machadiana, cria certa expectativa em torno do caráter da jovem, que só mais tarde viria a ser definido, por ela mesma.

Duas mulheres, mãe e filha, um casamento desfeito e a certeza de que nada mais seria como antes. Num mundo em que os relacionamentos se reconfiguram, a cada instante, ação e reação fraquejam, mesmo que silenciosamente, as raízes de uma convivência, antes, firmada em pilares sólidos.

Pessoas comuns estão sempre predispostas aos relacionamentos, às possíveis surpresas vinculadas a esse tipo de aproximação e ao amor. Esse sentimento, conforme Zygmunt Bauman (2004), vive sempre muito próximo do fracasso. Para o sociólogo, trata-se de um envolvimento que pressupõe emergências, mas sem o devido socorro. Quem se envolve nessa condição nunca sabe o que pode encontrar pela frente. Desse modo, parece ser peculiar ao amor a sua complexidade, bem como a forte característica de ditar ou desvirtuar os caminhos de certos relacionamentos.

Talvez por isso seja muito fácil encontrar pessoas comuns, estudiosos do assunto e os mais variados tipos de texto negando a sua compreensão ou debruçando-se sobre essa questão.

Trata-se de uma paixão que atinge a todos, que atormenta o corpo, a mente e a alma, em menor ou maior grau de intensidade, dependendo de quem e do quanto há de envolvimento.

Conforme Bronislaw Malinowski, esse é um sentimento que “conduz muitos a um impasse, um escândalo ou uma tragédia; mais raramente, ilumina a vida e faz com que o coração se expanda e transborde de alegria” (In: GIDDENS, 1993, p. 47). Portanto, trata-se de um fenômeno universal, capaz de unir, de acalmar, de inquietar e, às vezes, de separar mulheres e homens.

Dessa forma, se os relacionamentos pessoais são situações que exigem, dos envolvidos, certa renúncia e, ainda, ruptura com determinadas convenções, é possível concluir que os homens e as mulheres encontram-se imersos em meio a contextos pouco favoráveis aos vínculos duradouros e sólidos.

Segundo Zygmunt Bauman (2004), no “líquido cenário da vida moderna”, o caráter contraditório das relações pessoais tem alcançado proporções representativas e significativas no processo do desenvolvimento humano. E isso tem colaborado para que, no cerne das relações íntimas, nada mais seja considerado permanente. E o homem, às vezes, fique intrigado diante de suas próprias inquietações.

Sônia insistiu em amar, buscou acertar em seus relacionamentos e suportou a decepção da suposta traição e da dúvida. No entanto, mesmo vivendo todas essas situações, permaneceu ao lado da mãe e optou por sofrer intimamente, mudando os rumos de sua vida e de sua conduta.

Talvez, por mais que tentasse provar o contrário, com suas novas atitudes, mais por uma questão de represália do que por desistir do amor e dos relacionamentos. Afinal, não se considerava oblíqua e, tampouco, dissimulada. Apenas, casmurra, uma característica adquirida diante dos infortúnios surgidos ao longo de sua vida.

5.2 NA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE: QUANDO A PRIVACIDADE SE TORNA PÚBLICA

Pois neste “mundo de festas de pijama”, a intimidade perdera fatalmente seu valor ao deixar de se definir por oposição àquele outro espaço onde deveria vigorar seu contrário: o não íntimo, o lugar onde acontecem as trocas com os outros e a ação pública (SIBILIA, 2008, p. 74).

Em tempos de transformação, segundo Paula Sibilia (2008), é “impossível preservar os segredos”. Situações particulares, aquelas de foro íntimo, que deveriam ser resguardadas das especulações e da exposição exacerbada, têm chegado aos espaços públicos, onde alguns valores têm sido subvertidos, ora esquecidos e até mesmo deixados de lado. Quando os indivíduos resolveram se permitir a exposição, até mesmo nas situações mais particulares, negando a si e ao outro o direito à privacidade, muitas circunstâncias mudaram, provocando, por vezes, desfechos positivos, mas também, desenlaces indesejados.

A exposição da vida pessoal tornou-se algo tão comum, em alguns contextos, que quando alguém insiste em não aderir a essa condição, parece estar “remando contra a maré”, indo de encontro à posição da grande maioria das pessoas que, geralmente, acabam cedendo aos apelos da coletividade pública, espetacularizando a própria existência.

Segundo Richard Sennett, as ideias modernas a respeito da vida privada são confusas. Isso porque o “eu de cada pessoa tornou-se o seu próprio fardo; conhecer-se a si mesmo tornou-se antes uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo” (SENNETT, 1988, p. 16). Os indivíduos deixaram de almejar, exclusivamente, conhecer a si mesmos e a sua própria essência. A necessidade do contato e do conhecimento do outro, em alguns casos, acabou se sobrepondo à satisfação do conhecimento de si e do mundo, quando realizado a partir do entendimento e da percepção que cada um é capaz de alcançar.

E precisamente porque estamos tão absortos em nós mesmos, é-nos extremamente difícil chegar a um princípio privado, dar qualquer explicação clara para nós mesmos ou para os outros daquilo que são as nossas personalidades (SENNETT, 1988, p. 16).

Colocar a própria intimidade diante de uma perspectiva de exibição, atrelar a imagem de si ao coletivo e permitir que a sua privacidade chegue ao domínio público têm sido a razão da existência de muitas pessoas, que procuram nessa exposição uma forma de interação, de conhecimento e, na maioria das vezes, de uma mera especulação a respeito do seu próprio eu e, igualmente, do outro.

Em sua essência, a intimidade foi compreendida como uma categoria dos relacionamentos humanos própria para abranger o aspecto interior da experiência pessoal. Sob esse ponto de vista, considera-se íntimo aquilo que não pode ser exposto, que está na ordem do reservado e que se preserva do contato com a esfera pública. Trata-se de um campo de ações que diz respeito ao discurso que se faz de si mesmo, a estruturação da vida pessoal e o conjunto das relações afetivas, amorosas e sexuais que pode ser concebido sob o domínio do familiar, do privado e do secreto.

Entretanto, a intimidade, como é concebida hoje, um campo de especulação e de interesse público, não tem ocupado esse mesmo papel nos relacionamentos sociais. Toda essa ligação com o que é privado e particular tem sido colocada em questionamento, diante dos novos anseios da vida cultural humana e em função das novas exigências impostas pelos contextos públicos contemporâneos.

Dessa forma, cabe aos indivíduos refletirem a respeito das transformações sociais e do seu papel dentro dessa nova disposição, considerando o próprio comportamento e a postura que se quer assumir diante dessa nova organização pessoal e social.

Perante um mundo fragmentado, desestruturado e que apoia e anseia pela espetacularização da existência humana, compete a cada um definir a sua conduta ante ao que se tem feito e o que se há de fazer com a própria vida, a vida do outro e a exposição dos relacionamentos pessoais.

5.2.1 “Tragédia Carioca” (Julho de 1961)

Em uma atmosfera como a contemporânea, que estimula a hipertrofia do *eu* até o paroxismo, que enaltece e premia o desejo de “ser diferente” e “querer sempre mais”, são os outros desvarios que nos assombram (SIBILIA, 2008, p. 8).

A realidade da década de 1960 também é tema do livro de crônicas *O brasileiro perplexo* (1963). Num momento propício às revoluções, aos embates e à subversão, os relacionamentos e a intimidade tornaram-se alvos fáceis de exploração e de exposição. O homem, ora ativo, ora passivo, nesse contexto, acabou sucumbindo aos ideais e aos princípios dessa nova forma de organização social.

Assuntos raramente mencionados, situações particulares, acontecimentos de interesse restrito, relações íntimas, comportamentos sexuais, enfim, certas privacidades, que em outros tempos eram guardadas entre quatro paredes e sob o conhecimento de poucos, tomam o rumo da porta e alcançam os domínios públicos, tornando-se foco das atenções de todos aqueles que se mostrarem interessados por essas questões.

A crônica “Tragédia carioca”, escrita por Rachel de Queiroz, no início da década de 1960, é um exemplo dessa nova forma de exposição da vida privada. Numa conversa franca e despreocupada, uma menina, segundo a narradora, comenta acerca de sua vida e de sua intimidade, sem nenhum receio ou, tampouco, ressalvas. Aparentando ter quinze ou dezesseis anos, afirma ter dezessete e, de imediato, confessa estar grávida e comenta a respeito de seu comportamento e de sua conduta ao longo de sua breve vida.

– A senhora já não ouviu falar em transviada? Pois está aqui uma. Pelo menos até o carnaval dêste ano eu era das péssimas. Doida por garupa de lambreta, anarquia em inferninho, cuba-libre, bolinha, camisa de homem... (QUEIROZ, 1963, p. 84).

Como se estivesse batendo um papo com uma amiga, revela cada detalhe de sua rotina conturbada, de uma adolescência sem regras e voltada, primordialmente, para ações socialmente condenáveis. Sem nenhuma aliança na mão, o que leva a narradora a concluir que ela não é casada, a mocinha põe-se a explicar a sua rotina e se autodenomina: é uma transviada, ou seja, vive em meio às loucuras da vida, sem muitas preocupações com as consequências de seus atos.

Todas as práticas realizadas pela jovem, elencadas sem qualquer preocupação, eram ações condenadas pela sociedade da época: andar na garupa da lambreta de um rapaz, viver em “inferninhos”, beber cuba-libre, usar “bolinha” e gostar de homem, naquela idade e naquele momento, eram atos que feriam os

padrões, moralmente, aceitos. Todavia, ao falar sobre o seu comportamento, escancarando a sua intimidade, a moça o faz sem qualquer constrangimento. Não há entraves em sua fala e nenhuma restrição ao confessar as aventuras vividas.

Nessa crônica escrita em 8 de julho de 1961, a cronista Rachel de Queiroz constrói o perfil do adolescente da época. Num contexto de reivindicações, de protestos e de rebeldia, que marcaram as décadas de 60 e de 70, no Brasil, em função de questões políticas, sociais e culturais, a protagonista ganha voz e esclarece a sua situação. Buscando ser objetiva, curta e incisiva, a narradora apresenta os fatos, permitindo que a menina se abra sem preocupações.

Mais que isso, a escrita de Rachel de Queiroz e a voz que ela imprime em seus textos têm destinatário específico: não se trata, somente, de seu público leitor. Tem-se, aqui, certa crítica aos moralismos da época, um pouco de indignação e muita rebeldia em forma de texto.

Se a intimidade foi idealizada, numa primeira instância, como uma categoria dos relacionamentos humanos que contempla o aspecto interior das experiências pessoais, ela perde a sua primeira forma, nesse contexto, pois deixa de ser aquilo que não pode ser exposto. Se íntimo é o que se encontra num âmbito reservado, distante do contato com a esfera pública, na crônica em questão o que se percebe é, justamente, o contrário dessa definição, pois o discurso que a jovem faz de si mesma é, extremamente, revelador: sua vida pessoal, amorosa e sexual sai do domínio do privado, deixa de ser secreta e passa a ser compartilhada.

Meteu-se com uma turma forte que o pessoal do quarteirão chamava o "jardim de infância"... mas cada jardim de infância! Depois, fêz par com um garôto da idade dela, um cretinho de cabeça de peruca, dizia que tinha vindo dos Estados Unidos mas nem falar inglês não sabia [...] E nem lambreta dêle mesmo tinha, era emprestada [...] então procuravam êsses lugares mais desertos onde se pode dar uma chispada. E a gente andando assim os dois sòzinhos, às vêzes encosta a máquina, tem cada lugar lindo de floresta e montanha, não é mesmo? Êste Rio de Janeiro não é à toa que se chama Cidade Maravilhosa. E depois com essa balda de geração em revolta, educação sexual, ninguém se lembra que pode vir criança, parece tão borô pensar em criança. Pois foi logo o que apareceu (QUEIROZ, 1963, p. 85).

Quando o narrador da crônica dá voz à personagem, ela acaba se abrindo e declarando suas peripécias pessoais. Alegando ser o Rio de Janeiro uma cidade maravilhosa, propícia aos romances, aos amores casuais e, de igual modo,

aos ímpetos sexuais, reconhece que a última preocupação da sua geração é a possibilidade da chegada de um filho. No entanto, é justamente isso que acontece com a jovem.

Em tempos fragmentados e voláteis, totalmente fugidios e perdidos na agitação do mundo em que se vive, a fragilidade de certos relacionamentos acaba encontrando, nas páginas literárias, uma atmosfera favorável a sua exibição. No caso da crônica, a sua própria constituição, que compõe uma escrita breve, capaz de ilustrar quase todos os temas relacionados à cotidianidade, explica a necessidade de se compreender a intimidade enquanto uma nova ordem comum. Tudo isso, com o intuito de elucidar ou de, simplesmente, escancarar o percurso de certas façanhas da vida íntima.

De acordo com Heloisa Buarque de Hollanda (2005),

[...] as crônicas de Rachel de Queiroz denunciam seu caráter de espaço de experimentação entre gêneros, formas e dicções da escrita. A designação de crônica, extremamente maleável em Rachel, abriga da construção meticulosa de perfis a quase-contos de estrutura concisa, passando por relatos, pequenas histórias, reflexões ou simplesmente diálogos abertos com o leitor (HOLLANDA, 2005, p. 22).

Num contexto de produção que possibilita a aproximação com o leitor, não há espaço para exceções. Dessa forma, a escritora apropria-se de certas marcas da oralidade e até mesmo de assuntos condenados, em determinadas épocas, tornando-os foco de sua escritura.

Por isso, a intimidade humana também alcança as páginas das crônicas de Rachel de Queiroz. Nesse caso, numa total transparência, as aventuras da jovem protagonista, mais que uma mera exibição pessoal, criam um ambiente de crítica às convenções sociais do período: “O povo lá em casa recebeu como se fôsse o fim do mundo – quero dizer minha mãe porque a irmã não liga mesmo e pai não tenho mais. Agora me diga, a gente é mulher, e para uma mulher ter um filho é fim de mundo?” (QUEIROZ, 1963, p. 85).

Mesmo contradizendo certas normas da sociedade, a moça não se considera uma contraventora. Para ela, ser mãe é algo natural para uma mulher, independente das circunstâncias que envolvam essa condição. Numa família desestruturada, que já não conta com a presença do progenitor, em que a irmã não

liga para essas convenções, a matriarca não deveria se preocupar com uma questão tão simples, do ponto de vista da protagonista: uma adolescente solteira grávida.

O que se percebe, na crônica “Tragédia carioca”, é um dos pontos que Paula Sibilía destacou em seu livro *O show do eu: a intimidade como espetáculo* (2005). Além da exposição da intimidade, há uma “espetacularização da personalidade”. A jovem protagonista não se importa em expor situações particulares, que dizem respeito apenas a ela e a sua família. Ao invés de refletir a respeito do corrido, de questionar-se sobre a situação, numa busca do que se é e do que se fez, ela prefere exteriorizar o fato, mostrando-se por inteiro, sem se resguardar de qualquer situação. Não há qualquer sinal de introspecção, mas sim, uma nova constituição do *eu*, que deixa de ser aquela primeira pessoa do singular, autor, narrador e protagonista de sua própria vida, para dividir, com a esfera pública, assuntos, antes, considerados íntimos e pessoais, não apropriados para serem partilhados.

Esse texto, entre tantas outras crônicas da década de 60 (50, 70, 80...), suscita o momento político, social e cultural como um exemplo da inventividade de Rachel de Queiroz, ou seja, como a autora escreve, com artimanha, um texto crítico sobre toda a conjuntura da época, que apregoava condições e provocava reações.

A mãe da jovem, indignada com a gravidez da filha, procura a família do pai da criança para exigir um “reparo” da situação. Para ela, o casamento é a única solução para salvar a reputação da menor, que fora “vítima” de toda essa situação. No entanto, a família do moço, que também é menor de idade, alega ser este um “crime recíproco”, em se tratando de dois menores, o que provoca medo na genitora, agora, preocupada com a possibilidade de a filha ir parar em um presídio feminino.

Em meio a toda essa confusão, o garoto, pai da criança, alega não ser necessário nenhum espetáculo diante desse fato, pois ele aceita e quer casar com a jovem. Contudo, é ela quem se recusa a tal acontecimento. Indo de encontro aos anseios da mãe e subvertendo as normas sociais, a jovem repele a possibilidade de um enlace matrimonial em função de uma gravidez. Assim, diante dessa realidade, mais uma vez a narradora dá voz à menina, permitindo que ela explicita os seus verdadeiros desejos:

O garôto diz que não precisa fazer *show*, que êle casa e pronto. Isso êle queria! Mas eu que não quero. Que é que eu ganho casando com aquêle boboca? A senhora me diga, eu posso ter algum futuro? O cara ainda não fêz dezoito, se sabe ler esconde, quanto mais ganhar a vida direitinho, está bem? Eu quero ser aeromoça ou modelo, mas casada não posso ser nada disso, em qualquer dessas profissões não permite casamento (QUEIROZ, 1963, p. 86).

Para a garota, a sexualidade é um elemento próprio das relações pessoais, o resultado das mudanças que se sucederam, na sociedade, e que, de fato, sobrepuseram-se às normas e às convenções. E o que advém dessa ligação deve ser considerado e aceito. Não há que se validar, apenas, um modelo pelo qual tudo deve ser considerado e conceituado. Assim sendo, o casamento, diante do prisma dela, passa a ser uma mera convenção, por isso, deve ser descartado. Antes disso, é necessário repensar a condição de socialização do sexo enquanto discurso real e possível, que acontece em um cenário transformado e predisposto às novidades e às subversões, mesmo que dele resulte uma gravidez não desejada e “inadequada” a uma moça solteira, segundo os códigos sociais vigentes.

Conforme Anthony Giddens (1993), as novas identidades sexuais e relacionais não podem ser desconsideradas ou descartadas, visto que são elas que compõem e que fomentam a existência das comunidades sociais e todas as instâncias que nelas se fazem presentes.

Além disso, segundo os padrões da menina, o casamento, naquele momento, apenas atrapalharia as pretensões dela. Como desejava ser aeromoça ou modelo, contrair núpcias seria o mesmo que desistir desses sonhos. Preenchendo todos os requisitos para as colocações pretendidas, não poderia abdicar dessas possibilidades. Quanto à criança, isso veria depois. Seu único problema era, realmente, a mãe que, certa de suas convicções, não admitia outra solução para o “problema” gerado em função da incosequência da filha, que estava “completamente perdida” e trafegando ao largo dos padrões morais socialmente aceitos.

A certeza da mãe em relação a sua decisão é tão incontestável, que ela decide expor o acontecimento em público, por isso convoca a narradora, uma jornalista, para mostrar à sociedade o resultado das ações de uma “mocidade transviada”, absorta em princípios, segundo a progenitora, contestáveis. E a filha,

convencida de sua conduta, acaba pedindo conselhos à narradora. Não para ela, mas, para a mãe que, de acordo com as suas convicções, é quem está errada.

Sei que a senhora não tem nada a ver com isso, mas não podia dar um conselho? Não falo pra mim, mas para minha mãe, que ela disse que ia telefonar à senhora, pedindo para botar uma reportagem contando como é que está sendo êsse caso de mocidade transviada e que a filha dela é uma vítima da dissolução da família. Mas o que ela quer mesmo é o casamento, e eu já disse pra ela que se fizer o casamento vai ver – tem que sustentar a mim, à criança e ao mustafá do genro. Louco pra isso está mesmo êle! Eu, hem? (QUEIROZ, 1963, p. 86).

A mãe, zelosa pelo bom nome de sua prole, justifica as atitudes da filha alegando ser ela uma vítima do fim da instituição familiar. Para a genitora, esse seria o grande vilão da história. Sem a presença do pai, toda forma de comportamento torna-se possível. Segundo Le Play, “a autoridade paterna é o mais necessário e o mais legítimo de todos os poderes sociais” (In: THERBORN, 2011, p. 29). Para Göran Therborn (2011), o núcleo do poder patriarcal está, mesmo, no domínio do pai sobre a filha e do marido sobre a mulher.

Nesse caso, sem a presença do progenitor, tudo estaria se esvaindo, possibilitando a ruína da família, entidade que, segundo a preocupada mãe, deveria ser preservada. O que ela almeja é o casamento da filha adolescente com o pai da criança, mesmo que isso não seja o desejo da jovem. O que importa, com efeito, é que a menina fique com o “nome limpo”. O custo para que isso aconteça não vem ao caso.

A filha, no entanto, consciente de alguns novos padrões éticos vigentes nas sociedades transformadas, deixa de lado todo o discurso moralista de sua época e acaba considerando a situação algo perfeitamente normal, alegando que casar por conveniência é algo que está “fora de moda”, longe de ser a solução para qualquer problema: “êsse negócio de casar pro bem da honra foi no tempo do dom João Charuto” (QUEIROZ, 1963, p. 87), ou seja, é uma convenção que ficou para trás, que não cabe mais em seus dias e em sua concepção de vida.

Não cabem recalques nessa crônica. E o que se evidencia, no texto em questão, vai muito além de questões vocabulares. Rachel de Queiroz exerceu forte participação política, no Brasil, principalmente durante o regime militar, em que as pressões e as perseguições não a abalaram. Sendo assim, é possível observar,

nas entrelinhas de sua escritura, não apenas as transformações ocorridas no país, no século XX, mas também, as ideologias e os posicionamentos da escritora diante do período abordado.

E a menina segue disseminando a sua intimidade sem excetuar nenhuma ocorrência: “Ela agüenta a mão agora, depois eu fico emancipada, e se a profissão de modelo não der certo sempre posso tentar o rebolado” (QUEIROZ, 1963, p. 87). Para a garota, qualquer possibilidade é melhor que o casamento. Caso ela não consiga tornar-se modelo, ainda assim poderia se virar, usufruindo de seu próprio rebolado, de seus dotes e de suas atribuições físicas, condições pouco convencionais para a época, de uma forma geral. Mas, aos olhos dela, solução totalmente possível e viável.

E o que se evidencia diante da exposição daquilo que é íntimo e, extremamente, pessoal, é o que afirmou o sociólogo sueco Göran Therborn, em seu livro *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000* (2011): a família tem se transformado em um espaço próprio para o embate entre seus membros e aqueles que não fazem parte dessa entidade, mas que estão ao redor dela. O sexo e o poder têm ocasionado combates em função de certos direitos e determinadas obrigações. Tudo isso porque, sendo esta a instituição mais antiga e mais difundida de todas, é sobre ela que recaem quase todas as circunstâncias que rondam os laços pessoais e particulares.

Não se esquivando das gírias, das expressões próprias do momento e de algumas marcas da oralidade, a cronista incorpora essas demandas a seu texto para atribuir maior veracidade ao que escreve: “E, por favor, não bote essa reportagem que ela quer, a turma até pode achar ruim, desacatar a velha, êles são loucos – imagina se acontece aí um acidente, atropelam a minha mãe, quero ver se eu tenho a culpa” (QUEIROZ, 1963, p. 87)

A jovem pede pela não divulgação dessa reportagem, temendo que a mãe possa ser rechaçada por sua “turma forte”, aquela do “jardim da infância”, pois não quer se sentir culpada por qualquer coisa ruim que venha a acontecer com a sua progenitora.

Além disso, chega à conclusão de que, no auge de seus dezessete anos, já viveu muito. E o muito que viveu, fez questão de contar à narradora, sem nenhuma ressalva ou mesmo salvaguardando-se de qualquer retaliação. Para ela,

no fim das contas, sua vida não foi fácil, até então. E a mãe, certamente, é uma das culpadas das muitas ocorrências que sobrevieram aos seus dias.

A vida privada individual da moça aparece, nesse contexto, carregada de miudezas que entram em confronto com o todo do grupo familiar, que apresenta suas próprias atribuições, que não precisam ser pensadas, necessariamente, a partir da individualidade de cada membro componente do conjunto. E o choque entre mãe e filha desencadeia uma ruptura com algumas das convenções que norteiam essa entidade, estimulando uma conversa franca com uma desconhecida, em que a protagonista se sente à vontade para externar todas as minúcias de sua existência.

Conforme Paula Sibilia (2008), essa exposição do homem comum é uma fatalidade, algo inevitável e até mesmo necessário, em determinados momentos e sobre certa dosagem. Isso porque, a exibição, própria ou alheia, a saber, o espetáculo da existência humana, sempre esteve, está e estará dentre os temas que mais chamam a atenção dos seres humanos de uma forma geral. Cabe a cada um definir a sua conduta, analisar o seu passado e verificar o que se tem feito e o que será arranjado de sua própria vida.

5.2.2 “As Palavras Pecadoras” (Setembro de 1995)

[...] é a existência, em nossa época, de um discurso onde o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade, estão ligados entre si (FOUCAULT, 1988, p. 14).

O século XX, assim como o início do século XXI, é marcado por um montante de mudanças, por transformações sociais, pela velocidade das descobertas, das inovações e pela exposição da vida pessoal. Os avanços tecnológicos, juntamente com o desenvolvimento da comunicação e as mudanças nos padrões relacionais, deram ao homem moderno um novo perfil, muitas vezes, mal-assimilado por aqueles que são os maiores envolvidos nessas transformações: os seres humanos.

Com o grande progresso tecnológico e comunicativo, a população se viu diante de novas tendências, de novas situações, de diferentes perspectivas e, conseqüentemente, de uma nova realidade. Realidade esta, causadora de certos

questionamentos, de determinadas discussões, de reações inesperadas, de situações inusitadas e, às vezes, comprometedoras.

Tais acontecimentos acabaram provocando o surgimento de uma sociedade “repaginada”, ocasionando a aproximação de pessoas, mas também, isolando outras muito próximas e até mesmo semelhantes em hábitos e em atitudes, que foram sendo modificados e transformados. Alguns tiveram de se esforçar para se adequar a essa nova realidade e se sentirem inseridos nessa sociedade modificada com a qual se depararam. Outros perderam-se em meio a sua própria exposição pessoal, não conseguindo controlar a intrusão a que foram submetidos.

E, nesse contexto, encontra-se parte da obra de Rachel de Queiroz que, nos últimos anos de sua produção, presenteou seu público leitor com toda a sua visão a respeito dessas transformações, inclusive, no tocante à espetacularização do *eu* que, em alguns contextos, mostrou-se superior à coletividade.

Diante de sua idade avançada, conforme ela mesma dizia, e incomodada com a condição dos homens nesse novo e atribulado mundo, Rachel de Queiroz consegue demonstrar certa perturbação, em algumas crônicas, pois, conforme afirmou Davi Arrigucci Jr. (2001), o gênero em questão tem a capacidade de tratar dos mais diversos assuntos, preferencialmente, aqueles que levam em consideração os aspectos da vida humana.

Falso mar, falso mundo (2002), último livro da autora, reúne oitenta e nove crônicas produzidas entre o período de 1983 até 2000, carregadas das impressões de uma mulher perplexa diante de todas as transformações, diante do progresso e das degradações sofridas pelo mundo e pela sociedade ao longo do século XX. Atenta observadora da realidade que a cerca, nada lhe passa despercebido e, com sinceridade, retrata, nessa coletânea de crônicas, sua visão sobre o cotidiano, sobre a vida privada no espaço público e sobre o atordoamento em que se encontra o homem, personagem que vive totalmente à mercê das transformações e das imposições do mundo.

Na crônica “As palavras pecadoras”, escrita em 30 de setembro de 1995, o enunciador racheliano questiona o pudor em relação ao uso de certas palavras consideradas, em tempos posteriores e distintos, inadequadas e impróprias. Do mesmo modo, pergunta se essa moralidade também se estendia aos costumes dos homens e das mulheres em seu dia a dia.

Nos meus tempos de menina, a palavra *sexo* não existia, escrita ou falada, senão em duas acepções: *sexo* masculino e *sexo* feminino. Podia-se usar igualmente o eufemismo mais elegante: “*sexo frágil*”, “*sexo forte*”. “Fazer *sexo*” nem se lhe conhecia a existência, foi imoralidade importada do inglês, em tempos muito mais recentes. Nos romances franceses (nessa época todas as “*peessoas finas*” só liam em francês), dizia-se às vezes “*fair l’amour*”, mas isso apenas na boca das cortesãs. Porque também era de uso haver cortesãs. Prostituta era palavrão (QUEIROZ, 2002, p. 99).

No início do texto, a enunciadora comenta a respeito do pudor em torno da palavra *sexo* no seu tempo de menina. Essa e outras palavras, segundo ela, constituíam imoralidades e eram substituídas, às vezes, por “eufemismos mais elegantes”, pronunciados com o intuito de amenizar e de mascarar algumas situações.

Sobre a palavra *sexo*, Michel Foucault (1988) salienta que a incitação aos discursos é um tema antigo, datado do século XVII, momento que seria o início de uma época de repressão das sociedades burguesas, em que denominar o *sexo* seria algo estritamente difícil e totalmente complicado. Naquela época, para dominar o *sexo*, no plano real, primeiro houve a necessidade de reduzi-lo ao nível da linguagem. De igual modo, todas as palavras ligadas a essa peculiaridade do comportamento humano, as quais permitiam o conhecimento e o acesso ao campo da sexualidade, acabaram sendo proibidas ou, ainda, extintas.

A historiadora Mary Del Priore, em seu livro *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil* (2011), afirma que, mesmo no século XX, para as mulheres, a palavra *sexo* era proibida. Esse vocábulo não era nunca pronunciado, e saber alguma coisa ou ter conhecimento sobre essa matéria fazia que as mulheres se sentissem culpadas.

Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura (FOUCAULT, 1988, p. 23).

Assim começam as proibições, que atingem, em uma primeira instância, a linguagem. As novas regras de “decência” acabam filtrando as palavras. Num plano posterior, essas proibições estendem-se aos costumes e às ações diárias dos indivíduos, dependendo do tempo e do espaço em que se concretizam.

Sobre o sexo, mais especificamente, os discursos, específicos ou não, não cessaram de se proliferar, tanto no campo da fala quanto no âmbito das ações.

Diante desse quadro, tantas outras palavras acabaram se tornando alvo de reservas e de moralidades. Algumas delas, um tanto quanto curiosas ou, aparentemente, inofensivas, passaram a provocar repulsa e tornaram-se proibidas nos espaços públicos e até mesmo privadas de terem sua divulgação, por meio da imprensa ou, simplesmente, entre os sujeitos, como acontece na crônica “As palavras pecadoras”:

[...] até as palavras mais sagradas da língua, pai e mãe, eram proibidas na imprensa. Só se empregavam “genitor e genitora ou suas variantes, progenitor e progenitora”. [...] Mãe era tão sagrada que, se alguém respondendo a um insulto dissesse: “É sua mãe”, era caso de morte. [...] Mas, voltando ao assunto e palavra ‘sexo’. Virgindade era tabu tão fechado que senhorita nenhuma diria de alguém que “era virgem”, mas sim que “era moça”. E o namorado, em transes de paixão, que ousasse indagar da sua bela se ainda “era moça” receberia um tapa ou uma crise de choro pelo insulto implícito na indagação (QUEIROZ, 2002, p. 99-100).

Muitas palavras não eram pronunciadas em função de convenções morais e pudicas. Às vezes, isso se dava, meramente, como pano de fundo para suplantar ações fora dos padrões considerados normais à época. Mas, como de hipocrisia também se vivia já no século XVII, muito passou a ser considerado, acobertado e questionado desde então.

O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo (FOUCAULT, 1988, p. 29).

Em Rachel de Queiroz, a autoridade e a amplitude de suas crônicas advêm, sem dúvida, da posição de liberdade que conseguiu como escritora consagrada e como mulher independente, “dona de sua pena e de seu destino”, conforme Heloisa Buarque de Hollanda. Mesmo no início de sua escritura, a autora não se acanhava ou se continha diante de temas considerados polêmicos, como se

viu em análises anteriores. Sua postura sempre foi a de literata reservada, porém, consciente das circunstâncias e decidida em suas investidas.

Rachel sempre desenvolveu, com obstinação, uma intensa pesquisa de linguagem e busca de autenticidade para sua escritura, cujo efeito é esta sensação de credibilidade que se cunha as suas obras. Em todos os textos é fácil perceber uma forma bem curiosa do estabelecimento de uma “objetividade-subjetiva”, que existe na romancista, mas que se torna ainda mais clara na cronista, que aborda temas polêmicos, com o cuidado de “não ofender até os mais recatados”, mas com a convicção de estar fazendo a coisa certa ao explorar assuntos que dizem respeito aos seus leitores e toda a sociedade.

Desde tempos muitos remotos, palavras que dizem respeito ao sexo e ao seu entorno acabaram rendendo situações constrangedoras e questionáveis, diante do decoro criado e da moralidade estabelecida ao redor de certas ocorrências ligadas a essa questão. As sociedades ditas modernas não condenaram o sexo à obscuridade. Entretanto, passaram a falar dele e do que diz respeito a ele, sempre, como se estivessem falando de um segredo, levando alguns discursos a um choque com as práticas produzidas socialmente.

E é nesse ponto que o enunciador da crônica “Palavras pecadoras” se concentra: “Havendo assim tanta pudicícia vernacular, haveria correspondente pudicícia nos costumes?” (QUEIROZ, 2002, p. 100). Trazendo à tona uma questão, esporadicamente, questionada, há uma tentativa de reflexão acerca de alguns fatores ligados à intimidade dos indivíduos, que são pouco difundidos e, além disso, raramente colocados em discussão. O zelo diante da pronúncia de algumas palavras é, também, aplicado à conduta das pessoas diante de práticas consideradas pessoais e particulares?

A única conclusão a que consegue chegar é que “pelo menos havia mais dificuldade para o pecado e os pecadores. E sanções também” (QUEIROZ, 2002, p. 100). Em seu tempo de criança, o Código Civil vigente permitia ao marido condenar e enjeitar a esposa, caso descobrisse que ela não era mais virgem. Outro ponto interessante era que as solteironas buscavam consolo para a falta do companheiro e da realização sexual, firmando-se sobre a prerrogativa de que, nunca, haviam sido “tocadas”. Eram *moças* ainda.

Os discursos, sempre mascarados e intolerantes, buscavam disfarçar a realidade. A moral e os bons costumes eram considerados fatores

imprescindíveis e capazes de nortear as relações sociais. Todavia, pairava sobre esses valores uma ambiguidade que, de certa forma, confundia os sujeitos e os grupos envolvidos nas práticas sociais.

Por “moral” entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados em uma doutrina coerente e em um ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias (FOUCAULT, 1984, p. 33).

O comportamento real dos sujeitos, em relação às regras e aos valores que lhes são impostos é que define o “código moral” a ser defendido por um determinado grupo ou individualmente. O princípio de conduta a ser seguido pode ou não ser aceito, dependendo da forma pela qual os homens são submetidos a ele. Respeitar, obedecer, negligenciar ou ignorar essas imposições são práticas que acontecem, de diversas formas, conforme os indivíduos ou os grupos vão recebendo e assimilando esses sistemas de sobrevivência.

Daí o impasse diante das questões relacionadas à intimidade do seres humanos. Quase tudo que se refere à privacidade dos sujeitos provoca desencontros, temores e complicações. Quando as demandas de cunho íntimo são alocadas no domínio público, essas conjecturas tomam proporções incertas, gerando indefinições ao longo de sua verificação. Por isso, até mesmo os discursos em torno da privacidade provocam dúvidas como as do enunciador do texto em questão: as reservas atribuídas ao vernáculo próprio da intimidade, por mera convenção ou numa tentativa de esboçar uma aprovação moral, também são aplicadas as suas práticas?

Os casais irregulares eram também duramente tratados de ‘amigados’ ou ‘amancebados’. A gentil expressão que os moços usam agora, “andar junto”, não existia, porque também não existia a realidade social correspondente. Moça e rapaz não poderiam jamais “ficar juntos”, sem serem expulsos do convívio familiar. E então não nasciam crianças sem pai oficial? Nasciam, é claro, mas as famílias usavam de todos os artifícios possíveis para sonégá-las (QUEIROZ, 2002, p. 100).

O próprio enunciador acaba respondendo as suas indagações. Não só as expressões eram modificadas de acordo com a sociedade corrente. Os hábitos eram conduzidos a partir de modelos e prescrições pré-determinados. Sempre, com o objetivo de zelar pela “moral” e os “bons costumes”. Mas, apesar de todos os “cuidados” para manter intacta a reputação das instituições sociais, as escapadelas se sucediam e eram acobertadas. E isso acontecia, constantemente, com a nobre missão de preservar a honra dos sujeitos e, principalmente, das famílias, entidades, conforme Jürgen Habermas (1984), detentoras originais das questões pertinentes à intimidade.

Nesse jogo de interesses, quanto menos se sabia, mais se ganhava. Por isso, as famílias faziam de tudo para resguardar a imagem de si perante os outros: mães simulavam uma gravidez para manter a reputação das filhas “perdidas”; pais largavam suas filhas à própria sorte, quando estas “enxovalhavam” a imagem da família, restando a elas a possibilidade de se tornarem amantes dos pais de seus filhos ou moças da vida; e as crianças “indesejadas” eram, simplesmente, rejeitadas.

E essa pudicícia em relação às palavras concernentes ao universo íntimo recaía sobre todas as situações absortas nessa condição.

Outra palavra que nunca vi, nesse tempo, escrita ou impressa, foi ‘estupro’. Confesso mesmo que ainda hoje me constranjo em usá-la. Parece violenta demais. O corrente era dizer “fazer mal”. Quer por sedução quer por violência. E outro tema a que mulher nenhuma ousaria aludir era homossexualismo. E vi uma vez certa senhora bater na boca da filha que dissera, entre risadinhas, que um andrógino evidente era ‘amulherado’ (QUEIROZ, 2002, p. 101).

Falar sobre estupro era proibido. A violência contida nesse ato, mesmo sendo praticada contra as mulheres, sempre tão inferiorizadas, chocava a sociedade; portanto, causava repugnância. O homossexual, além de ser um pecador, era considerado um doente, pessoa que precisava de tratamento e de cura. Segundo Ferraz de Macedo, “esses homens possuíam vocabulário próprio e sinais para efetuar suas ‘cantadas’. Identificavam-se por conversas, gestos das mãos e ‘pouca serenidade e circunspeção’” (In: DEL PRIORE, 2011, p. 96). Dessa forma, relacionar-se com eles ou, puramente, mencioná-los, era motivo de repulsa e de revolta.

Até mesmo sobre os homens, quando estes usavam esses “palavrões proibidos”, na presença das mulheres, recaíam questionamentos e sanções.

O próprio enunciador confessa seu constrangimento perante o uso de algumas dessas palavras. A aplicação de determinados vocábulos, segundo ele, pode causar embaraço ou, ainda, repulsa moral. Talvez, por mera convenção ou, até mesmo, por pura convicção, quer seja ela válida ou não. O que reforça, neste momento, o questionamento levantado no início dessa exposição: “Hoje, repito, a gente se pergunta até quando essa pudicícia de linguagem se prolongava nos costumes” (QUEIROZ, 2002, p. 101). Ao que ela responde com propriedade:

Não sei dizer. Provavelmente as dificuldades eram maiores, mas a natureza humana é mais forte, e as coisas se faziam, mesmo sem serem ditas. Havia também, moderando os costumes, a força da Igreja muito mais vigilante e repressora que hoje em dia (QUEIROZ, 2002, p. 101).

Ao se referir a um assunto como o tratado na crônica “As palavras pecadoras”, a cronista Rachel de Queiroz o faz de uma forma própria. É com uma dicção de conversa que relata até mesmo os assuntos mais complexos, com o intuito de reforçar a ideia de “experiência vivida”, seja por meio de um enunciador autorizado ou no papel de ouvinte.

Na referida crônica, o uso das aspas, a todo momento, denotam o zelo no uso de certas palavras, convencionado socialmente. No entanto, retratam certa ironia, inconformidade e até desprezo, por parte do enunciador, diante da “atenção” dispensada a essa questão e, especialmente, às palavras elencadas ao longo do texto.

Conforme o enunciador racheliano, talvez houvesse mais rigor e mais cuidado em relação aos costumes relacionados à intimidade dos indivíduos e dos grupos sociais em sua infância. A Igreja era mais presente e reprimia, com mais afinco, certas situações consideradas proibidas ou impróprias à realidade social do momento. Contudo, inclusive essa instituição “sagrada” era palco de obscuridades e foco de denúncias no tocante à sexualidade e o seu entorno.

Isso posto, por mais que se reprimisse e se condenassem os abusos relacionados às relações íntimas, ainda assim “se amava, se pecava e se fazia o proibido” (QUEIROZ, 2002, p. 101). E isso não era apenas uma questão vocabular.

De acordo com Anthony Giddens (1993), as transformações sofridas pela intimidade, ao longo dos tempos, levaram as sociedades a encarar questões como o amor, o erotismo e a sexualidade, sobre um outro prisma: é preciso que haja a revelação de emoções e de ações pouco prováveis de serem expostas, pelos indivíduos, diante de um olhar público mais amplo. No entanto, é necessário certo cuidado ao se explorar essas peculiaridades, para não recair sobre tabus e convenções tão antigos quanto infundados.

E a moralidade, esta não deve ser praticada, apenas, em meio a abrandamentos vocabulares, pouco ou nada sólidos, sustentados, puramente, com o intuito de atenuar ou de ocultar situações consideradas embaraçosas perante alguns setores da sociedade que se sintam “ofendidos” ou “desestabilizados” ante ao comportamento humano. “Afinal, tanto eles quanto nós somos filhos de Adão e Eva, aliás, “os degradados filhos de Eva”, como se diz na Salve-Rainha...” (QUEIROZ, 2002, p. 101).

Muito além disso vai o papel do enunciador racheliano, que se preocupa em alertar quanto aos falsos moralismos presentes em sua infância. Por meio de um jogo de ideias e de linguagem, que lança certa dúvida quanto aos padrões morais que se instauram em todas as épocas, eis uma escrita questionadora, capaz de estremecer alguns alicerces.

Em um texto que se apoia na confiança, na verdade que se estabelece pelo contato direto entre o enunciador e o *tu* a quem ele se refere, configura-se o tom de Rachel de Queiroz, em que não há “pontos mortos”: a frase flui, fatos se encadeiam e deslizam de uma crônica para outra, num eterno contar.

5.3 NO ESPAÇO PRIVADO E NO ESPAÇO PÚBLICO: A INSTAURAÇÃO DA INTIMIDADE

As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, esse ambiente, o mundo no qual nascemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu [...] (ARENDR, 2010, p. 26).

Toda espécie de vida humana encontra-se enraizada em um mundo de homens e de coisas feitas pelos homens, no qual está a essência e o essencial para a realização dessa vida, que se desenvolve nos domínios privados e públicos. Essas esferas abarcam os espaços possíveis de consumação das ações praticadas

pelas pessoas, quer sejam elas atividades individuais ou *performances* desempenhadas em grupos.

Com a instauração da Era Moderna, no século XIX, e o surgimento da esfera denominada social, que não era considerada nem privada e nem pública, os limites entre esses domínios acabam se confundindo, e a delimitação de uma divisão entre esses espaços torna-se cada vez mais difícil. Uma fronteira muito pequena e frágil passa a existir entre aquilo que compreende o que é privado e o que é público, modificando até os significados que essas instâncias receberam em sua constituição.

Diante dessa realidade, vida privada e vida pública entram em conflito. Certos interesses, que eram de cunho particular, ganham notoriedade e, conseqüentemente, tornam-se alvo popular. Nesse contexto, a intimidade passa a ser considerada muito mais por aquilo que ela representa, diante da sociedade, do que por aquilo que, de fato, ela é. Em muitas situações, a partir dessa nova configuração social, é a noção determinada pelo público que tem dado significação à vida privada.

E essas constatações acabam interferindo não apenas nos espaços. Isso não é mais, genuinamente, uma verificação do que compete ao domínio privado ou ao domínio público. Quando certas privacidades estão no centro das discussões, há que se avaliar, também, todas as perspectivas possíveis no âmbito dos relacionamentos sentimentais, bem como a capacidade de transformação dos indivíduos, as conseqüências dessas mudanças e as implicações disso tudo sobre o outro. Só assim será possível compreender, de uma forma plausível, as novas formas de envolvimento emocional.

Com o fim da fronteira entre o privado e o público, é possível vislumbrar uma nova ordem disciplinar e comportamental, capaz de regular as ações humanas, por meio de mecanismos que favorecem tanto a individualidade quanto as aproximações. Fatores esses que, consoante Richard Sennett (1998), contribuem para o surgimento de uma “sociedade sem deuses”, onde a igualdade prevalece mesmo nas adversidades, e o espírito humanitário é posto em questão.

A crença hoje predominante é que a aproximação entre pessoas é um bem moral. A aspiração hoje predominante é de se desenvolver a personalidade individual através das experiências de aproximação e de calor humano para com os outros. O mito hoje predominante é que os males da sociedade podem ser todos entendidos como males da impessoalidade, da alienação e da frieza. A soma desses três constitui uma ideologia da intimidade (SENNETT, 1998, p. 317).

E o que essa ideologia dissemina é a possibilidade da existência de relacionamentos sociais de qualquer tipo, quer sejam eles legítimos, plausíveis ou, aparentemente, impossíveis.

Para isso, é preciso compreender que a sociedade, ao sair do interior de seu lar, com destino à esfera pública, não apenas enfraqueceu a antiga fronteira existente entre o domínio privado e o domínio público, como também modificou o significado desses dois termos e a importância dos mesmos para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los, em certas ocasiões, distintos, outras vezes, irreconhecíveis.

5.3.1 “Amor & Casamento” (Março de 1997)

Em nosso mundo de furiosa “individualização”, os relacionamentos são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como determinar quando um se transforma no outro (BAUMAN, 2004, p. 8).

A crônica “Amor & casamento”, escrita em 22 de março de 1997, também inserida no livro *Falso mar, falso mundo* (2002), apresenta aos leitores de Rachel de Queiroz as particularidades de um casamento sendo compartilhadas no domínio público. Os acontecimentos da esfera do lar, da família, são analisados, entre as atividades relativas ao mundo comum e os sentimentos pessoais são tratados no espaço da coletividade.

Uma senhora, aparentando quase setenta anos, muito encabulada, vai até o cartório de sua cidade para dar entrada em seu divórcio. Diante do juiz, todos os acontecimentos que permearam o seu enlace matrimonial são trazidos à tona. Em um espaço público e desconhecido, a protagonista se vê diante de uma situação em que a democratização daquilo que lhe é particular se faz necessária.

A mulher entrou no cartório timidamente e, quando mandaram, sentou à mesa do juiz. Vestida de rosa, tinha o cabelo ondulado permanente, a cara pintada e os beiços vermelhos de batom, num esforço comovente para fingir mocidade. O que era impossível, pois os 60 anos já tinham passado ali fazia tempo, e os 70 andavam perto, se ainda não haviam chegado (QUEIROZ, 2002, p. 165).

A imagem da mulher, apresentada pelo narrador, no início do texto, evidencia a figura de uma pessoa que tenta aparentar ser aquilo que não é. Diante da cena estabelecida, é possível perceber que a senhora quer passar a ideia de algo que já foi um dia, mas não é mais. O conceito que ela cria de si não condiz com a realidade visível. Sua aparência demonstra um desencontro entre a verdade dos fatos e a mentira projetada em sua representação.

Mesmo estando em um lugar estranho, no meio de pessoas desconhecidas, logo que a senhora chega ao cartório, parece esquecer essas condições e se permite um momento de desabafo com o juiz. E essa atitude pode ser explicada, ao se considerar o fato de que o privado, que sempre fora uma premissa humana necessária para se preservar certas particularidades, perde sua essência e acaba se ajustando diante do público, uma invenção humana instituída para democratizar aquilo que, de acordo com certas convenções sociais, era visto como algo, meramente, pessoal.

Conforme Richard Sennett (1998), particular e público, inseridos no contexto social vigente, caminham lado a lado, ora distantes, ora próximos. Portanto, aquilo que corresponde ao universo íntimo acaba sendo articulado em um mundo cada vez mais compartilhado e mais carente do conhecimento do outro.

O desabafo da mulher é revelado pelo narrador de forma contundente e esclarecedora:

Sentou na cadeira, pôs-se logo a chorar. Sim, vinha atrás de divórcio. Bem que o povo tinha dado conselho – mas conselho só se escuta depois que é tarde. Casar com um rapaz mais novo 28 anos – ai, mas sabe como é, uma viúva sozinha – e, ela tinha bom corpo, não estava assim acabada; e bem calçada e bem vestida – riso no meio da lágrima – diziam mesmo que era uma viúva chibante. E ele, caixeirinho de bodega, magrinho, maltratado, porém ali todo dia, ocupando o lugar do defunto por trás do balcão – conversa vai, conversa vem – acabou tratando o casamento, casou mesmo (QUEIROZ, 2002, p. 165).

Ainda que tenha sido aconselhada a não se casar com um homem 28 anos mais novo que ela, a viúva, sozinha e orgulhosa, opta por unir-se com o mancebo que a estava ajudando após a perda do marido. Em tempos de individualização, os relacionamentos acabam surgindo como uma “bênção” àqueles que se encontram solitários. Por mais que houvesse diferenças entre os dois, a possibilidade de uma vida partilhada, certamente, era bem mais agradável do que a solidão.

Zygmunt Bauman, quando comenta a respeito da “fragilidade dos laços humanos”, em seu livro *Amor Líquido* (2004), alega que os relacionamentos estão na ordem do dia. Por mais que haja percalços no processo de envolvimento com o outro, ainda assim haverá a necessidade da convivência. Para o sociólogo, os personagens principais dos enredos diários são homens e mulheres que andam

[...] desesperados por terem sido abandonados aos seus próprios sentidos e sentimentos facilmente descartáveis, ansiando pela segurança do convívio e pela mão amiga com que possam contar num momento de aflição, desesperados por “relacionar-se” (BAUMAN, 2004, p. 8).

A viúva escolhe casar-se novamente, ainda que os relacionamentos sejam, geralmente, realizações paradoxais e incertas. Ela assume os riscos ao envolver-se com um homem bem mais novo e investe no caixeirinho, fazendo-o mudar a aparência, dando o que ele não tinha: roupas boas, sapatos novos e lenços de seda, presentes que eram, prontamente, acolhidos e usufruídos sem modéstia ou volteios. E como tudo isso era custeado pelas economias do falecido, o noivo ainda se dava ao desfrute de tirar prosa sobre o feito.

Convivência trouxe intimidade. E junto dessa situação, vieram certas decorrências:

Durante o noivado era assim – ela dava e ele recebia. Mas, passada a lua-de-mel, na sua autoridade nova de marido, que não perguntava mais nada – era só tirando, comprando cavalo, comprando caminhão fiado para botar frete. Chegou a comprar um touro de raça nobre cruzado com holandês (QUEIROZ, 2002, p. 166).

Enquanto o novo marido só “roía o dinheiro”, tudo ia bem, pois a amizade ainda ficava. Dessa forma, tudo se encaminhava em pleno acordo com determinadas convenções sociais, que definem que a mulher deve conformar-se e

submeter-se a um sistema de hierarquia e de obediência. Se é o homem quem deve mandar, enquanto houvesse afeto entre o casal, tudo estaria na mais perfeita normalidade.

No entanto, uma nova crise de choro indica que havia algo mais:

Sim, tudo seria muito bom, se ele então não desse para raparigueiro. Primeiro, as vadiações eram por perto, mas em seguida ele deu pra ir mais longe. E quando ela reclamou, e chorou, e tornou a reclamar, ele então perdeu a paciência, disse que ia largar de viajar, mas depois ela não se arrependesse. Dito e feito, pois na seguinte viagem trouxe consigo uma rapariga paraibana, botou casa para ela na rua da igreja – e dentro da casa a dita cuja tinha de tudo, até criada. E se ao menos, doutor juiz, se ao menos fosse uma rapariga formosa – mas qual, uma cabocla melada, faltando um dente na frente. E, pois, ele mandou então botar um dente de ouro nela, não fosse por isso (QUEIROZ, 2002, p. 166).

Em meio ao desespero, a senhora acaba revelando mais detalhes do seu infeliz casamento: não bastando os mandos e os desmandos do marido, o mesmo dera para traí-la, sentindo-se no direito de ameaçá-la em função do descontentamento dela com essa situação.

Sem nenhuma restrição, a mulher comenta acerca de cada detalhe do comportamento do cônjuge. A intimidade do casal, construída de uma forma nada convencional, transforma-se em motivo de apreciação de uma plateia que, até então, não fazia parte dessa história. Segundo Antoine Prost (2009), por não existir uma vida privada de limites definidos para sempre, o que passa a definir a intimidade são os recortes das atividades humanas que acontecem entre a esfera privada e a esfera pública.

Quando o narrador dá voz à personagem, ela não se incomoda por estar em uma esfera social e confidencia todas as suas agruras. Nesse instante, o “muro da vida privada” cai por terra, abrindo caminho, até mesmo, para as confissões mais íntimas. Num ímpeto de raiva e de desgosto, a esposa declara estar sendo preterida por uma mulher que, de formosa, não tinha nada.

E a paraibana, a amante, queria mais. Apesar de todas as mordomias e luxos que recebia, queria casar-se com o marido alheio. Ele, por sua vez, em meio aos prantos da mulher e da concubina, ameaçou realizar, realmente, tal façanha.

Marlise Matos, em sua obra *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia* (2000), afirma o seguinte a respeito dos relacionamentos:

Ultrapassados os momentos iniciais de contato/encontro, sedução mútua e (re)conhecimento do outro, a relação está pronta para se tornar mais densa e exigir dos parceiros mais “investimentos”, maior disponibilidade de tempo, interesse e motivação para ser mantida. A partir daí, se a relação vai ser consolidada, inicia-se o processo mútuo de “modelação da subjetividade”: esquemas de interpretação a dois são (re)construídos e compartilhados (MATOS, 2000, p. 168).

Segundo a socióloga, passados os momentos iniciais do relacionamento, chega a hora em que a mutualidade torna-se um fator determinante para que a relação aconteça, de forma satisfatória, àqueles que se envolvem emocionalmente.

No caso da protagonista da crônica, é justamente o contrário que se dá: seu novo marido regozija-se com os presentes recebidos, vangloria-se dos mimos que lhe são destinados e assume a posição de “homem da casa”, passando a administrar, como bem lhe convém, o dinheiro do casal. Entretanto, nega-se a dedicar-se, unicamente, a sua esposa. Para ele, seu direito vai além dos bens materiais recebidos. Suas vontades, enquanto homem, deveriam ser atendidas, independente da anuência da mulher.

Tanto isso é fato que, quando declara que pensa em se casar com a amante, “nos crentes”, e a esposa coloca-se contra, deixa de falar com a mesma, como se a errada fosse ela. E o que se pode concluir a respeito do comportamento do marido, em relação ao casal, é que essa instituição não compreende mais uma norma exclusiva. O indivíduo, nesse caso, passa à frente da família.

[...] e daí para diante o criatura deixou de falar com ela. Vinha em casa somente almoçar, e assim mesmo só abria a boca para botar o comer dentro. E quando tinha de se entender com a mulher por causa da bodega, fazia um bilhete que jogava em cima da cômoda, no quarto dela (QUEIROZ, 2002, p. 167).

A escritora Rachel de Queiroz, uma mulher muito ligada à família, sempre deixou claro, em seus escritos e nas entrevistas concedidas ao longo de sua

vida, que seu esteio vinha da convivência com os seus. Para ela, tudo girava em torno do respaldo dessa instituição.

Na crônica “Amor & casamento”, os valores norteadores da vida privada da escritora acabam sendo colocados à prova, diante da traição e dos desmandos de um marido que trafega longe das condutas morais que regem esse tipo de relacionamento.

Assim, parece haver uma “intrusão” da cronista diante do caso apresentado. Quando o narrador refere-se ao esposo traidor, denominando-o “o criatura”, é possível notar certa indignação nesse contexto, considerando o tom impresso à fala, reforçando, mais uma vez, o que a autora declarou ao longo de sua vida a respeito de certas relações íntimas: os valores familiares precisam ser mantidos e resguardados das interferências do tempo e das modernidades.

Há cerca de, aproximadamente, meio século, era a família que se sobressaía aos seus componentes. A vida privada pessoal, quando não se confundia com a vida familiar, ficava em segundo plano ou encontrava-se subordinada a ela. Na crônica “Amor & casamento”, ocorre o processo inverso. O que se vê, ante a conduta do homem, é o que afirmou Antoine Prost (2009) em seu artigo “A família e o indivíduo”:

A relação do indivíduo com a família se inverteu. Hoje, exceto na maternidade, a família não é senão a reunião dos indivíduos que a compõem nesse momento; cada indivíduo tem sua própria vida privada e espera que esta seja favorecida por uma família de tipo informal. E se, pelo contrário, ele se sentir asfixiado por ela? Nesse caso, vira-lhe as costas e vai procurar contatos mais “enriquecedores” (PROST, 2009, p. 80-81).

O casal, que deveria ter uma vida familiar, é condenado ao fracasso em função de uma vida privada pessoal, que acaba determinando o rumo da existência dos dois. O esposo, por se sentir insatisfeito com um relacionamento monogâmico, vira as costas à mulher e sai em busca de outras possibilidades. Sua individualidade sobrepuja a realidade do par.

Essa conduta do esposo deixa a mulher desolada. Sua única saída é o choro, uma vez que seu lar está se esfacelando. E, naquele momento, por mais que fosse ultrajante realizar tal confissão, comentar sobre os detalhes de sua

relação com o caixeirinho, transformar sua realidade pessoal em um assunto compartilhado, talvez seja a única forma de amenizar essa situação.

Em meio a toda essa exposição, personagem e narrador misturam-se e confundem-se, e o resultado é uma confissão sem restrições:

Cada bilhete daqueles, seu doutor, era uma facada no meu coração. E ele, vendo o efeito que fazia, passou a amiudar as cartas, todo dia era uma, ou então botava uns versos, tudo tirado da cabeça dele, que aquilo só tem memória pro que é ruim. E ela ia agüentando, não se separava, imagine, isso mesmo era o que ele e mais a desgraçada da paraibana queriam (QUEIROZ, 2002, p. 167).

E a mulher seguia firme em seus propósitos, ia agüentando todos os infortúnios de sua relação, até se deparar com a reza forte do marido. “E reza forte ela não enfrentava” (QUEIROZ, 2002, p. 167).

Até alguns versos escritos pelo esposo ela lê para o juiz antes de concluir as suas declarações. Aos prantos, confidencia:

— Me dê logo esse divórcio, doutor juiz, pelo amor dos seus filhinhos. Já faz três dias que não como nem bebo, não passo uma hora sem dar um ataque, e ele diz que ainda está na primeira reza. Quando for na segunda, eu sei que não resisto!... (QUEIROZ, 2002, p. 167).

Por meio do discurso direto, sem rodeios, a esposa traída rende-se aos apelos e às ameaças do cônjuge. A essa altura, o que menos lhe importa é a discrição. Sua intimidade fora exposta e arruinada em função do comportamento do marido, e a ela resta, apenas, o consolo da partilha dessa situação.

Diante de uma vida privada que se desloca em si mesma, ajeitando-se ao contexto em que acontece, é preciso compreender que a intimidade, ao ser compartilhada, no espaço público, não apenas reduz o antigo limite existente entre o domínio privado e o domínio público, como também transforma o significado da existência dessas duas esferas e a importância delas para a vida dos indivíduos e dos cidadãos.

Conforme Richard Sennett, o “mundo dos sentimentos íntimos perde suas fronteiras; não se acha mais refreado por um mundo público onde as pessoas fazem um investimento alternativo e balanceado de si mesmas” (SENNETT, 1998, p. 19). Essa democratização desestabiliza, mas também permite que, entre os sujeitos, haja interação, questionamentos e autoavaliação.

Quer aconteça no domínio do privado ou na esfera pública, os homens são individualizados, conforme as ocasiões e os fatos vão se sucedendo ao longo de sua própria existência. Seja por meio de ações comuns a determinados grupos ou por intermédio de práticas particulares, a vida privada vai se constituindo, às vezes, nos espaços íntimos, em outras ocasiões, na esfera pública, o ambiente que, na atualidade, anseia por compreender e desvendar o que diz respeito à intimidade humana.

Independente do contexto em que as relações íntimas aconteçam, na visão da cronista Rachel de Queiroz, o que importa é que os valores norteadores dos relacionamentos humanos sejam protegidos. Por meio da combinação entre o estilo direto, a naturalidade narrativa e a busca insistente pelos efeitos literários da oralidade, suas crônicas acabaram apresentando flagrantes do cotidiano rodeados de conselhos, de cuidados ou, simplesmente, pelo gosto da conversa.

5.3.2 “A Môça” (Novembro de 1960)

Na clássica definição de Richard Sennett, uma cidade é “um assentamento humano em que estranhos têm chance de se encontrar” (BAUMAN, 2001, p. 111).

A filósofa alemã Hannah Arendt, em sua obra *A condição humana* (2010), declarou que as atividades humanas só se consolidam, efetivamente, quando acontecem em um espaço apropriado para o seu desenvolvimento. Segundo a autora, até mesmo as situações que, via de regra, só poderiam ser experimentadas na intimidade, ao serem trazidas para a esfera pública, atingem uma espécie de veracidade que jamais poderia acontecer sem a viabilidade desse deslocamento.

Na concepção da estudiosa, público corresponde ao lugar comum, à possibilidade da vivência com o outro. Nesse espaço construído pelo próprio homem, as situações comuns podem permitir o relacionamento dos sujeitos entre si, proporcionando a existência de vínculos superficiais e, outros, extremamente pessoais. O possível encantamento com as “pequenas coisas”, com particularidades de caráter, estritamente, pessoal, representa a possibilidade do surgimento de uma intimidade a partir dos vínculos estabelecidos na esfera pública.

A crônica “A môça”, escrita por Rachel de Queiroz em 19 de novembro de 1960, representa, de forma categórica, essas proposições apresentadas por Hannah Arendt (2010). Um dos títulos constantes da coletânea *O brasileiro perplexo* (1963), explora a possibilidade do surgimento da intimidade a partir do contato em um espaço considerado, a princípio, impessoal.

Na minha rua moram muitas môças de diferentes profissões – funcionárias, manicuras, comerciárias, enfermeiras. Tem uma que trabalha de noite e a princípio até maldei, porque ela usa umas calças compridas muitíssimo justinhas, dessas que parecem malha de bailarina; nos pés, sandálias douradas; na cabeça, um lenço estampado que se ata sob o queixo; uma grande bolsa debaixo do braço e se toca para o Largo da Glória. Mas depois não maldei mais porque lhe vi, sob o lenço da cabeça, o cabelo todo enrolado em *bigoudis*, como quem está no cabeleireiro. Ora – é elementar, meu caro Watson –, ninguém vai fazer o que se poderia pensar que ela fôsse – de *bigoudis* no cabelo! (QUEIROZ, 1963, p. 101).

Com frequência, as crônicas de Rachel de Queiroz que abordam os relacionamentos humanos são recheadas de experiências vividas e compartilhadas. Seja por meio de um enunciador consciente de suas constatações, ou por meio de um narrador desconhecido, a necessidade do contato humano mostra-se essencial e revela, por vezes, a própria necessidade da escritora que, em muitos de seus escritos, deixou transparecer essa condição.

No início do texto, a enunciadora racheliana fala a respeito das muitas moças que moram em sua rua. Os comentários feitos por ela demonstram o distanciamento existente entre ela e as moças a quem se refere. São impressões, que ela mesma descarta, após uma análise mais minuciosa e atenta. No entanto, apesar da impessoalidade nos comentários, é possível identificar uma necessidade do conhecimento do outro, uma vez que, para compreender a realidade, é preciso que haja certa constância e visibilidade nas relações existenciais.

Para isso, destaca-se a relevância de um domínio público no qual os fatos possam se concretizar e fazer emergir todas as circunstâncias que envolvem as práticas humanas, tanto aquelas que se efetivam às vistas públicas, quanto aquelas que são, essencialmente, privadas.

A distância que, outrora, separava a enunciadora da moça dos *bigoudis* desaparece na primeira oportunidade de contato entre ambas:

Uma tarde nos encontramos no mesmo bonde: ela subiu para junto de mim, apanhou o jornal que derrubei e fêz amizade comigo. Ia para o ensaio, pois o que vai fazer noturnamente no Largo da Glória é justamente apanhar aquêlê bonde que a leva ao teatro. Trabalha de corista, está numa peça horrível que só dá vez para a vedete – a senhora nem calcula, uma coroa com bem quarenta anos cheia de dentes postiços, o maiô é de barbatanas, as meias de malha de aço para agüentarem o açougue que está todo despencando! O coreógrafo já disse mesmo que ela devia ser guardada em frigorífico para ver se endurecia um pouco mais (QUEIROZ, 1963, p. 102).

A indistinção entre as esferas pública e privada e a frágil fronteira entre esses domínios permite que as duas se aproximem. O encontro entre duas estranhas logo se transforma em uma conversa entre amigas. De acordo com Zygmunt Bauman, no “momento do encontro não há espaço para tentativa e erro, nem aprendizado a partir dos erros ou expectativa de outra oportunidade” (BAUMAN, 2001, p. 111). O que há, efetivamente, é o encontro que, sem um passado, oferece poucas condições para um futuro.

Nesse caso, no contexto da vida urbana, as atividades que se sucedem, após o primeiro encontro, criam habilidades de contato que conduzem as duas a vínculos muito estreitos. Num clima de perfeita civilidade, a enunciadora passa a conhecer particularidades da vida da moça. Como se já fizesse parte da vida dela, enuncia fatos e mais fatos concernentes à intimidade da corista. As vozes das duas se confundem em meio a um processo de total interação e de afirmação do nascimento de uma amizade.

Em Rachel de Queiroz, além do Nordeste amado, percebe-se, claramente, a existência de duas cidades: a Ilha e o Rio de Janeiro. Por isso, quando não está ou não escreve sobre o sertão nordestino, região que permeia grande parte de sua obra, é sobre esses espaços que escreve.

O bonde onde as duas se encontram e a cidade do Rio de Janeiro representam, segundo Zygmunt Bauman (2001), o meio propício à prática da civilidade, porque, acima de tudo, correspondem à

[...] disponibilidade de espaços que as pessoas possam compartilhar como *personae públicas* – sem serem instigadas, pressionadas ou induzidas a tirar as máscaras e “deixar-se ir”, “expressar-se”, confessar seus sentimentos íntimos e exhibir seus pensamentos, sonhos e angústias (BAUMAN, 2001, p. 112).

No interior da esfera social, onde se sobressai a carência do homem por uma vida em sociedade, a narradora e sua “amiga” passam a confidenciar certos assuntos. Diante da necessidade do convívio com o outro, há uma formalização das atividades e das ações que compõem o mundo de cada uma delas, levando-as ao conhecimento do que compete à vida do outro. Assim, a intimidade da moça passa a ser compartilhada com a enunciativa que, a partir de então, acolhe essas informações e as toma como verdade, passando a falar sobre e a favor da nova amiga.

O contrário da coroa-vedete é evidentemente a nossa corista e, pelo que parece, corista mesmo excelente. Tem as longas pernas do ofício, cabelos pintados de vermelho, uma cara de boneca pálida – só se dá ao trabalho de pintar o rosto quando entra em cena. De dia vai a uma aula de balé e me confessou que o seu secreto desejo é aprender a falar inglês para tentar a vida nos Estados Unidos. Lá a moça pode fazer teatro que todo mundo tem consideração. Aqui no Brasil, qual, a turma pensa logo que não é artista, é horizontal (QUEIROZ, 1963, p. 102).

Ao usar a primeira pessoa do plural, “nossa”, incluindo seus enunciatários no assunto, a enunciativa compartilha sua opinião a respeito da jovem corista. Nessa altura, a moça já está sob as graças de “todos” e suas qualidades são acentuadas. A noção de intimidade passa a ter outro sentido e, quando dividida com outros, entra em evidência. Aquilo que se refugiava no silêncio e na ausência do contato pessoal, adentra aos espaços públicos. Trata-se de uma conquista: o espaço da vida privada não é mais, somente, o espaço familiar.

As amigadas travadas durante as férias nas montanhas ou os amores saboreados nas praias constituem uma das grandes novidades do século XX: por um paradoxo que voltaremos a encontrar, a vida privada acaba dessa maneira escapando ao cerco doméstico e invadindo o anonimato de certos locais públicos (PROST, 2009, p. 63).

Para a filósofa Hannah Arendt (2010), ser visto e ser ouvido são elementos essenciais ao desenvolvimento humano. Isso porque, na busca do conhecimento de si e do outro, há diversos posicionamentos a serem considerados. Todavia, isso só terá legitimidade quando essas perspectivas diferenciadas não apagarem a identidade das ações e dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O homem individual, aquele que vive apenas em sua singularidade, privado do contato com o outro, pode tornar-se prisioneiro da sua própria subjetividade. Da mesma forma, aquele que torna público tudo que diz respeito a sua existência, pode trilhar por caminhos incertos.

Na crônica “A môça”, a sintonia entre as duas parece ser tão perfeita, que tudo, tudo é revelado ao longo do texto. A cada linha escrita, informações de toda espécie são elencadas. Todas as perguntas da enunciadora são, prontamente, respondidas. E todos os detalhes da vida da corista são revelados, sem ressalvas, deixando evidente a imprescindibilidade desse tipo de contato.

Tem cuidado consigo porque é môça religiosa, devota de São Judas Tadeu [...]

Não possui família no Rio de Janeiro – se tivesse iria lá morar em pensão! –, ficou tudo na pequena cidade de Minas, de onde ela saiu pra fazer carreira aqui. A mãe tinha trabalhado em circo quando mocinha, depois casou com o dono de um bar, largou a profissão. Mas passou-a no sangue para a filha e o pai não se opôs, é fatalista. No começo até lhe davam uma mesada, pequena. Agora, o que ela ganha já chega para pagar alguma roupa, a vaga no quarto, o almoço; as outras refeições, quando não tem convite, substitui por média com pão e manteiga.

Gosta de convites e presentes mas nem sempre aceita – homem quando dá está mas é pedindo. Não passa sem namorado, mas namorado mesmo, não é “caso”. [...] às vezes tem vontade de ser modêlo, mas não pode pagar o curso [...]

Com o corpo que tem já recebeu vários convites para fazer *strip* mas tem horror. [...] tem medo de duas coisas no mundo de engordar e de se apaixonar – por quem não mereça, é claro (QUEIROZ, 1963, p. 103-104).

No decorrer da crônica, a harmonia entre as duas vai sendo confirmada. Quanto mais a enunciadora comenta a respeito das peculiaridades da vida da jovem, mais fica a certeza de que o contato entre elas motivou uma relação muito intensa. Afinal, dividir certas particularidades com uma pessoa que se conhece em um bonde, em pleno Rio de Janeiro, não é algo tão comum assim.

Para Rachel de Queiroz, a cidade é um lugar propício aos grandes acontecimentos, quer sejam eles privados ou de domínio público. Segundo a cronista, as situações que se tornam possíveis no espaço das ruas de uma cidade são inúmeras. Suas observações desse espaço levaram-na à conclusão de que se trata de um local propício aos encontros, como ocorreu na referida crônica.

Quando a escritora refere-se ao Rio de Janeiro, apesar de declarar, publicamente, ser este um lugar provisório para ela, as pessoas retratadas estão na multidão, mas não vivem perdidas nela, porque a cronista capta os momentos que as consagram seres únicos. A cidade é compartilhada e interpretada pelo eu do cronista, que remonta à memória urbana, por meio de seus personagens, considerando o fato de que cada indivíduo traz marcas de seu próprio tempo.

O que se pode concluir é que esse lugar para onde as pessoas estão se deslocando, o domínio público, exige uma nova postura daqueles que nele estão imersos. Somente a partir da transformação dos indivíduos, em cidadãos, é que haverá a legitimação desse domínio, mediante as opiniões dadas por sujeitos que, até então, eram considerados, unicamente, em meio a certa subjetividade e determinadas privações.

Jürgen Habermas (1984) afirma que a vida pública se dá em meio à comunicação, a ponto de os indivíduos se agruparem de acordo com as suas opiniões e as suas escolhas. Dessa forma, estender a própria privacidade a esse contexto consiste em vislumbrar um arranjo capaz de propiciar a interação, onde as confissões pessoais serão ouvidas e analisadas sobre um novo prisma, partindo do contato com sujeitos imparciais, porém, abertos ao diálogo com o outro.

Hannah Arendt afirma que a “abertura aos outros” é “a precondição da humanidade”. Para a filósofa política, o diálogo verdadeiramente humano se diferencia da conversa corriqueira por estar atravessado pelo prazer de estar perto e de ouvir a outra pessoa.

O mundo não é humano só por ser feito de seres humanos, nem se torna assim somente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se transforma em objeto do discurso... Nós humanizamos o que se passa no mundo e em nós mesmos apenas falando sobre isso, e no decorrer desse ato aprendemos a ser humanos (In: BAUMAN, 2001, p. 177).

Ao se considerar a assertiva de Hannah Arendt é possível atribuir ao encontro, na crônica em questão, um quê de humanidade. A enunciadora sacia a sua necessidade do conhecimento do outro, permitindo que a jovem se abra sem nenhum receio ou reservas. Ao mesmo tempo, a moça que vive longe da família encontra alguém com quem dividir a sua intimidade, enfim, os fatos que permeiam

sua vida. Tudo é compartilhado! E, se há outros interesses por parte de qualquer uma delas, o que se evidencia é o prazer do contato e do diálogo.

Falta acrescentar que tem dezenove anos, altura 1,68, cintura 58, busto 88, quadris 89, tornozelo 19, coxa 50. [...]
Toma banho de sol na cama quando o sol das duas da tarde entra pela janela do quarto. Não tem tempo para praia e, tomando o sol assim sôzinha, pode se despir e o bronzeado fica mais por igual.
Lê histórias de amor em quadrinhos, só gosta de fita triste, um dia ainda há de comprar uma boa vitrola, porque adora neste mundo é disco. [...] (QUEIROZ, 1963, p. 104).

Diante de toda a afinidade estabelecida ao longo da crônica, iniciada em um contato informal e inesperado, é possível concluir que a intimidade, fenômeno peculiar à vida privada, pode recorrer a um processo inverso para a sua instauração. Ao se falar de coisas que só poderiam ser experimentadas na privacidade, isso se dá, instintivamente, nos espaços públicos, onde essas circunstâncias assumem a condição de realidade. E as ruas da cidade, nas crônicas rachelianas, acabam favorecendo esse encontro.

Somente a partir da consolidação de um domínio público, onde a imediata transformação dos indivíduos, em comunidades, se fizer de forma completa e indistinta, é que se formarão os verdadeiros espaços de convivência. A partir daí, conforme Jürgen Habermas (1984), as outras esferas encontrarão o seu lugar no domínio público. E então, os indivíduos tornar-se-ão cidadãos diferentes, ligados ao próximo, especialmente, por meio dos vínculos afetivos.

Basta que tanto o “isolamento radical” quanto a “exposição descomedida” deixem de existir e de promover as “tirantias existenciais”, provenientes dos excessos e das transgressões, provocando privações que vão muito além da questão do privado.

Só assim será possível encontrar o equilíbrio entre o que compete à intimidade e ao senso comum, quando a vida privada se antecipa ao domínio público. Pois é nesse ponto que as parcerias são estabelecidas e resguardadas dos infortúnios e das tirantias da intimidade, como se pôde ver na crônica “A môça”, de Rachel de Queiroz, texto em que a sociabilidade derrubou as barreiras e as limitações, geralmente, impostas pelo tumulto das cidades e a impessoalidade das relações humanas.

Perguntei qual, na verdade, o desejo mais forte do seu coração – afora os Estados Unidos.

Ela corou e acabou confessando:

– Ser vedete de uma grande revista e descer a escada na apoteose carregando duas toneladas de *pailleté* e plumas... (QUEIROZ, 1963, p. 104).

Na crônica “A môça”, a enunciadora racheliana deixa-se seduzir pelo momento do encontro. Num ambiente citadino, atordoado pela correria diária, um contato no bonde acaba determinando o nascimento de uma amizade. Por meio da ênfase nas particularidades da moça, o vínculo afetivo é instituído. E, mesmo em meio a um espaço público, capaz de gerar individualidades, uma relação é estabelecida e confirmada à medida que a enunciadora vai demonstrando total conhecimento da vida da nova amiga.

Em um espaço público da cidade, instaura-se certa intimidade no contato entre as duas, o que acaba confirmando a possibilidade da existência de um cotidiano humanizado, característica tão peculiar aos textos cronísticos de Rachel de Queiroz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] os historiadores recentemente descobriram o fascinante universo dos cronistas modernos que, ao contrário de alguns de seus predecessores, abdicam de assumir como tarefa primordial o registro pretensamente objetivo do acontecido para abrir espaço ao comentário pessoal, ao olhar subjetivo, à busca do significado efêmero e do fragmentário, ainda que mantendo paradoxalmente em comum com os cronistas de todos os tempos o desejo de, através da crônica, condensar na letra o tempo vivido (NEVES, Margarida de Souza. In: RESENDE, 1995, p. 17).

Como afirmou Margarida de Souza Neves (1995), o desejo de representar o “tempo vivido” sempre esteve dentre os projetos dos cronistas brasileiros. À vista disso, é possível considerar essa atividade literária como uma das formas de retratar a realidade dos indivíduos, quer seja ela de caráter privado ou público, pertencente a âmbitos restritos ou amplos. A esse “tempo vivido” correspondem os contextos humanos, ou seja, as atividades próprias da existência, aquelas que apresentam as decisões, as ações e os relacionamentos a que os homens estão expostos diariamente.

Todos esses sistemas abstratos que circundam os sujeitos acabam perpassando os vínculos afetivos a que os mesmos são submetidos. Quando o ser humano estabelece uma rede de ligações, pessoais ou impessoais, fica sujeito a ela, pois a fragilidade e a heterogeneidade das relações humanas acabam ditando o rumo dos acontecimentos e, ainda, regulamentando as consequências provenientes dessas ações. O desenvolvimento das sociedades e as transformações que aconteceram no interior dessas instituições são fatores que contribuíram para que a vida cotidiana assumisse configurações inconstantes e paradoxais ao longo de sua realização.

Diante dessa perspectiva de representação do desenvolvimento individual e coletivo, eis a crônica, gênero literário capaz de abarcar, na forma, no conteúdo e na linguagem, as questões que perpassam e tematizam o tempo, a ponto de o mimetizarem, absorvendo para si tudo que circunda a vida humana, apresentando os seres, suas características, os espaços onde circulam e as condições que os tornam únicos diante de toda a existência.

A história do fazer cronístico, no Brasil, teve início há muito tempo, por volta de 1825. Escrevendo no *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, Francisco

Otaviano de Almeida Rosa abriu espaço para esse tipo de escritura. Segundo Afrânio Coutinho, José de Alencar foi quem “imprimiu à crônica a mais alta categoria intelectual” (COUTINHO, 1986, p. 124), em sua época, após substituir Otaviano no *Correio Mercantil*. Desta feita, os autores românticos foram os primeiros cronistas brasileiros, e iniciaram seu trabalho produzindo textos grandiosos nessa categoria, tornando-a, desde o princípio, uma forma de expressão da sociedade.

Depois disso, muitos escritores brasileiros, passando por Machado de Assis, Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Rachel de Queiroz e tantos outros, até os contemporâneos, desenvolveram esse gênero, apegado ao dia a dia, com uma linguagem descontraída e despida de artificialismos (mesmo quando poética) que induz a uma intimidade, a uma cumplicidade, que provoca reflexões e certo compromisso diante da ideia de compreender os entornos da convivência humana e a capacidade de interação (ou não) entre os homens.

Se alguma coisa em comum possuem escritores tão diferentes entre si é, no plano expressivo, a decisiva incorporação da fala coloquial brasileira, que se ajustava perfeitamente à observação dos fatos da vida cotidiana, espaço preferido da crônica, por tudo isso cada vez mais comunicativa e próxima do leitor. Na verdade, ela se tornava um campo de experimentação de uma linguagem mais desataviada, flexível e livre, adequando-se à necessidade de pesquisa da realidade brasileira que passara a se impor à consciência dos intelectuais [...] (ARRIGUCCI, 2001, p. 62-63).

Essa realidade brasileira, diante das ações dos indivíduos e da possibilidade da elaboração e da constituição da história de cada um, voltou-se, de uma forma mais direta, aos relacionamentos sentimentais, os grandes norteadores dos sujeitos em um mundo que teme, mas que anseia pelos vínculos afetivos. Motivados pela busca de uma democratização da vida privada, indivíduos atiraram-se aos espaços públicos, uma invenção, puramente, humana, para difundir aquilo que, em função de determinadas normas e de certas convenções sociais, era considerado íntimo, portanto, fadado ao segredo, à privacidade.

Perante essa constatação, perceber as várias perspectivas que norteiam a intimidade, suas transformações e até suas tiranias torna-se essencial para que o comportamento humano seja compreendido e o papel do homem, em qualquer espaço, seja reavaliado e considerado. Isso porque, com a emergência da modernidade, os vínculos pessoais passaram a ser verificados como condição

própria da vida, tornando-se capazes de estabelecer uma forma de comunicação, de cooperação e até de compromisso perante o outro, mesmo que isso represente a desconstrução do indivíduo, no afã de validar o que é essencial para o convívio com o outro, ou seja, a formação do cidadão.

Os homens vivem em busca de parceiros e procuram envolver-se em relacionamentos, amorosos, sexuais ou, simplesmente, fraternais, a fim de escapar da aflição da individualização e da fragilidade dos laços afetivos, mesmo que essa busca os leve ao encontro de uma vulnerabilidade maior ainda.

Pessoas vêm e vão, as oportunidades batem à porta e logo desaparecem, e as relações, nesse entremeio, tendem a ser flutuantes, delicadas e flexíveis. No entanto, num mundo ávido pelo contato com o outro, não há mais como escapar dessa constatação: “Ninguém pode prever o que será a partir daquilo que é’ – mas ninguém pode suportar com leveza essa impossibilidade. No mar da incerteza, procura-se a salvação nas ilhotas da segurança” (BAUMAN, 2004, p. 45).

Todas essas implicações tornam-se possíveis, pois não há mais uma fronteira consistente entre o domínio privado e o domínio público.

Na Antiguidade e na Idade Média, quando ainda havia certo distanciamento entre essas esferas, os espaços destinados à sobrevivência e à reprodução humana encontravam-se bem delimitados e não adentravam aos domínios das ações políticas, isto é, das práticas sociais.

Quando a sociedade se transforma no suporte das massas, os interesses privados ganham relevância pública e, com isso, a intimidade é reconhecida e representada sob uma nova perspectiva: as relações sociais passam a ser determinadas a partir do indivíduo, proporcionando encontros e desencontros entre a vida privada, a vida pública e os envolvidos nesse processo, fato que pode ser constatado, ainda hoje, nas sociedades contemporâneas.

Desde a era moderna, é a noção de público que tem dado significado à vida privada. O indivíduo e o cidadão tem se misturado, às vezes, transformando-se em um único ser, em outras ocasiões, buscando, mesmo, a individualidade.

Por isso, essas esferas têm sido submetidas às inconstâncias dos relacionamentos, que envolvem muito mais que questões referentes ao espaço onde acontecem. A diluição da fronteira entre o privado e o público acabou estabelecendo uma nova ordem disciplinar, capaz de orientar a vida dos homens, por meio de

aparatos que favorecem o surgimento das individualidades, no entanto, conduzem-nos ao encontro dos meios de se integrarem nos grupos sociais.

Os relacionamentos que pressupõem intimidade, quando compartilhados, podem desestruturar certos vínculos pessoais, mas também, reorganizar a aproximação entre os sujeitos, dando significação à existência humana. Segundo Anthony Giddens (1993),

A possibilidade da intimidade significa a promessa da democracia [...] A fonte estrutural dessa promessa é a emergência do relacionamento puro, não apenas na área da sexualidade, mas também naquelas das relações pais-filhos, e em outras formas de parentesco e amizade. Podemos vislumbrar o desenvolvimento de uma estrutura ética para uma nova ordem pessoal democrática, que nos relacionamentos sexuais e em outros domínios pessoais se adaptam a um modelo de amor confluyente (GIDDENS, 1993, p. 205-206).

Ou seja, os relacionamentos que denotam intimidade, presumem uma abertura de um em relação ao outro, em que é fundamental o conhecimento das peculiaridades daquele com o qual o vínculo se estabelece. É a relação que precisa ser especial, independente da pessoa, da forma e do espaço em que ela se concretiza. A prioridade está no conhecer e no interagir com o outro ou com o alvo de convívio idealizado.

Diante de todas essas constatações, as crônicas de Rachel de Queiroz prestaram-se, de forma consistente, às verificações propostas. Ao apropriar-se das questões concernentes aos relacionamentos íntimos, a cronista apresenta muito mais que situações vinculadas à sedução ou à sexualidade, como, frequentemente, ocorre em textos que vislumbram esse tema.

Perante a instabilidade e a liquidez dos laços humanos, em sociedades onde seus membros mudam num tempo muito curto, dificultando a consolidação das formas de agir e de se envolver, as realizações apresentadas pela cronista, individuais ou coletivas, tentam permanecer alicerçadas nas relações humanas.

Conforme Haroldo Bruno (1977),

Sem procurar uma exata correspondência com situações vividas, o leitor encontraria inúmeros fatos e flagrantes que possuem certa unidade entre si e com o modelo humano que os motivou. [...] É um diálogo absolutamente desintelectualizado, caracterizado antes pela presença de um extraordinário interesse em relação ao homem e à vida em seus aspectos imediatos, cotidianos (BRUNO, 1977, p. 112).

É notório, nas crônicas de Rachel de Queiroz, um interesse pelo ser humano, que é transportado a tudo que o rodeia: suas ações, suas reflexões e suas relações com o mundo e com as pessoas que o cercam. Ao incorporar, em seus textos cronísticos, o substrato da existência humana, a escritora traz à tona questões privadas totalmente capazes de apresentar e de representar os indivíduos em suas manifestações sociais, quer elas aconteçam no domínio do privado ou nas esferas de ordem pública.

Há, portanto, na prática da cronista, em função da proximidade do autor e do leitor implícitos, ou seja, da imagem dos dois que é construída pelo texto, uma ligação entre essas instâncias, que se fortalece, à medida que a intimidade pressuposta se materializa diante das ações realizadas, dos fatos e dos espaços visitados.

Na presença de um narrador que, por vezes, dá voz aos personagens, certas circunstâncias pertinentes à intimidade dos sujeitos são expostas, em contextos propícios a sua verificação, em que há uma preocupação em abordar tais assuntos, sem perder de vista a necessidade da preservação dos vínculos afetivos, tão complexos e imprevisíveis, porém, fundamentais para o desenvolvimento humano e o seu entendimento.

Além disso, em meio aos trabalhos acadêmicos dedicados à escritora e à fortuna crítica sobre o tema e o objeto de análise desta tese, em estudo na obra racheliana, notou-se a necessidade de uma investida sobre esses aspectos, visto que, é no gênero romance, ou ainda, no âmbito do regionalismo ou da escrita feminina, que Rachel de Queiroz tem sido, eventualmente, estudada.

Vistas em seu conjunto, as crônicas de Rachel de Queiroz, apresentam os mais diversificados perfis humanos, personagens eleitos pela cronista em episódios percebidos ao acaso ou contemplados no dia a dia.

Por meio de crônicas que ora são contos estruturalmente perfeitos, ora diálogos abertos com o leitor, que representam cenas da vida carioca, as

agruras e os encantos do sertão nordestino, reflexões sobre o amor, os relacionamentos e a afetividade humana, o tempo e a morte, os textos cronísticos da autora surpreendem e reproduzem certas relações que são próprias dos homens.

Esqueça-se de si o mais que puder – sincera, humildemente. Olhe os outros com olhos deprevenidos, olhe o mundo, olhe as coisas. Transforme-se em espectadora e, enquanto seus olhos puderem enxergar, quantas coisas terá para ver! (QUEIROZ, 1989, p. 40).

REFERÊNCIAS

Bibliografia – Rachel de Queiroz

QUEIROZ, Rachel de. *O brasileiro perplexo*. Rio de Janeiro: Editôra do autor, 1963.

_____. *O caçador de Tatu*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. *100 crônicas escolhidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

_____. *As meninas e outras crônicas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

_____. *O jogador de sinuca e mais historinhas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

_____. *Mapinguari*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989a.

_____. *100 crônicas escolhidas. O caçador de tatu*. v. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989b. (Obra reunida)

_____. *As terras ásperas*. São Paulo: Siciliano, 1993a.

_____. *Um alpendre, uma rede, um açude: 100 crônicas escolhidas*. 7. ed. São Paulo: Siciliano, 1993b.

_____. *A donzela e a moura torta*. 2. ed. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. *A longa vida que já vivemos*. Rio de Janeiro: Editora Agora Comunicação Integrada, 1998.

_____. *Falso mar, falso mundo*. São Paulo: Editora Arx, 2002.

_____. *Cenas brasileiras*. In: *Para Gostar de ler*. São Paulo: Ática, 2003a.

_____. *Existe outra saída sim*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003b.

_____. *Rachel de Queiroz*. Sel. e pref. Heloisa Buarque de Hollanda. São Paulo: Global, 2004a.

_____. *A casa do morro branco*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____. *Pedra encantada*. Sel. Maria Luiza de Queiroz. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

Bibliografia – Outros cronistas brasileiros

ANDRADE, Carlos Drummond de. *De notícias & não notícias faz-se a crônica: histórias, diálogos, divagações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

ASSIS, Machado de. *Crônicas*. Obras completas de Machado de Assis. v. 3. São Paulo: Mérito, 1959, p. 608-610.

_____. *História de quinze dias*. (Org.) Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. “Crônica de 19/5/1888”. In: GLEDSON, John. (Org.). *Bons dias*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BRAGA, Rubem. *O homem rouco*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. *200 crônicas escolhidas: as melhores de Rubem Braga*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

_____. *Um cartão de Paris*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998a.

_____. *O verão e as mulheres*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998b.

_____. *Aventuras*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Melhores crônicas*. São Paulo: Global, 2004.

CAMPOS, Paulo Mendes. *Os bares morrem numa 4ª feira: crônicas*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

_____. *Crônicas para jovens: de amor e amizade*. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010a.

_____. *Crônicas para jovens: de escrita e vida*. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010b.

MARIA, Antônio. *Benditas sejam as moças: as crônicas de Antônio Maria*. 2. ed. Joaquim Ferreira dos Santos (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MEDEIROS, Martha. *Trem-bala*. 12. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999.

_____. *Non Stop: crônicas do cotidiano*. 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

NOVAES, Carlos Eduardo. *Homem, mulher & Cia. Ltda*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

PONTE PRETA, Stanislaw. *O melhor de Stanislaw Ponte Preta: crônicas escolhidas*. (Org.) Valdemar Cavalcanti. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

- SABINO, Fernando. *No fim dá certo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. *A vida por viver: crônicas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- SANTOS, Joaquim Ferreira dos. (Org.). *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- SCLIAR, Moacyr. Os namorados da filha. In: WERNECK, Humberto (Org.). *Boa companhia: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- VERISSIMO, Luis Fernando. *Comédias da vida pública: 266 crônicas datadas*. 7. ed. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- _____. *Comédias da vida privada: 101 crônicas escolhidas*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- _____. *Sexo na cabeça*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. 2. ed. Trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Trad. e apresentação de Silvino José Assman. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) *História da vida privada no Brasil 2: Império – a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. “Modelos da história e da historiografia imperial”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil 2: Império – a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. O frívolo cronista. In: _____. *Boca de Luar*. São Paulo: Círculo do livro, 1984. p. 178-180.
- _____. “Uma prosa (inédita) com Carlos Drummond de Andrade”. In: *Caros Amigos*. São Paulo. n. 29, p. 12-15, ago. 1999.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARRIGUCCI Jr., Davi. “Fragmentos sobre a crônica” In: _____. *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BARBOSA, Maria de Lourdes Dias Leite. *Protagonistas de Rachel de Queiroz: caminhos e descaminhos*. Campinas: Pontes, 1999.

BARRETO, Maria Leticia. *Admirável mundo velho: velhice, fantasia e realidade social*. São Paulo: Ática, 1992.

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Trad. Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

_____. *Vida líquida*. 2. ed. rev. e trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

BENJAMIN, Walter. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BONASSI, Fernando. "História da vida privada". In: PINTO, Manuel da Costa. 1. ed. *Crônica brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia Osana. *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: EDUEM, 2009.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

BRUNO, Haroldo. *Rachel de Queiroz: crítica, bibliografia, seleção de textos, iconografia*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. *Rachel de Queiroz*. v. 4. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

CAMINHA, Edmilson. *Rachel de Queiroz: a senhora do Não Me Deixes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1985.

_____. "A vida ao rés-do-chão". In: CANDIDO, Antonio. et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 13-22.

CANDIDO, Antonio (Org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

_____. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999.

CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). 13. ed. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHARTIER, Roger. (Org.). Trad. Hildegard Feist. *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COELHO, Nely Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Ensaio e crônica. In: _____. *A literatura no Brasil*. v.6. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EDUFF, 1986.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias do cotidiano*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011a.

_____. *História do amor no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011b.

DUBAY, Georges. (Org.). *História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ECO, Umberto. *Estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Trad. Giovanni Cutolo. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FIORIN, José Luiz. *Elementos da análise do discurso*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, José Luiz. Paixões, afetos, emoções e sentimentos. *Cadernos de semiótica aplicada*. v. 5., n. 2., 2007, p. 1-15.

_____. *Semiótica das paixões: o ressentimento*. São Paulo: Alfa, 2007, p. 9-22.

FOCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria: três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA, Sandra. *Homens na intimidade: masculinidades contemporâneas*. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2006.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

_____. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

GOLDENBERG, Mirian. *Intimidade*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Rachel de Queiroz*. São Paulo: Editora Agir, 2005.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRISTEVA, Julia. *Histórias de amor*. Trad. Leda Tenório da Motta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Elizabeth Gonzaga de. "Cartografias da intimidade na literatura brasileira: os diários de Lima Barreto". *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro, v.1, n.12, 2008, p. 271-195.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1982.

LOPES, Silvia Regina Pontes. *Vida humana e esfera pública: contribuições de Hannah Arendt e de Jürgen Habermas para a questão da anencefalia fetal no Brasil*. Belo Horizonte, Argvmentvum, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora Pontes, 1989.

_____. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. Trad. Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. "Ethos, cenografia, incorporação". In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

MATARAZZO, Maria Helena. *Encontros, desencontros & reencontros*. São Paulo: Editora Gente, 1996.

MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MELLO, Luiz Carlos Migliozi Ferreira de. *Reflexões sobre o medo: um olhar semiótico*. ABES: 2007.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se faz a crônica”. In: CANDIDO, Antonio. et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 93-133.

MOISÉS, Massaud. “A crônica”. In: _____. *A criação literária*. 19. ed. São Paulo: Cultrix. 1967. p. 101-120.

MORAES, Vinícius. “O exercício da crônica”. In: _____. *Para viver um grande amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 17-18.

NETTO, J. P. & CARVALHO, M. C. Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. “História da crônica. Crônica da história”. In: RESENDE, Beatriz. (Org.). *Cronistas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1995. p. 15-31.

_____. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

NERY, Hermes Rodrigues. *Presença de Rachel: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz*. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2002.

PERROT, Michelle. *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PLATÃO. *O banquete*. Trad. Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2012.

PORTELLA, Eduardo. “A cidade e a letra”. In: _____. *Dimensões I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1958.

PROST, Antoine & VINCENT, Gérard. (Orgs.). *História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PROST, Antoine. “Fronteiras do espaço privado”. In: PROST, Antoine & VINCENT, Gérard. *História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

QUEIROZ, Rachel de & QUEIROZ, Maria Luíza. *Tantos anos*. 4. ed. São Paulo: Editora Arx, 2004b.

RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

ROGEL, Samuel. *Novo manual de teoria literária*. 4. ed. (rev. e ampl.). Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática. 2005.

SALIBA, Elias Thomé. “A dimensão cômica da vida privada na República”. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da vida privada no Brasil 3: República – da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SARAMAGO, José. *A bagagem do viajante*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1986, p. 120-121.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “Sobre semelhanças e diferenças”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da vida privada no Brasil 3: República – da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Francisco C. T. “História das paisagens”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 203-216.

SIMON, Luiz Carlos Santos. “A autoridade do cronista”. In: *XV Seminário do CELLIP. Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002.

_____. “Do prosaico ao lírico: percorrendo as crônicas de Drummond”. In: *O mundo, vasto mundo de Drummond – Centenário de Carlos Drummond de Andrade. Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. “Do jornal ao livro: a trajetória da crônica entre a polêmica e o sucesso”. *Temas & Matizes* n. 5, julho 2004. Cascavel: EDUNIOESTE, 2004.

_____. “Recuperando o amor em Rubem Braga”. In: *Gragoatá*. Niterói: EDUFF, v. 17, p. 197-213, 2004.

_____. *Projeto de pesquisa Afinidades da crônica brasileira: particularidades e confrontos*. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005, p. 9.

_____. “O perfil intelectual do cronista contemporâneo”. In: *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*. (Org.). Patrícia Peterle, Andréa Santurbano, Luiz Roberto Vellozo Cairo e Izabel Nargato. Assis: FCL Assis-UNESP, 2006. p. 159-168.

_____. *Duas ou três páginas despreziosas: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas*. Londrina: EDUEL, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

STENDHAL, Marie-Henri Beyle. *Do amor*. Trad. Herculano Villas Boas. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TAMURU, Angela Harumi. *A construção literária da mulher nordestina em Rachel de Queiroz*. (Tese de Doutorado em Letras na Área de Teoria Literária). 187f. Campinas: UNICAMP, 2004.

TAYLOR, Charles. *A esfera pública*. Trad. Arthur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. 2. ed. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2011.

TITÃS, Família. In: *Cabeça dinossauro*, WEA: 1987.

VEYNE, Paul. (Org.) *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VINCENT, Gérard. "Uma história do segredo?". In: *História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ZAIDAN Filho, Michel. *O fim do nordeste e outros ensaios*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1999.

ZELIZER, Viviana A. *A negociação da intimidade*. Trad. Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

Referências eletrônicas

CARRASCO, Walcyr. A exposição da intimidade. In: Revista *Época online*. <<http://revistaepoca.globo.com/vida/walcyr-carrasco/noticia/2012/03/exposicao-da-intimidade.html>> - Acesso em 15/10/2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *O ethos Rachel*. In: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/o-ethos-rachel/>>. Acesso em 29/03/2013.

QUEIROZ, Rachel de. In: <http://www.encontromarcado.net/sec_perfil.php?id=74>. Acesso em 01/02/2013.

QUEIROZ, Rachel de. In: <www.releituras.com/racheldequeiroz_cronica_1.asp>. Acesso em 25/01/2013.

QUEIROZ, Rachel de. In: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u38515.shtml>>. Acesso em 29/03/2013. (Entrevista concedida à *Folha de São Paulo online*, em 1998, e colocada no site em 2003, por ocasião da morte da autora.)

SÁ, Xico. *Risque meu nome do seu Orkut*. 27/12/2010, In: <<http://blonicas.zip.net/>>. Acesso em 31/01/2013.

TIBURI, Marcia. "O vazio da intimidade". In: *Revista Luz: revista eletrônica*. 3. ed. Disponível em: <<http://luz.cpficultura.com.br/>>. Acesso em: 27/04/2013.

ANEXOS

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despretensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição (Antonio Candido).

ANEXO A

Crônicas de Alguns Autores Brasileiros

1.1 “Acontece que Deus é grande” – Rubem Braga

Recebo a carta de uma senhora evidentemente culta; uma carta de quem não deseja precisamente nada, a não ser contar sua insatisfação na vida. Quem escreve em jornal ou revista está habituado a esse tipo de correspondência; protegida pelo anonimato, uma pessoa que sente solitária e triste vem entreabrir sua alminha para o cronista, numa vaga ânsia de compreensão e apoio.

As cartas desse tipo, a que naturalmente não posso dar nenhuma resposta útil, me fazem pensar no grande número de pessoas solitárias, aflitas, fechadas em sua própria timidez, pudor ou orgulho. São mulheres que tiveram alguma experiência ruim com homem e vivem a cultivar a lembrança de um amor infeliz; ou, já sem amor, sentem apenas tédio e solidão. Algumas andam pelas beiras de neurose; outras conservam os nervos em ordem, mas sentem, com melancolia, que a vida está passando e elas estão ficando à margem. Mesmo o simples fato de escrever a um estranho, embora anonimamente lhes parece uma grande ousadia, algo de pecaminoso, talvez ridículo, talvez censurável. Um tópico muito comum neste gênero de cartas: “Já varias vezes pensei em lhe escrever, e outras vezes escrevi, mas rasguei a carta...”

O pior é que o resultado dessa “ousadia” é sempre o mesmo: nenhum. Que diabo poderá fazer o cronista, que não é padre nem analista, mas apenas um homem comum, de vida comumente também atrapalhada e triste, para ajudar alguém? Na melhor hipótese apenas algumas vagas palavras boas do gênero mais banal.

Vale a pena notar que nem sempre a missivista é solteira ou vive sozinha; muitas vezes é casada. A solidão não é uma questão de companhia, e a solidão a dois ainda parecer ser das mais desoladas. Em todo caso, que responder? Penso às vezes em aconselhar um banho de mar, passear na chuva ou andar de roda-gigante. Sempre é melhor do que dizer, em palavras finas, algo no fundo equivalente a “meta os peitos” ou “agüenta a mão”. Mas poder parecer que a gente está caçoando da tristeza dos outros.

Aconselho minhas desconhecidas amigas a escrever para Rachel de Queiroz, que é mulher e altamente inteligente e sensível; talvez ela lhes possa dizer uma palavra realmente útil ou, pelo menos, consoladora. Outra senhora muito indicada é Martha Suplicy, que entende de sexo. Eu de mulheres não entendo nada e de mim mesmo, pouco.

Não tenho sequer uma filosofia de vida ou, se tenho alguma, ela se resume no vago e banal consolo que é a ideia da morte. Confesso não ter religião, eu sou feliz com isso; a ideia de viver outra vida depois desta, e ainda por cima ligada a esta por um sistema de prêmios e castigos, me parece tediosa e cruel. Prefiro pensar que a morte é apenas um grande sossego e um perdão para todos: a solidão tão perfeita que não poderá sentir a si mesma. “Depois mais nada; acabou” - como o poema de Carlos Drummond de Andrade.

As religiões, é certo, oferecem o seu consolo, que ajuda muita gente a viver. Apenas me parece que às vezes cobram caro por isso ao longo da vida, envenenando com a ideia do pecado algumas das mais puras alegrias da criatura.

Mas mesmo sem religião há outras formas de censura e contenção social provavelmente inevitáveis.

De tudo concluiremos uma coisa velha: que a vida é triste. O que, por mim, faço e - vá lá! - posso aconselhar às minhas missivistas é aceitar essas tristezas sem fazer nada para agravá-las; lutar sempre, e bravamente, por um pouco de beleza, de bondade, de alegria. E, mesmo sem acreditar em outro mundo, ou talvez por isso, repetir com convicção, com fé, que Deus é grande.

1.2 “Os namorados da filha” – Moacyr Scliar

Quando a filha adolescente anunciou que ia dormir com o namorado, o pai não disse nada. Não a recriminou, não lembrou os rígidos padrões morais de sua juventude. Homem avançado, esperava que aquilo acontecesse um dia. Só não esperava que acontecesse tão cedo.

Mas tinha uma exigência, além das clássicas recomendações. A moça podia dormir com o namorado:

— Mas aqui em casa.

Ela, por sua vez, não protestou. Até ficou contente. Aquilo resultava em inesperada comodidade. Vida amorosa em domicílio, o que mais podia desejar? Perfeito.

O namorado não se mostrou menos satisfeito. Entre outras razões, porque passaria a partilhar o abundante café-da-manhã da família. Aliás, seu apetite era espantoso: diante do olhar assombrado e melancólico do dono da casa, devorava toneladas do melhor requeijão, do mais fino presunto, tudo regado a litros de suco de laranja.

Um dia, o namorado sumiu. Brigamos, disse a filha, mas já estou saindo com outro. O pai pediu que ela trouxesse o rapaz. Veio, e era muito parecido com o anterior: magro, cabeludo, com apetite descomunal.

Breve, o homem descobriria que constância não era uma característica fundamental de sua filha. Os namorados começaram a se suceder em ritmo acelerado. Cada manhã de domingo, era uma nova surpresa: este é o Rodrigo, este é o James, este é o Tato, este é o Cabeça. Lá pelas tantas, ele desistiu de memorizar nomes ou mesmo fisionomias. Se estava na mesa do café-da-manhã, era namorado. Às vezes, também acontecia — ah, essa próstata, essa próstata — que ele levantava à noite para ir ao banheiro e cruzava com um dos galãs no corredor. Encontro insólito, mas os cumprimentos eram sempre gentis.

Uma noite, acordou, como de costume, e, no corredor, deu de cara com um rapaz que o olhou apavorado. Tranqüilizou-o:

— Eu sou o pai da Melissa. Não se preocupe, fique à vontade. Faça de conta que a casa é sua.

E foi deitar.

Na manhã seguinte, a filha desceu para tomar café. Sozinha.

— E o rapaz? — perguntou o pai.

— Que rapaz? — disse ela.

Algo lhe ocorreu, e ele, nervoso, pôs-se de imediato a checar a casa. Faltava o CD player, faltava a máquina fotográfica, faltava a impressora do computador. O namorado não era namorado. Paixão poderia nutrir, mas era pela propriedade alheia.

Um único consolo restou ao perplexo pai: aquele, pelo menos, não fizera estrago no café-da-manhã.

1.3 “Leasing de amor” – Martha Medeiros

O mundo acompanha os avanços de ciência e da tecnologia e eu me pergunto: só o casamento não evoluiu?

Sendo o matrimônio um sacramento, desconsidera-se qualquer ajuste, e assim continuamos a ver homens e mulheres presos, literalmente, num acordo que nem sempre corresponde às expectativas do casal. Existe o divórcio, que é usado por quem quer encerrar um contrato e iniciar outro, mas ela ainda carrega o estigma do fracasso. Divórcio é sinônimo de falência da relação, e como tal gera frustrações, pois ninguém casa pensando em se separar. Como leio muito sobre o assunto, me deparei outro dia com uma teoria que defende a ideia de a gente se casar já conscientes do fim próximo. A ideia é riscar o “para sempre” do dicionário do amor.

No fundo, a gente sabe que o “pra sempre” fica longe demais da realidade, mas ainda nos apegamos a esta ilusão da infinitude. Somos românticos o suficiente para achar que um grande amor não se esgota, e cultivamos esta crença porque, do contrário, passaríamos por cínicos: te amo hoje, amanhã não sei.

Já se fala sobre “namoros em leasing”. Não se trata de contratos com prazo de validade estipulado no início da relação, mas de uma mudança de mentalidade pra valer, uma nova postura frente aos relacionamentos. Olhe à sua volta: você conhece ao menos uma pessoa que está sofrendo por amor, talvez seja até você próprio. A dor-de-cotovelo não mata mas é uma epidemia mundial. Tudo isso porque a gente entra nas relações com fé demais e neurônios de menos. A ideia é entrar na relação sabendo onde fica a porta de saída, porque é por lá que a gente vai passar em breve.

Eu não tenho dúvida de que este é um caminho sem volta. A tendência é de termos dois ou três casamentos durante uma vida. Os filhos se adaptarão naturalmente a essas novas estruturas familiares. Isso tudo já está sendo vivido, não está aí a revolução: a novidade de estabelecer isso como regra e não mais como exceção. É escrevermos novos contos de fada, com vários finais e vários recomeços. É aceitarmos dentro de nós que um casamento longa-metragem pode ser menos aborrecido se for transformado em dois ou três curtas.

Muitas perguntas ficam no ar. Se não estaremos perdendo o romantismo, se não estaremos sendo egoístas, se é possível evitar as dores da rejeição. Não tenho respostas. Só sei que há um número enorme de pessoas que se sentem traídas porque acreditaram numa ideia de amor que já não se sustenta. A Igreja nos prepara para o fim da vida terrestre, mas não nos prepara para o fim de um amor. Cabe a nós romper com o conceito de amor definitivo e abrir os braços para os amores provisórios.

1.4 “Encontro de rua” – Ignácio de Loyola Brandão

O gordo de óculos pulou à minha frente, diante do Conjunto Nacional. Abriu um dos braços, o outro estava ocupado com jornais e uma sacola de perfumaria.

— Brandão!

Levei um susto pelo grito e me surpreendi com o Brandão. Ninguém me chama pelo sobrenome, nem em Araraquara. Lá Brandão era meu pai, os pais é que contavam, os filhos eram chamados pelo diminutivo, Brandãozinho, ou apenas se referia a nós jovens com o filho do. O gordo foi ao assunto:

— Não gostei do seu livro!

Direto, na lata (por que na lata?)

— Por que não gostou?

E ele categórico:

— Não é o velho Loyola!

De certo queria dizer que não era o jovem Loyola, o de antes. Enfático (desculpem-me, os adjetivos são necessários) acrescentou:

— Não se incomoda por eu ser sincero?

— Claro que não! Até gosto de saber quando não gostam. Se gostam, tudo bem, o livro deve ter seduzido. Se não, quero saber o porquê.

— Achei o início arrastado.

— E depois?

— O final é bom. Gostei do final mesmo. Ah, gostei!

Era reiterativo, parecia satisfeito.

— E do meio? O que achou do meio?

— Tem coisas interessantes e desinteressantes.

Certo de que tinha me dado uma explicação plena se apresentou:

— Sou... (disse o nome)... primo do (um publicitário famoso)... Já nos encontramos uma vez, mas eu era magro, bem magro, não usava óculos, tinha cabelos lisos.

Agora, faltavam-lhe os cabelos. Insisti:

— Fale mais do livro. Os personagens. Alguns o agradaram? Qual o pior? De que livro você fala?

— Desse que você escreveu. Esse aí, todo mundo sabe qual.

— Sim, mas o título?

— Olha, li o livro há 15 dias, não me lembro direito. Deu um bloqueio. Mas tenho em casa, se você me ligar, te digo tudo. Me liga.

— Está bem, te ligo.

— Então anote o telefone.

— Não tenho onde.

O gordo não hesitou, estendeu o braço, parou um senhor que vinha de braços com uma jovem de minissaia curtíssima. O gordo babou nas pernas da moça e pediu ao homem:

— Me empresta a caneta. E um pedaço de papel.

Surpreso com o inesperado o homem tirou um pequeno bloco e uma caneta, o gordo escreveu o telefone e me entregou.

— Gostava mais quando você falava da banca de jornais da esquina da Bela Cintra.

Mistério! Que banca seria essa? Em que livro está? Ele não me deu tempo, voltou à carga.

— Li *Viva o povo brasileiro*, do Darcy Ribeiro, não gostei. Você leu? Quem sou eu para criticar Darcy, mas ele dedicou apenas quatro linhas aos imigrantes. Tanto você quanto eu sabemos a importância da imigração.

Será que eu sei? Pensei cá comigo (E como será pensar contigo?) E se o João Ubaldo souber que foi o Darcy que escreveu o livro dele?

— E a biografia do Garrincha? Leu? Conhece o Ruy Guerra? O Ruy não sabe nada de futebol, o livro dói escrito com base na leitura de jornais. É só resultado de jogo. E depois aquela de defender a Elza Soares! Me poupe!

Se o Ruy Guerra escreveu Garrincha, o Ruy Castro deve ter dirigido *Os cafajestes*, pensei, sempre comigo. Não podia pensar com o gordo.

— Então, Brandão, me telefona! Telefona mesmo! Vou cobrar esse telefonema. E me liga. Vai fazer algum lançamento?

— Não.

— Pena! Mas quando pretende voltar ao romance?

Não esperou a resposta, mesmo porque resposta eu não tinha a dar. Foi embora levando o mistério: que livro leu, e se leu? E será que sou o Brandão que ele pensava ou seria o Ambrósio Fernandes Brandão? Mas, se é esse, porque ele não gostou do *Diálogo das grandezas do Brasil*, um livro de 1918? Ou imagina que o *Diálogo* foi escrito pelo Brandão, o falecido técnico do Corinthians? Estou com o telefone na mão. Disco para o gordo?

26 de novembro de 1995.

1.5 “Estátua aos namorados de outrora” – Affonso Romano de Sant’Anna

Vocês que têm 15 ou 20 anos e que estão namorando e que se pegam e se beijam e se abraçam e fazem carinhos um no outro publicamente, cumprindo o ritual de acasalamento, deveriam parar um instante, organizar-se politicamente e propor que se erigisse uma estátua a seus pais e avós, como mártires na longa história da liberação erótica e amorosa. Vocês não têm ideia de como esse negócio de namoro já foi uma coisa complicada.

Alguém vai dizer: "Era bem mais romântico!", e eu vou retrucar que era inutilmente complicado e muito mais neurótico.

Hoje é diferente. O jovem de 15 anos chega em casa e traz a namorada para dormir com ele. Entra pela sala, cumprimenta os pais e a família, troca uma ou outra palavra e acabam se enfiando no quarto onde conversam, vêem televisão e passam a noite juntos.

Não, não foram ao motel. Para que gastar dinheiro nisso se em casa é mais seguro e mais tranquilo fazer amor com beneplácito dos pais?

No máximo, o pai ou a mãe, às vezes os dois juntos, indaga se os pombinhos praticam o uso da camisinha ou da pílula. E, se pintar uma gravidez por descuido, a família vai acabar conversando com o casal e pode-se, num fórum familiar, decidir pelo aborto. Um aborto com o mínimo trauma, sem que a adolescente tenha de recorrer a clínicas ou salas infectas de subúrbios, com risco de vida.

Por outro lado, se a menina quiser partir para aquela de mãe solteira, a família ainda é capaz de ajudá-la a sustentar-se e ao bebê até que ela possa terminar seus cursos e arranjar um emprego.

Há uns trinta anos isso era impensável. Tudo era um drama e às vezes uma tragédia. Recapitulemos como era para que os jovens hoje pensem naquela estátua em homenagem aos seus pais e avós intitulada *Aos heróicos amantes de outrora*.

Primeiro, aquele era um mundo em que os filhos se dirigiam aos pais chamando-os de "senhor" e "senhora". Palavrão em casa, nem pensar. E as gírias eram comedidas, reguladas. E, como a virgindade era uma norma, masturbava-se. Masturbava-se muito naquele tempo. Não como hoje, em que os manuais e as clínicas amorosas ensinam a masturbação (sem pecado), como forma de aproximação e entrosamento. O que os confessionários dos colégios católicos ouviam era uma interminável história disso que se chamava de "vício solitário".

Os jovens não tinham ocupado os espaços sociais e, portanto, a noite para eles terminava às dez horas. Homem começava a ser homem, ter mais liberdade, só depois dos 18 anos, e a iniciação sexual era vergonhosa e desajeitadamente feita com alguma serviçal ou prostituta. O rapaz se esfregava na namorada pelos portões ou jardins e depois ia para uma coisa que se conhecia por nomes esquisitos — "prostíbulos" e "bordel". A moça, por sua vez, ardia seus desejos insones. As que ousavam reivindicar seus direitos ao prazer, moderníssimas, poderiam terminar "malfaladas". E os homens, educados para a calhordice, quando reunidos na confraria dos machos, revelavam quais as meninas que "davam" e contavam suas safadezas.

Tinha gente que, já noiva, namorava na sala (acompanhada) e quando ia até o portão era vigiada, porque de um beijo na boca, pensavam alguns pais, poderia decorrer o de fim súbito da virgindade. Então, quem tinha carro era felizado, e quem ostentava um *garçonnière* era potentado, que às vezes partilhava com amigos a chave. Mas mesmo assim era complicado, porque havia o porteiro sempre impedindo a entrada de moças desacompanhadas. Como não havia motel, os mais ousados resolviam se encontrar em hotéis mesmo. E aí começava o planejamento, como se fosse uma operação de guerra. Primeiro, era preciso inventar desculpa para afastar-se da família. Depois, tinha-se de arrumar uma mala qualquer, encher de jornais, comprar até mesmo aliança nas Lojas Americanas, para que o porteiro do hotel não suspeitasse de nada. E suspeitavam sempre.

Vejam bem que não estou me referindo a uma época muito distante. Não estou falando do fim do século passado, quando ainda havia códigos fixos de aproximação entre os amantes e eles primeiro passavam um tempo se flertando, emitindo sinais com lenços, se mandando bilhetes e cartas, ou quando a mulher ficava debruçada à tardinha na janela à espera do príncipe que passasse a cavalo. Estou falando de ontem. Daquilo que seus pais viveram.

E, se querem saber mais, porque numa crônica só não cabe e cada um tem histórias únicas e engraçadíssimas, façam o seguinte, meus jovens amigos e amantes: antes de ir para o quarto com sua gata ou gato, dêem uma paradinha na sala e perguntem aos coroados como era namorar no tempo deles. Perguntem. Garanto que vão todos se divertir muito.

Claro, é muito engraçado hoje, à distância. E, depois de ouvir, não se esqueçam: mobilizem as ONGs e o prefeito da sua cidade e ergam aquela estátua. Porque nós, os namorados de antigamente, a merecemos.

1.6 “Você, hein?...” – Antônio Maria

No "Romance" de Copacabana contamos ontem o caso tragicômico da Sra. Mariazinha de Tal. Esposa fidelíssima havia três anos, cedeu à insistência do homem que lhe fazia a corte e, com ele, deu uma voltinha de automóvel. Mas só uma voltinha.

Às sete da noite já estava em casa na cama, coberta de remorsos e de cobertores. Queria dormir para esquecer. Às nove, chegou o marido e, olhando para Mariazinha, disse, sem grandes intenções:

— Você, hein, Mariazinha?

Foi tudo. A mulher atirou-se-lhe aos pés e confessou que se havia encontrado com Reinaldo de Tal. O marido, Pedro de Tal, espancou Mariazinha, que, esta manhã, está no radiologista, tirando dezenas de chapas dos ossos faciais.

O engraçado da história é que, quando Pedro de Tal (marido) falou:

— Você, hein, Mariazinha?

...estava reclamando o botão de sua camisa, que Mariazinha ficara de pregar e não pregou. Confessou a este repórter que jamais poderia pensar na mínima infidelidade da mulher. Mas, agora, está convencido de que toda mulher "faz das suas" e com elas "a gente não pode facilitar".

Perguntado se perdoaria Mariazinha, respondeu que não. Que não quer saber mais dela, nem de mulher nenhuma. Que vai cuidar dos seus negócios e enriquecer:

— Quando eu quiser uma mulher para pregar botões em minhas camisas, eu pago... de preferência, uma costureira.

O repórter fez ver a Pedro de Tal que ele não era o primeiro marido cuja mulher dera uma voltinha de automóvel. E que ele se lembrasse de quantas voltinhas ele, Pedro de Tal, já dera com a mulher dos outros.

Advertiu-o, ainda, da possibilidade de dona Mariazinha, estando livre e perdendo a possibilidade de reavê-lo, criar gosto e dar outras voltinhas de automóvel.

Ao fim da conversa, Pedro de Tal concordou em que devia refletir melhor, antes de tomar qualquer resolução definitiva.

Este caso serve de lição a todos os maridos. Que nenhum, porque lhe falte um botão na camisa ou um cerzido na meia, cometa o erro de, chegando em casa, dizer à mulher:

— Você, hein, Fulana?

E Fulana será capaz de confessar tudo.

1.7 “Infidelidade” – Luis Fernando Verissimo

— Eu jamais fui infiel a minha mulher, doutor.

— Sim.

— Aliás, nunca tive outra mulher. Casei virgem.

— Certo.

— Mas, desde o começo, sempre que estava com ela, pensava em outra. Era a única maneira que conseguia, entende? Funcionar.

— Funcionar?

— Fazer amor. Sexo. O senhor sabe.

— Sei.

— No princípio, pensava na Gina Lollobrigida. O senhor se lembra da Gina Lollobrigida? Por um período, pensei na Sofia Loren. Fechava os olhos e imaginava aqueles seios. Aquela boca. E a Silvana Mangano. Também tive a minha fase de Silvana Mangano. Grandes coxas.

— Grandes.

— Às vezes, para variar, pensava na Brigitte Bardot. Aos sábados, por exemplo. Mas para o dia-a-dia, ou noite-a-noite, preferia as italianas.

— Não há nada de anormal nisso. Muitos homens...

— Claro, doutor. E mulheres também. Como é que eu sei que ela não estava pensando no Raf Vallone o tempo todo? Pelo menos eram da mesma raça.

— Continue.

— Tive a minha fase americana. A Mitzi Gaynor.

— Mitzi Gaynor?!

— Para o senhor ver. A Jane Fonda, quando era mais moça. Algumas coelhinhas da Playboy. E tive a minha fase nacionalista. Sônia Braga. Vera Fischer. E então começou.

— O quê?

— Nada mais adiantava, Eu começava a pensar em todas as mulheres possíveis. Fechava os olhos e me concentrava. Nada. Eu não conseguia, não conseguia...

— Funcionar,

— Funcionar. Isso que nós já estávamos na fase da Upseola.

— Upseola?

Uma por semana e olhe lá. Mas nada adiantava. Até que um dia pensei num aspirador de pó. E fiquei excitado. Por alguma razão, aquela imagem me excitava. Outro dia pensei num Studebaker 48. Deu resultado. Tive então a minha fase de objetos. Tentava pensar nas coisas mais estranhas. Um daqueles ovos de madeira, para cerzir meia. Me serviu duas vezes seguidas. Pincel atômico roxo. A estátua da Liberdade. A ponte Rio-Niterói. Tudo isto funcionou. Quando a minha mulher se aproximava de mim na cama eu começava, desesperadamente, a folhear um catálogo imaginário de coisas para pensar. O capacete do Kaiser? Não. Uma Singer semi-automática? Também não. Um acordeom! Mnn, sim, um acordeom, um tentador acordeom, quente, resfolegante... Mas, depois de um certo tempo, passou a fase das coisas. Tentei pensar em animais. Figuras históricas. Nada adiantava. E então, de repente, surgiu uma figura na minha imaginação. Uma mulher madura. O cabelo começando a ficar grisalho. Olhos castanhos... Era eu pensar nessa mulher e me excitava. Até mais de uma vez por semana. Até as segundas-feiras, doutor!

— E essa fase também passou?

— Essa fase continua.

— Então, qual é o problema?

— O senhor não vê, doutor? Essa mulher que eu descrevi. É ela.

— Quem?

— A minha mulher. A minha própria mulher. Me ajude, doutor!

1.8 “Televisão: a nova casa do Senhor” – Martha Medeiros

Ele é o novo ídolo brasileiro. Olhos verdes, 31 anos, solteiro, quase dois metros de altura, ex-professor de educação física. Canta. Dança. Faustão fez uma longa reportagem com ele. Ratinho o levou no seu programa. Gugu o colocou no palco ao lado de Leonardo, e por um momento parecia que Leandro havia sido substituído. Cantaram juntos. O auditório em pé, acompanhando letra e coreografia. É um fenômeno, o padre Marcelo.

Padre Marcelo é o principal líder da Renovação Carismática Católica, que congrega oito milhões de fiéis no Brasil. Suas missas, sempre lotadas, são transmitidas pela Rede Vida, emissora ligada à Igreja. O ritual é fundamentado em canções que poderiam estar tocando nas rádios FM. Lembra, longinquamente, o gospel americano. A intenção é resgatar os milhares de católicos que bandearam-se para a Igreja Universal de Edir Macedo, oferecendo uma Igreja mais moderna, mais festiva, menos opressora. É o novo marketing de Deus.

Quando os Engenheiros do Hawaii decretaram que o papa era pop, o Brasil inteiro abençoou a definição. Na comemoração dos 20 anos de papado de João Paulo II, um dos comentários mais assíduo foi sobre o efeito que o mundo globalizado surtiu no sumo pontífice. Ele foi o papa que mais deu o ar da graça na tevê, que mais viajou, que mais apareceu na Caras. Ficou provado que todos os caminhos levam a Roma, inclusive os caminhos feitos de cabos de fibra ótica e de ondas eletromagnéticas transmitidas via satélite.

Padre Marcelo, em escala infinitamente menor de importância e infinitamente maior em exposição de imagem, está aproveitando o interesse da mídia para divulgar seu trabalho. É estranho, porque tudo o que tem a ver com exposição pública tem a ver com vaidade, um dos sete pecados capitais. Eu não me choco com mais nada, mas a ala conservadora da Igreja deve estar roendo as hóstias.

A televisão é uma sedutora imbatível e padre Marcelo sabe disso. Através do videotape, ele está difundindo sua mensagem e recrutando fiéis numa velocidade incomparável com a dos padres que se restringem a fazer a mesma coisa ao vivo, para platéia seleta, sem câmeras no recinto. Por outro lado, ele banaliza o catolicismo ao freqüentar o mesmo altar do grupo É o Tchan, do Katinguelê, do Pagode do Dorinho. Até onde se pode ir por uma causa nobre?

Acho saudável ver pessoas exaltando sua crença com música e alegria ao invés de esfolar os joelhos subindo 300 degraus para pagar promessa.

Nunca fui partidária da idéia de que o devoto deve sofrer, penitenciar-se, enclausurar-se. Simpatizo com uma igreja que permite que o corpo se mova, que a voz se solte, que a cabeça se levante. Resta saber se isso é uma tendência natural dos católicos ou se é manipulação da fé, uma espécie de promoção relâmpago para atrair clientes, cujo garoto-propaganda é um padre fotogênico. Oremos.

Novembro de 1998

1.9 “Lar desfeito” – Luis Fernando Verissimo

José e Maria estavam casados há 20 anos e eram muito felizes um com o outro. Tão felizes que um dia, na mesa, a filha mais velha reclamou:

— Vocês nunca brigam?

José e Maria se entreolharam. José respondeu:

— Não, minha filha. Sua mãe e eu não brigamos.

— Nunca brigaram? - quis saber Vítor, o filho do meio.

— Claro que já brigamos. Mas sempre fizemos as pazes.

— Na verdade, brigas, mesmo, nunca tivemos. Desentendimentos, como todo mundo. Mas sempre nos demos muito bem...

— Coisa mais chata - disse Venancinho, o menor.

Vera, a filha mais velha, tinha uma amiga, Nora, que a deixava fascinada com suas histórias de casa. Os pais de Nora viviam brigando. Era um drama. Nora contava tudo para Vera. Às vezes chorava. Vera consolava a amiga. Mas no fundo tinha uma certa inveja. Nora era infeliz. Devia ser bacana ser infeliz assim. O sonho de Vera era ter um problema em casa para poder ser revoltada como Nora. Ter olheiras como Nora.

Vítor, o filho do meio, frequentava muito a casa de Sérgio, seu melhor amigo. Os pais de Sérgio estavam separados. O pai de Sérgio tinha um dia certo para sair com ele. Domingo. Iam ao parque de diversões, ao cinema, ao futebol. O pai de Sérgio namorava uma moça do teatro. E a mãe de Sérgio recebia visitas de um senhor muito camarada que sempre trazia presentes para Sérgio. O sonho de Vítor era ser irmão do Sérgio.

Venancinho, o filho menor, também tinha amigos com problemas em casa. A mãe do Haroldo, por exemplo, tinha se divorciado do pai do Haroldo e casado com um cara divorciado. O padrasto de Haroldo tinha uma filha de 11 anos que podia tocar o Danúbio Azul espremendo uma mão na axila, o que deixava a mãe do Haroldo louca. A mãe do Haroldo gritava muito com o marido.

Bacana.

— Eu não agüento mais esta situação - disse Vera, na mesa, dramática.

— Que situação, minha filha?

— Essa felicidade de vocês!

— Vocês pelo menos deviam ter o cuidado de não fazer isso na nossa frente - disse Vítor.

— Mas nós não fazemos nada!

— Exatamente.

Venancinho batia com o talher na mesa e reivindicava:

— Briga. Briga. Briga.

José e Maria concordavam que aquilo não podia continuar. Precisavam pensar nas crianças. Antes de mais nada, nas crianças. Manteriam uma fachada de desacordo, ódio e desconfiança na frente deles, para esconder a harmonia. Não seria fácil. Inventariam coisas. Trocariam acusações fictícias e insultos.

Tudo para não traumatizar os filhos.

— Víbora não! - gritou Maria, começando a erguer-se do seu lugar na mesa com a faca serrilhada na mão.

José também ergueu-se e empunhou a cadeira.

— Víbora, sim! Vem que eu te arrebento.

Maria avançou. Vera agarrou-se ao seu braço.

— Mamãe. Não!

Vítor segurou o pai. Venancinho, que estava de boca aberta e olhos arregalados desde o começo da discussão - a pior até então - achou melhor pular da cadeira e procurar um canto neutro da sala de jantar.

Depois daquela cena, nada mais havia a fazer. O casal teria que se separar. Os advogados cuidariam de tudo. Eles não podiam mais nem se enxergar.

Agora era Nora que consolava Vera. Os pais eram assim mesmo. Ela tinha experiência. A família era uma instituição podre. Sozinha, na frente do espelho, Vera imitava a boca de desdém de Nora.

— Podre. Tudo podre.

E esfregava os olhos, para que ficassem vermelhos. Ainda não tinha olheiras, mas elas viriam com o tempo. Ela seria amarga e agressiva. A pálida filha de um lar desfeito. Um pouco de pó-de-arroz talvez ajudasse.

Vítor e Venancinho saíam aos domingos com o pai. Uma vez foram ao Maracanã junto com Sérgio, o pai do Sérgio e a namorada do pai do Sérgio, a moça do teatro. O pai do Sérgio perguntou se José não gostaria de conhecer uma amiga da sua namorada. Assim poderiam fazer mais programas juntos. José disse que achava que não. Precisava de tempo para se acostumar com sua nova situação. Sabe como é.

Maria não tinha namorado. Mas no mínimo duas vezes por semana desaparecia de casa, depois voltava menos nervosa. Os filhos tinham certeza de que ela ia se encontrar com um homem.

— Eles desconfiam de alguma coisa? - perguntou José.

— Acho que não - respondeu Maria.

Estavam os dois no motel onde se encontravam, no mínimo duas vezes por semana, escondidos.

— Será que fizemos o certo?

— Acho que sim. As crianças agora não se sentem mais deslocadas no meio dos amigos. Fizemos o que tinha que ser feito.

— Será que algum dia vamos poder viver juntos outra vez?

— Quando as crianças saírem de casa. Aí então estaremos livres das convenções sociais. Não precisaremos mais manter as aparências. Me beija.

1.10 “História da vida privada” – Fernando Bonassi

Pezinhos inocentes, carimbados em papéis oficiais. Cordões umbilicais congelados à base de prestações mensais. Marcas digitais, cólicas habituais, noites em claro. Certidões lavradas em cartórios hereditários. Carteiras de vacinas, pesos e medidas. Médicos pediatras, gastroclínicos, homeopatas. A cama arrumada, a mesa colocada, o banho aconchegante. As unhas cortadas, a cera dos ouvidos, a percepção dos sentidos, a meleca da marina, o cocô e a urina da fralda descartável. O peito admirável, a maternidade inquestionável e o nível de glóbulos vermelhos. Maus conselhos, maus estímulos, intestinos preguiçosos. Dores lancinantes, sonhos delirantes, desejos alucinantes. A saliva da escova de dente, o traveseiro recentemente usado, o cheiro do banheiro fechado. O sorriso gelado, o espasmo repentino, o balido canino. O DNA, o PHD, a PQP. Médicos ginecologistas, doenças venéreas, acnes e espinhas espremidas em desalento para as cerimônias de conversão e casamento. A sofreguidão impaciente, as torrentes de paixões incandescentes. Meias verdades aprendidas aos trancos e barrancos, meias fétidas abandonadas nos quartos adolescentes. Os lenços bordados, os lençóis manchados, os endereços escolhidos, as alianças gravadas, os compromissos assumidos. Fechaduras espiadas, absorventes higiênicos, preservativos lubrificadas e curativos arranhados.

Autoestima, automóveis, autoramas. Descarregos de encostos, trabalhos de macumba, muamba comprada na calada da mala dos contrabandistas e gravuras de artistas assinadas. A criatividade assassinada pela miséria dos salários acumulados, comprados e vendidos. Relíquias macabras e profanas socadas nos fundos dos armários ordinários, carnês de crediário amarrotados, perucas coloridas, ações ao portador, uma bolsa adormecida num cobertor dobrado, órgãos naturais e implantados, malas sem alça arremessadas por gerações nos porões úmidos e gelatinosos da ingratidão. Uma abstração. Uma visão. Uma viagem. Um diário abortado, dezenas de agendas esganadas, encapadas, empenadas e encardidas. Fotografias amareladas, bilhetes dobrados, lenços guardados, mapas de tesouros perdidos. Hinos cantados com desleixo. Porradas diretas no queixo. Amores atraíçoados por interesses ou omissão. O escárnio, o estresse, a explosão. Decisões mesquinhas. Sentenças injustas. Crimes indelicados. As presas absurdas, as preces fervorosas e as pragas rancorosas. Terços ralados em desespero. O esmero das promessas, as justificativas para as dívidas, as razões para as dívidas e os documentos pessoais. As pendengas judiciais em processos imorais. Envelopes perfumados, dentes de leite mumificados, cachos de cabelo penteados com enlevo decrescente, gavetas reviradas em síndromes de abstinência e segredos urgentes expostos à violência dos próprios animais dependentes órfãos e feridos demais. Senhas bancárias intercontinentais, a masturbação diária, os aparelhos genitais. As primeiras vezes, os revezes, os desfechos, os recomeços. Diplomas conformados em molduras douradas em meio a múltiplos conhecimentos subdesenvolvidos, intrigas e fofocas. Uma família criada entre quatro paredes de segredos pensando apunhalarem-se pelas costas. Os motivos da rusga, os pneus da barriga e as rugas do rosto. Certos números, certas memórias, certas cicatrizes. A psicanálise dos seus contos de fadas, as primeiras trepadas e a vergonha de cara. Acordos, acertos, chantagens. Telefonemas escondidos, casos rumorosos e recados cifrados apontados em bilhetes. Ramalhetes arremessados por vidros escancarados. Marcas fulgurantes de batom nos colarinhos. Os lábios impressos nas taças de vinho. As orgias rituais, as loucuras permanentes e as manias ocasionais. Ideias esquisitas, juramentos inquietantes, arrependimentos monumentais. As culpas dilacerantes, os orgasmos triunfantes e os bens de capitais doados em êxtase marital. Posição política, posição moral, posição sexual. Fetiches emplumados, frieiras ardidadas e cutículas comidas em festas esquisitas. Dejetos, despojos, despejos. Os dinheiros suados, os encontros marcados, isqueiros furtados, cigarros babados fumados e, becos escuros e carros parados. Os vícios satisfeitos, os votos suspeitos, as juras de fidelidade. O diabo da vaidade. O valor subjetivo. O gosto indiscutível. As melhores intenções. Um cantinho, um violão, um revólver novinho, uma antiga confusão. Uma música. Uma data. Um beijo. Um tapa. Centenas de pecados inconformados. Milhares de desejos obscuros, milhões de pensamentos obtusos. Devoções inconfessáveis, pactos irresponsáveis e relações perigosas. Confissões vergonhosas. A intervenção cirúrgica, a extrema unção litúrgica e as enfermidades espalhadas pelas saúdes debilitadas. A náusea indignada, a ressaca procurada e a parada cardíaca. Os médicos geriatras mandando a conta salgada disso tudo. O preço que se paga neste mundo. A imunda mortalha que se leva. A memória escandalosa que se conta. O desconto doloso do último cheque nominal. A doença terminal e a morte anunciada. O ar que respira e o instante em que expira. Algumas palavras sem sentido. Uma conversa afiada, triste, trágica. Um suspiro. Um gemido. Um lamento. Mais nada. O corpo presente. As flores usadas. O caixão dos defuntos. Os presuntos e as ossadas.

1.11 “Sexo explícito” – Luis Fernando Verissimo

A não ser que o professor Bonder e sua expedição Skavoka Skavoka, do Cem Modos, tenham mesmo descoberto o monstro do Lago Ness, o mundo não conhecerá nenhuma outra forma exótica de vida num futuro previsível. Fora os presumíveis habitantes dos abismos submarinos, tão no fundo que nenhuma

câmera pode chegar lá para fotografá-los sem ser achatada no caminho, e tão no escuro que nenhuma forma de iluminação os desvendaria, todas as espécies animais já foram catalogadas, ou pelo menos inferidas. Os microscópios modernos chegaram às categorias mais ínfimas de vida. Parece que tão cedo não faremos contatos com seres extraterrenos, pois não há homenzinhos de qualquer cor em nenhum dos planetas aqui perto. O abominável homem das neves foi um blefe. Não existem civilizações perdidas em nenhum outro lugar além da literatura. Jamais experimentaremos o mesmo assombro dos europeus da época dos descobrimentos quando viram o seu primeiro índio, ou seu primeiro papagaio. Os laboratórios de engenharia genética ainda podem nos surpreender com algum descuido, algo com sete olhos e pés de plástico mas o mundo natural já esgotou suas surpresas para o Homem.

As pessoas que vão ver Garganta Profunda ou outro filme com sexo explícito são como os europeus que iam ver o aborígine. O sexo público é uma nova forma de vida para ser examinada com curiosidade, espanto e uma certa apreensão. Como o King Kong. O selvagem em exposição se parecia muito com a sua platéia civilizada e isto era parte da sua atração. A civilização contemplava a sua matéria-prima em estado bruto, ali, nua e sem-vergonha, e meditava sobre os variados desígnios da Criação. Mas não se identificava nela. Da mesma maneira que o público, por exemplo de Porto Alegre, vai ver o último filme que "mostra tudo" como se fosse um espécime de um mundo remoto e até agora inimaginado. Mas supõe-se que todos os que entram no cinema têm a sua própria vida sexual, ou pelo menos os meios para praticá-la. Todos os órgãos genitais se parecem, a não ser pelos detalhes conhecidos, e as posições sexuais são limitadas pela anatomia e pela inventividade de cada um. A novidade é vê-los em exposição. Assim, curiosamente, depois de esgotados os assombros do mundo, o Homem vai encontrar a última fronteira do exótico, do nunca examinado, em si mesmo, na sua sexualidade e na sua relação com ela. Uma das teorias simplificadas da evolução humana diz que a civilização e seus descontentamentos se devem ao singelo fato que, ao tornar-se um bípede, o Homem expôs seu sexo ao próximo. Desde então não tem feito outra coisa senão querer desviar a atenção. Finalmente, depois de tanto barulho, o homem descobre o seu sexo e o encara em público. Mas à distância, como se fosse um bicho novo.

08/08/83

1.12 "8 de abril de 1894" – Machado de Assis

Quinta-feira à tarde, pouco mais de três horas, vi uma coisa tão interessante, que determinei logo de começar por ela esta crônica. Agora, porém, no momento de pegar na pena, receio achar no leitor menor gosto que eu para um espetáculo, que lhe parecerá vulgar, e porventura torpe. Releve-me a impertinência; os gostos não são iguais.

Entre a grade do jardim da Praça Quinze de novembro e o lugar onde era o antigo passadiço, ao pé dos trilhos de bondes, estava um burro deitado. O lugar não era próprio para remanso de burros, donde concluí que não estaria deitado, mas caído. Instantes depois, vimos (eu ia com um amigo), vimos o burro levantar a cabeça e meio corpo. Os nossos furavam-lhe a pele, os olhos meio mortos fechavam-se de quando em quando. O infeliz cabeceava, mas tão frouxamente, que parecia estar próximo do fim.

Diante do animal havia algum capim espalhado e uma lata com água. Logo, não foi abandonado inteiramente; alguma piedade houve no dono ou quem quer que é que o deixou na praça, com essa última refeição à vista. Não foi pequena ação. Se o autor dela é homem que lia crônicas, e acaso ler esta, receba daqui um aperto de mão. O burro não comeu do capim, nem bebeu da água; estava para outros capins e outras águas, em campos mais largos e eternos.

Meia dúzia de curiosos tinham parado ao pé do animal. Um deles, menino de dez anos, empunhava uma vara, e se não sentia o desejo de dar com ela na anca do burro para espertá-lo, então eu não sei conhecer meninos, porque ele não estava do lado do pescoço, mas justamente do lado da anca. Diga-se a verdade; não o fez — ao menos enquanto ali estive, que foram poucos minutos. Esses poucos minutos, porém, valeram por uma hora ou duas. Se há justiça na terra, valerão por um século, tal foi a descoberta que me pareceu fazer, e aqui deixo recomendada aos estudiosos.

O que me pareceu, é que o burro fazia exame de consciência. Indiferente aos curiosos, como ao capim e à água, tinha no olhar a expressão dos meditativos. Era um trabalho interior e profundo. Este remoço popular: por pensar morreu um burro mostra que o fenômeno foi mal entendido dos que a princípio o viram; o pensamento não é a causa da morte, a morte é que o torna necessário. Quanto à matéria do pensamento, não há dúvida que é o exame da consciência. Agora, qual foi o exame da consciência daquele burro, é o que presumo ter lido no escasso tempo que ali gastei. Sou outro Champollion, porventura maior; não decifrei palavras escritas, más ideias íntimas de criatura que não podia exprimi-las verbalmente.

E diria o burro consigo:

“Por mais que vasculhe a consciência, não acho pecado que mereça remorso. Não furtei, não menti, não matei, não caluniei, não ofendi nenhuma pessoa. Em toda a minha vida, se dei três coices, foi o mais, isso mesmo antes de haver aprendido maneiras de cidade e de saber o destino do verdadeiro burro, que é apanhar e calar. Quanto ao zurro, usei dele como linguagem. Ultimamente é que percebi que me não entendiam, e continuei a zurrar por ser costume velho, não com ideia de agravar ninguém. Nunca dei com homem no chão. Quando passei do tílburí ao bonde, houve algumas vezes homem morto ou pisado na rua, mas a prova de que a culpa não era minha, é que nunca segui o cocheiro na fuga; deixava-me estar aguardando a autoridade.”

“Passando a ordem mais elevada de ações, não acho em mim a menor lembrança de haver pensado sequer na perturbação da paz pública. Além de ser a minha índole contrária a arruaças, a própria reflexão me diz que, não havendo nenhuma revolução declarando os direitos do burro, tais direitos não existem. Nenhum golpe de Estado foi dado em favor dele; nenhuma coroa os obrigou. Monarquia, democracia, oligarquia, nenhuma forma de governo, teve em conta os interesses da minha espécie. Qualquer que seja o regime, ronca o pau. O pau é a minha instituição um pouco temperada pela teima, que é, em resumo, o meu único defeito. Quando não teimava, mordida freio, dando assim um bonito exemplo de submissão e conformidade. Nunca perguntei por sóis nem chuvas; bastava sentir o freguês o tílburí ou o apito do bonde, para sair logo. Até aqui os males que não fiz; vejamos os bens que pratiquei.”

“A mais de uma aventura amorosa terei servido, levando depressa tílburí e o namorado à casa da namorada — ou simplesmente empacando em lugar onde o moço que ia no bonde podia mirar a moça que estava na janela. Não poucos

devedores terei conduzido para longe de um credor importuno. Ensinei filosofia a muita gente, esta filosofia que consiste na gravidade do porte e na quietação dos sentidos. Quando algum homem, desses que chamam patuscos, queria fazer rir os amigos, fui sempre em auxílio dele, deixando que me desse tapas e punhadas na cara. Enfim...”

Não percebi o resto, e fui andando, não menos alvoroçado que pesaroso. Contento da descoberta, não podia furtar-me à tristeza de que um burro tão bom pensador ia morrer. A consideração, porém, de que todos os burros devem ter os mesmos dotes principais, fez-me ver que os que ficavam, não seriam menos exemplares que esse. Por que se não investigará mais profundamente o moral do burro? Da abelha já se escreveu que é superior ao homem, e da formiga também, coletivamente falando, isto é, que as suas instituições políticas são superiores às nossas, mais racionais. Por que não sucederá o mesmo ao burro, que é maior?

Sexta-feira, passando pela Praça Quinze de novembro, achei o animal já morto.

Dois meninos, parados, contemplavam o cadáver, espetáculo repugnante; mas a infância, como a ciência, é curiosa sem asco. De tarde já não havia cadáver nem nada. Assim passam os trabalhos desse mundo. Sem exagerar o mérito do finado, força é dizer que, se ele não inventou a pólvora, também não inventou a dinamite. Já é alguma coisa neste final de século. Requiescat in pace.

1.15 “19 de maio de 1888” – Machado de Assis

Bons dias!

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup*, *post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário fôr, que tôda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembléa que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi *cabisbaixo*; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô! fico.

— ...Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho dêste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Êle continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe bêsta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas tôdas que êle recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a tôda a gente que dêle teve notícia; que êsse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposições) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites.

1.16 “Risque meu nome do seu Orkut” – Xico Sá

Você amigo, você fofolete, acaba o casamento, o romance, a novela, o amancebamento, o caso, o rolo, mas continuam acompanhando a vida do(a) ex no Orkut, no Facebook, nas redes sociais mais intimistas.

Um desastre. Podendo evitar, meu caro, minha princesa, evitem. Corra fora rapaz, corra, Lola, corra. Aproveitem que os laços foram cortados no plano real e passem a régua também nas espumas da virtualidade.

O mais é sofrimento à toa, reacender a fogueira do ciúme, masoquismo, perversão, sacanagem. Um risco que não vale mesmo a pena. Depois não digam que foi por falta de aviso.

Qualquer recado ou post, mesmo os mais inocentes ou sem propósito, vira um inferno na terra. Para completar, tem sempre alguém mais sacana ainda e entra no jogo, só por ruindade, dando linha na pipa da maldade.

Prefira não, amigo, caia fora mesmo, Lola.

Não adianta nem tentar dizer que não liga, que é apenas virtual, que leva na buena, que acabou tudo bem e que é civilizadíssimo. Melhor evitar aperreios no juízo.

Você já prestou atenção, meu jovem, na fatura de tragédias amorosas que tiveram como espoleta da discórdia um simples comentário na Internet, uma foto sensual no Orkut, uma alteração no status do relacionamento?

E tem outra: precisa ser muito tranqüilo para não ficar fuçando a vida do(a) entidade chamada ex. Quem resiste aí levante o dedo.

Melhor evitar o brinquedo assassino chamado ciúme, esse satanás de chifre.

Sim, tem que ser forte para cair fora, para bloqueá-lo(a), para dar um tempo inclusive na amizade forçada –não há civilização no fim do amor, a barbárie e a selvageria sempre prevalecem.

Não basta o sofrimento mais do que real da ressaca amorosa? Basta.

Como recomendava a canção das antigas, risque o meu nome do seu caderno, pois não suporto o inferno, do nosso amor fracassado.

Ninguém segura essa onda. Claro que só uma minoria maluca chega à violência, ao inconcebível. A maioria, mesmo silenciosa, sofre horrores, se acaba, o velho pote até aqui de mágoa, como diria o xará Buarque, faça não, caia fora, faz bem para manter a sanidade.

Risque o meu nome do seu Orkut, diga ao Facebook que não estamos mais em um relacionamento sério...

ANEXO B

Crônicas de Rachel de Queiroz

2.1 “Bilhete ao meu leitor de domingo”

PREZADO LEITOR, adeus, estimo que passe bem. O fim destas maltraçadas é lhe dizer que hoje não espere crônica, nem conto, nem qualquer manifestação propriamente literária, em nosso rodapé. E não cuide também que o vou divertir com mexericos políticos; o mais que lhe posso oferecer são os meus cumprimentos. Ou dizer como dizem os gladiadores: "Ave Caesar, morituri te salutant" Reconheço que haverá no emprego da frase uma pequena impropriedade, porque não estou exatamente na situação de "morituri". O meu mal não é de morte, é apenas de gripe, com febre de 38 graus. Mas sempre que a gente quer fazer uma citação latina, há qualquer coisinha que não se ajusta. Esta frase irá assim; você há de dar o desconto.

Outro seria o caso se a minha febre fosse de 40 graus: bem que valeria a pena, pois talvez só delirando, variando, eu o pudesse brindar, leitor, com uma página à moda do nosso grande Graciliano — o insuperável animador de delírios — que os seus são superiores até ao clássico delírio de Brás Cubas.

Infelizmente a mesquinha realidade são mesmo os 38 graus, acompanhados de espirros, coriza e cabeça oca. A minha odiosa carcaça toda a vida foi assim — nunca me deu a menor satisfação de natureza romântica. Sempre teimou em ser o oposto do que eu queria, sempre se obstinou em me contrariar. Aos dezesseis anos desejei tanto ser tuberculosa e fazer versos como Auta de Sousa! E, *hélas*, creio que jamais serei tuberculosa. Aos doze, queria ter olhos azuis e tocar violino; aos vinte queria apenas ser bonita — e afinal, após tanto desejo baldado, o que me resta? O futuro de uma sólida matrona, sem poesia e sem silhueta.

Nem sei, realmente, para que uma pessoa adoecer se não pode tirar partido da moléstia. E moléstias como esta minha não rendem nada, não rendem sequer experiência. Que adianta para o progresso moral do indivíduo ter uma, vinte, mil gripes, no decorrer da vida? Se Santa Teresa, a Grande, em vez daquela estranha doença que a trazia toda tolhida e a consumia de dores, apurando-lhe tão finamente a alma, houvesse tido apenas inúmeros defluxos, teria chegado a ser a santa que foi? Ou Elizabeth Barrett Browning teria feito os seus sonetos do português?

Levando agora um pouco mais além este assunto de doenças, caímos na consequência normal de qualquer enfermidade, que é o pensamento da morte, a ideia do defunto. Não um defunto qualquer, mas o nosso próprio defunto, aquele que vive escondido dentro de nós, que mora com a gente e está esperando a toda hora o seu momento para dar a última palavra. Confesso que essa ideia do defunto não brotou em mim espontaneamente; foi-me sugerida pelo meu primo Pedro Nava, autor de um grande poema já bastante célebre, onde se trata exatamente do tema "defunto".

O fato é que desde a hora em que nascemos já carregamos o nosso defunto conosco. Parasita desalmado, desde o instante do nascimento ele nos escraviza ao seu serviço, e só existimos unicamente para lhe satisfazer as necessidades e o capricho. Comemos para engordar o defunto. Fazemos ginástica para que os músculos do defunto fiquem fortes. Dormimos para que o defunto

repouse. E quando, de acordo com as tendências do sexo a que pertencemos, nos embelezamos — umas frisando os cabelos ou pintando o rosto, outros indo à manicura ou barbeando-se — o que fazemos, na realidade, é cachear o defunto, é pintar ou rapar a cara do defunto, porque tudo — corpo, rosto, membros e pele — tudo é dele, tudo é ele. E quando a história é de amor, quem se goza de todos os prazeres concretos que o amor proporciona, quando a triste alma só lhe sente as angústias, os ciúmes, os desesperos? Quem? O defunto. O mesmo sucede em se tratando de prazeres da mesa, ou de esportes, ou bebida, ou dança.

Acontece às vezes, por acaso, gozarmos de um puro prazer intelectual à revelia do monstro. Absorvemo-nos por exemplo num livro fascinante, e a leitura se prolonga indefinidamente noite adentro. Parece, naquela hora, que ele está vencido, domado. Eis que de súbito bate a madrugada no relógio. O defunto, cerrando as pálpebras, abrindo a boca, mostra que tem sono; e o vil escravo, que se supunha livre, solta imediatamente o livro no chão, veste um pijama folgado para o defunto ficar à vontade, ajeita cuidadosamente travesseiros e cobertores para o defunto se agasalhar, apaga a luz — e aí a besta dorme. O livro, o prazer, o requinte intelectual, as ideias superiores ficaram abandonados no soalho, só porque o defunto achou de repente que precisava dormir.

Em tal luta, sempre perdida, gastamos todo o tempo da nossa peregrinação por este vale de lágrimas. Um belo dia, enfim, vem insidiosa a moléstia grave e com dentes fortes ataca o inimigo. Nós então sorrimos: "Chegou o teu dia, demônio!" Com prazer constatamos que ele desaparece, definha, se acaba. Furado de injeções, curtido de cataplasmas, queimado pelos capacetes de gelo, afinal vai ser vencido!

Vem a morte. Primeiro os pés esfriam, depois o nariz se afila, uma onda amarela percorre todo o corpo, o coração estaca. Mas aí de nós, amigo leitor — em vez de surgir o nosso triunfo, é aquele o triunfo supremo do defunto. Nós é que somos expulsos impiedosamente, e ele é que fica sozinho. Imóvel, lívido, majestoso, estúpido. Enche não só o caixão, como a casa toda, a família toda. Aquele é que é o seu grande dia, o clímax da carreira que data da infância e atravessou a adolescência, a mocidade e a velhice. Para chegar àquilo é que se cumpriu o longo ciclo, porque ali é que está a metamorfose definitiva. Enquanto existia vida, ainda podíamos discutir com ele, disputer-lhe um momento ou um cuidado. Mas assim que chega a morte, somos expulsos, e só ele manda — e só ele fica. Quando vai para o cemitério, deixando atrás de si uma esteira de flores e de homenagens, é como um rei que, afinal ungido, se senta no seu trono e acha que tudo está bem. Verifico novamente o termômetro: com um pouco de boa-vontade pode-se dizer que a coluna de mercúrio está nos 38 e meio. Até domingo que vem, leitor. Desculpe, mas o defunto quando tem febre gosta de se deitar.

Cordialmente, sua velha amiga.

R. Q.

(Ilha, setembro de 45)

2.2 “O nosso humilde ofício de escrever” – 22-05-1995

Urna moça escritora pede que eu lhe explique como se faz um romance. Se a gente planeja tudo sistematicamente — o enredo, seus desenvolvimentos, os personagens, a inspiração sociológica ou 'social', romântica, histórica etc. E se escreve à mão, à máquina ou em computador. Bem, acho que

todo romancista tem o seu processo especial de criar. Émile Zola, por exemplo, planejou a série dos Rougon Macquart — era a saga de uma família francesa, origem humilde, e suas lutas para conseguir poder e riqueza. Já outros, como por exemplo Dostoievski, parece que não planejavam nada, deixavam explodir aquele imenso coração torturado.

Mas nós, modestos escribas do Terceiro Mundo, não temos, eu creio, essas audácias criativas. E muito menos eu, que só faço os meus livrinhos quando eles querem sair. Ficam emitindo sinais, incomodando, e então sinto que está na hora de trabalhar. Na verdade sempre comparo a concepção de um livro à concepção de um filho. Sim, a uma gravidez. Quando você vê, o livro já está dentro, vivo e mexendo, bulindo com a sua cabeça, ocupando a cada dia espaço maior, fazendo você levantar de noite para tomar nota de uma frase — um pedaço de diálogo, o rascunho de um conflito. Daí, a sua ideia inicial vai se desenvolvendo, o tema se desdobrando, suscitando situações novas, personagens novos, que às vezes surgem de repente, inesperados; pode ser até num virar de esquina ou num bate-papo de bar. O fio vai se desenrolando do novelo, se embaraça e se desdobra, muda de cor e consistência, até adquirir uma identidade, personalidade, ou, digamos, uma feição própria. De certo tempo em diante você não governa mais a história, são os personagens que mandam.

Eles que exigem a sua coerência, eles que de repente querem falar, e às vezes, com alguma declaração ou atitude inesperada, alteram todo o plano da obra; o que, no meu caso, não é problema maior, pois que o meu plano já de si era fluído, sem programação rigorosa. Outra preocupação do ficcionista é a localização da história. Comigo, mantenho vagas relações com a geografia e a topografia, e, só quando se torna indispensável, conservo o nome real dos locais por onde perambulam as minhas figuras. Ninguém vá procurar no mapa o local verdadeiro onde se situa aquela fazenda, aquele tiroteio, aquela vila ou cidade, Ah, e tem ainda uma das partes mais penosas, que é o batizado dos personagens. Como mãe exigente, quero que cada um mostre quem é através do nome, que o nome lhe assente de cara e alma, e é difícil demais. Nome nenhum parece que dá certo, crio combinações, recorro à memória de infância. Por exemplo, aquela *Xavinha de Dôra Doralina* existe no livro tal como foi na vida — com o mesmo nome, personagem secundária, solteirona, beata, dentuça, cara amarela e, no meio disso tudo, uns doces olhos azuis. Para nós lá, olho azul é um luxo raro, uma dádiva especial. E parecia um desperdício de Deus Nosso Senhor dar aqueles olhos à Xavinha, que não merecia. Quanto aos demais protagonistas, os importantes, eu não diria, como Flaubert, que "Madame Bovary c'est moi", mas você, autor, tem que se meter na pele de cada um dos seus personagens, encarnar neles, de certa forma ser eles — pois que você só conta para lhes dar vida, com a sua própria experiência. Tem que produzir um ser de verdade, não um simples retrato ou caricatura riscada no papel. Quanto ao ato de escrever, propriamente, só *O Quinze* escrevi de próprio punho, a lápis, num caderno de colegial. Os outros — eu já então tinha ganho uma maquininha Corona, alemã, comprada por meu pai do nosso amigo frei Leopoldo Plass (que tinha os pulmões corroídos por gás tóxico, soldado que fora na Primeira Grande Guerra, e morreu como um santo).

Não entrei na era do computador, convivi com um, na casa de um amigo em Paris, que tinha um computador emprestado. Me deixei tentar, voltei, juntei o dinheiro necessário para comprar o meu micro, mas, na véspera do pagamento, a ministra Zélia me tomou a poupança; teimei, tinha uns dólares que sobraram da viagem, dava para pagar. Ai chegou o assaltante aqui em casa e

carregou os dólares, junto com outras coisas. Fiquei abalada, ia desistindo, quando me telefonou um querido amigo de Minas dizendo que arranjara um contrabandista que trazia computadores do Paraguai. Encomendamos os nossos. E, daí a uma semana, o amigo telefona de novo, dizendo que o contrabandista tinha sido preso junto com os computadores. Era evidente que Deus não queria que eu possuísse computador! Ademais, minhas retinas não se davam bem com a telinha de luz tremelicante da máquina. Fiquei pois com a minha pequena Olivetti elétrica, que aliás já são duas, ambas ganhas de presente. Quando vou ao Ceará, já que a voltagem daqui é 110 e a de lá 220, uso a máquina do meu primo Jorge Barreira, um luxo! Nela foi batida grande parte da Maria Moura. E assim deixo aqui descobertos todos os meus segredos profissionais, tão sem importância e rotineiros quanto a obra e a autora que tentava se ocultar atrás deles.

2.3 “A arte de ser avó”

Netos são como heranças: você os ganha sem merecer. Sem ter feito nada para isso, de repente lhe caem do céu. É, como dizem os ingleses, um ato de Deus. Sem se passarem as penas do amor, sem os compromissos do matrimônio, sem as dores da maternidade. E não se trata de um filho apenas suposto, como o filho adotado: o neto é realmente o sangue do seu sangue, filho de filho, mais filho que o filho mesmo...

Quarenta anos, quarenta e cinco. Você sente, obscuramente, nos seus ossos, que o tempo passou mais depressa do que esperava. Não lhe incomoda envelhecer, é claro. A velhice tem as suas alegrias, as suas compensações — todos dizem isso, embora você, pessoalmente, ainda não as tenha descoberto — mas acredita.

Todavia, também obscuramente, também sentida nos seus ossos, às vezes lhe dá aquela nostalgia da mocidade. Não de amores nem de paixões: a doçura da meia-idade não lhe exige essas efervescências. A saudade é de alguma coisa que você tinha e lhe fugiu sutilmente junto com a mocidade. Bracinhos de criança no seu pescoço. Choro de criança. O tumulto da presença infantil ao seu redor. Meu Deus, para onde foram as suas crianças? Naqueles adultos cheios de problemas, que hoje são os seus filhos, que têm sogro e sogra, cônjuge, emprego, apartamento a prestações, você não encontra de modo nenhum as suas crianças perdidas. São homens e mulheres — não são mais aqueles que você recorda.

E então, um belo dia, sem que lhe fosse imposta nenhuma das agonias da gestação ou do parto, o doutor lhe põe nos braços um menino. Completamente grátis — nisso é que está a maravilha. Sem dores, sem choro, aquela criancinha da sua raça, da qual você morria de saudades, símbolo ou penhor da mocidade perdida. Pois aquela criancinha, longe de ser um estranho, é um menino seu que lhe é "devolvido". E o espantoso é que todos lhe reconhecem o seu direito sobre ele, ou pelo menos o seu direito de o amar com extravagância; ao contrário, causaria escândalo e decepção, se você não a acolhesse imediatamente com todo aquele amor recalçado que há anos se acumulava, desdenhado, no seu coração.

Sim, tenho a certeza de que a vida nos dá os netos para nos compensar de todas as mutilações trazidas pela velhice. São amores novos, profundos e felizes, que vêm ocupar aquele lugar vazio, nostálgico, deixado pelos arroubos juvenis. Aliás, desconfio muito de que netos são melhores que namorados,

pois que as violências da mocidade produzem mais lágrimas do que enlevos. Se o Doutor Fausto fosse avó, trocaria calmamente dez Margaridas por um neto...

No entanto — no entanto! — nem tudo são flores no caminho da avó. Há, acima de tudo, o entrave maior, a grande rival: a mãe. Não importa que ela, em si, seja sua filha. Não deixa por isso de ser a mãe do garoto. Não importa que ela, hipocritamente, ensine o menino a lhe dar beijos e a lhe chamar de "vovozinha" e lhe conte que de noite, às vezes, ele de repente acorda e pergunta por você. São lisonjas, nada mais. No fundo ela é rival mesmo. Rigorosamente, nas suas posições respectivas, a mãe e a avó representam, em relação ao neto, papéis muito semelhantes ao da esposa e da amante nos triângulos conjugais. A mãe tem todas as vantagens da domesticidade e da presença constante. Dorme com ele, dá-lhe de comer, dá-lhe banho, veste-o. Embala-o de noite. Contra si tem a fadiga da rotina, a obrigação de educar e o ônus de castigar.

Já a avó não tem direitos legais, mas oferece a sedução do romance e do imprevisto. Mora em outra casa. Traz presentes. Faz coisas não programadas. Leva a passear, "não ralha nunca". Deixa lambuzar de pirulito. Não tem a menor pretensão pedagógica. É a confidente das horas de ressentimento, o último recurso dos momentos de opressão, a secreta aliada nas crises de rebeldia. Uma noite passada em sua casa é uma deliciosa fuga à rotina, tem todos os encantos de uma aventura. Lá não há linha divisória entre o proibido e o permitido, antes uma maravilhosa subversão da disciplina. Dormir sem lavar as mãos, recusar a sopa e comer croquetes, tomar café — café! —, mexer no armário da louça, fazer trem com as cadeiras da sala, destruir revistas, derramar a água do gato, acender e apagar a luz elétrica mil vezes se quiser — e até fingir que está discando o telefone. Riscar a parede com o lápis dizendo que foi sem querer — e ser acreditado! Fazer má-criação aos gritos e em vez de apanhar ir para os braços da avó, e de lá escutar os debates sobre os perigos e os erros da educação moderna...

Sabe-se que, no reino dos céus, o cristão defunto desfruta os mais requintados prazeres da alma. Porém não estarão muito acima da alegria de sair de mãos dadas com o seu neto, numa manhã de sol. E olhe que aqui embaixo você ainda tem o direito de sentir orgulho, que aos bem-aventurados será defeso. Meu Deus, o olhar das outras avós com os seus filhotes magricelas ou obesos, a morrerem de inveja do seu maravilhoso neto!

E quando você vai embalar o menino e ele, tonto de sono, abre um olho, lhe reconhece, sorri e diz "Vó!", seu coração estala de felicidade, como pão ao forno.

E o misterioso entendimento que há entre avó e neto, na hora em que a mãe o castiga, e ele olha para você, sabendo que, se você não ousa intervir abertamente, pelo menos lhe dá sua incondicional cumplicidade...

Até as coisas negativas se viram em alegrias quando se intrometem entre avó e neto: o bibelô de estimação que se quebrou porque o menininho — involuntariamente! — bateu, com a bola nele. Está quebrado e remendado, mas enriquecido com preciosas recordações: os cacos na mãozinha, os olhos arregalados, o beijo pronto para o choro; e depois o sorriso malandro e aliviado porque "ninguém" se zangou, o culpado foi a bola mesma, não foi, vó? Era um simples boneco que custou caro. Hoje é relíquia: não tem dinheiro que pague...

(Rio, julho de 1958)

2.4 “Irmão”

O CALENDÁRIO, na mesa, marca o aniversário do meu irmão. E o curto algarismo preto no mês de fevereiro me suscita uma rajada de saudades velhas, afastando qualquer ideia de outro trabalho, me deixando parada a remoer o passado, devagar e com ternura. Transfere-me para aquela dimensão secreta que só de raro em raro se frequenta. Tesouro que a gente sabe que possui, mas que não se gasta e se tem para garantia de sobrevivência, assim como as reservas-ouro do erário público.

E dedico-me a pensar em amor de irmão, coisa tão realmente especial. Parece uma tolice fazer com tal ênfase essa afirmação do óbvio. Afinal quem não sabe o que é amor de irmão? É, a gente sabe, mas não medita. Dá por seguro, não mede nem compara e, nesse descuido, vai perdendo de vista os valores essenciais. Meditando é que se reconhece e se agradece a Deus.

Pode a gente estar velho e caduco, mas o amor de irmão conserva o seu perfume de infância através dos anos e anos. Aquela confiança que só menino tem, aquela segurança e afeto, a crença na perfeição e na lealdade do ser amado. Mormente irmãos com pouca diferença de idade criados na mesma ninhada, juntos e solidários. Em nada se compara amor de irmão com amores de amantes, que em si já são afetos diversos e tormentosos, são amores que consomem e desesperam. Amor de irmão não tem altos nem baixos, é planície serena, verde pradaria que, se não ostenta orquídeas de paixão, se enfeita sempre com duráveis sempre-vivas. Amor de irmão não duvida nem desconfia, é amor dificilmente vulnerável, uma vez que jamais se desloca para a casa perigosa dos outros amores. Nada lhe pode suscitar rivais, porque ele é único. Você pode arranjar vinte noivos, dez maridos, cem amantes, mas irmão só tem aquele ou aqueles nascidos em tempo hábil da carne de mãe e pai.

Enquanto você tem irmão, tem você uma reserva de intacta meninice. Pois, de um para o outro, vocês até a morte continuam a ser "os meninos". O entendimento por meias-palavras. As anedotas familiares que só os dois compreendem. No meio de um discurso o orador diz uma palavra, e através da mesa, você e seu irmão trocam um sorriso — sabe lá, sabem só vocês, que longínquas, graciosas memórias aquela palavra desenterrou. Ah, irmão. Nestes tão longos anos de vida jamais consegui ter dele a raiva mais mortífera que durasse além de dez minutos. Dez minutos? Exagero. Entre a palavra que vai e a palavra que vem se liquida tudo. Ou no auge da raiva um dito engraçado, uma alusão subentendida. Não sei com foi com Caim e Abel, Esaú e Jacó, esses irmãos homens. A relação que entendo é de irmão para irmã. Que não pode incluir rivalidade, porque os dois não evoluem no mesmo campo. Ao contrário, sendo mulher e homem, em lugar de se chocarem, se completam. Um é forte, a outra é paciente. Ele é valente, ela é astuta. O amor-amor dele vai para mulher, o dela vai para homem. As vitórias que um quer não são as mesmas que a outra pretende, porque ambições de homem não têm nada que ver com as complexas, sutis e envolvidas ambições de mulher.

Esse irmão, meu irmão, recordo-o dos anos mais longes, e vejo o bem-querer que lhe tenho, sempre igual e firme, e pasmo de que na natureza humana, tão variável e desleal, possa haver amor assim. Nunca precisei dizer a ele. Eu sei e ele sabe. A gente não precisa afirmar, repetir. Os dois sabem, sem fásca de dúvida. Conta-se com ele tão certo como o dia e a noite, a velhice e a morte.

Amor que não precisa de carta, de telefonemas nem de retrato. Pois como uma coisa imperecível poderia depender dos perecíveis?"

Outro dia uma prima velha nos contou um episódio da meninice minha e dele, meu irmão. Faz muito tempo, era em Fortaleza, eu teria cinco anos e brincava de tarde, na calçada, na Praça Coração de Jesus. A prima me agarrou, me beijou, me olhou de perto, e disse com a sua costumeira indiscrição:

- Ah, que pena, você não se parece nada com a sua linda mãe!

E eu teria respondido gravemente e com orgulho:

— Não, quem parece com ela e o meu irmão. Ele é que é o bonito.

Até hoje tem sido sempre assim. O bonito é ele; cada vez mais bonito, o danado, com aquele cabelo branco nas têmporas, o sorriso claro, a cor fina da pele. E aquela inteligência aguda, a malícia no entender, a ironia pronta, o ceticismo sorridente. A ternura encabulada.

Quando o velho Miguel Francisco fez há mais de cem anos a casa do Junco, parece que se estava esperando por ele. Aliás que seria daquele nosso mundo sem ele? Que seria de mim sem ele? Outra coisa seria: mais pobre, mais amarga. Sem toda aquela riqueza que vem desde a infância — infância minha e tua, meu irmão.

2.5 “Verão”

TODO NORDESTINO fica danado da vida quando pessoas a que ele dá importância vêm conhecer a sua terra nos meses de verão. Não é que ele não goste do verão. O verão, para o nativo, é tempo muito agradável, sem chuvas nem atoleiros, o campo aberto multiplicado em caminhos, o leito dos maiores rios vadeáveis a pé enxuto, convidando ao nomadismo que ainda está tão perto de nós, já que nós mesmos ainda estamos tão perto do índio andejo.

E no verão não há moscas, nem mosquitos, nem mutucas, nem muriçocas, nem friagem, nem frieiras, nem dor-d'olhos, nem papocas roxas, nem defluxos, nem reumatismo.

Nem trabalho. Porque em pleno verão, acabada a colheita do feijão e do algodão, virado o milho; quando ainda não se começaram os remotes de cercas, a broca e a coivara dos roçados novos, há um período intermediário em que, literalmente, não se faz nada. Lá alguma desmancha de farinha, que é mais uma festa que um serviço. Ou moagem, nas raras fazendas onde há sítio de cana. O mais são os sambas, as cantorias, as viagens de recreio, o passar uns dias em casa de parentes distantes, as romarias em pagamento de promessas a Canindé ou ao Juazeiro. As novenas, os festejos dos santos, com barraquinha, leilão e foguete. E sanfona muita.

Mas tudo isso em família, não para estranho ver. Estranho chega e logo vai estranhando, como é natural. Aos olhos deles o sertão está horrível, seco, cinzento, sem folha verde à vista, a caatinga virada numa floresta de garranchos. O gado fica magreirão, é claro, pois só come capim seco e o resto da palha do legume nas capoeiras. Os açudes baixam, os rios deixam de correr, as águas não são tão cristalinas, muita gente se abastece nas grosseiras cacimbas que são apenas grandes buracos rústicos cavados na areia, sem paredes de alvenaria ou quaisquer obras de arte. Tudo improvisado, e perecível — tudo provisório, como o próprio verão.

Provisório. É essa a palavra que os estranhos não entendem. Que a secura, a falta do verde, as águas baixas, tudo é provisório e salutar.

E por mim confesso que tinha o maior acanhamento em mostrar o sertão na quadra seca ao pessoal de Bahia pra baixo. Só depois que conheci a nudez de outono e inverno em outras latitudes foi que perdi a cerimônia. Esse negócio de mata tropical, permanentemente verde e úmida, é coisa de subdesenvolvido, que não conhece as alternativas das estações; para eles é sempre uma coisa só. Mas nas terras civilizadas da Europa e Norte-América, o ritmo é semelhante ao nosso, no Nordeste. Folha nasce e folha cai no tempo certo e ninguém na Alemanha ou na Escócia se lembraria de ter vergonha de mostrar aos de fora a nudez das árvores ou a grama queimada e morta. Aliás, foi só isso que vi nos famosos campos da Inglaterra — os relvados secos, o arvoredado nu. Era fim de outono. Também no Vermont, nos Estados Unidos, em novembro, meu Deus, não fosse o testemunho das estrelas no céu, tão diversas, e o povo todo falando inglês, e a comida inconfundível, a gente podia jurar que aquele novembro era em pleno sertão do Quixeramobim. O chão cinzento, a mata rala desfolhada, os bichos comendo capim seco, as águas escassas depois dos calores do verão. A terra como adormecida, esperando o despertar para desabrochar. Tal e qual como nós. A única diferença era, a espera da neve e do frio — e nisso nós levamos vantagem, pois ninguém pode comparar o conforto da ventilação marinha que nos banha a terra toda, o sol claríssimo, os lindos luares, as noites frescas, as madrugadas esplendorosas, com o frio e a umidade e a neve nos telhados e o gelo no chão, e tudo trancafiado a tiritar, procurando aquecimento.

Mas vem aqui algum carioca, ou paulista, ou goiano, na quadra estival, para nós tão propícia e logo exclama: — Que horror! Como se pode viver assim? Coitada dessa gente! Cadê os retirantes?

Não sabem que retirante é assunto de seca, e verão não é seca. Não sabem que é por causa do verão que nós praticamente não conhecemos moléstias, não sabemos o que é impaludismo, boubá, mal-de-chagas, febre amarela, aqui não dá berne no gado, e, se aparece alguma aftosa ou raiva, é sempre trazida de longe.

Mas não adianta explicar, que eles não entendem. Vêm um rio seco, não pensam que é uma ocorrência sazonal, regular, se espantam, acham que houve calamidade. O rio secou!

Não sabem que nos calores do verão a terra dorme e os homens folgam. Pra depois rebentarem em flor e fruto, com as águas novas.

[7 jul. 1971]

2.6 “Terra no sangue”

Essa ligação de amor que o nordestino tem com a sua terra... Pensando bem, será mesmo de amor? Ou antes: será só amor? Talvez maior e mais fundo, espécie de mágica entre o homem e o seu chão; a simbiose da terra com a gente. Vem na composição do sangue. Aquela terra salgada que já foi fundo do mar tem mesmo o gosto do nosso sangue.

Só sei que a ligação existe e não se acaba. Precisa o emigrante sair muito criança pra perder a condição de nordestino, que não teve tempo de apurar. Ainda outro dia ouvi na TV a confissão de dois nordestinos ilustres — a prefeita Luíza Erundina e o presidente José Sarney —, reconhecendo a dependência

irrecorrível: nas horas de crise, de triunfo ou desafio, sentiam dentro do peito a necessidade imperiosa de rever a terra, voltar às velhas raízes, em busca de forças novas para assimilar a vitória ou enfrentar os riscos. E voltam revigorados, coração batendo firme, cabeça arrumada, dimensões recuperadas, saudade aplacada, equilíbrio, firmeza.

E o que é aquela terra, afinal? Sertão e caatinga, uns montes de serras frescas, águas sazonais. Tudo que Deus botou ali foi regado. Até se poderia dizer que Deus foi sovina; mas felizmente a gente sabe que, no caso, a qualidade vence a quantidade. Só as coisas preciosas se medem às gotas. O que é demais não tem valor.

Por mim, eu digo: toda vez que o destino me fere mais duro, me maltrata mais fundo, é para lá que eu fujo. Me esconder, lamber as feridas. E se para lá não corro nas horas de triunfo, é porque triunfos não os conheço; só modestas alegrias, muito choradas e medidas. Mas era lá que a gente melhor curtia os netos, antes que eles ficassem adultos, cheios de partes e de não-me-toques. Tempo em que nós éramos dois aqui em casa e fazíamos planos e projeções felizes; e era para lá que esses planos se destinavam — lá o ambiente, o local, a hora, para se traçarem e curtirem projetos de felicidade.

Meu Deus, no dia da chegada, quando se desembarca do trem ou do carro, o coração, que vinha fechado e escuro, se abre como aquela planta jericó, vocês conhecem? Parece um raminho murcho; mas se a pomos dentro de um copo de água, ela se abre, caule e folhas verdes, lindo. Coração de nordestino é um jericó desidratado, capaz de desabrochar de repente se posto na água, todo verde e flor. Pode isso acontecer em tempo de inverno, as grandes águas criando um mundo tão belíssimo que não se descreve. E, passado o impacto do encontro, a gente disfarça, se abaixa, apanha um pouco de terra vermelha, úmida e quente como coisa viva; encosta nela o rosto para sentir aquele cheiro de invisíveis sementes que germinam, e as pequenas raízes e pedacinhos de folha, e até formigas e tracuás escapando pelo dorso da nossa mão. E se for tempo seco, a terra tostada cheira a sol e não abriga folhinhas, mas gravetos.

Contudo, é a mesma terra. Tem sangue da gente nela, ou tem dela dentro do nosso sangue? E além da terra há os bichos — os bezerras, os cordeiros, os passarinhos, as traíras no açude, os negros muçuns se enterrando na lama.

E acima de tudo, do mato, das águas, dos bichos, estão as pessoas. Velhos, homens, mulheres, crianças. Que você conhece como se conhece, sabe o nome de cada um, e do avô, e do bisavô. E você quer bem a eles como eles lhe querem bem. E, mesmo os novatos, basta um pedaço de conversa com eles, devagar, meias palavras. E quando um se despede, a gente diz "Pois é", e já está tudo decidido. Ele arranjou o roçado, a casa de morada ou ao menos uma promessa para fins das águas. Sem surpresas, como se fosse tudo encomendado. Tudo tranquilo e entendido.

Rio, 27.1.89

2.7 “O enfêrmo”

ESTÁ morrendo? Não, não está morrendo. Antes morresse. Mas, como diz o médico, pode viver assim muitos anos, pode até enterrar todos nós.

Meu Deus, quando olho para a criatura, todo torto, atirado naquela cama, a mão em gancho, o pé duro, a bôca de lado, os olhos muito abertos e me

parecendo tão humilde — vou tendo aquêlo dó. Coitadinho, coitadinho... mas aí recordo o que êle fêz, e me ataca um ódio que piedade nenhuma abranda.

Teve um *ictus*. Assim que o doutor diz. A gente fala que foi derrame, paralisia, ar — êles dizem *ictus*. Tomei horror de médicos. As mentiras que êles podem inventar, êsses nomes em latim e em grego que usam para confundir os leigos — e o pouco caso que êles têm pelos "leigos".

Justamente, êle é médico. Ou era, porque agora não é mais nada. Agora só pode pensar em tempo passado.

Era, fazia, queria. Agora é um morto-vivo. Castigo de Deus, não há dúvida. Castigo. Deus é pai mas também pode punir.

E pensar que o nosso caso começou por intermédio das crianças. Na praia a Regininha, que tinha então três anos, cavava buracos na areia. Jorge, o mais velho, batia bola com outros garotos. Êle chegou — um môço sério, magro, muito branco, via-se que não costumava vir à praia com freqüência e se queimar de sol. Deitou-se na areia perto da menina e daí a pouco estava a cavar um túnel junto com ela. Jorge aproximou-se desconfiado, com aquêlo costume que tinha de zelar pela irmã. Quando levantei os olhos do jornal, vi que o môço chamava o vendedor de Kibon. Regina veio me perguntar se podia tomar sorvete, o estranho aproveitou para falar comigo, disse que as crianças eram muito simpáticas, bem educadas - essas lisonjas que facilitam uma aproximação.

Casamos daí a uns meses. Eu hesitara, sempre tivera mêdo de dar padrasto aos meus filhos, e além disso fora tão infeliz no primeiro casamento. Mas a verdade é que fiquei louca por aquêle homem. E êle por mim, faça-se justiça, Apesar da terrível crueldade que fêz comigo, não posso negar que gostasse demais de mim. É certo mesmo que tudo nasceu, justamente, dêsse amor que êle me tinha.

Na nossa lua-de-mel as crianças ficaram em casa de minha irmã mais velha. Mas ao chegarmos de Campos de Jordão, trouxe-as de volta para o apartamento. Ai, confesso, foi um pouco difícil acostumar meus filhos a presença nova daquele homem, a ocupar um lugar que sempre fôra dêles. Regina não se conformava em dormir sozinha num quarto, e Jorge, apesar de aos sete anos se considerar um rapaz, vinha de madrugada me pedir remédio, alegando dor de barriga, dor de cabeça, insônia. Eu fingia não perceber a irritação de meu marido, que me parecia demais. Afinal de contas, eram crianças, e êle devia ter pensando nisso quando resolveu se casar com uma viúva, mãe de dois filhos pequenos.

Com pouco eram três inimigos. Êle se irritava com tudo que os meninos faziam. Um dia Regina, por exemplo, o tratou por "você" e êle reagiu como se a pequena lhe tivesse dito um nome feio.

— "*Senhor*", tem que me tratar por "*senhor*"!

Se os garotos pegavam um objeto dêle, se apanhavam um lápis, se rasgavam uma revista, se abriam uma gaveta, explodia um vulcão e se seguiam dias de zanga. A maior injúria era eu me deitar na cama com um dos dois. Na noite em que Jorge teve dor de ouvido e eu fiquei com o menino no quarto, parecia até que eu estava dormindo com outro homem.

Meus filhos iam assim se habituando a só me fazer carinhos e a só conversar comigo quando me viam sózinha. Na frente do "outro" tomavam um ar distante, sonso ou medroso, que me enchia de angústia e sentimento de culpa.

Curiosa foi a sanção que tácitamente adotaram contra o padrasto: deixaram de o chamar de "tio" como faziam a princípio (papai, como eu tentara ensinar, nunca o chamaram) e até mesmo de Dr. Paulo, como ultimamente. Para os

meninos, meu marido deixou de ter nome. Quando se viam forçados a uma referência direta, diziam constrangidamente êle.

Já estávamos casados fazia mais de dois anos e cada dia a situação se tornava mais intolerável. Bem no fundo do coração ia me ocorrendo a ideia de um desquite. Mas eu não conseguia tomar decisão nenhuma — minha Nossa Senhora, que amor eu tinha àquele homem!, mas nem tanto amor me cegava, vendo aquela dureza, aquêle ciúme de um homem feito, quarentão, contra duas crianças sem pai.

A crise chegou afinal no dia do aniversário de Jorge. Veio tão diferente do que eu esperava, tão imprevista, que não pude agir de outro modo. Deus que me perdoe se não escolhi meus filhos. Mas na hora me parecia até que eu estava sendo heróica, que me sacrificava por êles...

Jorge convidara todos os seus amigos do prédio, fiz um bôlo de velinhas — realmente houve muita gritaria e barulho. Meu marido saiu de casa ostensivamente, alegando que eu não tinha o direito de abalar o edifício inteiro com cantoria e uivos, e que essas festinhas eram costumes da roça. Não me bastava dentro de casa a algazarra de duas crianças mal-educadas, eu ainda convocava cinqüenta!

Passou a noite sem falar com ninguém. No dia seguinte chegou em casa para o almoço com o rosto ainda mais carregado. Mal comeu. Mas não parecia zangado, parecia antes triste. Ao café, disse-me que assim que as crianças saíssem para a escola precisava ter comigo uma conversa muito séria. Fiquei esperando, de coração grosso.

Êle começou muito brando, com o braço passado nos meus ombros. Sim, confessava que nos últimos tempos andava irritado, infeliz. Via que me magoava e isso lhe doía muito. Mas hesitava em me dizer a terrível verdade, antes de ter uma certeza definitiva. Agora, que chegara a essa certeza, não podia mais fugir, tinha que contar...

Fazia tempo se sentia doente. A tosse noturna — tosse de fumante, lhe parecia antes — se agravava, o deu para lhe aparecer uma febrezinha às tardes. Falta de apetite, cansaço — acabara fazendo uma radiografia do pulmão. Resultado alarmante. Exame de escarro: positivo. Tuberculose já bem instalada, bem adiantada.

E enquanto eu soluçava, num desespero, êle ia me consolando. Tuberculose não é mais moléstia incurável. Não exige sequer mudança de clima. Basta que o doente queira e tenha paciência — sim, o principal é a paciência. Aqui mesmo no Rio, com um bom especialista, êle ia tratar de ficar bom.

Havia contudo uma condição dolorosa: claro que iria me custar muitíssimo, mas não se tratava dêle, nem sequer de mim — tratava-se das crianças. SERIA PRECISO TIRÁ-LAS DE CASA. Ai, porque nem comigo elas estavam em segurança.

— Meu bem, tenho horror de pensar nisso, mas quem sabe você não está contaminada também? Convivendo comigo, na intimidade do casamento. Não, tem que afastar as crianças. Afinal, seria um crime. . .

Lembrei timidamente um sanatório. Ele riu, amargo. Sanatório! Só por conta do Instituto, e nesse caso êle teria que se submeter a um processo complicado de licença para tratamento, talvez mesmo aposentadoria.

— Você sabe quanto vou receber de ordenado se me aposentar agora? Não dá nem para o nosso sustento.

Meu coração deu dez voltas, mas vi que êle tinha razão. Seria mesmo um crime arriscar as crianças. Mandamos Jorge para um colégio de Friburgo. A menina foi morar com minha irmã.

Eu via meus filhos em visitas rápidas pois, mesmo durante as férias, claro que não trazíamos Jorge para casa. Cheguei a um ponto em que evitava abraçar meus filhos, beijá-los — quem sabe não estaria passando para êles o maldito micróbio? E via entretanto que êles se ressentiam e não acreditavam nas explicações que eu lhes dava.

Três anos durou essa situação. A doença do meu marido não progredia, mas os exames continuavam a dar resultados positivos. Cada vez em que ia ao médico êle voltava para casa desconsolado. Proibia que eu comentasse o caso com alguém — tinha horror de que se espalhasse a notícia da sua moléstia. Também nunca me levou às consultas do especialista — dizia que tôda aquela história o humilhava. O próprio tratamento fazia-o longe das minhas vistas, tomando as injeções no hospital onde trabalhava.

Certa noite, de repente, meu marido sentiu-se mal. Foi levantar-se, deu uma coisa nêle, caiu no chão. Corri pensando numa hemoptise mas não vi sangue nenhum. Tive que o arrastar para a cama, pois êle não mexia com o corpo. Nem falava. Ambulância, hospital.

— Foi um *ictus*, explicou o doutor do Pronto Socorro.

Quase morri de aflição. Pobre do meu amor, não bastava a moléstia do peito, o heroísmo escondido com que enfrentara a tuberculose. Tuberculose? O doutor se admirou. Não notara nada para êsses lados, mas ia fazer um exame completo. E examinou. Convocou-me para lhe dizer o que eu sabia. Novos exames. Vieram outros médicos. Porém a escuta, a radiografia, o laboratório não confirmaram nada. Meu marido tinha os pulmões perfeitos.

Eu já não compreendia coisa nenhuma e apelei para o especialista cujo consultório Paulo freqüentava tôdas as semanas para o tratamento de pneumotórax.

O professor chegou — com certeza havia um engano, o colega nunca o procurara. Aliás, era fácil de ver que jamais fizera pneumotórax: na pele lisa, sôbre na costelas, não se via sinal de agulha...

— A senhora não sabe que para fazer pneumotórax injeta-se ar na pleura?

Não, eu não sabia de nada, nunca vira ninguém fazer pneumotórax e não tinha motivos para duvidar da palavra de meu marido...

Sim, nunca duvidara de meu marido! Acreditava cegamente nêle — e, meu Deus, tudo aquilo fôra uma farsa. Aquêles anos de sofrimento, meus filhos me tratando quase como uma estranha. Ah, demônio. E agora me fitava com os olhos muito abertos, balbuciava com língua perra, explicações que ninguém compreendia, naturalmente querendo inventar mentiras novas para desculpar as antigas!

E hoje ninguém entende por que tomei ódio dêle — eu, a espôsa dedicadíssima. Que nunca mais o quero ver — farsante, malvado, miserável. E nem ao menos morre. Os médicos dizem que pode ficar quinze, vinte anos no estado em que está, paralítico e mudo — ainda é jovem, bem tratado —, sim, pode nos enterrar a todos!

2.8 “Aventuras de mãe e filha”

A HISTÓRIA é meio complicada e isto é leitura para famílias. Vamos ver se fazemos um resumo expurgado, embora a simples palavra "expurgado" já seja capaz de tirar todo o gosto do leitor, muito mais atento ao impróprio do que ao próprio. Versão expurgada quer dizer roubada do elemento que lhe daria interesse, deixando apenas o sensaborão — como ensopadinho de chuchu sem pimenta.

Então, não vamos dar a versão expurgada. Contemos tudo, embora com os devidos circunlóquios. Pensando bem, quem for tão sabido que assim mesmo entenda não estará aprendendo nada, aqui. E quem é inocente mesmo mesmo não entende e não aprende, pronto. Na minha terra usa dizer um ditado quando se trata de mulher nua: "Quem já viu não se admira. Quem nunca viu não sabe o que é."

Também não pensem que vamos narrar aqui alguma horrível tragédia de sexo com Édipos e Jocastas se debatendo entre as sentenças do destino. O veneno neste caso é mais sutil. E os vínculos em causa não são de sangue — serão quando muito vínculos por afinidade, os que, em língua inglesa, se chamam "*in law*" e cuja correspondência não encontro exata. Fica afim mesmo.

Eu ia dizendo também neste exórdio que um dos méritos do caso é ser verídico. Tolice minha. Como se fosse mérito um caso contado em papel ser verídico. Depois de escrita a história, vale pelo que parece e não pelo que foi.

Bem, o fato é que, com mérito ou sem mérito, o caso aconteceu mesmo. E foi aqui na cidade, num hoje obsoleto prédio de apartamentos na Rua das Laranjeiras, desses inaugurados logo que começou a era dos arranha-céus justamente quando ainda se dizia arranha-céu. Lá pelos primeiros anos da década de 30.

Aconteceu que nos meados dessa década foram morar num dos apartamentos do prédio uma senhora e sua filha; sendo que a mãe estreava não só a nova moda residencial de moradia em edifícios coletivos como também urna moda social, e se dizia divorciada. Até então, mulher sem marido se declarava apenas "separada". Lá no Norte falavam mais duramente "largada". Nem mesmo desquitada se costumava dizer — a palavra era considerada impolida, dura, pejorativa. Divorciado ou divorciada era coisa que só se conhecia de romance e de cinema. Ou de peça francesa, outra coisa em moda, então, e que mais tarde caiu também.

A mãe teria, nesse tempo, os seus 36 anos; a menina 17. Ambas bonitas, a mãe pequena e alourada, a filha maior, morena, de olhos muito escuros — urna beleza dramática, se assim se pode dizer. A mãe era funcionária federal — e quase posso afirmar que ela, nisso também, inaugurava mais uma moda — a das Maria Candelária. Creio porém que a força das Maria Candelária veio depois, com os altos ordenados. Dona Ormindá — era assim que se chamava — vivia mais das rendas de uma vila de casas no subúrbio; o ordenado da repartição era uma achega para ajudar nos estudos da filha: aulas de inglês, piano (outra moda que passou) e até, Deus que me perdoe, declamação. Sim, por incrível que pareça, ainda há poucos anos ensinava-se declamação às mocinhas, como hoje se ensinam decoração e cerâmica.

No mesmo andar, que era o quinto, e onde se instalaram mãe e filha, foram morar, no apartamento de fundos, dois rapazes. Ambos gaúchos, trazidos pela onda getulista que inundou o Rio com o movimento de 30. Um dos moços era grande, louro, muito simpático; o outro, baixo, azeitonado, de peito largo

e aspecto que convencionalmente se diz "de marinheiro"; era entretanto gaúcho da fronteira, jamais vira o mar muito de perto, batizara-se por Manuel e era chamado de Manolo.

Nesse tempo a palavra vizinho, embora de apartamento, ainda trazia sentido. E os dois rapazes sós, morando pegado às duas mulheres sós, tinham que se conhecer e se ajudar uns aos outros.

Começou a amizade com um prego na rede elétrica; coisa simples, queimou o fusível. O zelador não estava e o vizinho, o louro com cara de alemão (não era alemão, propriamente, mas nativo de Novo Hamburgo e tinha o nome de Helmut), pôs um araminho no lugar do fusível queimado, como então se fazia, e não foi preciso se esperar pela Light. Depois Manolo, que trabalhava num frigorífico (outra novidade do tempo!), como não tinha geladeira em casa, veio pedir a D. Orminda para lhe guardar uns filés no gelo. E na hora de receber o bifés, saiu muita brincadeira, procurando ele pagar com um pesinho de mignon o aluguel do espaço na geladeira, elas se oferecendo para lhe fazerem o churrasco em casa — essas coisas entre vizinhos dos dois sexos que sempre acontecem. Coisas que sempre também acabam em amor, como adiante se verá.

A filha de D. Orminda se chamava Sônia. (Seria bom fazer uma estatística para saber quantas moças chamadas Sônia e quantos rapazes chamados Sérgio existem no país, nascidos mais ou menos no mesmo período. Seria por causa da revolução russa? Ou por influência de Tolstoi? Depois a moda abrandou, seguida pela onda das Normas, que foi sucedida pela das Marlene.) Pois é. Sônia, esperta e bonita, começou logo um namoro com o inocente Helmut. Quem os visse diria logo uma banalidade — que era a atração dos contrários. Ela tão sobre a lracema, lábios de mel e cabelos de graúna, ele o típico teuto-brasileiro das campinas do Sul. Juntos viajavam de bonde, de mãos dadas, quando ele ia para o emprego e ela para a aula de inglês. Juntos iam à matinê de domingo e às segundas-feiras, em companhia de D. Orminda, à sessão das oito no Palácio, que era chiquérrimo então. Helmut, que não ganhava muito na Nyrba, a companhia de aviação onde trabalhava, nem sempre podia fazer face ao sorvete na Brasileira, complemento habitual do cinema. Mas D. Orminda compreendia, pagava sorrindo. Assim o namoro marchava docemente, pelas trilhas habituais, e talvez desse em casamento, no tempo hábil.

Surgiu porém um imprevisto.

Foi Manolo o imprevisto. Certa manhã Sônia, sozinha, entrava no elevador e logo atrás entrou Manolo. A grade fechou-se, a máquina começou a descer e aí Manolo, sem aviso prévio, sem uma palavra, como se afinal satisfizesse um velho impulso, segurou a menina nos braços; e, feito aquele personagem do poema de Ascenso Ferreira, danou-lhe beijos. Um depois do outro, de sufocar, de parar o coração. Mas, chegando o elevador ao térreo, Manolo largou a pequena, quase tão bruscamente quanto a agarrara. Abriu a porta, murmurou qualquer coisa parecida com um "desculpe", e saiu em passo rápido para a rua, onde ia passando um bonde em marcha lenta. Manolo abriu os braços, agarrou dois balaústres do bonde em movimento e foi levado para longe, sem se voltar, como se fosse ainda carregado por aquele mesmo impulso que o fizera abraçar Sônia no elevador.

Decerto se assustara ao pensar na reação dela — afinal era namorada firme do seu amigo, o bom Helmut, que vivia de economizar o fraco ordenado para poder pagar o cinema e o sorvete semanais; o honesto Helmut que já mandara para casa retratos da pequena e cartas onde lhe fazia elogios e lhe gabava

a pronúncia de inglês; o pobre Helmut que lhe tomara a ele, Manolo, como confidente, e se queixava das asperezas e dos caprichos de Sônia:

— É um anjo, claro, mas às vezes parece incompreensível...

Quanto a Sônia, ninguém sabe o que pensou. Deve ter sentido principalmente o choque, terrível e delicioso, de ser, pela primeira vez na vida, tratada realmente como mulher.

E no dia seguinte, ao entrar no elevador — até um pouco atrasado —, Manolo já a encontrou lá dentro. Mal sabia ele que, fazia uns dez minutos, Sônia subia e descia, esperando-o. Ela fingiu surpresa, no entanto:

— Que coincidência, outra vez! — e a porta se fechou. Mais uma vez ficaram sós...

O bom Helmut foi então abandonado. Sônia dedicava-se toda a Manolo, numa cegueira de amor. Em vão a mãe a advertia:

— Esse moço não serve para você, não tem juízo, é violento. Sabe lá se ele é sincero? Homens assim são inconstantes... dão péssimos maridos. Como é que teve coragem de largar o Helmut, minha filha, tão correto, tão sensato, queria casar direitinho...

Mas como seria de esperar, Sônia não estava para ouvir conselhos. Mesmo porque toda energia de que dispunha se concentrava na tarefa de levar Manolo ao casamento. Um ano inteiro lhe custou de paciência, submissão, aceitando recuos, ignorando caprichos.

Afinal venceu, casou na matriz da Glória, no Largo do Machado, com música de órgão e fila de cumprimentos na sacristia. A repartição da mãe veio em peso, os colegas dele, as colegas dela nos diferentes cursos. Até Helmut veio também — e trazendo o seu presente.

Foi o novo casal morar no apartamento da sogra. Manolo não queria, mas Sônia teimou — jamais se separaria da mãe! Havia ainda o fator econômico, o noivo acabou aceitando, e Helmut, sem companheiro, mudou-se para uma pensão.

Lua-de-mel em Petrópolis, felicidade exuberante. D. Orminda discreta, pouco sogra, continuava no emprego, deixava a casa praticamente só para os dois.

E o casamento continuava assim por alguns anos — já se estava em plena guerra, Manolo subira na firma, quando de repente tudo foi destruído. E imaginem por quê! — por um caminhão de cerveja.

Sim, um caminhão de cerveja destruiu toda aquela felicidade. Vinha o caminhão pela Avenida Rio Branco, avançou o sinal da Rua Visconde de Inhaúma e atropelou o desditoso Manolo que atravessava o asfalto. Fraturou-lhe o crânio e a bacia, mas assim mesmo ele ainda sobreviveu cinco dias, no pronto-socorro. E foi justamente nessa fase dramática de espera da morte que Sônia sofreu a segunda desgraça da sua vida, só comparável — ou maior — à desgraça da perda do marido.

Era a manhã do terceiro dia depois do atropelamento. Sônia fora em casa trocar de roupa. E quando vinha entrando de volta ao quarto do hospital, bem sutil para não incomodar o enfermo, viu que sua mãe já lá estava. Sentada na cadeira ao pé do leito, D. Orminda curvava a cabeça sobre o colchão. Sônia aproximou-se mais, com o coração na boca — quem sabe Manolo piorara, estava morrendo. Mas não; o rosto do marido continuava na mesma — imóvel, inconsciente. A mão dele largada em cima do lençol; e com os ombros sacudidos de soluços, D. Orminda inclinava o rosto sobre aquela mão.

Sônia estacou, abrupta. Bem, a princípio não lhe pareceu nada — a mãe, o genro —, genro é como um filho. Sônia chegou mais perto, contendo a respiração. Via aberta a mão de Manolo, com a palma para cima e, sobre aquela palma horrivelmente descorada, D. Orminda apertava os lábios, chorando, abandonada.

Sentindo afinal a presença da filha, D. Orminda ergueu a cabeça e o olhar das duas se cruzou. Não se disseram nada. D. Orminda se ergueu lentamente, dirigiu-se à janela e, de costas para o quarto, ficou a enxugar os olhos. Sônia sentia-se tão chocada, muda, tonta, que não poderia dizer nada — não se lembrava sequer se tinha voz. Aos poucos é que a surpresa foi fugindo, o choque — e em seu lugar chegaram a angústia, a cólera e, acima de tudo, o medo. Aquele beijo na palma da mão, tão íntimo... Minha Nossa Senhora! Fitou o doente comatoso, imóvel, como um defunto. O nariz afilado, os lábios sem sangue, os olhos encobertos pelas pálpebras violáceas. A mão, que a mãe dela beijara, ainda estava atirada na mesma posição e, como para lhe mostrar que aquilo não fora um sonho, um engano, via-se um traço leve de batom sobre a palma aberta contra o lençol.

Dois dias depois Manolo morreu.

Na tarde seguinte ao enterro Sônia estava no quarto; tirava da cômoda as roupas do marido e as ia arrumando numa mala, quando de repente D. Orminda entrou. Sônia virou-se rápida, ao escutar os passos da mãe, e novamente os olhares das duas se cruzaram. Vendo a filha que a fitava com aqueles olhos duros, D. Orminda disse com timidez:

— Você não quer que eu tome conta disso? Por que não vai se deitar?

A moça largou no tapete o pijama que tinha nas mãos, levantou-se, sem tirar da vista o rosto pálido da mãe. Ficou um instante largo a olhá-la assim, intensamente. Por fim perguntou:

— Que é que ele era para a senhora, mamãe? D. Orminda estremeceu:

— Que era o quê? Não entendo o que está perguntando. Acho que o choque lhe abalou os nervos!

Sônia queria prosseguir, invectivar a mãe — não teve coragem. Há coisas que a gente não pode falar. Pensa-se, tem-se horror, mas falar mesmo, botar em palavras, é como lhes dar uma realidade positiva, uma presença palpável — e intolerável.

O lógico seria que depois disso se separassem as duas. Mas onde se viu lógica governando a vida, neste mundo? Continuaram morando juntas. Apenas Sônia exigiu mudarem-se para Copacabana.

D. Orminda foi emagrecendo, diminuindo, enrugando — e é hoje uma velhinha dura e seca, de pouca fala. Só conserva do tempo antigo o olhar ardente e assim mesmo de raro em raro o mostra, num lampejo curto. Habitualmente traz os olhos baixos, severos. E no momento daquele clarão fugitivo, Sônia quase sempre recorda a sua angústia, a sua pergunta — que terá a mãe enterrado dentro do caixão de Manolo? Que lembranças, que saudades? Dá-lhe uma dor profunda no peito e ela obriga o pensamento a mudar de assunto. Sempre bela, caiu naquela vida meio marginal, um pouco artista, um pouco boêmia — homens, casos, noitadas, viagens. Às vezes, quando está meio alta, diz que se sente um verdadeiro personagem de Machado de Assis. E quando o companheiro, atentando no seu tipo moreno e intenso, faz qualquer alusão a "cigana oblíqua e dissimulada", ela se impacienta:

— Não, Capitu não. O que eu sou é o Bentinho. O dom Casmurro. — Depois se fecha num silêncio obstinado. E o acompanhante acaba dizendo que é mesmo, que parece... Que realmente Sônia tem o seu vinho casmurro...

(s.d.)

2.9 “Tragédia carioca”

A MENINA vestia calças compridas e um casacão de malha, informe, de mangas arregaçadas. Sentou-se no sofá, cruzou as pernas longas, pediu licença para se servir de um dos meus cigarros. O nariz arrebitado, a pele borrifada de sardas, o cabelo curto de rapazinho dão-lhe um ar de grande imaturidade quinze, dezesseis anos no mais. Ela diz que tem dezessete e está grávida. Meu Deus, como é que estão casando meninas assim tão novas? Mas olhando a mão esquerda da moça não lhe vejo aliança. E, antes que eu possa fazer qualquer pergunta, ela é que vai explicando:

— A senhora já não ouviu falar em transviada? Pois está, aqui uma. Pelo menos até ao carnaval deste ano eu era das péssimas. Doida por garupa de lambreta, anarquia em inferninho, cuba-libre, bolinha, camisa do homem...

Meteu-se com uma turma forte que o pessoal do quarteirão chamava o "jardim de infância" ... mas cada jardim de infância! Depois, fêz par com um garoto da idade dela, um cretinho de cabeça de peruca, dizia que tinha vindo dos Estados Unidos mas nem falar inglês não sabia, só dizer "*oh boy let's go, golly*", essas besteiras. Inglês mesmo de conversar com americano êle não pesca tusta. E nem lambreta dêle mesmo tinha, era emprestada; bem, propriamente emprestada não, de condomínio; todo o grupo pagava um rateio e cada um tinha o seu horário de usar a máquina. O dêle caía de tarde, na hora do rush, quando Copacabana fica infecta pra lambreta, então procuravam êsses lugares mais desertos onde se pode dar uma chispada. E a gente andando assim os dois sózinhos, às vêzes encosta a máquina, tem cada lugar lindo de floresta e montanha, não é mesmo? Êste Rio de Janeiro não é à toa que se chama Cidade Maravilhosa. E depois com essa balda de geração em revolta, educação sexual, ninguém se lembra que pode vir criança, parece tão borô pensar em criança. Pois foi logo o que apareceu.

O povo lá em casa recebeu como se fôsse o fim do mundo — quero dizer minha mãe porque a irmã não liga mesmo e pai não tenho mais. Agora me diga, a gente é mulher, e para uma mulher ter um filho é fim de mundo? Minha mãe foi logo avisar ao pai dêle que ia dar queixa na polícia mas o pai dêle tem um irmão que trabalha no Fórum e êle explicou para minha mãe que se nós déssemos queixa do garoto êles davam queixa de mim — que êle também sendo menor o crime é recíproco. A senhora sabia que nesses casos tem crime recíproco? Pois é.

Aí minha mãe ficou com mêdo, quem sabe me mandavam para o presídio, aquêle em que botam as môças-mães do SAM, que saiu a reportagem na revista, uma coisa pavorosa. O garoto diz que não precisa fazer *show*, que êle casa e pronto. Isso êle queria! Mas eu que não quero. Que é que eu ganho casando com aquêle boboca? A senhora me diga, eu posso ter algum futuro? O cara ainda não fêz nem dezoito, se sabe ler esconde, quanto mais ganhar a vida direitinho, está bem? Eu quero ser aeromoça ou modelo, mas casada não posso ser nada disso, em qualquer dessas profissões não permite casamento. A senhora me vendo agora não diz, mas tenho mesmo tôdas as medidas de manequim — altura 1,68, cintura 56, 80 de quadris e 81 de busto. Já disse pra minha mãe agüentar a mão até a criança

nascer, depois a gente resolve. E ela aí me enche de tapa, diz que estou completamente perdida, que aquêle cara ou casa comigo ou casa com o Juiz de Menores. Imagine tanta loucura!

Sei que a senhora não tem nada com isso, mas não podia dar um conselho? Não falo pra mim, mas para minha mãe, que ela disse que ia telefonar à senhora, pedindo para botar uma reportagem contando como é que está sendo êsse caso de mocidade transviada e que a filha dela é uma vítima da dissolução da família. Mas o que ela quer mesmo é o casamento, e eu já disse pra ela que se fizer o casamento vai ver — tem que sustentar a mim, à criança e ao mustafá do genro. Louco pra isso está mesmo êle! Eu, hem?

Mas minha mãe diz que prefere, contanto que eu fique com o nome limpo. A senhora acha que ser espôsa de um tipinho cafajeste daqueles é ter nome limpo? Ah, eu não entendo a minha mãe! Parece uma criança, o que o pessoal diz pra ela logo ela acredita.

Eu vim na frente pra pedir à senhora que explique a ela, porque eu dizer não adianta. Que êsse negócio de casar pro bem da honra foi no tempo do dom João Charuto. Ela agüenta a mão agora, depois eu fico emancipada, e se a profissão de modêlo não der certo sempre posso tentar o rebolado.

E, por favor, não bote essa reportagem que ela quer, a turma, até pode achar ruim, desacatar a velha, êles são loucos — imagina se acontece aí um acidente, atropelam a minha mãe, quero ver se eu tenho a culpa!

Ai, quanto problema nesta vida, a senhora vê, eu estou só com dezessete anos mas me parece que já vivi foi uns cento e sete! E com essa mãe que eu tenho — me dá licença pra tirar outro cigarro?

8-7-61

2.10 “As palavras pecadoras” – 30-09-1995

Nos meus tempos de menina, a palavra sexo não existia, escrita ou falada, senão em duas acepções: sexo masculino e sexo feminino, Podia-se usar igualmente o eufemismo mais elegante: "sexo frágil", "sexo forte". "Fazer sexo" nem se lhe conhecia a existência, foi imoralidade importada do inglês, em tempos muito mais recentes. Nos romances franceses (nessa época todas as "pessoas finas" só liam em francês), dizia-se às vezes "faire l'amour", mas isso apenas na boca das cortesãs. Porque também era de uso haver cortesãs. Prostituta era palavrão. Aliás, até as palavras mais sagradas da língua, pai e mãe, eram proibidas na imprensa. Só se empregavam "genitor e genitora ou suas variantes, progenitor e progenitora". "Aniversaria hoje a Exma. Sra. D. Fulana de Tal, digníssima progenitora do nosso ilustre amigo Deputado N.N." Mãe era tão sagrada que, se alguém respondendo a um insulto dissesse: "É sua mãe", era caso de morte. Criança que nascia era "robusto pimpolho", quando rapaz, ou "interessante pequenina", quando do sexo oposto. Mas voltando ao assunto e palavra 'sexo'. Virgindade era tabu tão fechado senhorita nenhuma diria de alguém que "era virgem", mas sim que "era moça". E o namorado, em transes de paixão, que ousasse indagar da sua bela se ainda "era moça" receberia um tapa ou uma crise de choro pelo insulto implícito na indagação.

Havendo assim tanta pudicícia vernacular, haveria correspondente pudicícia nos costumes? Bem, pelo menos havia mais dificuldades para o pecado e os pecadores. E sanções também. Parece — pelo menos era voz corrente (nunca li a letra da lei, mas afirmava-se) — que o Código Civil permitia ao marido repudiar a

esposa se, na noite de núpcias, descobrisse que ela não era virgem: ou, perdão, "não era moça". As pobres das solteironas consolavam-se de tudo que não tiveram com a afirmação de que eram intocadas. Embora não usassem essa palavra, por demais sugestiva. Eram moças. Daí a cruel expressão usada para as inuptas (era assim que nos documentos oficiais se chamava a mulher solteirona: 'inupta' — chamavam-se "moças velhas". E, por inferência, aos solteirões, dizia-se "rapaz velho". Isso, aliás, ainda se diz hoje em dia no sertão.

Os casais irregulares eram também duramente tratados de 'amigados' ou 'amancebados'. A gentil expressão que os moços usam agora, "andar junto", não existia, porque também não existia a realidade social correspondente. Moça e rapaz não poderiam jamais "ficar juntos", sem serem expulsos do convívio familiar. E então não nasciam crianças sem pai oficial? Nasciam, é claro, mas as famílias usavam de todos os artifícios possíveis para sonegá-las. Quando, por exemplo, uma mocinha, parte de irmandade numerosa, "se perdia", quer dizer, engravidava (palavra também tabu, mesmo para as casadas), escondiam a pecadora (em geral mandavam-na para "o mato", quer dizer, o campo). A mãe simulava mais uma gravidez e, no tempo devido, apresentava-se o bebê como filho temporão do casal paterno. Ou, recurso também comum, expulsava-se a transgressora por ter 'enxovalhado' a família. Se o amante era homem de posses (mesmo casado), se amigava com ela — quer dizer, punha-lhe casa, tinha-a como "teúda e manteúda". Senão, a moça "caía na vida", quer dizer, prostituía-se; a criança era dada a alguém ou simplesmente enjeitada. Outra palavra que nunca vi, nesse tempo, escrita ou impressa, foi 'estupro'. Confesso mesmo que ainda hoje me constranjo em usá-la. Parece violenta demais. O corrente era dizer "fazer mal". Quer por sedução quer por violência. E outro tema a que a mulher nenhuma ousaria aludir era homossexualismo. E vi uma vez certa senhora bater na boca da filha que dissera, entre risadinhas, que um andrógino evidente era 'amulherado'. Dizia-se, entre as senhoras de família, que os homens entre si usavam de todos esses palavrões proibidos. Mas nunca em frente de damas. Um tio nosso ganhou fama de desbocado porque, quando enraivecido, gritava "filho da mãe" ou, horror dos homens, "filho de uma égua". E a tia, severa, mandava afastar as meninas, dizendo para o marido: "Como não posso castigar a você, castigo a elas...".

Hoje, repito, a gente se pergunta até quando essa pudicícia de linguagem se prolongava nos costumes. Não sei dizer. Provavelmente as dificuldades eram maiores, mas a natureza humana é mais forte, e as coisas se faziam, mesmo sem serem ditas. Havia também, moderando os costumes, a força da Igreja muito mais vigilante e repressora que hoje em dia. Sim, e falando em repressora, recordo agora outro castigo comum dado às moças que "se perdiam": interná-las nos conventos do Bom Pastor, onde iriam fazer penitência por tempo indeterminado, sob a vigilância de freiras, das quais se exigia altíssimo padrão de virtude e que eram treinadas especialmente para isso.

Tempos duros, não é? Mas assim mesmo se amava, se pecava e se fazia o proibido. Afinal, tanto eles quanto nós somos filhos de Adão e Eva, aliás, "os degradados filhos de Eva", como se diz na Salve-Rainha...

2.11 "Amor & casamento" – 22-03-1997

A mulher entrou no cartório timidamente e, quando mandaram, sentou à mesa do juiz. Vestida de rosa, tinha o cabelo ondulado permanente, a cara

pintada e os beijos vermelhos de batom, num esforço comovente para fingir mocidade. O que era impossível, pois os 60 anos já tinham passado ali fazia tempo, e os 70 andavam perto, se ainda não haviam chegado.

Sentou na cadeira, pôs-se logo a chorar. Sim, vinha atrás de divórcio. Bem que o povo tinha dado conselho — mas conselho só se escuta depois que é tarde. Casar com um rapaz mais novo 28 anos — ai, mas sabe como é, uma viúva sozinha —, e ela tinha bom corpo, não estava assim acabada; e bem calçada e bem vestida — riso no meio da lágrima —, diziam mesmo que era uma viúva chibante. E ele, caixeirinho de bodega, magrinho, maltratado, porém ali todo o dia, ocupando o lugar do defunto por trás do balcão — conversa vai, conversa vem — acabou tratando o casamento, casou mesmo.

Ela própria foi quem favoreceu a mudança. Fez o noivo comprar terno bom, costurado em alfaiate, gravata. E mais um sapato pampa, marrom e branco, meia de seda amarela, lenço também de seda no bolsinho.

Tudo isso ela dava e não tinha pena. E o malvado aceitava tudo e ainda tirava prosa quando ela recordava as economias do falecido, dizendo que o comer do agastado é que cria os enjeitados.

Durante o noivado era assim — ela dava e ele recebia. Mas, passada a lua-de-mel, na sua autoridade nova de marido, que não perguntava mais nada — era só tirando, comprando cavalo, comprando caminhão fiado para botar a frete. Chegou a comprar um touro de raça nobre cruzado com holandês.

Aliás isso ainda era bom — afinal só roía o dinheiro e, a amizade ficando, ficava tudo. E veio novo acesso de choro. Sim, tudo seria muito bom, se ele então não desse para reparigueiro. Primeiro, as vadições eram por perto, mas em seguida ele deu pra ir mais longe. E quando ela reclamou, e chorou, e tornou a reclamar, ele então perdeu a paciência, disse que ia largar de viajar, mas depois ela não se arrependesse. Dito e feito, pois na seguinte viagem trouxe consigo uma repariga paraibana, botou casa para ela na rua da igreja — e dentro da casa a dita cuja tinha de um tudo, até criada. E se ao menos, doutor juiz, se ao menos fosse uma repariga formosa — mas qual, uma cabocla melada, faltando um dente na frente. E, pois, ele mandou então botar um dente de ouro nela, não fosse por isso.

Mas a paraibana parece que achava pouco a casa e o luxo, e os anéis de pedra e o cordão de ouro, e pulseira de relógio, e máquina de costura e tudo mais que lhe dava o marido alheio. Aí inventou que ele tinha de passar papel com ela. E ele já sendo casado no padre e no civil! Ela ia querer casar nos crentes, tinha muita gente casada assim.

O homem viu-se tão aperreado com o choro das duas que ameaçou de casar mesmo nos crentes com a paraibana. Ela nessa hora deu um ataque. Não morreu só mesmo por milagre, e daí para diante o criatura deixou de falar com ela. Vinha em casa somente almoçar, e assim mesmo só abria a boca para botar o comer dentro. E, quando tinha de se entender com a mulher por causa da bodega, fazia um bilhete que jogava em cima da cômoda, no quarto dela.

A mulher voltou de novo a chorar. Cada bilhete daqueles, seu doutor, era uma facada no meu coração. E ele, vendo o efeito que fazia, passou a amiudar as cartas, todo dia era uma, ou então botava uns versos, tudo tirado da cabeça dele, que aquilo só tem memória pro que é ruim, E ela ia agüentando, não se separava, imagine, isso mesmo era o que ele e mais a desgraçada da paraibana queriam. Ia juntando os bilhetes, mas agora chegara ao limite. Ele tinha deixado de mão os recados, as poesias, e caíra na reza forte. E reza forte ela não enfrentava. E mexeu febrilmente na bolsa, tirou um papel amarrotado, que alisou em cima da

mesa, para que o juiz o lesse. Era um papel azul, escrito a lápis-tinta com letra de garrancho. Em cima, tinha uma cruz e o título: "Oração a São Bento".

Os versos diziam assim:

"Meu glorioso São Bento/ confio em vosso poder./ Livrai-me desta serpente/ que ela quer me morder.

Está choca como diabo/ confio em Senhor São Bento.

Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo Amém!"

E aí a pobre da velha bateu a cabeça na mesa, rompeu a chorar que estava mesmo desadorada.

— Me dê logo esse divórcio, doutor juiz, pelo amor dos seus filhinhos. Já faz três dias que não como nem bebo, não passo uma hora sem dar um ataque, e ele diz que ainda está na primeira reza. Quando for na segunda, eu sei que não resisto! ...

2.12 "A môça"

NA MINHA rua moram muitas môças de diferentes profissões — funcionárias, manicuras, comerciárias, enfermeiras. Tem uma que trabalha de noite e a princípio até maldei, porque ela usa umas calças compridas muitíssimo justinhas, dessas que parecem malha de bailarina; nos pés, sandálias douradas; na cabeça, um lenço estampado que se ata sob o queixo; uma grande bolsa, debaixo do braço e se toca para o Largo da Glória. Mas depois não maldei mais porque lhe vi, sob o lenço da cabeça, o cabelo todo enrolado em *bigoudis*, como quem está no cabeleireiro. Ora — é elementar, meu caro Watson —, ninguém vai fazer o que se poderia pensar que ela fôsse — de *bigoudis* no cabelo!

Uma tarde nos encontramos no mesmo bonde: ela subiu para junto de mim, apanhou o jornal que derrubei e fêz amizade comigo. Ia para o ensaio, pois o que vai fazer noturnamente no Largo da Glória é justamente apanhar aquele bonde que a leva ao teatro. Trabalha de corista, está numa peça horrível que só dá vez para a vedete — a senhora nem calcula, uma coroa com bem quarenta anos cheia de dentes postiços, o maiô é de barbatanas, as meias de malha de aço para agüentarem o açougue que está todo despencando! O coreógrafo já disse mesmo que ela devia ser guardada em frigorífico para ver se endurecia um pouco mais!

O contrário da coroa-vedete é evidentemente a nossa corista e, pelo que parece, corista mesmo excelente. Tem as longas pernas do ofício, cabelos pintados de vermelho, uma cara de boneca pálida — só se dá ao trabalho de pintar o rosto quando entra em cena. De dia vai a uma aula de balé e me confessou que o seu secreto desejo é aprender a falar inglês para tentar a vida nos Estados Unidos. Lá, môça pode fazer teatro que todo mundo tem consideração. Aqui no Brasil, qual, a turma pensa logo que não é artista, é horizontal. (Há quanto tempo eu não escutava essa palavra, creio mesmo que jamais a escutei, apenas lia nas reportagens de polícia dos vespertinos.) Com êsse desiderato — de falar inglês e ir aos Estados Unidos — cultivou algum tempo o trato com marinheiros americanos em Copacabana. Mas depois do caso da Aída Cúri ficou com medo.

Objetei que não foram propriamente os marinheiros americanos os responsáveis pelo triste fim da pobre Aída, ela porém retrucou não sei se com lógica, mas decerto com verdade, que foi pelo projeto de conversa com os marinheiros que começou tôda a tragédia.

Quando aqui estêve Sammy Davis Jr., procurou falar com êle, sempre foi fã. Mas qual, é mais fácil falar com o Presidente. Barraram na porta do hotel e, quanto a vê-lo trabalhando — quem é ela para conhecer homem bastante caixa-alta para a levar ao Golden Room? Convidam quando muito para inferninho e olhe lá.

Tem cuidado consigo porque é môça religiosa, devota de São Judas Tadeu agora tem devoção também com o "berço" da pequena Tânia Maria, que a "Fera da Penha" matou. Rezou lá um têrço e obteve a graça que pediu. Perguntei se a graça era assunto de amor — mas não era não, era para uma coleguinha sua amicíssima conseguir se livrar de um chato, que tem mania de fazer escândalo na caixa do teatro e uma vez até quis tirá-la de cena aos bofetões. E logo depois do seu pedido à falecida Taninha, o chato se mudou para S. Paulo.

Não possui família no Rio — se tivesse iria lá morar em pensão! —, ficou tudo na pequena cidade de Minas, de onde ela saiu para fazer carreira aqui. A mãe tinha trabalhado em circo quando mocinha, depois casou com o dono de um bar, largou a profissão. Mas passou-a no sangue para a filha e o pai não se opôs, é fatalista. No comêço até lhe davam uma mesada, pequena. Agora, o que ela ganha já chega para pagar alguma roupa, a vaga no quarto, o almoço; as outras refeições, quando não tem convite, substitui por média com pão e manteiga.

Gosta de convites e presentes mas nem sempre aceita — homem quando dá está mas é pedindo. Não passa contudo sem namorado, mas, namorado mesmo, não é "caso". Ela não quer nenhum caso definitivo enquanto não subir ao menos a vedetinha, porque atrapalha. Às vêzes tem vontade de ser modelo, mas não pode pagar o curso e hoje essas casas que fazem desfile só querem modelo de curso, passou o tempo do amadorismo.

Com o corpo que tem já recebeu vários convites para fazer strip mas tem horror. O biquini já é sacrifício, além do mais êsse negócio de pouca roupa não dá futuro. Não sai dali. Tem mêdo de duas coisas no mundo de engordar e de se apaixonar — por quem não mereça, é claro. Pois se vier uma paixão por um môço direito que ajude a carreira dela será um sonho. Mas sonho neste mundo de hoje, eu hem? estou acordada!

Falta acrescentar que tem dezenove anos, altura 1,68, cintura 58, busto 88, quadris 89, tornozelo 19, coxa 50. Sabe essas medidas de cor e as anuncia como se fôssem um número de telefone; tem razão, aliás, porque são os seus títulos, o seu capital de trabalho.

Toma banho de sol na cama quando o sol das duas da tarde entra pela janela do quarto. Não tem tempo para praia e, tomando o sol assim sózinha, pode se despir e o bronzeado fica mais por igual.

Lê histórias de amor em quadrinhos, só gosta de fita triste, um dia ainda há de comprar uma boa vitrola, porque o que adora neste mundo é disco. A voz, se a cultivasse, talvez desse alguma coisa.

Perguntei qual, na verdade, o desejo mais forte do seu coração — afora os Estados Unidos.

Ela corou e acabou confessando:

— Ser vedete de uma grande revista e descer a escada na apoteose carregando duas toneladas de *pailleté* e plumas...